



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Bárbara Guimarães Costa Pacheco

**Psicologias e Transexualidades: o estado da arte da produção
teórica brasileira**

**UBERLÂNDIA
2017**

Universidade Federal de Uberlândia - Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG

+55 – 34 – 3218-2701

pgpsi@fapsi.ufu.br

<http://www.pgpsi.ufu.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Bárbara Guimarães Costa Pacheco

Psicologias e Transexualidades: o estado da arte da produção teórica brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais em saúde e educação.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Flávia do Bon-sucesso Teixeira.

Co-orientador(a): Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera

**UBERLÂNDIA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P116p
2017 Pacheco, Bárbara Guimarães Costa, 1984
Psicologias e transexualidades: o estado da arte da produção teórica
brasileira / Bárbara Guimarães Costa Pacheco. - 2017.
195 f. : il.

Orientadora: Flávia do Bonsucesso Teixeira.
Coorientador: Emerson Fernando Rasera.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Transexuais - Teses. 3. Psicologia aplicada -
Teses. I. Teixeira, Flávia do Bonsucesso. II. Rasera, Emerson Fernando.
III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. IV. Título.

CDU: 159.9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Bárbara Guimarães Costa Pacheco

**Psicologias e Transexualidades: o estado da arte da produção
teórica brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais em saúde e educação.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Flávia do Bonsucesso Teixeira.

Co-orientador(a): Prof. Dr. Emerson Fernando Raserá

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Flávia do Bonsucesso Teixeira (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Renata Fabiana Pegoraro (Examinadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG

Prof. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (Examinadora Suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Karla Adriana Martins Bessa (Examinadora Suplente)
Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP

Uberlândia, 20 de fevereiro de 2017.

*Dedico este trabalho à minha avó Fileman (in memoriam)
que partiu durante a sua escrita e de quem não pude
me despedir. Nunca mais os versos teus terei, mas,
para ti, sempre serão os meus versos.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos mestres Silvia Bonassi e Djalma Querino de Carvalho, que mais me ajudaram no começo de minha jornada como psicóloga e sempre me olharam além da visão rasa.

A todos/as os/as interlocutores/as desse trabalho. Pesquisadores/as e pessoas corajosas que ampliaram a compreensão das transexualidades permitindo que essa pesquisa fosse possível. Às/aos líderes dos grupos de pesquisa e demais pesquisadores que colaboraram com esse trabalho, por pensarem a ciência como prática coletiva, e dividir bibliografias, experiências e afetos. Às pessoas com quem pude dividir momentos de rico aprendizado durante a realização da *II Conferência Internacional de Psicologia LGBT*, em especial Willian Peres por suas palavras de encorajamento e trocas afetivas.

À Prof. Dra. Renata Fabiana Pegoraro e Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, pela participação na banca de qualificação, cujos comentários e leitura criteriosa me ajudaram a construir essa dissertação.

Aos colegas do ambulatório Amélio Marques do Hospital de Clínicas de Uberlândia, na especialidade Educação, Saúde e Cidadania, que prestam assistência a transexuais, em especial à Júnia Araújo, Gustavo Raimondi, Danilo Paulino e Cristina Crovato por compartilharem seus saberes colaborando para minhas reflexões e interlocuções acadêmicas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da UFU, pela oportunidade de realizar o mestrado, e, a todos os funcionários e corpo docente pelo auxílio e orientações.

Aos companheiros do curso de Pós-graduação em Psicologia, principalmente Adriano Gosuen e Yuri Amaral por todos os momentos que compartilhamos ao longo das aulas, seminários, cafezinhos e conversas informais.

À minha orientadora, Flávia Teixeira, que me guiou nessa árdua tarefa de trilhar o caminho científico, com delicadeza, respeito e afetuosidade. Sou e sempre serei muito grata pelo que fez por mim, pelo estímulo, orientação, carinho e amizade e por toda sua disponibilidade em me ensinar.

Ao meu co-orientador, Emerson Rases, com quem tanto tenho aprendido!

A vocês o meu muito obrigada por tudo! “Se eu vi mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes” (Isaac Newton)

À CAPES pelo financiamento para a realização deste trabalho.

As minhas tias Irma, Inês e Dora que desde cedo me mostraram que aprender é prazeroso! Pelos momentos de leitura e pelo cuidado em todos esses anos.

À minha família: meu porto seguro. Vocês são minha força, meu refúgio. Amo a todos imensamente. Sem vocês eu nunca teria chegado até aqui! Obrigada por tudo! Em especial à minha mãe, Claire Guimarães Pacheco, ao meu pai João Pacheco Jerônimo e, à minha tia e madrinha, Marilene Barbosa Guimarães (In memoriam) sempre presentes em minha vida. Por todo o seu amor, por sempre apostarem em mim e pelas palavras de apoio, o meu muito obrigada.

Também à minha irmã Bruna toda a minha consideração pelo auxílio com a leitura dos textos em inglês.

À minha segunda família, sogras, cunhadas, primos e primas. Cada palavra, cada carinho fora fundamental para a concretização desse projeto.

Aos meus amigos por entenderem meus momentos de reclusão e compreenderem a importância desse trabalho para mim, pela alegria que me proporcionam em nossos encontros. Sou muita grata a todos, longe ou perto,

Aos meus colegas carinhosamente apelidados de “amigos do busão” por compartilharem minhas angústias nestes dois anos... Em especial ao Roberto pelo auxílio com o abstract.

Ao Bruno, meu amor, meu marido, meu melhor amigo, que sempre soube compreender minhas ausências e se fazer presente através do seu sorriso, seu abraço e seu cuidado. Por aceitar vir “pro que der e vier comigo” transformando os meus dias em “um dia branco”. Por sempre acreditar em mim e me incentivar a seguir em frente. A você o meu agradecimento especial!

A Martine Louise, por vir e querer chegar, nesse turbilhão de emoções, fazendo da minha vida mais plena e completa.

“Da sarjeta ao cárcere, agora me amarram ao consultório”
(Pereira, 2015, p. 45)

RESUMO

Essa dissertação analisou os trabalhos publicados na interface entre Psicologias e Transexualidades, buscando identificar os discursos sobre as transexualidades que circularam e impactaram a produção científica da Psicologia brasileira no período de 1997 a 2015. Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática Descritiva de Literatura nas bases de dados virtuais: Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo, Pepsic e IndexPsi. Utilizou-se os termos de busca “transexual”, “transexuais”, “transexualizador”, “transgênero”, de forma independente e apenas em português. Buscando complementar essa busca, realizou-se um levantamento de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que apresentavam, dentre suas linhas de pesquisa, a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade, e procedeu-se um contato por e-mail com seus líderes solicitando informações acerca de publicações e/ou trabalhos defendidos por membros do grupo e/ou outros e que se enquadrassem nessa temática. Foram identificados 729 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos científicos. Dentre esses, 648 foram excluídos e 81 selecionados para análise, sendo 12 teses, 31 dissertações e 38 artigos científicos. Para análise das produções incluídas foram utilizados procedimentos de análise de conteúdo, buscando responder aos objetivos propostos. A partir da leitura dos trabalhos em sua íntegra, bem como do diálogo com o documento intitulado “Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people” elaborado pela APA foi possível a construção das categorias: avaliação, terapia e intervenção; conhecimento fundacional e consciência; estigma, discriminação e barreiras para o cuidado. De forma geral, os resultados apontam para a recente inclusão dessa temática no campo da Psicologia, bem como a sua vinculação aos espaços acadêmicos. Esse é um elemento importante para (re)pensar a relação entre ativistas

LGBT e os/as pesquisadores/as, pois se esse é/foi o espaço da legitimação de práticas normativas, também tem sido o espaço da subversão e produção de outras Psicologias. Da mesma forma, o ponto nodal das discussões nos trabalhos identificados parece se organizar no diagnóstico da transexualidade: ainda que trabalhos recentes defendam o diagnóstico a ser realizado na perspectiva de identificação de “um transexual verdadeiro”, eles são minoria nesse campo. A recusa ao diagnóstico parece forjar um consenso, no entanto, este apenas se dá quando se refere ao ponto específico da manifestação do desejo da cirurgia como critério diagnóstico e do diagnóstico como porta de acesso ao serviço. No entanto, o mesmo alinhamento ou crítica não é observado em relação à compulsoriedade do tratamento e ao tempo mínimo de atendimento, também previstos a partir da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) e incorporado à Portaria do Processo Transexualizador. Além disso, são poucos os trabalhos que desamarram as transexualidades do campo da saúde e dos limites do diagnóstico. No entanto, são estes os que parecem ter maior comprometimento com a perspectiva da despatologização das transexualidades quando aportam seus olhares nas lutas por visibilidade e outras esferas de sociabilidade das pessoas transexuais.

PALAVRAS CHAVE: Psicologias. Transexualidades. Revisão Sistemática.

ABSTRACT

This dissertation analyzed published publications in the interface between psychology and transsexuality, in order to identify the discourses about the transsexualities that circulated and impacted scientific production of Brazilian psychology in the period from 1997 to 2015. For this purpose, a Literature Review Systematized Descriptive in virtual databases was performed: Bank of Higher Education Personnel Improvement Coordination Thesis (CAPES), Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Scielo, Pepsic and IndexPsi. It were searched the terms "transsexual", "transsexuals", "gender identity clinic", "transgender", which were used independently and only in Portuguese. In order to complement this search, a survey of research groups registered in the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) was carried out, which presented, among its lines of research, the production of knowledge about gender and sexuality, and a E-mail contact was made with their leaders requesting information about publications and / or works defended by members of the group and / or others and that fit into this theme. A total of 729 papers were identified, including theses, dissertations and scientific papers. Of these, 648 were excluded and 81 were selected for analysis, being 12 theses, 31 dissertations and 38 scientific articles. In order to analyze the included productions, content analysis procedures were used, intending to respond to the proposed objectives. From the reading of the work in its entirety, as well as the dialogue with the document entitled "Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people" elaborated by the APA, it was possible to construct the categories: evaluation, therapy and intervention; Foundational knowledge and awareness; Stigma, discrimination and barriers to care. In general, the results point to the recent inclusion of this theme in the field of psychology, as well as its linkage to academic spaces. This is an important element to (re) think the relationship between LGBT activists and researchers, because

if this is the space for legitimizing normative practices, it has also been the space of subversion and production of other psychologies. Likewise, the nodal point of the discussions in the identified papers seems to be organized in the diagnosis of transsexuality: although recent works defend the diagnosis should be made in the perspective of identifying "a true transsexual", they are minority in this field. The refusal to diagnosis seems to forge a consensus, however, this only occurs when it refers to the specific point of the manifestation of the desire of the surgery as a diagnostic criterion and the diagnosis as a gateway to the service. However, the same alignment or criticism is not observed in relation to the compulsory treatment and the minimum time of care, also provided for by the Resolution of the Federal Medical Council (CFM) and incorporated into the Transitional Procedural Ordinance. In addition, few works have untied the transsexualities of the health field and the limits of diagnosis. However, these are the works that seem to have a greater commitment to the perspective of the depathologization of transsexualities as they contribute their looks in the struggles for visibility and other spheres of sociability for the transsexual people.

KEYWORDS: Psychology. Transsexuality. Systematic review.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação esquemática dos três importantes marcos históricos destacados neste capítulo acerca da construção de um discurso disciplinador em torno das transexualidades.	33
Figura 2 - Representação esquemática do desenho metodológico do estudo.	43
Figura 3 - Representação esquemática do desenho metodológico do estudo e das produções (teses, dissertações e artigos) identificadas, avaliadas, excluídas e incluídas em cada fase do estudo.	51
Figura 4 - Representação esquemática do encaminhamento de e-mails aos pesquisadores e o retorno destes.....	63
Figura 5 - Representação esquemática das produções não incluídas na revisão.....	65
Figura 6 - Distribuição dos trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, no Scielo, no Pepsic, no IndexPsi e a partir dos grupos de pesquisa do CNPq, e que NÃO foram ELEGÍVEIS pelos critérios de inclusão e exclusão, distribuídos pelo motivo da exclusão.....	66
Figura 7 - Distribuição das produções incluídas nesta revisão por ano em que ocorreu a defesa/publicação.	73
Figura 8 - Distribuição das produções incluídas nesta revisão agrupadas por período de publicação: de 2000 a 2009 e de 2010 a 2015.....	75
Figura 9 - Autores/as das produções dos programas de pós-graduação e primeiro/a autor/a dos artigos científicos, incluídos na revisão, distribuídos pela formação acadêmica informada no Currículo Lattes.....	76
Figura 10 - Autores/as das produções dos programas de pós-graduação e primeiro/a autor/a dos artigos científicos incluídos na revisão, distribuídos pelo momento de aproximação com as pesquisas no campo das transexualidades, conforme informações obtidas no Currículo Lattes dos/as pesquisadores/as.	79
Figura 11 - Representação esquemática dos artigos que são produtos de pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação – mestrado e doutorado.....	82
Figura 12 - Autores/as das dissertações e teses e primeiro/a autor/a dos artigos científicos incluídos na revisão, distribuídos pela atuação profissional principal informada no Currículo Lattes.	83
Figura 13 - Representação esquemática das produções dos programas de pós-graduação incluídas nesta revisão distribuídas geograficamente por Estado Brasileiro.	85
Figura 14 - Autores/as das dissertações e teses e primeiro/a autor/a dos artigos científicos incluídos na revisão a partir do endereço profissional informado no Currículo Lattes, distribuídos por capitais ou interior do País.	88

Figura 15 - Representação esquemática da metodologia empregada nos trabalhos incluídos na revisão e o tipo de estudo realizado.	90
Figura 16 - Distribuição das produções incluídas quanto ao tipo de estudo realizado.	91
Figura 17 - Representação esquemática dos/as participantes dos trabalhos incluídos na revisão e seus locais de observação, incursões à campo e visitas exploratórias.	93
Figura 18 - Distribuição dos artigos científicos incluídos na revisão de acordo com a classificação “Qualis” dos periódicos.	100
Figura 19 - Cruzamento entre os artigos científicos incluídos na revisão e publicados em periódicos avaliados pelo <i>Qualis</i> , classificados de A1 até B2, e a área de atuação do/a primeiro/a autor/a desses artigos – de acordo com as informações coletadas no Currículo Lattes.	100
Figura 20 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pela categoria de análise “Problemas d(n)a saúde”.	106
Figura 21 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pela categoria de análise “Atravessamentos d(n)o direito”.	107
Figura 22 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pela categoria de análise “Outros fios”.	107
Figura 23 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pelas categorias de análise estabelecidas.	109
Figura 24 - “Níveis de prevenção de desfechos negativos dos maus-tratos na infância”.	125

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas. 52
- Tabela 2** - Trabalhos identificados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas. 53
- Tabela 3** - Trabalhos identificados no Scielo, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas..... 55
- Tabela 4** - Trabalhos identificados no Pepsic, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas..... 57
- Tabela 5** - Trabalhos identificados no IndexPsi, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas..... 58
- Tabela 6** – Grupos de pesquisa cadastrados na plataforma Lattes do site do CNPq que apresentavam dentre suas linhas de pesquisa a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade, distribuídos por palavra-chave utilizada na busca, nome do grupo e nome do/a líder..... 60
- Tabela 7** - Trabalhos indicados pelos/as líderes dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq através de contato por e-mail, distribuídos por quantidade de trabalhos indicados, quantidade de trabalhos excluídos e seus motivos de exclusão, e quantidade de trabalhos incluídos. 64
- Tabela 8** - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, no Scielo, no Pepsic, no IndexPsi e a partir dos grupos de pesquisa do CNPq e excluídos da revisão por serem de áreas disciplinares distintas da Psicologia, distribuídos por campo disciplinar e número de produções. 67
- Tabela 9** - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, no Scielo, no Pepsic, no IndexPsi e a partir dos grupos de pesquisa do CNPq e excluídos da revisão por não se referirem as questões relacionadas à transexualidade como tema principal, distribuídos por centralidade das discussões e número de produções..... 68
- Tabela 10** – Características das dissertações e teses incluídas na revisão, distribuídas pela formação do/a autor/a, ano em que ocorreu a defesa e área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação. 71
- Tabela 11** – Características dos artigos incluídos na revisão, distribuídos pela formação do/a primeiro/a autor/a, ano em que ocorreu a publicação e nome do periódico de publicação. 72

Tabela 12 – Autores/as e primeiros/as autores/as de trabalhos incluídos na revisão, distribuídos pela área de formação profissional, atuação profissional e momento de aproximação com o campo das transexualidades, conforme informações obtidas no Currículo Lattes.	77
Tabela 13 – Autores/as e primeiros/as autores/as de trabalhos incluídos na revisão cujas pesquisas de mestrado e doutorado foram realizadas com a temática das transexualidades, distribuídos pelo título de suas dissertações e teses, ano de defesa, status de inclusão nessa revisão e orientador/a do trabalho.	80
Tabela 14 – Artigos científicos incluídos na revisão cujos/as primeiros/as autores/as são professores/as universitários/as, distribuídos pela base de dados do artigo, código que lhe foi atribuído, título do trabalho, ano de publicação, nome do/a primeiro/a autor/a e se o/a mesmo/a é orientador/a de mestrado ou doutorado.	84
Tabela 15 – Produções dos Programas de Pós-Graduação incluídas na revisão, distribuídas pelo código, instituição de origem e sua localização geográfica e formato do trabalho.	86
Tabela 16 – Autores/as e primeiros/as autores/as dos trabalhos incluídos na revisão cujo endereço profissional informado esteja localizado em cidades do interior do País, distribuídos por nome, área de atuação profissional, endereço profissional e ano de início na área de atuação, conforme informações disponibilizadas no Currículo Lattes dos/as pesquisadores/as.	88
Tabela 17 – Distribuição das produções incluídas quanto aos instrumentos utilizados.	91
Tabela 18 – Quantidade e média de instrumentos utilizados nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.	92
Tabela 19 – Tamanho do nº amostral utilizado nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.	94
Tabela 20 – Distribuição do local de execução da pesquisa nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.	96
Tabela 21 – Distribuição dos ambulatorios e hospitais em que foram realizadas as pesquisas nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.	97
Tabela 22 – Artigos científicos incluídos na revisão, distribuídos por revista e avaliação Qualis.	99
Tabela 23 – Trabalhos incluídos na revisão, distribuídos por ano de publicação/defesa, código atribuído ao trabalho e tema identificado no estudo.	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Associação Americana de Psicologia

APA - Associação de Psiquiatria Norte-Americana

BDNF - Fator neurotrófico derivado do cérebro

BVS-Psi-Brasil - Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia Brasil

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFM - Conselho Federal de Medicina

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRS - Cirurgia de redesignação sexual

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

HBIGDA - Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association

HIV - Vírus da imunodeficiência humana

IBICT - Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia

INDEXPSI - IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG's - Organizações não governamentais

PEPSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

STP - Stop Trans Pathologization

SUS - Sistema Único de Saúde

TIG - Transtorno de Identidade de Gênero

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

WPATH - World Professional Association for Transgender Health

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	21
1. INTRODUÇÃO	32
2. PERCALÇOS E TROPEÇOS METODOLÓGICOS.....	41
2.1 Objetivos.....	41
2.2 Pesquisa de revisão sistemática de literatura.....	41
2.3 Critérios de inclusão e exclusão	43
2.3.1 Critérios de Inclusão	43
2.3.2 Critérios de Exclusão	44
2.4 Passos na coleta de dados	45
2.4.1 Identificação.....	45
2.4.2 Seleção	47
2.4.3 Inclusão e Interpretação	47
2.5 Corpo da pesquisa.....	50
2.5.1 Discriminação por base de dados.....	51
2.5.1.1 Banco de Teses & Dissertações da Capes.....	51
2.5.1.2 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	53
2.5.1.3 Scielo.....	55
2.5.1.4 Pepsic	56
2.5.1.5 IndexPsi.....	58
2.5.1.6 Grupos de pesquisa CNPq	59
2.6 Trabalhos excluídos	64
2.7 Limitações da Pesquisa.....	68
3. ENCONTROS: ESCRITOS E ESCRITURAS N(D)O CAMPO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA.....	70
3.1 Um diálogo recente com o campo das transexualidades	73
3.2 Locais de produção dos discursos	76
3.3 Distribuição geográfica dos locais de produção dos discursos.....	85
3.4 Descrição metodológica dos estudos	89
3.4.1 Tipo de estudo.....	89
3.4.2 Tamanho amostral.....	94
3.4.3 Onde essas pesquisas foram realizadas.....	96
3.4.4 Qual a perspectiva teórica informa os trabalhos nesse campo?	97
3.5 Modos de circulação dos discursos	98
3.6 Distribuição temática das produções	101
4. “QUAL PSICOLOGIA SE TEM PRODUZIDO?”: DESCRIÇÃO CRÍTICA DOS TRABALHOS.....	110
4.1 Diagnóstico: essa conversa ainda está no ar	110

4.1.1 Avaliação, terapia e intervenção	110
4.1.2 Conhecimento Fundacional e Consciência	122
4.1.3 Estigma, Discriminação e Barreiras para o cuidado	128
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXOS	154
ANEXO 1 - Programação da II Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: Enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo	155
APÊNDICES.....	156
APÊNDICE 1 - Solicitação encaminhada para os/as líderes dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, que apresentavam dentre suas linhas de pesquisa, a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade	157
APÊNDICE 2 - Solicitação encaminhada para os/as autores/as de trabalhos que não se encontravam disponíveis para acesso online.	158
APÊNDICE 3 - Trabalhos incluídos na revisão, distribuídos pela base de dados utilizada na identificação da produção, código, formação do/a autor/a ou primeiro/a autor/a, título do trabalho, ano em que ocorreu a defesa/publicação, formato do trabalho e área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação ou nome do periódico de publicação.....	159
APÊNDICE 4 - Trabalhos incluídos na revisão, distribuídos pelo código, tipo de estudo realizado, instrumentos utilizados na pesquisa, participantes, tamanho amostral e local de execução.	163
APÊNDICE 5 - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e não incluídos na revisão, distribuídos por autor/a, formação do/a autor/a, título do trabalho, ano, área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação onde ocorreu a defesa e motivo da exclusão.....	171
APÊNDICE 6 - Trabalhos identificados no Scielo, Psico e IndexPsi e não incluídos na revisão, distribuídos por primeiro/a autor/a, formação do/a autor/a, título do trabalho, ano, periódico de publicação e motivo da exclusão.	186
APÊNDICE 7 - Trabalhos indicados através do contato com os Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq e não incluídos na revisão, distribuídos por autor/a ou primeiro/a autor/a, formação do autor, título do trabalho, ano, periódico de publicação ou área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação onde ocorreu a defesa e motivo da exclusão.	191

APRESENTAÇÃO

Início compartilhando parte de minha trajetória acadêmica e profissional. Acredito que deixar conhecer esta trajetória permite que se amplie o olhar sobre o estudo por evidenciar um leque de motivações e interesses que culminaram no processo de pesquisar sobre o tema.

Minha caminhada na Psicologia se iniciou em 2003 com o ingresso no curso na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), em Paranaíba/MS. Inicialmente, identifiquei-me com as linhas tradicionais de pensamento psicológico, até porque estes eram os modelos disponíveis na graduação, efetivados não apenas por professores cujas visões de mundo centravam-se nestes modelos, mas por estágios sustentados nas práticas tradicionais da Psicologia.

O desencantamento com essas abordagens se deu em um processo lento, ao longo de minha jornada profissional. A inserção como psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e posteriormente do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) levou-me a buscar alternativas teóricas que dessem conta dos atravessamentos sociais que marcavam a vida dos sujeitos que demandavam estas instituições.

O trabalho cotidiano com famílias consideradas como em situação de vulnerabilidade social foi o meu primeiro contato com a materialidade da desigualdade social que atinge proporções de carências de diferentes ordens. O dia-a-dia de minha prática profissional suscitava-me inúmeras questões, e era marcada por diversos desafios: enquanto um novo campo de trabalho para os psicólogos era atravessado por deficiências com relação à própria formação que não qualificava o profissional “psi” para atuar nessa realidade e também devido à organização de trabalho ainda arranjada de forma precária, desestruturada e assistencialista, em muitos locais.

Esse cotidiano me levou a buscar uma especialização no campo dos direitos humanos.

Interessava-me, nessa época, pesquisar estratégias de intervenção com grupos de mulheres que frequentavam o CRAS, visando caminhos de empoderamento. Com este projeto, ingressei posteriormente no mestrado.

Meu contato com a temática da transexualidade - assim como parece ter ocorrido com a maioria dos pesquisadores identificados nesta revisão - se deu na pós-graduação. Ao ser aprovada no processo seletivo deste programa, fui convidada por minha orientadora a conhecer o ambulatório Amélio Marques do Hospital de Clínicas de Uberlândia, na especialidade Educação, Saúde e Cidadania, coordenado pela mesma, que prestava atendimento transespecífico em acolhimento, clínica médica, endocrinologia e clínica psicológica - sendo incluído posteriormente o serviço de atenção ginecológica -, e a pensar a possibilidade de pesquisar a temática do cuidado para a população de travestis e transexuais.

Comecei a participar das atividades do ambulatório que ocorriam semanalmente às segundas-feiras, observando a rotina de funcionamento do mesmo, dando suporte aos atendimentos na intermediação entre a sala de espera e os profissionais, no agendamento de consulta e no acolhimento de novos usuários.

Esse foi o meu primeiro contato com a temática das transexualidades. As leituras iniciais, a observação das atividades do ambulatório e as discussões teóricas da equipe foram essenciais nesse momento de chegada ao campo. Ajudaram a desconstruir as certezas em relação às transexualidades e travestilidades, amparadas por um pensamento heteronormativo, sendo desafiada a rever minhas descrições de mundo e discursos sobre gênero e sexo.

Formulamos então um projeto que pretendia investigar o lugar de cuidado ofertado no ambulatório e suas intersecções no empoderamento da(o)s usuária(o)s a partir do ingresso no serviço. No entanto, problemas institucionais levaram à paralisação das atividades do ambulatório em meados de 2015, o que impossibilitou a realização do trabalho de campo sendo necessário rever o projeto.

Concomitantemente, fui convidada a integrar a equipe da Estação Minas Gerais da pesquisa *Análise do acesso e da qualidade da atenção integral em saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde*¹ (SUS), na etapa de coleta de dados por meio de entrevistas com profissionais dos serviços de saúde das cidades de Uberlândia e Belo Horizonte/MG e oficinas em Uberlândia com os/as usuários/as. Pensamos na possibilidade de uma nova questão a ser investigada que estaria relacionada à percepção das travestis sobre ao acesso e à qualidade da atenção integral em saúde disponibilizada para elas no SUS, por meio da análise das oficinas desenvolvidas com as mesmas em Uberlândia e Belo Horizonte.

Em uma das viagens à Belo Horizonte, para realização das oficinas, tive a oportunidade de participar do evento *1º Bota a Cara no Sol: (In)visibilidade da diversidade sexual e de gêneros* organizado pelo Coletivo Arara da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no ano de 2015. Na ocasião, lembro que chamaram minha atenção os relatos acerca do sentimento de solidão vivenciados por aqueles/as que se reconheciam como pertencentes ao segmento LGBT, que não podiam dividir seus conflitos, inseguranças e experiências com ninguém, nem mesmo com o/a profissional da Psicologia, apresentados por eles/as como despreparados/as para lidar com as demandas desses grupos. Marcou-me o relato de uma participante sobre evento ocorrido na universidade, quando duas estudantes por estarem se beijando foram encaminhadas para a psicóloga que, diante da situação, decidiu por chamar os pais das envolvidas para informar o ocorrido. Essa atuação, no mínimo, equivocada da Psicologia suscitou em mim inúmeros questionamentos acerca da atuação do psicólogo.

Reatualizava, para além das fronteiras nacionais, o relato do sociólogo Giancarlo Cornejo em sua autoetnografia *queer*, apresentado por Berenice Bento e Larissa Pelúcio

¹ A pesquisa *Análise do acesso e da qualidade da atenção integral em saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde* é uma realização do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília (Nesp/UnB) em parceria com a FIOCRUZ/PE e diversas universidades, tais como: Federais da Paraíba, Piauí, Uberlândia; Universidade de São Paulo; Universidades Estaduais de Maringá e do Rio de Janeiro, visando “mapear, identificar e compreender as dimensões do acesso dos sujeitos da pesquisa aos serviços de atenção à saúde - bem como sua qualidade - na perspectiva desses usuários, profissionais e gestores” (Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília, 2016, p. 01).

(2012), no qual são narradas as constantes e reiteradas intervenções da psicóloga da escola em que Giancarlo estudava. Considerado “um menino afeminado”, as ações dirigidas a ele patologizavam não apenas a sua experiência, mas a relação de seus pais com ele, imbuindo-se de esforços para “adequá-lo” a lógica de um gênero considerado o correto. Na dissertação de mestrado que visava analisar os sentidos da psicoterapia para jovens gays, Guilherme Bessa Ferreira Pereira (2014) não apenas recupera essa discussão através do levantamento bibliográfico, como também aponta para os significados, motivações e desfechos para os sujeitos envolvidos num cenário atravessado pela homofobia.

Reflexões iniciadas na trajetória acadêmica e que me provocavam a cada leitura, reconhecendo o lugar do campo da Psicologia como um espaço de cuidado e acolhimento que deveria proteger quem busca esse cuidado. Essas reflexões/provocações me levaram a mudar o rumo da minha pesquisa, deslocando da pesquisa sobre a saúde das travestis para os saberes e práticas sobre as transexualidades que marcam o campo da Psicologia.

Concomitantemente, a circulação da chamada para o evento *II Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: Enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo* a ser realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nos dias 08 a 11 de março de 2016 provocou estranhamentos diversos e suscitou questionamentos, tais como: Existiria uma Psicologia LGBT? Se sim, quais saberes circulam sobre a transexualidade? Quais discursos são enunciados nessa Psicologia? Quem são os sujeitos enunciadorees nesse campo?

Esta foi a primeira vez que eu participara de um evento de tamanha magnitude com essa temática. Na verdade, dizer que participei deste evento não corresponde à realidade. Vivi intensamente este evento, participando de todas as palestras, mesas redondas, conversas informais com outros participantes, palestrantes e companheiros de viagem, com ênfase nas discussões na interface entre Psicologia, transexualidade e o campo da saúde, delimitando

assim um recorte temático específico para as diversas atividades que ocorriam simultaneamente.

Foram quatro dias de encontro, durante os quais tive a oportunidade de participar, de conhecer e ouvir pessoas e me aproximar do movimento social LGBT, com suas demandas, conquistas, tensões e narrativas que eu só havia tido acesso, até então, por meio de textos e trabalhos científicos.

Desta experiência, minhas impressões foram registradas em diário. A seguir, procuro retratar a minha vivência dos fatos, resgatando recortes de momentos e falas da conferência que mais me marcaram e ajudaram na constituição desta pesquisa.

O Fórum Latino-Americano sobre práticas psicológicas, gênero e sexualidade Francisco Aguayo (Chile) problematizou as práticas psicológicas e experiências clínicas no atendimento a adolescentes LGBT e particularmente registrei o relato sobre um jovem homossexual cujo psicólogo teria minimizado a homofobia e seus efeitos sobre a sua vida, esse relato reatualizava os questionamentos que me foram suscitados no I Bota a Cara no Sol acerca da atuação do psicólogo diante das demandas de pessoas auto-identificados a partir das categorias LGBT.

Entre outras falas, destaco a de Adriana Salles e o seu convite à Psicologia para discutir a travestilidade não apenas como patologia ou lugar de sofrimento, mas também a partir de suas potências, questionando: “Qual Psicologia eu tenho produzido? Uma Psicologia do sofrimento, ou uma Psicologia da potência e da vida?”. Willian Peres concluiu a discussão propondo a construção de uma Psicologia preocupada com as “estilísticas da existência”.

Qual Psicologia se tem produzido no campo das transexualidades? Quais saberes tem sustentado a atuação dos psicólogos nas transexualidades? Estas também eram inquietações que eu já trazia comigo, mas que redesenhavam a cada discussão do Simpósio.

Na segunda parte do fórum, Sérgio Carrara ressaltou o cenário político atual, marcado

por grandes retrocessos nos direitos LGBT principalmente decorrentes da acirrada disputa na esfera entre Psicologia e religião. Os participantes reafirmaram a pertinência dessa discussão e contribuíram com suas preocupações no que reconhecem como interferência da religião no campo da Psicologia, destacaram as propostas da chamada “cura gay” e a “Psicologia cristã”. Ainda que o Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011 da Câmara dos Deputados (PDC 234/11) que estabelecia a sustação da Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) já tivesse sido arquivado em 02/07/2013, suas implicações reverberavam como bem analisado por Natália Teixeira (2014).

Essa discussão junto às problematizações que acompanhei acerca das zonas de silenciamento na produção de conhecimento acerca desta temática e as dificuldades de mercado editorial no Brasil, nas atividades de lançamentos de livros, fizeram-me indagar sobre o contexto histórico-político que tem permeado a produção científica no campo da Psicologia acerca das transexualidades e que permitiram ou negaram a emergência de discussões e avanços em torno dessa temática no cenário brasileiro.

O segundo dia do evento iniciou com uma sessão especial que propunha diálogos em torno da despatologização da transexualidade. As ausências anunciadas do Conselho Federal de Medicina (CFM) e de representante do Ministério da Saúde nesse debate tão importante e necessário reafirmaram as reflexões descritas acima acerca do cenário atual da produção científica brasileira e que disputas estão permeando essa produção.

Após o almoço retornei para a mesa redonda que mais anunciaria questões para meu recorte temático: Psicologias e transexualidades.

O preâmbulo da fala de Juracy Toneli anunciava uma tensão já presente durante o II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, ocorrido em setembro de 2015 em Salvador – Bahia, quando Judith Butler participou como convidada especial: as disputas em torno dos lugares e das pluralidades dos discursos e seus enunciadores.

Assim, ao iniciar sua fala se posicionando como uma pesquisadora que não reivindicaria falar em nome de ninguém já que não acreditava em dar voz às pessoas e salientando que sua preocupação seria a de problematizar o lugar da Psicologia na conformação e normatização da vida, demarcava seu cuidado com a problemática do protagonismo trans, que esteve presente em diversos momentos da conferência, sendo uma questão constante que paulatinamente era lembrada - que as trans possam falar de si e construir suas políticas, quem pode e quem não pode falar por elas, não estudem a gente estudem com a gente, leiam as nossas produções, entre outras falas que marcaram todas as atividades desta conferência.

Tatiana Lionço também iniciou sua apresentação dizendo de seu lugar de fala: a academia, e a finalizou convidando o movimento LGBT para exercitarem a política do diálogo.

Essa tensão entre academia e parte do movimento social também apareceu na mesa Políticas públicas e diversidade sexual, através da fala de Luiz Mello convidando as pessoas a se unirem para que sejam possíveis avanços, reafirmando que este campo não é domínio de apenas uma determinada área do saber, já que a temática da sexualidade não é exclusividade de nenhum campo: “Não nos sintamos donos de um tema. Mas se a gente não se unir; a gente se transformou quase também em inimigo e se a gente não se unir não vamos conseguir fazer mais nada”, reforçando que se não houver uma interlocução entre o movimento social e a academia não será possível avançar.

Essas posições demonstram a tensão existente entre a academia e parte do movimento social. A acusação de que os/as pesquisadores/as assaltaram o lugar de fala das pessoas trans remeteria ao texto “Podem os subalternos falar?” (Spivak, 2010), no entanto, uma tradução descontextualizada produz muitos ruídos e no caso observado, as falas acusatórias pareciam deslegitimar aqueles/as que pareciam estar num mesmo lugar de luta e não reconheceria o ativismo na academia e seus atores.

Essas discussões que demarcavam um embate entre a academia e o movimento social me levaram a questionar como a minha pesquisa seria percebida nesse cenário. A participação nesta conferência também me permitiu refletir sobre o meu lugar de fala e a minha posição como pesquisadora.

Sobre a temática Psicologias e transexualidades Juracy Toneli salientou que o discurso biomédico ainda é hegemônico na Psicologia, convidando a todos a desconstruírem a Psicologia normativa e construírem Psicologias possíveis, e Tatiana Lionço apontou que os estudos mostrando críticas a Psicologia no atendimento às pessoas trans também silenciavam os esforços dessa Psicologia, e afirmou que o conhecimento que vem sendo produzido atualmente prima pela despatologização. Essa fala de Tatiana Lionço me capturou. Onde estão essas produções? Porque na graduação e pós-graduação que eu cursei não chegavam essas produções?

Tatiana Lionço retomou ainda a fala da pesquisadora Flávia Teixeira ocorrida pela manhã sobre as portarias do processo transexualizador e somou a uma memória dos bastidores dessas portarias, trazendo um resgate histórico de como se deram as reuniões/discussões que tornaram possível essas portarias, e em que condições, processo importante do qual participou.

Nas intervenções dos participantes, após a apresentação dos integrantes da mesa, questões como a aparente impotência da Psicologia diante do CFM e da associação de psiquiatria que inclusive (na percepção dos participantes) se negaram a participar deste diálogo. A dificuldade da Psicologia para legitimar uma posição frente ao Ministério da Saúde que parece atuar de forma contrária a despatologização (também percebido assim pelos participantes), lembrando que o Ministério não enviou representante, embora convidado. E o contexto político atual, marcado pelo fundamentalismo religioso. As intervenções convergiram para a necessidade de que o CFP estimulasse os Conselhos Estaduais e que os/as pesquisadores/as, professores/as pautassem mais essa temática nos Congressos e Seminários de Psicologia.

Ambos os momentos mais uma vez me remetendo à importância do contexto tornando possível a produção científica no campo da Psicologia acerca dessa temática, e a importância de se difundir essas discussões nos diversos espaços.

No dia seguinte, participei da mesa “Dispositivos Clínicos e Diversidade”. No momento das intervenções, uma pessoa que se identificou como homem trans relatou suas desventuras com atendimentos psicológicos ao longo de sua jornada de transição, o que lhe causou apenas sofrimento e sentimento de abandono. A resposta de Luciana Vieira demarcou o abismo entre os dois lugares: “A gente não caminha muito, e o sofrimento das pessoas trans tem pressa”.

Assim, encerrava minha participação nesta conferência desafiada. Sem estabelecer dualismos, e compreendendo também a Psicologia como espaço de produção de saber/fazer em disputa e que a clínica com transexuais não era apenas vida e potência, mas também sofrimento e opressão.

Sim, o sofrimento das pessoas trans tem pressa e esse convite à recusa da inércia diante desse cenário era um desafio que eu estava disposta a aceitar.

As discussões e caminhos apontados nessa conferência, juntamente às leituras realizadas ao longo do mestrado, como as pesquisas de Rodrigo Borba (2016) e Marcos Oliveira (2013; 2014) que problematizaram essa atuação do psicólogo na clínica com transexuais, contribuíram para a delimitação de nosso problema de pesquisa: quais saberes sobre as transexualidades circulam no campo da Psicologia brasileira?

Assim, optamos pelo uso do termo transexualidades no plural por entendermos que estas devem ser compreendidas como um modo particular de subjetivar as experiências transexuais e não um estado universal vivido por toda(o)s da mesma maneira. Desse modo, acreditamos que não se pode essencializar a experiência transexual, mas que cada indivíduo a demarcará de uma maneira particular e única e será capturada pelos discursos oficiais de modos

distintos, enredadas também pelas posições de sujeito dos/as pesquisadores/as.

Do mesmo modo, nossa escolha pelo uso do termo Psicologias também demarcam nosso entendimento da Psicologia enquanto um campo plural, com formas distintas de compreender a Psicologia e atuar nela, uma diversidade de discursos/verdades que operam a partir de objetos, métodos de investigação e abordagens.

A presente dissertação se inicia por esta apresentação do estudo em que se contextualiza o percurso de aproximação com a temática e construção da pesquisa, e foi dividida estruturalmente em cinco capítulos.

O capítulo um resgata parte da discussão sobre a apropriação das transexualidades pela medicina e pelas *ciências psi*, destacando alguns marcos importantes no processo de normatização da experiência transexual sem ter como objeto central a historicidade do processo considerando que as leituras de Berenice Bento (2006), Jorge Leite Júnior (2011) e Flavia Teixeira (2013) cumpriram tal objetivo.

O segundo capítulo descreve os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa, passando pelo tipo de estudo, objetivos, fontes de coletas de dados, critérios de inclusão e exclusão, desenho metodológico e universo da pesquisa, análise e interpretação dos dados e limitações desse estudo.

O terceiro capítulo visa responder às exigências de um estudo descritivo seguindo a trajetória e distribuição da produção científica sobre as transexualidades, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de variáveis, entre elas, data de publicação, temas e periódicos, etc.

No quarto capítulo tecemos uma análise crítica da produção identificada em nossa revisão em diálogo com o documento da Associação Americana de Psicologia – APA (American Psychological Association, 2015) que orienta a atuação dos psicólogos em relação às transexualidades.

Mesmo considerando esse texto como um produto aberto, é necessário encerrar o processo da escrita da dissertação, assim, no quinto capítulo ensaiamos com algumas considerações finais.

1. INTRODUÇÃO

Não pretendemos aqui retomar uma discussão sobre as disputas, tecidas no campo das ciências psi, em torno da temática da transexualidade, no Brasil, temos os trabalhos de Berenice Bento (2006), Flavia Teixeira (2009; 2013) e Jorge Leite Júnior (2011) como referências nesse campo.

No entanto, faz-se importante aqui apresentar o nosso entendimento da transexualidade e traçar uma reflexão acerca de como, ao longo dos anos, a medicina e as ciências psi (psiquiatria, Psicologia e psicanálise) se apropriaram do saber acerca da transexualidade, definindo conceitualmente o fenômeno e propondo intervenções (Santos, 2011; Dias, 2015). Ressaltando que a leitura dos trabalhos de Rodrigo Borba (2016) e Marcos Oliveira (2013) especificamente sobre a intervenção da Psicologia nos serviços que prestam assistência às pessoas transexuais demonstram que essas práticas de cuidado psi apenas reiteram e reproduzem uma intervenção demandada e pensada a partir da medicina. Assim, recuperamos três marcos nesse processo de investimento discursivo em torno da transexualidade, aqui compreendidos como normatizadores da experiência transexual: a publicação do livro *O fenômeno transexual* de Harry Benjamim, a inclusão da transexualidade como uma doença na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e a publicação da Resolução 1.482 do CFM (Figura 1).

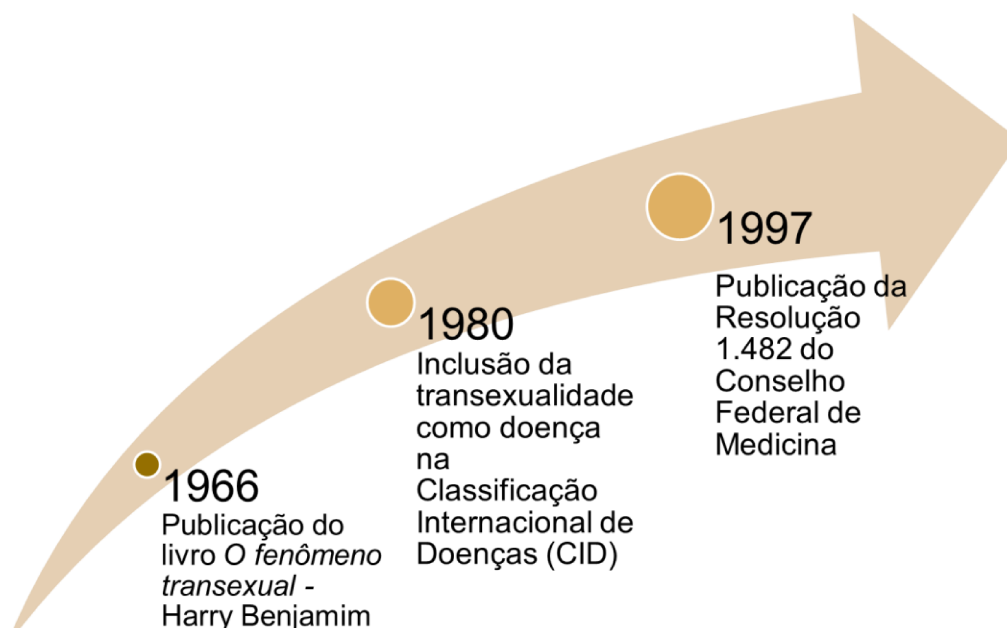


Figura 1 - Representação esquemática dos três importantes marcos históricos destacados neste capítulo acerca da construção de um discurso disciplinador em torno das transexualidades.

As transexualidades seguem, ainda hoje, classificadas como transtornos mentais pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo as pessoas transexuais designadas como “portadoras de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas, independentemente das variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas” (Bento & Pelúcio, 2012, p. 572). A Resolução do CFM nº 1995 (2010) apenas reatualizou os limites de poder dos médicos para atuar no campo que reconhecem como domínio médico que já estavam traçados na Resolução 1482/1997.

Alinhado com a perspectiva que reconhece o potencial normalizador das identidades, mesmo daquelas que dissidem ou questionam a ordem vigente (Seffner, 2011; Butler, 2003), e entendendo que as categorias gay, lésbica, travesti e transexual, “antes de serem categorias reivindicadas, estas são identidades impostas” (Pelúcio, 2014, p. 39), nosso trabalho não se ancora numa definição de transexualidade, mas seguimos com o objetivo de “[...] interrogar os saberes que divulgaram verdades sobre esses corpos, encapsulando subjetividades, patologizando desejos” (Pelúcio, 2014, p. 39).

No entanto, esse reconhecimento não nos impede de compreender a transexualidade

como uma categoria nosológica, investida de um saber científico que disciplina a experiência transexual e opera sobre ela, medicalizando seus corpos e legitimando-a enquanto um fenômeno médico-psiquiátrico, inscrito sob a lógica da patologia (Santos, 2011). Essa percepção está em consonância com a proposta de Berenice Bento (2006) de pensar a transexualidade como dispositivo na maquinaria de controle da sexualidade e dos corpos.

Um dispositivo que opera a partir de alguns marcos como a publicação do livro *O fenômeno transexual* (1966) do endocrinologista Harry Benjamin, que sistematizou as pesquisas no campo da transexualidade na interface com a endocrinologia e os estudos genéticos e estabeleceu as bases para o seu diagnóstico, ou seja, a identificação do “transexual verdadeiro”, que seriam aqueles que se beneficiariam com a readequação sexual (Borba, 2014).

Ao estabelecer um modelo ideal do que seria o “transexual verdadeiro”, Harry Benjamin, definiu critérios que se tornaram “verdades absolutas” que impactam na assistência às pessoas transexuais, entre eles, o sentimento de abjeção por suas genitálias, o alto risco suicida e a certeza absoluta e permanente de estar no corpo errado (Bento & Pelúcio, 2012).

No ano de 1969, ocorreu em Londres o primeiro congresso da associação Harry Benjamin, que em 1977 passaria a se chamar de *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (HBIGDA) (Bento, 2006; 2008).

Essa associação atualmente chama-se *World Professional Association for Transgender Health* (WPATH) e, de acordo com Bento (2006) é responsável pela “normatização do ‘tratamento’ para as pessoas transexuais em todo o mundo” (p. 43), publicando regularmente documentos nesse intuito, denominados de *Normas de Tratamento* (State of Care ou SOC), atualmente em sua 7ª versão.

Em 1980, a transexualidade passou a ser considerada como uma doença na CID e, posteriormente, também foi incluída como um “Transtorno de Identidade de Gênero” no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), passando ao longo de suas edições

por diversas “alterações na descrição e critérios diagnósticos, sem, no entanto, despatologizá-las” (Dias, 2015, p. 41).

A última edição do DSM (DSM-5, 2013) alterou a nomenclatura utilizada para se referir às transexualidades, passando a adotar o termo “disforia de gênero”. Este é abordado em um capítulo próprio separado das disfunções sexuais. Além disso, foi reduzindo o tempo de presença dos critérios observados de 02 anos (presente nas edições anteriores) para 06 meses, mas ainda manteve a condição de patologia.

Anteriormente, durante a revisão da terceira edição do DSM em 1987, alguns critérios diagnósticos foram modificados, como o diagnóstico diferencial com a esquizofrenia que foi abolido (Perelson, 2011). Em sua última versão, o DSM-IV substituiu a distinção entre transexuais e psicóticos, pela necessidade de se fazer uma distinção entre o “mero desejo de quaisquer vantagens culturais percebidas por ser do outro sexo” (Perelson, 2011, p. 6).

Assim, a transexualidade permanece como uma enfermidade mental (Transtorno de Identidade de Gênero - TIG) que manteria a centralidade da cirurgia como critério diagnóstico. Estes seriam denominados de “transexuais verdadeiros” e, no Brasil, seriam as únicas pessoas elegíveis para acessar o processo transexualizador no SUS até 2013. Dessa forma, a relação entre os/as usuários/as transexuais dos serviços de saúde e a equipe seria de convencimento para garantir a participação no programa (e a autorização para a cirurgia, muito embora esta não faça parte do desejo de todas as pessoas transexuais, sendo para muitos apenas uma possibilidade a ser pensada) e, consequentemente, essa centralidade na “doença” na busca por seus sinais, sintomas e possíveis causas transformaria a pessoa em mero objeto/paciente, retirando-a o lugar de falar por si mesmo (Borba, 2014).

Num cenário de disputas, ressaltamos que as Associações e Sociedades profissionais têm enfrentado as resistências de ativistas, a exemplo da campanha “Stop Trans Pathologization (STP)” que preconiza a despatologização das identidades e expressões transexuais como um

direito humano fundamental, de acordo com Amets Suess durante entrevista concedida a Berenice Bento (2012), e tem como demandas principais:

La retirada de las categorías relacionadas con los procesos de transición en el género de los manuales diagnósticos DSM y CIE, así como la garantía de los derechos sanitarios de las personas trans, incluyendo la garantía de cobertura pública de una atención sanitaria trans-específica de la más alta calidad posible y el cambio del modelo actual de evaluación por un enfoque basado en la decisión informada. [...] no concebimos la demanda de despatologización y la demanda de cobertura pública como dos objetivos contrapuestos y excluyentes, sino como dos derechos humanos fundamentales. (p. 483)

No Brasil, as decisões e normativas internacionais exercem significativa influência, por exemplo, o conceito de transexualidade apresentado por Harry Benjamin e adotado, em 1997, na Resolução 1.482 do CFM que regulamentou a realização de cirurgias de transgenitalização para as mulheres transexuais em caráter experimental, estabelecendo como critérios:

que o paciente seja maior de 21 anos, não tenha características físicas inapropriadas para a realização da cirurgia e o tratamento siga um programa rígido que inclui a avaliação de equipe multidisciplinar – cirurgia plástica, urologia, endocrinologia, psiquiatria, Psicologia e serviço social – e acompanhamento psiquiátrico por, no mínimo, dois anos para a confirmação do diagnóstico (Amaral, 2011, p. 11).

A resolução nº 1.482 de 1997 foi substituída, em 2002, pela nº 1.652 que retirou o caráter experimental da cirurgia de redesignação sexual (CRS) para as mulheres transexuais (MtF), possibilitando que ela fosse integrada ao rol de procedimentos custeados pelo SUS. No entanto, a cirurgia para os homens transexuais (FtM), continuou restrita a hospitais públicos e universitários adequados para a pesquisa e em caráter experimental.

Em 2008, a Portaria nº 1.707 do Ministério da Saúde (Portaria n. 1707, 2008) definiu estratégias para que se constituíssem centros de referência na atenção à saúde transespecífica, instituindo o Processo Transexualizador no SUS, e em 2013 houve a publicação das Portarias nº 859 (Portaria n. 859, 2013) - suspensa em menos de 24 horas posteriores a sua publicação - e nº 2.803 do Ministério da Saúde (Portaria n. 2859, 2013) que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS e está em vigor (Teixeira, 2016).

As críticas ao processo de elaboração da Portaria e seus desdobramentos demonstra que esse campo permanece em disputa, no entanto, o poder de enunciação do CFM e dos médicos que participaram dos processos permanece informando que esse lugar ainda é domínio da medicina, os demais são posicionados como coadjuvantes, incluindo a Psicologia (Teixeira, 2016).

Nesse contexto, a atenção à saúde para transexuais em nosso País segue alicerçada em um modelo biomédico pautado no diagnóstico de transtorno mental, e na lógica autorizativa do profissional da área de saúde mental, sendo a autoidentificação, o desejo de se submeter a procedimentos de modificação corporal e o consentimento considerados insuficientes para este acesso (Amaral, 2011; Araújo, 2010; Carvalho, 2014; Borba, 2014).

As disputas internacionais pela despatologização da transexualidade também aportaram no Brasil, em sua maioria a partir de iniciativa dos/as pesquisadores/as na academia, conforme sinalizou Berenice Bento ao ser entrevista por Bento Manoel de Jesus (2013).

O CFP, nos anos de 2015 e 2016 lançou dois vídeos com questões relacionadas às vivências de pessoas trans e problematizam a sua patologização, a partir de um discurso da Psicologia. Concomitantemente ao lançamento dos vídeos intitulados respectivamente de “A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia - Parte I” (Conselho Federal de Psicologia, 2015) e “A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia - Parte II” (Conselho Federal de Psicologia, 2016), o CFP colocou no ar um website com a mesma temática visando ampliar o diálogo com os interessados neste debate².

Um aspecto marcante no primeiro vídeo é o reconhecimento de que a participação da Psicologia no processo transexualizador foi pensada a partir da definição CFM, conforme apontado no vídeo produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (2015). A discussão sobre

² Link do website Despatologização das Identidades Trans e Travestis do Conselho Federal de Psicologia: <http://despatologizacao.cfp.org.br/>.

essa temática já estava presente entre os/as pesquisadores/as que criticavam a compulsoriedade do acompanhamento psicológico, a obrigatoriedade da comprovação de um diagnóstico (que atravessa a prática profissional) que permitiriam ou negariam o acesso/autorização para um cuidado em saúde e que afetou o campo da Psicologia de forma definitiva. A Psicologia foi inserida no rol dos procedimentos obrigatórios através de uma Resolução CFM, desde a primeira edição (Teixeira, 2009).

No entanto, o vídeo do CFP com a participação da Tatiana Lionço afirmando que “a medicina nos disse como atuar com transexuais”. Defendendo que caberia ao campo da Psicologia se posicionar criticamente acerca do seu papel neste processo, se pautando em preceitos do seu próprio campo de conhecimento (Conselho Federal de Psicologia, 2015). Seria um primeiro movimento explícito do CFP em direção a essa proposta.

Sabemos que a Psicologia não é um procedimento médico, mas também no seu avesso não identificamos críticas dos Conselhos ou mesmo dos profissionais ou pesquisadores em relação a essa atribuição dada a partir do CFM quando são tratadas questões referentes ao Ato Médico³.

A Psicologia vem se mostrando crítica em relação ao ato médico, enfatizando o seu caráter de lei abusiva, violadora de direitos constitucionais das demais profissões que teriam treinamento para o desempenho dessas funções que estariam sendo privatizadas, legitimando o “domínio da Psicologia sobre as psicopatologias” (p. 33) e reivindicando o direito de determinar suas atribuições (Nicaretta, 2010).

No entanto, em relação à posição do CFM de estabelecer quais seriam as funções do psicólogo na resolução 1.482/1997, que reverberada na portaria ministerial 1.707/2008 do processo transexualizador, não vemos o mesmo empenho em reivindicar essa autonomia.

³ O que ficou conhecido como ato médico trata-se de um projeto de lei 7.703/06 de autoria do médico e senador da república Geraldo Althoff, cujo conteúdo apresentado ao Congresso inicialmente em 2002 visava empreender uma diferenciação de campos de trabalho e estabelecer diretrizes no desempenho profissional do médico, mas foi alterado ao longo do seu trâmite convertendo-se em uma lista de procedimentos restritos à medicina (Nicaretta, 2010).

Essa inclusão da Psicologia, aparentemente inocente, produz alguns efeitos, e entre eles, a redução de sua potência como ciência e profissão uma vez que sua atribuição se dará a partir de um lugar definido por outra categoria profissional reiterando o poder médico que já demarcava as ações no entorno da transexualidade e reverberará na “Nota Técnica sobre Processo Transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans” produzida pelo CFP (2013) como analisa Flavia Teixeira (2016).

A publicação do CFP (2013) orientando a atuação do psicólogo no Processo Transexualizador e outros serviços voltados para as pessoas trans, parece referendar a compulsoriedade do acompanhamento psicológico conforme prescrito pela Resolução do CFM quando apresenta a seguinte afirmativa: “[...] a psicoterapia deve ser fundamental para a tomada de decisão na realização do processo trans” (p. 02). Além disso, Teixeira (2016) também ressalta que o documento referenda a atuação do psicólogo nos moldes estabelecidos pelo CFM: “resaltamos que a importância da Psicologia no processo transexualizador também é reconhecida e motivada, pelo CFM, mediante as Resoluções 1.482 de 1997 e 1.955 de 2010 [...]” (p. 01). Ou seja, o documento elaborado pelo órgão que regula a profissão do psicólogo reconhece como legítima a intervenção da Medicina e se legitima através dela.

Os psicólogos são profissionais presentes em todos os serviços, ainda que estes se organizem de forma precária como demonstraram os trabalhos de Daniela Amaral (2011) e Mably Tenenblat (2014). A disputa pela definição da transexualidade se materializa nas contradições das Normas, Portarias e Resoluções que não se restringem ao campo da Psicologia, mas é por ele atravessado a partir da centralidade atribuída ao diagnóstico que acaba por garantir ou negar o acesso ao cuidado em saúde.

Esse lugar de poder-saber forjado pela Psicologia, ou através dela, participa das cenas em disputa quando a despatologização das transexualidades coloca em questão a retirada do julgo das ciências psi. É nesse fluxo de narrativas sobre o lugar da Psicologia no cuidado tran-

sespecífico que esta pesquisa se ancora.

2. PERCALÇOS E TROPEÇOS METODOLÓGICOS

2.1 Objetivos

Estabelecemos como objetivo geral o de identificar os discursos sobre as transexualidades que circularam e impactaram a produção científica da Psicologia brasileira no período de 1997 a 2015.

Definimos os seguintes objetivos específicos: a) identificar como a Psicologia vem dialogando com o campo das transexualidades; b) quem são os sujeitos enunciadore nesse campo; c) quais saberes têm sido produzidos/circulados a partir desse encontro; e d) quais discursos parecem hegemônicos e quais saberes/práticas estão em disputas.

2.2 Pesquisa de revisão sistemática de literatura

A presente dissertação foi desenvolvida a partir de uma revisão sistemática descritiva dos trabalhos publicados na interface entre Psicologia e transexualidade no Brasil, no período entre 1997 e 2015. As pesquisas de revisão sistemática de literatura vêm sendo cada vez mais utilizadas nos campos da saúde e educação por acadêmicos e pesquisadores buscando descrever o estado da arte de um tema (Whittemore & Knafl, 2005).

É sabido que as revisões de literatura são práticas comuns nas pesquisas científicas. No entanto, recentemente, vem se destacando o uso da técnica da revisão sistemática por, de acordo com Angelo Brandelli Costa, Ana Paula Couto Zoltowski, Silvia Helena Koller e Marco Antônio Pereira Teixeira (2015) ser “um processo formal, organizado e controlado para avaliação e síntese de estudos em diversas áreas do conhecimento” (p. 2442), permitindo um olhar ampliado da produção científica.

Compreendemos que os estudos denominados como estado da arte, ou estado do conhecimento, têm por objetivo sistematizar a produção acerca de uma determinada área do saber, não se limitando a apenas identificar a produção, mas, ao se debruçar sobre ela, consegue captar múltiplos enfoques e perspectivas (Romanowski & Ens, 2006; Sampaio & Mancini, 2007; Rother, 2007).

Assim, a revisão sistemática interroga a literatura científica sobre determinado tema, buscando responder a uma pergunta específica, a partir de um planejamento prévio, utilizando para isso de métodos explícitos e sistematizados para a busca e identificação das produções, bem como mecanismos de seleção e análise dos estudos incluídos na revisão (Rother, 2007).

O desenho metodológico deste estudo foi dividido em três etapas: a) identificação; b) seleção; c) inclusão e interpretação. Na primeira etapa foi realizada a identificação das produções científicas na literatura disponível, seguida por uma avaliação sumária dos resumos a partir dos critérios de inclusão e exclusão, e posteriormente empreendeu-se a leitura integral das produções incluídas, sendo estas interpretadas e analisadas (Figura 02).

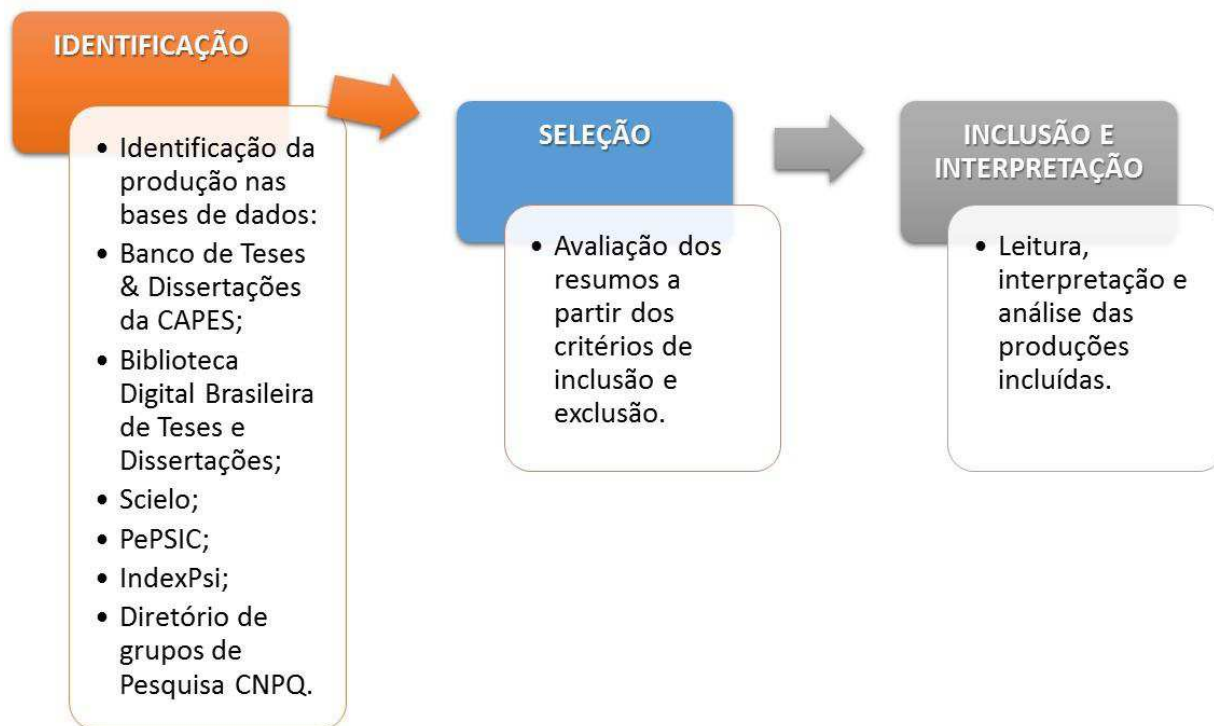


Figura 2 - Representação esquemática do desenho metodológico do estudo.

2.3 Critérios de inclusão e exclusão

2.3.1 Critérios de Inclusão

Nosso universo inicial da pesquisa foi composto por:

- artigos, teses e/ou dissertações - teses e dissertações identificadas nas bases de dados do Banco de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações disponível no Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT);

- artigos identificados através da busca nas bases de dados do Scientific Electronic Library Online (Scielo), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos, estes dois últimos da Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia Brasil (BVS-Psi-Brasil); e

- identificados através da indicação dos/as líderes dos grupos de pesquisa cadastrados no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

Cujo período de publicação correspondesse aos anos de 1997 a 2015, fosse uma produção nacional, estivesse nos formatos de tese, dissertação ou artigo científico, tivesse vinculação ao campo de conhecimento da Psicologia, tivessem as transexualidades como tema principal, e estivesse disponível para acesso integral online.

2.3.2 Critérios de Exclusão

Foram excluídos os trabalhos duplicados, ou seja, que se repetiam na mesma base de busca ou entre as outras bases de busca, e posteriormente foi realizada uma avaliação sumária dos resumos dos trabalhos para seleção, observando os seguintes critérios, a partir da ordem estabelecida:

1º) o recorte temporal de 1997 a 2015 - foi estabelecido o ano de 1997 reconhecendo o marco da publicação da Resolução CFM nº. 1.482/97. Tomamos a resolução do CFM como a primeira normativa no campo da saúde a tratar da questão da transexualidade e estabeleceu, inclusive, as atribuições do psicólogo.

2º) estudos que estivessem referindo-se ao Brasil - considerando que o foco desta discussão é o impacto na produção científica nacional;

3º) estivessem publicados nos formatos de artigos, teses ou dissertações;

4º) os/as autores/as das dissertações e teses e primeiros/as autores/as dos artigos científicos fossem reconhecidos/as ou identificados/as como psicólogos/as - a partir de uma análise dos itens Resumo e Formação Acadêmica/Titulação informado no currículo da Plataforma Lattes -, ou a partir do campo de saber da Psicologia sendo o programa de pós-graduação inserido nessa área definida pela CAPES. Em razão dos atravessamentos no campo psi, os

trabalhos das áreas de psiquiatria e psicanálise que impactam o campo da Psicologia também foram incluídos;

5º) ter como temática principal as questões sobre as transexualidades;

6º) produções que estivessem disponíveis para consulta online, ou que fossem disponibilizadas pelo/a autor/a. Sempre que as produções não estavam disponibilizadas para consulta online foi realizado um contato com o/a autor/a do trabalho via e-mail registrado na Plataforma Lattes, solicitando cópia.

Foram excluídos todos os trabalhos que não correspondiam aos critérios acima descritos.

2.4 Passos na coleta de dados

2.4.1 Identificação

Dois tipos de documentos diferentes foram definidos para a pesquisa, o primeiro composto pelas dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação e o segundo pelos artigos científicos publicados.

Para identificar as dissertações e teses foram utilizados o Banco de Teses & Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Os termos de busca definidos foram: “transexual”, “transexuais”, “transexualizador”, “transgênero”, utilizados de forma independente e apenas em português.

A pesquisa no Banco de Teses & Dissertações da CAPES foi realizada através do acesso ao site (<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>) em dois momentos: em 12 de janeiro de 2016 quando estavam disponíveis apenas as teses e dissertações defendidas no período compreendido entre 2011 e 2012, tendo sido realizada a primeira etapa da pesquisa

abarcando as produções disponíveis; após a disponibilização das teses e dissertações defendidas no período anterior a 2011 e posterior a 2012 – até o presente ano –, em 12 de julho de 2016, foi realizada uma nova pesquisa na plataforma para incluir outros resultados.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações a busca foi realizada via acesso ao site (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>) no dia em 12 de julho de 2016.

Os artigos científicos foram selecionados a partir das bases de dados do Scielo, PePSIC e IndexPsi Periódicos. As palavras-chave definidas foram: “transexual”, “transexuais”, “transexualizador”, “transgênero”, utilizadas de forma independente e apenas em português.

As pesquisas nas bases de dados Scielo, PePSIC e IndexPsi foram realizadas por meio do acesso aos seus sites institucionais (<http://scielo.br/>; <http://pepsic.bvsalud.org/>; e <http://newpsi.bvs-psi.org.br/cgi-bin/wxis1660.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&lang=P&base=INDEXPSI>, respectivamente) no dia 12 de julho de 2016.

Para evitar o viés da avaliadora, a revisão da pesquisa nas bases de dados, a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão e a seleção dos artigos, teses e dissertações foram realizadas por duas pesquisadoras de maneira independente. No caso de desacordo sobre a inclusão de algum dos artigos, teses ou dissertações, um terceiro pesquisador foi consultado.

Além da busca dos artigos, teses e dissertações por meio dos indexadores conforme explicitado acima, também foi realizado um levantamento de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, que apresentavam dentre suas linhas de pesquisa, a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade.

Os procedimentos para a coleta de dados nessa plataforma foram os seguintes:

- Acesso ao site da Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>);
- Em seguida, acesso à seção *Acessar o portal do Diretório em Diretório dos Grupos de pesquisa*;
- Na tela da *Base Corrente* foi selecionada a opção *Buscar Grupos* e inseridas na caixa

de pesquisa as palavras-chave: “gênero” e “sexualidade”, utilizadas de forma independente e apenas em português;

- No filtro de busca, foi selecionada apenas a área do conhecimento, marcando em grande área do conhecimento e área do conhecimento as opções Ciências Humanas e Psicologia, respectivamente.

Após a identificação destes grupos de pesquisa, foi realizado um contato com seus líderes por meio do e-mail cadastrado no site do CNPq, explicando sobre a pesquisa e solicitando informações acerca de trabalhos publicações e/ou defendidos por membros do grupo e/ou outros na interface entre Psicologia e transexualidade, no período entre 1997 e 2015.

A busca dos grupos de pesquisa cadastrados na plataforma foi realizada no dia 31 de outubro de 2016, e o contato via e-mail com seus líderes ocorreu no dia 01 de novembro do mesmo ano. Para fins metodológicos, delimitamos um período de tempo para o retorno do grupo com as informações solicitadas até o dia 01 de dezembro, sendo o prazo comunicado no corpo do e-mail enviado (Apêndice 1).

2.4.2 Seleção

Após a primeira etapa de identificação das produções, foi realizada uma avaliação sumária dos resumos considerando a ordem dos critérios de inclusão e exclusão.

2.4.3 Inclusão e Interpretação

Nesta etapa, foi realizada a inclusão dos trabalhos selecionados, bem como a recuperação na íntegra desses.

A partir de sugestões da banca durante a qualificação dessa pesquisa, realizada em 30

de setembro de 2016, diante dos trabalhos que não se encontravam disponibilizados para consulta online foi realizado um contato com o autor do trabalho via e-mail informado na Plataforma Lattes, solicitando uma cópia do trabalho.

Em razão do limite diário para acesso aos e-mails na Plataforma Lattes, esse procedimento teve que ser estendido por vários dias, ocorrendo nos dias 16, 23 e 24 de novembro de 2016, para os artigos, teses e dissertações das plataformas indexadas; e em 15 de dezembro para as produções indicadas pelos grupos de pesquisa do CNPq, mas não disponibilizadas para leitura integral. Para fins metodológicos, delimitamos um período de tempo para o retorno do e-mail, com prazos limite de 20 de dezembro (Apêndice 2).

Para a classificação da análise foi estabelecida uma codificação dos trabalhos incluídos. Assim, para os resultados selecionados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, foi atribuído o código CP acrescido de um número ordinal, estabelecido pela ordem em que os trabalhos foram identificados nas plataformas de busca. Esse mesmo procedimento foi realizado para os resultados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nas bases de busca de artigos científicos Scielo, Pepsic e IndexPsi, e nas produções encaminhadas pelos Grupos de Pesquisa, sendo utilizados os códigos BD, SC, PP, IP, e GP, respectivamente. Todas as produções incluídas estão discriminadas na referência bibliográfica, junto aos códigos atribuídos.

Após a catalogação dos trabalhos, iniciou-se a leitura livre dos mesmos, o que é caracterizado por Bardin (1977) como uma leitura flutuante, objetivando deixar-se conhecer o contexto, permitindo que algumas informações sobressaíssem por repetição ou relevância.

Na análise das produções incluídas na revisão foi realizada a leitura dirigida de todos os trabalhos, sendo utilizados procedimentos de análise de conteúdo (Bardin, 1977), buscando responder aos objetivos propostos, tendo as categorias sido estabelecidas *a priori*: a) distribuição temporal dos trabalhos; b) locais de produção dos estudos; c) distribuição geográfica

dos estudos; d) descrição metodológica dos estudos; f) modos de circulação dos estudos g) distribuição temática dos estudos.

Estas informações, juntamente aos dados de identificação dos trabalhos, foram organizadas através do programa Excel e compuseram o banco de dados da pesquisa, permitindo assim a análise do conjunto do material por meio do cruzamento de informações e referências de acordo com as demandas da pesquisa, possibilitando gerar tabelas e gráficos variados e obter conclusões sobre os dados no seu conjunto.

Com um trabalho exaustivo de leitura integral das produções e levantamento de dados, buscamos um critério para o agrupamento dos trabalhos, optando pelo agrupamento dos mesmos pelo tema central, reunindo assim os trabalhos tendo como norte a recorrência das temáticas e a possibilidade de articulação entre elas. Reconhecemos que alguns trabalhos possuem fios que enredam outras temáticas, podendo o mesmo artigo, tese ou dissertação tratar de assuntos diversos, no entanto, classificá-los é também uma tentativa de produzir outros sentidos sobre os discursos dos autores.

A partir da leitura dos trabalhos em sua íntegra, construímos 03 categorias como temas que foram prioritariamente tratados nessas produções, que nomeamos: a primeira “Problemas d(n)a saúde” que incorporou trabalhos que discutiam a transexualização e saúde mental, o processo transexualizador, a despatologização, as vivências afetivo-sexuais e a assistência em saúde perfazendo a maioria dos trabalhos identificados e anunciando que essa seria a temática de maior relevo entre as produções. A segunda categoria “Atravessamentos d(n)o Direitos” reuniu trabalhos que discutiram os processos jurídicos e mudança de prenome, processos de discriminação e violência, movimento social e militância e outras esferas de sociabilidade tais como família, educação, e religiosidade. A terceira categoria nomeada por nós como “Outros fios” reúne narrativas que circularam em filmes e livros sobre as transexualidades.

O estabelecimento das categorias facilitou a descrição crítica dos trabalhos incluídos

nesta revisão, procurando captar os enfoques e as perspectivas dos/as pesquisadores/as em relação ao lugar da Psicologia no cuidado às pessoas transexuais e também quais preocupações que tem permeado a produção científica no campo da Psicologia acerca das transexualidades no cenário brasileiro. Desta forma, o diálogo com o documento intitulado “Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people” elaborado pela APA que possibilitou a construção das categorias: avaliação, terapia e intervenção; conhecimento fundacional e consciência; estigma, discriminação e barreiras para o cuidado.

2.5 Corpo da pesquisa

O universo inicial dessa revisão foi constituído por 729 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos científicos. Após a exclusão dos trabalhos duplicados esse universo foi reduzido para 470, que foram analisados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão resultando em 81 trabalhos (Figura 3).

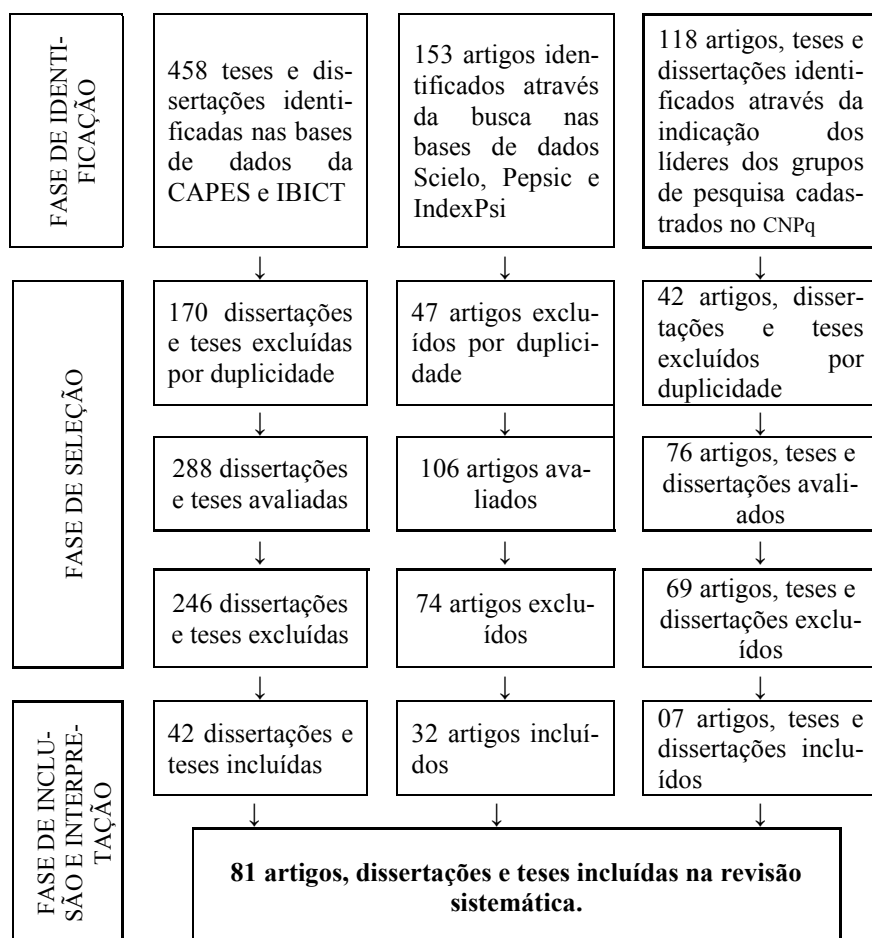


Figura 3 - Representação esquemática do desenho metodológico do estudo e das produções (teses, dissertações e artigos) identificadas, avaliadas, excluídas e incluídas em cada fase do estudo.

2.5.1 Discriminação por base de dados

2.5.1.1 Banco de Teses & Dissertações da Capes

No Banco de Teses & Dissertações da Capes os resultados encontrados para cada termo de busca utilizado se dividiram da seguinte forma (Tabela 1):

Tabela 1 - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas.

	PALAVRAS-CHAVE				TOTAL
	TRANSEXUAL	TRANSEXUAIS	TRANSEXUALIZADOR	TRANSGÊNERO	
IDENTIFICADOS	106	227	14	23	370
REPETIDOS	00	61	14	19	94
RECORTE TEMPORAL	03	02	-	00	05
PRODUÇÃO NACIONAL	02	00	-	00	02
CAMPO TEÓRICO	79	117	-	03	199
TRANSEXUALIDADE COMO TEMA PRINCIPAL	02	20	-	00	22
INDISPONÍVEIS	05	07	00	00	12
TOTAL DE EXCLUSÕES	91	207	14	22	334
DISPONIBILIZADAS PELOS AUTORES	02	03	00	00	05
TOTAL DA AMOSTRA	17	23	00	01	41

O termo de busca “transexual” retornou com 106 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 03 trabalhos foram excluídos por não se enquadrarem no recorte temporal estabelecido, 02 foram excluídos porque não se referiam ao Brasil, 79 trabalhos foram excluídos porque os programas de pós-graduação onde foram defendidos e/ou a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia, 02 por não tratarem de questões relacionadas à transexualidade como tema principal, resultando em 20 trabalhos.

O termo de busca “transexuais” retornou com 227 trabalhos. Todos os resumos foram analisados 61 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 02 foram excluídos por não se enquadrarem no recorte temporal estabelecido, 117 pelo fato dos programas de pós-graduação onde foram defendidos e/ou a formação do autor pertencerem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia; 20 por não tratarem de questões relacionadas à transexualidade como tema principal. Dessa busca resultaram 27 trabalhos.

O termo “transexualizador” retornou com 14 trabalhos, sendo todos excluídos por se repetirem entre os termos de busca, não resultando na inclusão de nenhum trabalho.

O termo “transgênero” retornou com 23 trabalhos. Todos os resumos foram analisados

e 19 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, e 03 porque os programas de pós-graduação onde foram defendidos e/ou a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia. Desta busca resultou em 01 trabalho.

Entre as 48 teses e dissertações selecionadas, 36 estavam disponíveis na íntegra e 12 contavam apenas com os resumos. Essas doze seriam excluídas de nosso universo de pesquisa, no entanto, foi realizado um contato com os autores dos trabalhos via e-mail informado na Plataforma Lattes, solicitando uma cópia do texto. Destes, 05 responderam enviando o trabalho por e-mail. Desta maneira, o universo parcial composto por esta base de dados foi constituído por 41 trabalhos, que foram catalogados e analisados.

2.5.1.2 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações os resultados encontrados para cada termo de busca utilizado se dividiram da seguinte forma (Tabela 2):

Tabela 2 - Trabalhos identificados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas.

		PALAVRAS-CHAVE				TOTAL
		TRANSEXUAL	TRANSEXUAIS	TRANSEXUALIZADOR	TRANSGÊNERO	
EXCLUSÕES	IDENTIFICADOS	60	21	02	05	88
	REPETIDOS	55	18	02	01	76
	RECORTE TEMPORAL	02	-	-	-	02
	PRODUÇÃO NACIONAL	-	-	-	-	00
	FORMATO DO TRABALHO	-	-	-	01	01
	CAMPO TEÓRICO	03	01	-	03	07
	TRANSEXUALIDADE COMO TEMA PRINCIPAL	-	01	-	-	01
	INDISPONÍVEIS	-	-	-	-	00
	TOTAL DE EXCLUSÕES	60	20	02	05	87
DISPONIBILIZADAS PELOS AUTORES		-	-	-	-	-
TOTAL DA AMOSTRA		00	01	00	00	01

O termo de busca “transexual” retornou com 60 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 55 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 02 trabalhos foram excluídos por não se enquadrarem no recorte temporal estabelecido, 03 trabalhos foram excluídos porque os programas de pós-graduação onde foram defendidos e/ou a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia. Desta busca não resultou nenhum trabalho.

O termo de busca “transexuais”, retornou com 21 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 18 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 01 trabalho foi excluído porque o programa de pós-graduação onde foi defendido e/ou a formação do autor pertence a áreas do saber distintas do campo da Psicologia, 01 por não tratar de questões relacionadas à transexualidade como tema principal. Desta busca resultou em 01 trabalho.

O termo “transexualizador” retornou com 02 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e todos os trabalhos foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados. Desta busca não resultou nenhum trabalho.

O termo “transgênero” retornou com 05 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 01 foi excluído porque se repetia entre as bases de dados, 01 foi excluído por não se tratar de tese ou dissertação, 03 trabalhos foram excluídos porque os programas de pós-graduação onde foram defendidos e/ou a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia. Desta busca não resultou nenhum trabalho.

Desta maneira, o universo parcial composto por esta base de dados foi constituído por 01 único trabalho, a ser catalogado e analisado.

Ao final, compuseram a análise das produções dos programas de pós-graduação 42 trabalhos, sendo 11 teses e 31 dissertações.

2.5.1.3 Scielo

Na base de dados Scielo os resultados encontrados para cada termo de busca utilizado se dividiram da seguinte forma (Tabela 3):

Tabela 3 - Trabalhos identificados no Scielo, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas.

		PALAVRAS-CHAVE				TOTAL
		TRANSEXUAL	TRANSEXUAIS	TRANSEXUALIZADOR	TRANSGÊNERO	
IDENTIFICADOS		19	57	08	19	103
EXCLUSÕES	REPETIDOS	00	14	08	07	29
	RECORTE TEMPORAL	00	02	00	02	04
	PRODUÇÃO NACIONAL	03	05	00	02	10
	FORMATO DO TRABALHO	02	01	00	00	03
	CAMPO TEÓRICO	07	24	00	08	39
	TRANSEXUALIDADE COMO TEMA PRINCIPAL	01	04	00	00	05
	INDISPONÍVEIS	00	00	00	00	00
	TOTAL DE EXCLUSÕES	13	50	08	19	90
DISPONIBILIZADAS PELOS AUTORES		00	00	00	00	00
TOTAL DA AMOSTRA		06	07	00	00	13

A partir do termo de busca “transexual” retornaram 19 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 03 foram excluídos porque não se referiam ao Brasil, 02 foram excluídos por não se tratarem de artigos científicos, 07 trabalhos foram excluídos porque o periódico em que foi publicado e/ou a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia, 01 por não tratar de questões relacionadas à transexualidade como tema principal. Desta busca resultaram 06 trabalhos.

Utilizando “transexuais” retornaram a 57 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 14 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 02 trabalhos foram excluídos por não se enquadrarem no recorte temporal estabelecido, 05 foram excluídos porque não se referiam ao Brasil, 01 foi excluído por não se tratar de artigo científico, 24 trabalhos

foram excluídos o periódico em que foi publicado e/ou a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia, 04 por não tratarem de questões relacionadas à transexualidade como tema principal. Desta busca resultaram 07 trabalhos.

Utilizando o termo de busca “transexualizador” retornaram 08 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e todos os trabalhos foram excluídos por se repetirem entre as bases de dados. Desta busca não resultou em nenhum trabalho.

Utilizando o termo de busca “transgênero” retornaram 19 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 07 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 02 trabalhos foram excluídos por não se enquadrarem no recorte temporal estabelecido, 02 foram excluídos porque não se referiam ao Brasil, 08 trabalhos foram excluídos porque o periódico em que foi publicado e/ou a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia. Desta busca também não resultou em nenhum trabalho.

O universo parcial composto pela base de dados Scielo, foi constituído por 13 trabalhos.

2.5.1.4 Pepsic

Na Base de dados Pepsic os resultados encontrados para cada termo de busca utilizado se dividiram da seguinte forma (Tabela 4):

Tabela 4 - Trabalhos identificados no Pepsic, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas.

	PALAVRAS-CHAVE				TOTAL
	TRANSEXUAL	TRANSEXUAIS	TRANSEXUALIZADOR	TRANSGÊNERO	
IDENTIFICADOS	13	13	00	05	31
REPETIDOS	01	07	-	01	09
RECORTE TEMPORAL	00	00	-	00	00
PRODUÇÃO NACIONAL	00	00	-	02	02
FORMATO DO TRABALHO	00	00	-	00	00
CAMPO TEÓRICO	00	00	-	00	00
TRANSEXUALIDADE COMO TEMA PRINCIPAL	01	02	-	01	04
INDISPONÍVEIS	-	-	-	-	00
TOTAL DE EXCLUSÕES	02	09	-	04	15
DISPONIBILIZADAS PELOS AUTORES	-	-	-	-	00
TOTAL DA AMOSTRA	11	04	00	01	16

A partir do termo de busca “transexual” retornaram 13 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 01 foi excluído porque se repetia entre as bases de dados, e 01 foi excluído o periódico em que foi publicado e a formação do autor pertencem a áreas do saber distintas do campo da Psicologia. Desta busca resultaram 11 trabalhos.

O termo de busca “transexuais” retornou a 13 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 07 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, e 02 foram excluídos por não tratarem de questões relacionadas à transexualidade como tema principal. Desta busca resultaram 04 trabalhos.

Utilizando o termo de busca “transexualizador” não retornou a nenhum trabalho.

Utilizando o termo de busca “transgênero” retornaram 05 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 01 foi excluído porque se repetia entre as bases de dados, 02 foram excluídos porque não se referiam ao Brasil, e 01 por não tratar de questões relacionadas à transexualidade como tema principal. Desta busca resultou em 01 trabalho.

O universo parcial composto pela base de dados Pepsic foi constituído por 16 trabalhos.

2.5.1.5 IndexPsi

Na Base de dados IndexPsi, os resultados encontrados para cada termo de busca utilizado se dividiram da seguinte forma (Tabela 5):

Tabela 5 - Trabalhos identificados no IndexPsi, distribuídos por palavras-chave, quantidade de produções retornadas, quantidade de produções excluídas e seus motivos de exclusão, e quantidade de produções incluídas.

		PALAVRAS-CHAVE				TOTAL
		TRANSEXUAL	TRANSEXUAIS	TRANSEXUALIZADOR	TRANSGÊNERO	
EXCLUSÕES	IDENTIFICADOS	07	07	00	05	19
	REPETIDOS	02	04	00	03	09
	RECORTE TEMPORAL	00	01	00	00	01
	PRODUÇÃO NACIONAL	01	00	00	02	03
	FORMATO DO TRABALHO	01	00	00	00	01
	CAMPO TEÓRICO	00	00	00	00	00
	TRANSEXUALIDADE COMO TEMA PRINCIPAL	00	00	00	00	00
	INDISPONÍVEIS	01	01	00	00	02
	EXCLUSÕES	05	06	00	05	16
	DISPONIBILIZADAS PELOS AUTORES	00	00	00	00	00
TOTAL DA AMOSTRA		02	01	00	00	03

A partir do termo de busca “transexual” retornaram 07 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 02 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 01 foi excluído porque não se referia ao Brasil, 01 foi excluído por não se tratar de artigo científico. Desta busca resultou em 03 trabalhos.

Utilizando como termo de busca a palavra “transexuais” retornaram a 07 trabalhos. Todos os resumos foram analisados e 04 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 01 trabalho foi excluído por não se enquadrar no recorte temporal estabelecido. Desta busca resultou em 02 trabalhos.

Utilizando o termo de busca “transexualizador” não retornou a nenhum trabalho.

Utilizando o termo de busca “transgênero” retornaram 05 trabalhos. Todos os resumos

foram analisados e 03 foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados, 02 foram excluídos porque não se referiam ao Brasil. Desta busca também não resultou em nenhum trabalho.

Assim como realizado para as teses e dissertações, entre os 05 artigos científicos selecionados nesta plataforma, 03 estavam disponíveis na íntegra e 02 contavam apenas com os resumos. Esses dois seriam excluídos de nosso universo de pesquisa, no entanto, foi realizado um contato com os autores dos trabalhos via e-mail informado na Plataforma Lattes, solicitando uma cópia do texto. Destes, nenhum respondeu. Desta maneira, o universo parcial composto por esta base de dados foi constituído por 03 trabalhos, que foram catalogados e analisados.

Ao final, compuseram a análise dos artigos científicos 32 trabalhos.

2.5.1.6 Grupos de pesquisa CNPq

A coleta de dados a partir dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq se iniciou por um levantamento daqueles que informavam dentro suas linhas de pesquisa, a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade, com a seguinte configuração:

A consulta parametrizada por meio do termo “gênero” retornou a 99 grupos de pesquisa. Todos os grupos foram analisados e 01 foi excluído por ter o mesmo líder cadastrado em dois grupos diferentes. Desta busca resultou em 98 grupos identificados.

A consulta parametrizada por meio do termo “sexualidade” retornou a 46 grupos de pesquisa. Todos os grupos foram analisados e 34 foram excluídos por se repetirem entre os termos de busca. Desta busca resultou em 12 grupos identificados.

Ao final, foram identificados 110 grupos de pesquisa (Tabela 06).

Tabela 6 – Grupos de pesquisa cadastrados na plataforma Lattes do site do CNPq que apresentavam dentre suas linhas de pesquisa a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade, distribuídos por palavra-chave utilizada na busca, nome do grupo e nome do/a líder.

PALAVRA-CHAVE	ORDEM	NOME DO GRUPO	LÍDER
GÊNERO	1.	ATIVIDADE - ERGOLOGIA E CLÍNICAS DO TRABALHO	MILTON ATHAYDE
	2.	ASPECTOS PSICOSSOCIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE	ZAIRA LOPES
	3.	CEPSAM- CENTRO DE ESTUDO E PESQUISA DA SUBJETIVIDADE NA AMAZÔNIA	MELISSA MEDEIROS
	4.	CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE	MARIS STELA STELMA-CHUK
	5.	CONSTRUÇÃO DE FATOS SOCIAIS	LENISE BORGES
	6.	CULTURA, PROCESSOS PSICOSSOCIAIS E SAÚDE	SABRINE COUTINHO
	7.	DEGENERA - NÚCLEO DE PESQUISA E DESCONSTRUÇÃO DE GÊNEROS	AMANA MATTOS
	8.	DESENVOLVIMENTO HUMANO EM SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL E PESSOAL	SILVIA HELENA KOLLER
	9.	DESIGUALDADE DE GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS EM FRONTEIRAS	JACY CURADO
	10.	DEVERSO: GRUPO DE PESQUISA EM SEXUALIDADES, SAÚDE E POLÍTICA	MURILO MOSCHETA
	11.	DISCURSO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES	MARIA ROCHA-COUTINHO
	12.	ETOLOGIA COGNITIVA	EDUARDO OTTONI
	13.	FAMÍLIA E COMUNIDADE	ROSA MARIA E MACEDO
	14.	FAMÍLIA E JUVENTUDE: RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E DE GÊNERO	MÁRCIA STENGEL
	15.	FAMÍLIA, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	HELIANE LEITÃO
	16.	FAMÍLIA, GÊNERO E INTERAÇÃO SOCIAL	SUELY SANTANA
	17.	GÊNERO, SEXUALIDADE E ESTUDOS CULTURAIS-GESEC	CLAUDIENE SANTOS
	18.	GENNE - LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE GÊNERO E NEURODESENVOLVIMENTO	SILVANA GAINO
	19.	GIEDH - GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO	MARIA ELDA GARRIDO
	20.	GRUPO AMAZÔNICO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO (GAEPPE)	MARLI LÚCIA ZIBETTI
	21.	GRUPO DE ESTUDO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA	PAMELA ALVES GIL
	22.	GRUPO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA	REGINA CÉLIA SOUSA
	23.	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA, MIGRAÇÕES E GÊNERO	LUCIANE ALMEIDA
	24.	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS SEXUALIDADES	FERNANDO TEIXEIRA FILHO
	25.	GRUPO DE ESTUDOS OLÍMPICOS	KATIA RUBIO
	26.	GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS CLÍNICOS-SOCIAIS	DENISE GUTIERREZ
	27.	GRUPO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, CULTURA E EDUCAÇÃO	MARIA HELENA CORDEIRO
	28.	GRUPO DE PESQUISA EM NEUROCIÊNCIA E NEUROPSICOLOGIA - GPENN	RANER MIGUEL PÓVOA
	29.	GRUPO DE PESQUISA MARIPOSAS: GÊNERO, SEXUALIDADES E FEMINISMOS	ALINE ACCORSSI
	30.	GRUPO DE PESQUISAS SUBJETIVIDADE E TRABALHO	ANÍSIO JOSÉ ARAÚJO
	31.	GRUPO DE TRABALHO EM GÊNERO	BENEDITO MEDRADO-DANTAS
	32.	HUBRIS - LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	RAFAEL DE TILIO
	33.	IDENTIDADES, NARRATIVAS E COMUNIDADES DE PRÁTICA	ADOLFO PIZZINATO
	34.	INFÂNCIA, JUVENTUDE E CULTURA CONTEMPORÂNEA - GEIJC	RAQUEL SALGADO
	35.	INTERFACES PSICOBIOLOGICAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	ROSA MARIA TOSTA
	36.	INTERVENÇÕES EM PSICOLOGIA SOCIAL HISTÓRICO-CRÍTICA	GRAZIELA WERBA
	37.	LAB-ESHU - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA SEXUALIDADE HUMANA	LUIS FELIPE NASCIMENTO
	38.	LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISA EM GÊNERO, EDUCAÇÃO E SAÚDE	ANDREA MAYOR
	39.	LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE INTERAÇÃO HUMANA E CONTEMPORANEIDADE	ROZILDA ALVES
	40.	LABORATÓRIO DE GRUPOS, INSTITUIÇÕES E REDES SOCIAIS	IZABEL CHRISTINA PASSOS
	41.	LABORATÓRIO DE IMAGENS: GÊNERO, CORPO, ESPAÇO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO E MOBILIDADES CULTURAIS	MARIA INACIA D'AVILA NETO
	42.	LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA SOCIAL - LAPSO	DANIEL ESPÍNDULA
	43.	LIDIS - LABORATÓRIO INTEGRADO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, POLÍTICAS E DIREITOS.	ANNA PAULA UZIEL
	44.	MARGENS: MODOS DE VIDA, FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO	MARIA JURACY TONELI

45.	MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS	ADRIANO NASCIMENTO
46.	MÉTODO PSICANALÍTICO E NOVAS DEMANDAS CLÍNICAS	GIOVANA VIETH
47.	MODOS DE SUBJETIVAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADES	MAGDA DIMENSTEIN
48.	NARRATIVAS, GÊNERO E SAÚDE (NAGES)	LUCIANA NASCIMENTO
49.	NEGDS - NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL	VIVIANE MENDONÇA-MAGRO
50.	NEVIDA - NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO, DEPENDÊNCIA AFETIVA E ECONÔMICA	SILVIA OLIVEIRA
51.	NEXUS - NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, SAÚDE E SEXUALIDADES	BETÂNIA MARIA DE AMORIM
52.	NÚCLEO DE ESTUDO EM PSICOLOGIA, ETNICIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO	ANTÔNIO ANDRÉ VALÉCIO DE JESUS
53.	NÚCLEO DE ESTUDOS DA SEXUALIDADE (NUSEX)	PAULO RENNES RIBEIRO
54.	NÚCLEO DE ESTUDOS E AÇÕES EM GÊNERO, EDUCAÇÃO, MÍDIA E SUBJETIVIDADE	RAQUEL PINTO MIGUEL
55.	NÚCLEO DE ESTUDOS PSICOSSOCIAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE - NEPDS	ANDRÉ LUIZ DAS NEVES
56.	NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO - NETCOS	MARIA CHALFIN COUTINHO
57.	NÚCLEO DE PESQUISA DA ARGUMENTAÇÃO (NUPARG)	SELMA SANTOS
58.	NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (NUPEDIA)	MARIA DE FATIMA ALBERTO
59.	NÚCLEO DE PESQUISA EM CLÍNICA CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS À PSICANÁLISE	LUCIANA LEILA VIEIRA
60.	NÚCLEO DE PESQUISAS FENOMENOLÓGICAS	ADELMA PIMENTEL
61.	NÚCLEO DE PSICOLOGIA POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS	SALVADOR SANDOVAL
62.	NUT - NÚCLEO DE ESTUDOS DO TRABALHO	EUDA ROCHA
63.	OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA E PRÁTICAS EXEMPLARES	SERGIO KODATO
64.	PARALAXE: GRUPO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS, PESQUISAS E INTERVENÇÕES EM PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA	ALUÍSIO LIMA
65.	POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE	HENRIQUE CAETANO NARDI
66.	PRÁTICAS DISCURSIVAS E MODOS DE VIVER	RICARDO MÉLLO
67.	PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	DANIELE FERRAZZA
68.	PROCESSOS CULTURAIS, POLÍTICAS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO	SIMONE MARIA HÜNING
69.	PROSA - LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES SOBRE PRÁTICAS DIALÓGICAS E RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS	FABIO SCORSOLINI-COMIN
70.	PSICANÁLISE E POLÍTICA	FABIO ROBERTO BELO
71.	PSICANÁLISE: CLÍNICA, TEORIA E CULTURA	ÉRICO BRUNO CAMPOS
72.	PSICOLOGIA APLICADA AO ESPORTE	ADRIANA EREIRA
73.	PSICOLOGIA CULTURAL - LABMIS	ANGELA BRANCO
74.	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	MARCIA REGINA BRITO
75.	PSICOLOGIA DO CONHECIMENTO	MARIA HELENA FÁVERO
76.	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA PERSONALIDADE: INVESTIGAÇÕES EM CONTEXTOS CULTURAIS	ELDER CERQUEIRA-SANTOS
77.	PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL	ALAYDE MARIA DIGIOVANNI
78.	PSICOLOGIA E PROCESSOS EDUCACIONAIS	MARIVETE GESSER
79.	PSICOLOGIA POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E MULTICULTURALISMO	ALESSANDRO SILVA
80.	PSICOLOGIA, DIVERSIDADE E SAÚDE	MARILDA CASTELAR
81.	PSICOLOGIA, E/I-MIGRAÇÃO E CULTURA	SYLVIA DANTAS
82.	PSICOLOGIA, PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE, DESENVOLVIMENTO HUMANO E LAÇO SOCIAL	ANDREA DUARTE
83.	PSICOLOGIA, SAÚDE E COMUNIDADES (PSC)	KÁTIA BONES ROCHA
84.	RELAÇÕES DE GÊNERO	MARLENE STREY
85.	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS	JULIO CESAR ROCHA
86.	REPRESENTAÇÕES, PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E PROCESSOS DE EXCLUSÃO	ZEIDI TRINDADE
87.	SAÚDE MENTAL E TRABALHO NA FRONTEIRA	VANESSA FIGUEIREDO
88.	SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA - GEPESEC	ANA CLÁUDIA MAIA
89.	SEXUALIDADES, CUIDADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	EMERSON RASERA
90.	SEXUALIDADEVIDA	MARIA ALVES BRUNS
91.	SISTEMAS COMPLEXOS: CASAS, FAMÍLIAS E COMUNIDADE	GLAUCIA DINIZ
92.	SOCIEDADE, CULTURA E AMBIENTE	LEANDRO NEVES
93.	SUBJETIVIDADE, NARRATIVAS, IMAGENS	ARIANE EWALD
94.	SUBJETIVIDADES, POVOS AMAZÔNICOS E PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	IOLETE SILVA
95.	SUJEITOS DA EDUCAÇÃO: CULTURA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	ANÁLIA KEILA RIBEIRO
96.	TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, CULTURA E COMPORTAMENTO	MARCOS SOUZA

SEXUALIDADE	97.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MEDIDAS RESTAURATIVAS E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	MARIA GERALDA HELENO
	98.	VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO	OLGA MATTIOLI
	99.	ASPECTOS PSICOSSOCIAIS ENVOLVIDOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E NA RELAÇÃO PROFISSIONAL DE SAÚDE-PACIENTE-FAMILIARES	TARCISIO ANDRADE
	100.	CEPSIC - CENTRO DE ESTUDOS PSICO-CIRURGICOS	MARA CRISTINA LUCIA
	101.	CULTURA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	LUCIANA MARQUES
	102.	GAP(E) - GRUPO ALTERIDADE PSICANALISE E EDUCAÇÃO	MARÍLIA ARREGUY
	103.	GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM PSICOLOGIA E SUAS INTERFACES - GEPPSI	ANA BEATRIZ LIMA
	104.	GRUPO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM PSICOLOGIA POSITIVA	VALESCHKA GUERRA
	105.	GRUPO DE PESQUISA DAS RELAÇÕES DE CORPO, CONSUMO E INSTITUIÇÃO	CAIO CÉSAR PRÓCHNO
	106.	LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM PSICOLOGIA DA SAÚDE	MANOEL ANTÔNIO SANTOS
	107.	NÚCLEO DE PESQUISA EM CONSTRUÇÃO DE VALORES, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA NA ADOLESCÊNCIA	CLARY MILNITSKY-SAPIRO
	108.	PERSONALIDADE E PSICOLOGIA SOCIAL	JEAN CARLOS NATIVIDADE
	109.	RELIGIÃO, SAÚDE MENTAL E CULTURA	MARTA HELENA DE FREITAS
	110.	SAÚDE, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS	ALEXANDRA TSALLIS

A partir da identificação destes grupos de pesquisa, procedeu-se um contato com seus líderes por meio do e-mail cadastrado no site do CNPq.

Assim, foram enviados 110 e-mails informando sobre a pesquisa e solicitando informações acerca de trabalhos publicações e/ou defendidos por membros do grupo e/ou outros na interface entre Psicologia e transexualidade, no período entre 1997 e 2015. Dos 110 e-mails enviados, 35 e-mails retornaram (Figura 4), resultando em um índice de retorno de 32%. Além disso, recebemos 06 e-mails a partir do repasse destes ou da indicação a outros pesquisadores que atuam no campo, ocasionando em 41 e-mails recebidos.

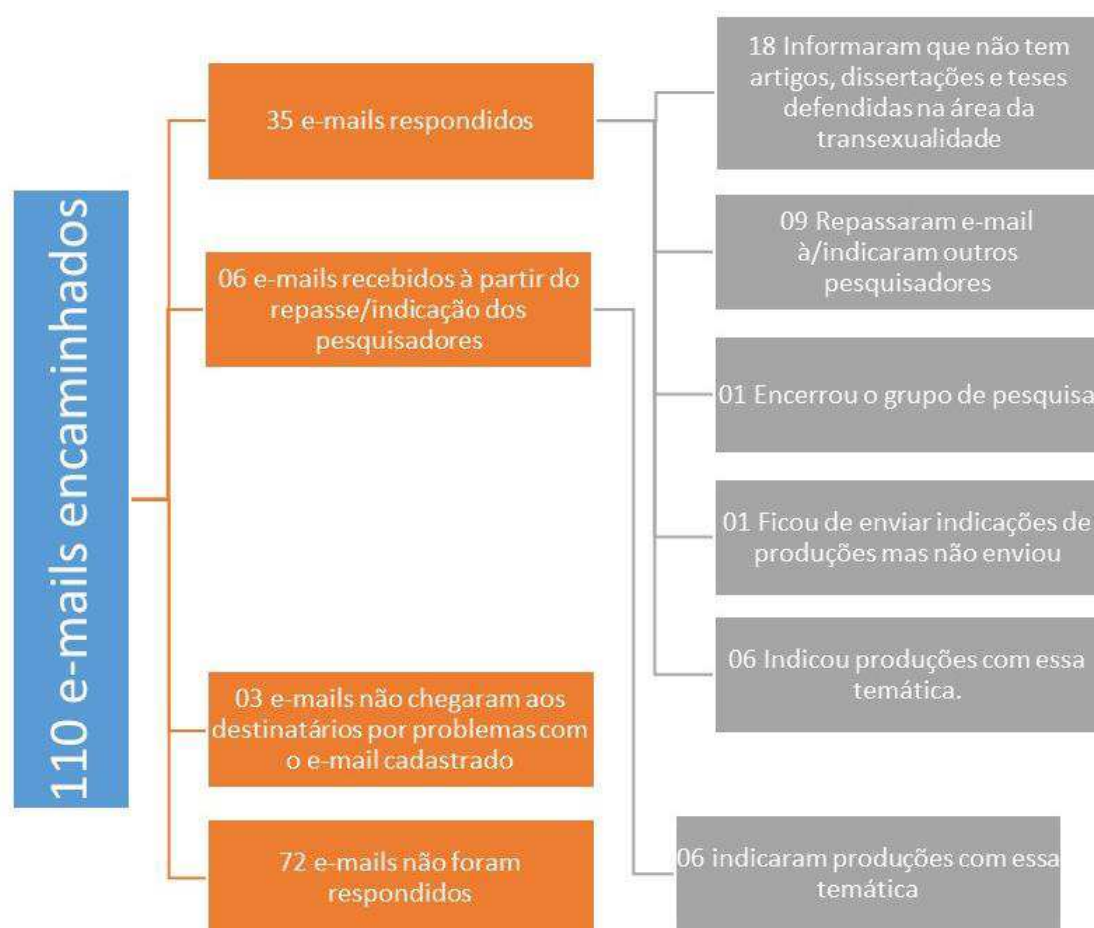


Figura 4 - Representação esquemática do encaminhamento de e-mails aos pesquisadores e o retorno destes.

Dos 35 e-mails recebidos, 18 informaram que não possuir pesquisas na área das transexualidades, 09 repassaram o e-mail a outros pesquisadores que atuam com essa temática ou indicaram pesquisadores que atuam com essa temática para que fosse realizado um contato com os mesmos, 01 informou que havia encerrado o grupo de pesquisa, 01 informou que faria um levantamento e indicaria produções posteriormente, mas não retornou o e-mail com as indicações até o fechamento dessa análise, e 06 indicaram trabalhos nesse campo.

Dos 06 e-mails recebidos a partir do repasse a/indicação de outros pesquisadores que atuam com essa temática, todos os 06 indicaram trabalhos nesse campo. Assim, tivemos 12 e-mails com indicações de produções por meio desse contato com os líderes dos grupos de pesquisa. Estes 12 e-mails resultaram na indicação de 118 produções, sendo selecionados da seguinte forma (Tabela 7):

Tabela 7 - Trabalhos indicados pelos/as líderes dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq através de contato por e-mail, distribuídos por quantidade de trabalhos indicados, quantidade de trabalhos excluídos e seus motivos de exclusão, e quantidade de trabalhos incluídos.

		QUANTIDADE
EXCLUSÕES	IDENTIFICADOS	118
	REPETIDOS	42
	RECORTE TEMPORAL	15
	PRODUÇÃO NACIONAL	00
	FORMATO DO TRABALHO	03
	CAMPO TEÓRICO	06
	TRANSEXUALIDADE COMO TEMA PRINCIPAL	42
	INDISPONÍVEIS	04
	TOTAL DE EXCLUSÕES	112
	DISPONIBILIZADAS PELOS AUTORES	01
TOTAL DA AMOSTRA		07

Foram indicadas 118 produções. Todos os resumos foram analisados e 42 foram excluídos porque haviam sido incorporados através das bases de dados, 15 trabalhos foram excluídos por não se enquadrarem no recorte temporal estabelecido, 03 trabalhos foram excluídos por não se tratarem de artigos, teses ou dissertações, 06 trabalhos foram excluídos por pertencerem a outros campos disciplinares, 42 por não tratar de questões relacionadas à transexualidade como tema principal. Desta busca resultou em 10 trabalhos.

Assim como realizado para as demais bases de dados, entre as 10 produções selecionadas, 06 estavam disponíveis na íntegra e 04 contavam apenas com os resumos. Essas quatro seriam excluídas de nosso universo de pesquisa, no entanto, foi realizado um contato com os autores dos trabalhos via e-mail informado na Plataforma Lattes, solicitando uma cópia do texto. Destes, um respondeu. Desta maneira, compuseram a análise das produções indicadas pelos grupos de pesquisa 07 trabalhos, sendo 01 tese e 06 artigos científicos.

2.6 Trabalhos excluídos

Ao todo, foram excluídos da revisão 648 trabalhos entre artigos científicos, teses e dis-

sertações (Figura 5, Apêndices 5, 6 e 7).

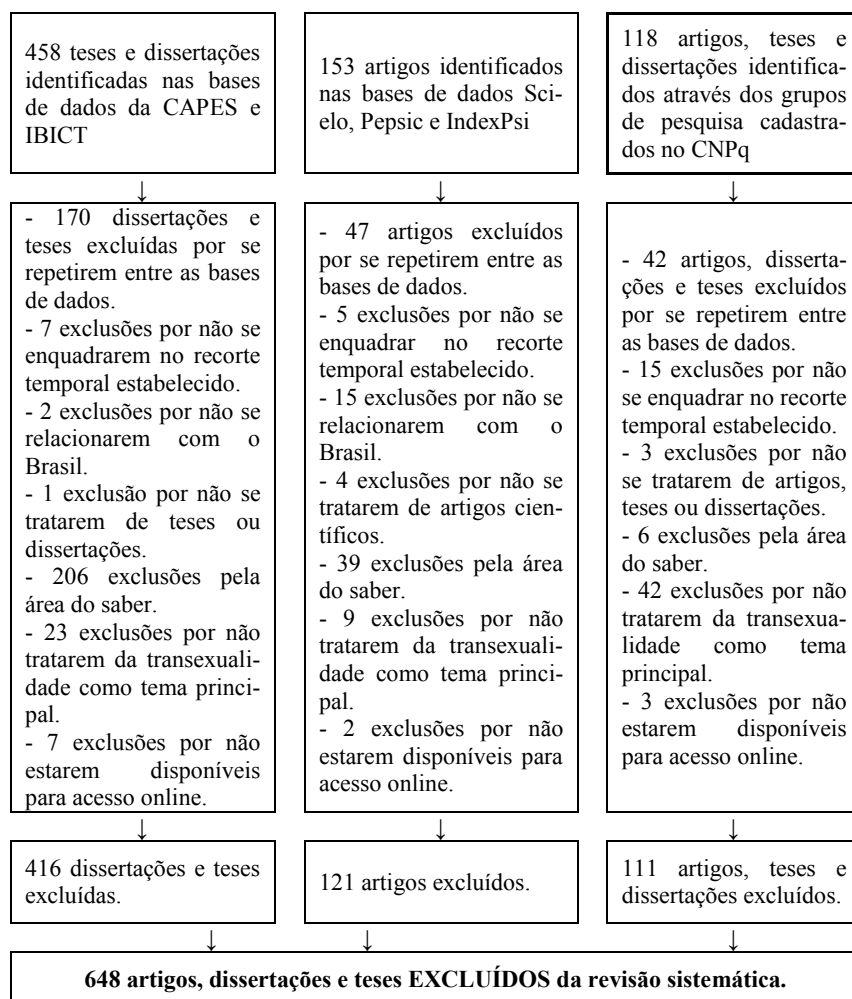


Figura 5 - Representação esquemática das produções não incluídas na revisão.

Ao examinarmos as produções excluídas da revisão, percebemos que a maior parte dos trabalhos foram excluídos porque se repetiam entre as bases de dados (259).

Entre os trabalhos excluídos por não se enquadrarem nos critérios de inclusão/exclusão estabelecidos temos como principais razões o fato de que foram produzidas por áreas distintas do campo da Psicologia (251), seguida pelo fato de não se referem as questões relacionadas à transexualidade como tema principal (74) (Figura 6).

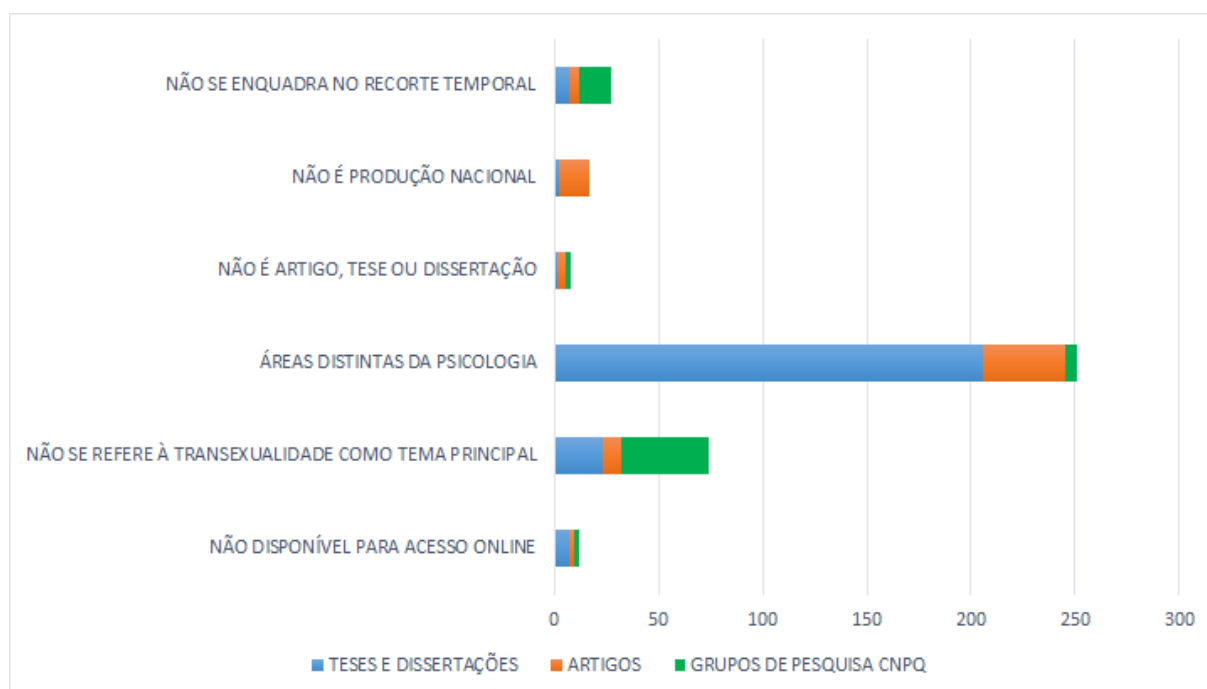


Figura 6 - Distribuição dos trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, no Scielo, no Pepsic, no IndexPsi e a partir dos grupos de pesquisa do CNPq, e que NÃO foram ELEGÍVEIS pelos critérios de inclusão e exclusão, distribuídos pelo motivo da exclusão.

Entre as produções de outros campos disciplinares destacaram-se as da área do Direito (67) (Tabela 8). Esses achados estão em consonância com os dados encontrados no estudo de Bento Manoel de Jesus (2013) que, a partir de uma revisão bibliográfica em sites de busca como o Google e periódicos acadêmicos diversos, utilizando as palavras-chave transexualidade, transexualismo, redesignação sexual, mudança de sexo, despatologização da transexualidade, entre outros, identificou que grande parte da produção, no momento da busca, podiam ser classificadas como pertencentes à área do direito.

Tabela 8 - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, no Scielo, no Pepsic, no IndexPsi e a partir dos grupos de pesquisa do CNPq e excluídos da revisão por serem de áreas disciplinares distintas da Psicologia, distribuídos por campo disciplinar e número de produções.

CAMPO DISCIPLINAR	NÚMERO DE PRODUÇÕES			TOTAL
	TESES E DISSERT.	ARTIGOS CIENTÍFICOS	GRUPOS DE PESQUISA	
CIÊNCIAS JURÍDICAS E DIREITO	63	4	0	67
CIÊNCIAS SOCIAIS / SOCIOLOGIA	26	6	0	32
LETRAS / INGLÊS / LINGUÍSTICA	15	6	0	21
SERVIÇO SOCIAL	18	3	0	21
MEDICINA	4	6	5	15
COMUNICAÇÃO / COMUNICAÇÃO SOCIAL / JORNALISMO	11	2	0	13
HISTÓRIA	8	1	0	9
ENFERMAGEM	4	4	0	8
FISIOTERAPIA / TERAPIA OCUPACIONAL	7	1	0	8
PEDAGOGIA	6	0	1	7
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4	2	0	6
EDUCAÇÃO FÍSICA	5	1	0	6
ADMINISTRAÇÃO / SECRETARIADO	3	0	0	3
FILOSOFIA	4	0	0	4
GEOGRAFIA	3	0	0	3
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	3	0	0	3
ARTES PLÁSTICAS / DESIGN	2	0	0	2
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS / FARMÁCIA	1	1	0	2
ANTROPOLOGIA	1	0	0	1
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	1	0	0	1
FONOAUDIOLOGIA	0	1	0	1
GASTRONOMIA	1	0	0	1
SAÚDE COLETIVA	1	0	0	1
ZOOTECNIA	0	1	0	1
LATTES NÃO ENCONTRADO / NÃO INFORMA	15	0	0	15
TOTAL	206	39	06	251

Dentre os trabalhos que não se referem as questões relacionadas à transexualidade como tema principal, destacaram-se as temáticas que abordam a diversidade afetivo-sexual e/ou diversidade de gênero (15), conjuntamente com discussões envolvendo questões relacionadas ao universo LGBT indistintamente (15) (Tabela 9).

Tabela 9 - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, no Scielo, no Pepsic, no IndexPsi e a partir dos grupos de pesquisa do CNPq e excluídos da revisão por não se referirem as questões relacionadas à transexualidade como tema principal, distribuídos por centralidade das discussões e número de produções.

CENTRALIDADE DAS DISCUSSÕES	NÚMERO DE PRODUÇÕES			TOTAL
	TESES E DIS- SERTA- ÇÕES	ARTIGOS	GRUPOS DE PESQUISA	
DIVERSIDADE AFETIVO-SEXUAL / DIVERSIDADE DE GÊNERO	2	2	11	15
UNIVERSO LGBT	9	4	2	15
PRECONCEITO CONTRA ORIENTAÇÕES NÃO-HETEROSSEXUAIS	2	0	9	11
GÊNERO / RELAÇÕES DE GÊNERO	0	0	5	5
TRAVESTILIDADES	2	1	1	4
HOMOSSEXUALIDADES	0	1	2	3
MASCULINIDADES HETEROSSEXUAIS	1	0	2	3
RELAÇÕES HOMOAFETIVAS	1	0	2	3
SEXUALIDADE	1	0	2	3
DRAG QUEENS / PERFORMES TRANS	2	0	0	2
MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO	1	0	1	2
HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS	0	0	1	1
IDENTIDADES SEXUAIS	1	0	0	1
LÉSBICAS	1	0	0	1
MOVIMENTOS SOCIAIS	0	1	0	1
ORIENTAÇÃO SEXUAL	0	0	1	1
PROSTITUIÇÃO MASCULINA	0	0	1	1
TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO SEXUAL	0	0	1	1
TRAVESTIS, HOMENS GAYS E HOMENS HETEROSSEXUAIS	0	0	1	1
TOTAL	23	9	42	74

2.7 Limitações da Pesquisa

Nossos resultados apenas informam que a utilização dos termos de busca e descritores foi capaz de recuperar um conjunto de estudos reconhecidos por seus/suas autores/as como pertencentes a esse campo. O uso dos termos transexual, transexuais, transexualizador e transgênero não recuperaria trabalhos que tivessem sido classificados por seus/uas autores/as apenas como: transexualismo, disforia de gênero e/ou transtorno de identidade de gênero; identidade de gênero; gênero.

A decisão pelos termos de busca não é apenas um critério metodológico, é também um posicionamento político da pesquisa. Essa pesquisa também produz silenciamentos e, aqui nesse momento, reconhecemos que podem estar ausentes trabalhos referentes às pesquisas na Psicologia produzidos no campo biomédico e/ou outros desenvolvidos em campos de saberes

que atravessam a Psicologia. Com a decisão pelos termos transexual, transexuais, transexualizador e transgênero planejamos abarcar estudos cujas perspectivas estivessem atreladas ao discurso biomédico, com viés de reconhecimento da patologia - que é reforçado pelo uso do sufixo *ismo* - e outros que reconhecessem a transexualidade como uma experiência identitária em desacordo com as normas de gênero (Bento, 2006). No entanto, essa decisão pode ter produzido também os apagamentos de trabalhos que estão ancorados numa perspectiva mais fluída dos gêneros.

O mesmo ocorre em relação à decisão de não inserir os termos travestis e travestilidades. A preocupação desse estudo é a de analisar como a Psicologia tem sido chamada a dialogar com os desafios do cuidado para as pessoas transexuais, por essa razão, elegemos o recorte temporal 1997 – ano de publicação da Resolução 1.482 do CFM. Embora possamos reconhecer o borramento entre as fronteiras identitárias e as experiências das travestis e mulheres transexuais (Teixeira, 2013) nossa preocupação centra-se no momento em que a Psicologia foi inserida no rol das “autorizações” normativas, através do discurso médico, e não se negou a participar desse lugar. Naquele cenário, as travestis ou travestilidades não estavam incluídas, apenas em novembro de 2013 através da Portaria nº 2.803 do Ministério da Saúde e ainda de forma precária as travestis foram incluídas nas políticas públicas de saúde para além dos registros do Vírus da imunodeficiência humana (HIV) (Teixeira, 2016).

Outra limitação identificada no presente estudo foi que o Banco de Teses da Capes, no momento da pesquisa, disponibilizava apenas as teses e dissertações defendidas a partir do ano de 2011, devido a razões técnicas do próprio site. Assim, algumas das produções dos programas de pós-graduação que não foram alcançadas através da busca pelo IBICT, poderiam não ter sido incluídas nesse estudo. Buscando minimizar essas limitações, contamos com a colaboração de pesquisadores envolvidos com a temática, utilizando como ferramenta para identificação de trabalhos os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.

3. ENCONTROS: ESCRITOS E ESCRITURAS N(D)O CAMPO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Este capítulo visa responder às exigências de um estudo descritivo seguindo a trajetória e distribuição da produção científica sobre as transexualidades, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de variáveis que permitissem identificar como a Psicologia vem dialogando com o campo das transexualidades e quem seriam os principais sujeitos enunciantes nesse campo.

Para uma caracterização geral do conjunto das produções incluídas, serão apresentadas as descrições feitas a partir de quadros referentes à: a) distribuição temporal dos trabalhos; b) locais de produção dos estudos; c) distribuição geográfica dos estudos; d) descrição metodológica dos estudos; f) modos de circulação dos estudos g) distribuição temática dos estudos.

Para fins e com os limites de produção dessa pesquisa, compuseram nosso corpo de análise 81 trabalhos, sendo 12 teses, 31 dissertações e 38 artigos científicos (Tabelas 10 e 11; Apêndice 03).

Tabela 10 – Características das dissertações e teses incluídas na revisão, distribuídas pela formação do/a autor/a, ano em que ocorreu a defesa e área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação.

	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA		TOTAL
		TESES	DISSERTAÇÕES	
FORMAÇÃO AUTOR	PSICOL	11	27	38
	MEDICINA	01	01	02
	FILOSOFIA	00	01	01
	BIOMEDICINA	00	01	01
	SOCIOLOGIA	00	01	01
ANO DEFESA	2004	01	00	01
	2005	00	01	01
	2006	01	00	01
	2007	00	02	02
	2008	01	00	01
	2009	00	02	02
	2010	01	03	04
	2011	01	01	02
	2012	03	02	05
	2013	01	07	08
	2014	01	04	05
	2015	02	09	11
ÁREA PROGRAMA	PSICOLOGIA	08	18	26
	SAÚDE COLETIVA / CIÊNCIAS DA SAÚDE	02	03	05
	PSQUIATRIA	01	03	04
	CIÊNCIAS SOCIAIS / SOCIOLOGIA	01	01	02
	ANTROPOLOGIA	00	02	02
	PSICANÁLISE	00	02	02
	GINECOLOGIA	00	01	01
	ENDOCRINOLOGIA	00	01	01
TOTAL		12	31	43

Tabela 11 – Características dos artigos incluídos na revisão, distribuídos pela formação do/a primeiro/a autor/a, ano em que ocorreu a publicação e nome do periódico de publicação.

	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA
FORMAÇÃO PRIMEIRO AUTOR	PSICOL	31
	MEDICINA	02
	FONOAUDIOLOGIA	01
	BIOMEDICINA	01
	CIÊNCIAS SOCIAIS	01
	DIREITO	01
	NÃO INFORMA	01
ANO PUBLICAÇÃO	2000	01
	2006	01
	2007	01
	2008	02
	2009	05
	2010	01
	2011	04
	2012	06
	2013	07
	2014	06
	2015	04
PERIÓDICO	SEXUALIDAD, SALUD E SOCIEDAD	03
	REVISTA EPOS	03
	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	02
	PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA	02
	REVISTA PHYSIS	02
	REVISTA PSICOLOGIA E SAÚDE	02
	ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOL.	01
	ASEPHALLUS	01
	ATHENEA DIGITAL	01
	CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA	01
	EDUCAÇÃO E REALIDAD.	01
	EPISTEMO-SOMÁTICA	01
	ESTUDOS DE PSICANÁLISE	01
	ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOL.	01
	INTERFACE	01
	JOURNAL OF PSYCHIATRIC RESEARCH	01
	LIBERABIT (LIMA)	01
	PAIDÉIA	01
	PSICOLOGIA E SOCIED.	01
	PSICOLOGIA EM REVISTA	01
	PSICOLOGIA POLÍTICA	01
	PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO	01
	REVERSO	01
	REVISTA ARTIFÍCIOS	01
	REVISTA DA SBPH	01
	REVISTA DA SPAGESP	01
	REVISTA DE PSICOL. DA UNESP	01
	REVISTA IDE	01
	SAÚDE E DEBATE	01
	TRIVIUM EST. INTERD.	01
TOTAL		38

3.1 Um diálogo recente com o campo das transexualidades

A distribuição temporal dos trabalhos defendidos nos Programas de Pós-Graduação analisados, dentre o recorte temporal estabelecido, aponta não somente para a recente introdução da temática das transexualidades como questão para o campo da Psicologia - sendo que o primeiro trabalho identificado foi defendido em 2004 -, mas revela também a permanência do tema nos anos seguintes, o que sugere que o interesse se manteve no campo. Situação semelhante ocorreu com os artigos publicados, os trabalhos foram identificados entre os anos de 2000 e 2015 (Tabela 10, Figura 7).

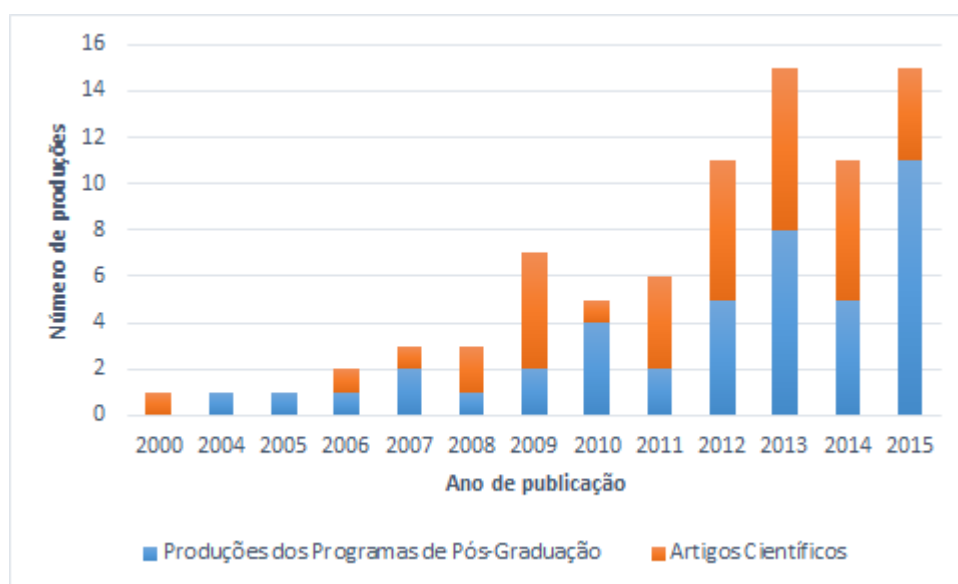


Figura 7 - Distribuição das produções incluídas nesta revisão por ano em que ocorreu a defesa/publicação.

Ressaltamos que a identificação das produções dos programas de pós-graduação por meio do Banco de Teses & Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como dos artigos científicos nas plataformas do Scielo, PePSIC e IndexPsi foi realizada sem filtrar o ano da defesa/publicação, sendo a pesquisa realizada apenas utilizando as palavra-chave definidas para as buscas, de modo a identificar de quando datavam os primeiros trabalhos. Desta maneira, observamos que anterior a 1997 constavam

três produções referentes a transexualidade, sendo estas de 1976, 1990 e 1995. A primeira trata-se de um artigo científico de autoria de Pedro Henrique Saldanha e Luiza Campos Olazábal, intitulado “Valor do estudo citogenético no transexualismo”, publicado na Revista Arquivos de Neuro-Psiquiatria, seguida pelo artigo de Eliana Sbardelini Perrone, intitulado “O atendimento clínico de transexuais”, publicado na Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, e pela tese de doutorado de Tereza Rodrigues Vieira, intitulada “Pelo reconhecimento da legalidade do direito a adequação do sexo do transexual”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo este um amplo impacto porque trata do processo da Roberta Close. De modo a cumprir os critérios estabelecidos para a pesquisa, estas produções não foram analisadas pois não encontravam-se dentro do recorte temporal, no entanto, são indicadores da carência de estudos relacionados à temática anteriormente à 1997.

Resultados semelhantes foram encontrados por Robson Batista Dias (2015) durante o levantamento que empreendeu das produções acadêmicas nos formatos dissertação e tese sobre transexualidade no Brasil no período de 2003 a 2013. Em sua pesquisa, Dias (2015) observou que anteriores à 2003 haviam três publicações referentes à transexualidade, datando de 1995, 1997 e 2001, sendo a primeira da área do direito e as demais da antropologia, e enfatizou a falta de estudos anteriores à 2002.

Jane Gabryelle Badaró de Oliveira (2014), discorrendo sobre a Psicologia, considerou como variável explicativa do recente e “demorado” ingresso da temática das travestilidades e transexualidades, a influência do período da ditadura militar no Brasil e seu caráter higienista. Para a pesquisadora, a Psicologia colaborou para a segregação em hospitais para doentes mentais todos aqueles que fugiam ao ideal higienista: os vadios, as putas, os homossexuais, as mulheres insubmissas, entre outros, contribuindo para a patologização dessas pessoas.

Nossos achados apontam que os estudos marcaram discretamente a primeira década do

século XXI. No entanto, a primeira metade da segunda década sugere um crescimento significativo de trabalhos com a temática, consistindo em 78% (63) das produções científicas defendidas/publicadas do ano de 2010 a 2015 (Figura 8).

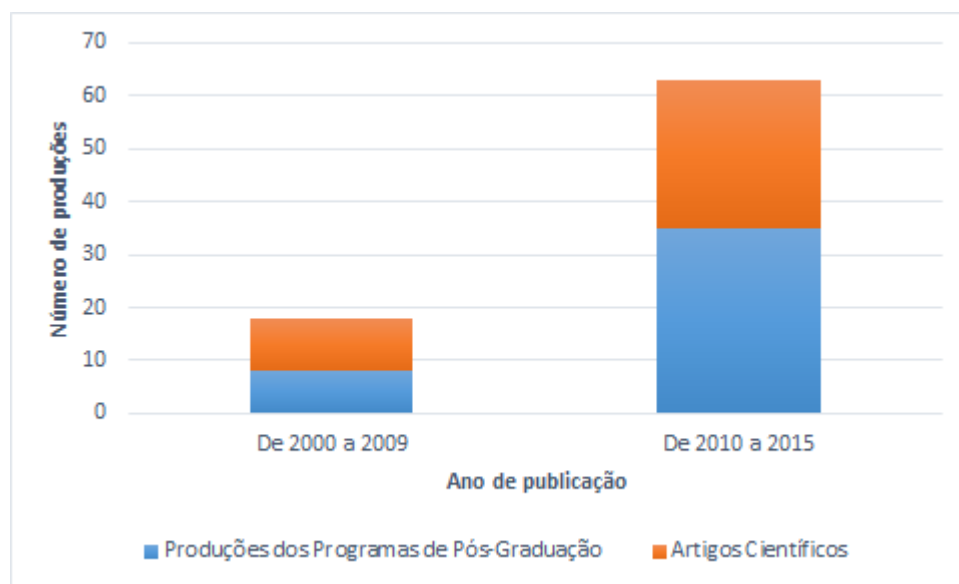


Figura 8 - Distribuição das produções incluídas nesta revisão agrupadas por período de publicação: de 2000 a 2009 e de 2010 a 2015.

Reconhecer que o tema transexualidades se inseriu recentemente como preocupação dos/as pesquisadores/as brasileiros/as da área da Psicologia não significa afirmar que ela não esteve presente nos discursos e práticas de psicólogos anteriormente.

A Psicologia sempre produziu gênero. O discurso sobre o gênero, a diversidade sexual e as sexualidades dissidentes também seriam engendradas por um “agenciamento de saberes/verdades [...] pautados e produzidos em redes de interdições, de normas morais e de uma suposta ‘verdade’ sobre o sexo” (Melo & Barreto, 2014, p. 686) que sempre informou quem é o sujeito na/para a Psicologia.

Essa Psicologia disciplinar que teria emergido ainda no século XIX com foco nos problemas de ordem individual, na ordem da identificação e categorização do anormal, do patológico e do conflitivo (Detoni, Marques, Soares e Nardi, 2011) se constituiu acionando o gê-

nero e a sexualidade como um dos balizadores das fronteiras de uma suposta normalidade.

3.2 Locais de produção dos discursos

Não seria difícil de compreender porque a maioria dos trabalhos identificados estivessem vinculados aos espaços acadêmicos, no entanto, rastrear esses locais de produção de discursos/saberes sobre as transexualidades se mostrou fértil no sentido de realizar um mapeamento dos lugares de produção de conhecimento na Psicologia sobre o tema e os sujeitos enunciadoreis.

No universo dos 81 trabalhos (teses, dissertações e artigos científicos) incluídos nessa revisão, entre os 58 pesquisadores/as (autores/as de teses/dissertações e primeiros/as autores/as de artigos científicos) identificados/as, 55 (95%) cursaram (ou estavam cursando) programas de pós-graduação *stricto-sensu* (mestrado e/ou doutorado) (Figura 09, Tabela 12).

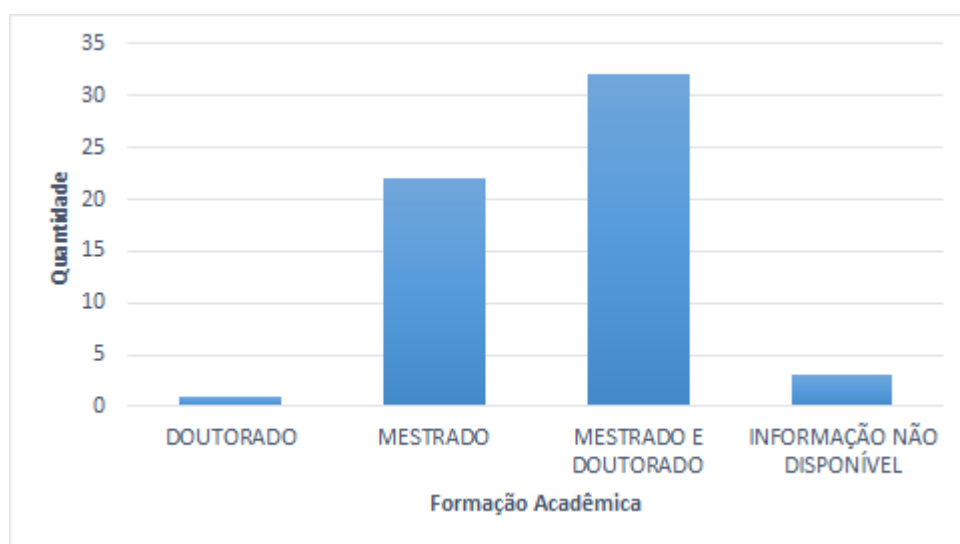


Figura 9 - Autores/as das produções dos programas de pós-graduação e primeiro/a autor/a dos artigos científicos, incluídos na revisão, distribuídos pela formação acadêmica informada no Currículo Lattes.

Tabela 12 – Autores/as e primeiros/as autores/as de trabalhos incluídos na revisão, distribuídos pela área de formação profissional, atuação profissional e momento de aproximação com o campo das transexualidades, conforme informações obtidas no Currículo Lattes.

AUTOR	FORMAÇÃO PROFISSIONAL			ATUAÇÃO PROFISSIONAL			DIÁLOGO TRANSEXUALIDADES
	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	CAMPO DE ATUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO PROFISSIONAL	
ALEXANDRE SAADEH	MEDICINA	PSIQUIATRIA	PSIQUIATRIA	PROFESSOR(A)	PUCSP	SÃO PAULO	DOUTORADO
ALEXSANDER SILVA	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORMA	NÃO INFORMAR	NÃO INFORMA	MACEIÓ	GRADUAÇÃO
ANGELO COSTA	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	PUCRS	PORTO ALEGRE	GRADUAÇÃO
ANNA FONTANARI	BIOMEDICINA	PSIQUIATRIA	NÃO INFORMA	ESTUDANTE	UFRGS	NÃO INFORMA	MESTRADO
BÁRBARA ALMEIDA	PSICOL.	PSICANÁLISE	PSICANÁLISE	NÃO INFORMAR	NÃO INFORMA	NÃO INFORMA	MESTRADO
BENTO JESUS	PSICOL.	SOCIOLOGIA	SOCIOLOGIA	BOLSISTA	UFGO	GOIÁS	MESTRADO
BRUNO BARBOSA	PSICOL.	ANTROPOLOGIA	ANTROPOLOGIA	BOLSISTA	UNESP	SÃO PAULO	MESTRADO
BRUNO DE BRITO SILVA	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORMA	BOLSISTA	UFS	SÃO CRISTÓVÃO	GRADUAÇÃO
CAMILA GUARANHA	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORMA	NÃO INFORMAR	NÃO INFORMA	NÃO INFORMA	MESTRADO
CARLA GARCIA	CIENTISTA SOCIAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS	PROFESSOR(A)	PUCSP	SÃO PAULO	OUTRO
CARLOS MACK	PSICOL.	SAÚDE COLETIVA	SAÚDE COLETIVA	BOLSISTA	UERJ	RIO DE JANEIRO	GRADUAÇÃO
CARMEM REGINA GIONGO	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	FEEVALE	NOVO HAMBURGO	GRADUAÇÃO
DANIELA AMARAL	PSICOL.	SAÚDE COLETIVA	SAÚDE COLETIVA	PROFESSOR(A)	UERJ	RIO DE JANEIRO	MESTRADO
DESIREE CORDEIRO	PSICOL.	PSIQUIATRIA	NÃO INFORMA	ATENDIMENTO A TRANS	HCFMUSP	SÃO PAULO	MESTRADO
EDUARDO LEAL CUNHA	PSICOL.	PSICANÁLISE	SAÚDE COLETIVA	PROFESSOR(A)	UFS	NÃO INFORMA	DOUTORADO
EDUARDO LOMANDO	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	FADERGS	NÃO INFORMA	DOUTORADO
ELISA VERDUGUEZ	PSICOL.	ENDOCRINOLOGIA	NÃO INFORMA	ATENDIMENTO A TRANS	HCFMUSP	SÃO PAULO	DOUTORADO
ELISABETH DA ROCHA MIRANDA	FONOAUDIÓLOGA	PSICANÁLISE	PSICANÁLISE	PROFESSOR(A)	UNIVERS. VEIGA DE ALMEIDA	RIO DE JANEIRO	OUTRO
FERNANDA MAKSOUD	ENFERMAGEM	NÃO INFORMA	NÃO INFORMA	COORDENAÇÃO CURSO	FAQUI	NÃO INFORMA	ESPECIALIZAÇÃO
FREDERICO ABREU	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORMA	PROFESSOR(A)	UNICEUB	BRASÍLIA	MESTRADO
HELOISA SOUZA	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	BOLSISTA	PUC CAMPINAS	CAMPINAS	MESTRADO
IGOR MONTEIRO	FILOSOFIA	PSICOL.	NÃO INFORMA	PROFESSOR(A)	UFMG	BELO HORIZONTE	MESTRADO
JANE OLIVEIRA	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORMA	NÃO INFORMAR	NÃO INFORMA	BELO HORIZONTE	GRADUAÇÃO
JAQUELINE SALVADOR	PSICOL.	PSIQUIATRIA	NÃO INFORMA	ATENDIMENTO A TRANS	HCPA	PORTO ALEGRE	MESTRADO
JOÃO PAULO DE ATHAIDE	SOCIOLOGIA	PSICOL.	NÃO INFORMA	OFICINEIRO	PREFEITURA SP	NÃO INFORMA	MESTRADO
JULIANA ALEXANDRE	PSICOL.	ANTROPOLOGIA	NÃO INFORMA	NÃO INFORMAR	NÃO INFORMA	NÃO INFORMA	GRADUAÇÃO
JULIANA SAMPAIO	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	UFPE	FORTALEZA	MESTRADO
LETÍCIA ARAÚJO	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORMA	OUTRAS	NÃO INFORMA	RECIFE	MESTRADO
LILIANA SAMPAIO	PSICOL.	NÃO INFORMA	NÃO INFORMA	OUTRO	HOSPITAL ARISTIDES MALTEZ	NÃO INFORMA	GRADUAÇÃO
LUCIANA MONTEIRO	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORMA	PESQUISADORA ASSOCIADA	UFRGS	NÃO INFORMA	OUTRO

MÁRCIA ARÁN	PSICOL.	SAÚDE COLETIVA	SAÚDE COLETIVA	PROFESSOR(A)	UERJ	RIO DE JANEIRO	OUTRO
MARCO TORRES	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	UFOP	MARIANA	DOUTORADO
MARIA JAQUELINE PINTO	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	FAMERP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	MESTRADO
MARIA LUCIA LIMA	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	UFPA	NÃO INFORM	DOUTORADO
MARIA RITA LERRI	PSICOL.	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	NÃO INFORM	NÃO INFORM	RIBEIRÃO PRETO	MESTRADO
MARILUZA SILVEIRA	PSICOL.	EDUCAÇÃO	CIÊNCIAS DA SAÚDE	PROFESSOR(A)	UFGO	GOIÂNIA	DOUTORADO
MARINA TEIXEIRA	PSICOL.	PSICOL.	PSICANÁLISE	PROFESSOR(A)	FAMINAS-BH	BELO HORIZONTE	MESTRADO
MARIO FELIPE CARVALHO	PSICOL.	SAÚDE COLETIVA	SAÚDE COLETIVA	NÃO INFORM	NÃO INFORM	NÃO INFORM	MESTRADO
MARLI PIVA MONTEIRO	MEDICINA	NÃO INFORM	NÃO INFORM	OUTRO	CRM BAHIA /	SALVADOR	OUTRO
MILENE AGRELI	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	BOLSISTA	USP	NÃO INFORM	MESTRADO
OCILENE FERNANDES BARRETO	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORM	OUTRO	HOSPITAL PORTO DIAS	NÃO INFORM	OUTRO
PATRICIA PORCHAT	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	UNESP	BAURU	DOUTORADO
PATRICK THIAGO BOMFIM	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORM	PROFESSOR(A)	USP RIBEIRÃO PRETO	NÃO INFORM	DOUTORADO
PAULO CECARELLI	PSICOL.	NÃO INFORM	PSICOL.	PROFESSOR(A)	PUC MINAS	BELO HORIZONTE	DOUTORADO
RAFAEL GALLI	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORM	NÃO INFORM	NÃO INFORM	NÃO INFORM	GRADUAÇÃO
RAFAEL COSSI	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORM	NÃO INFORM	NÃO INFORM	MESTRADO
RAFAELA FREITAS	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	PROFESSOR(A)	UFMG	BELO HORIZONTE	GRADUAÇÃO
ROBSON DIAS	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORM	PROFESSOR(A)	IEPAT	CAMPO GRANDE	MESTRADO
SIMONE PERELSON	PSICOL.	PSICANÁLISE	PSICANÁLISE	PROFESSOR(A)	UFRJ	NÃO INFORM	OUTRO
TAHIANA ANDREAZZA	MEDICINA	CIÊNCIAS MÉDICAS	NÃO INFORM	PRECEPTORIA RESIDÊNCIA MÉDICA	HOSPITAL PHILIPPE PINEL	NÃO INFORM	MESTRADO
TALMO CANELLA FILHO	DIREITO/PSICOLOGIA	PSICOL.	PSICOSSOCIOLOGIA	PROFESSOR(A)	GRUPO IBMEC	RIO DE JANEIRO	MESTRADO
TATIANA LIONÇO	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	OUTROS	CRP DF	NÃO INFORM	DOUTORADO
TEREZA VIEIRA	DIREITO	DIREITO	DIREITO	OUTRO	OAB	SÃO PAULO	OUTRO
THAISSA VASCONCELOS	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORM	OUTRAS	SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA	RECIFE	GRADUAÇÃO
VALÉRIA DE ARAÚJO ELIAS	PSICOL.	PSICOL.	PSICOL.	ATENDIMENTO A TRANS	HU/UUEL	LONDRINA	MESTRADO
VANESSA PEREIRA	PSICOL.	PSICOL.	NÃO INFORM	NÃO INFORM	NÃO INFORM	NÃO INFORM	GRADUAÇÃO
WELLINGTON MOREIRA JUNIOR	PSICOL.	PSICANÁLISE	NÃO INFORM	PROFESSOR(A)	UNB	SALVADOR	MESTRADO
WILLIAN PERES	PSICOL.	PSICOL.	SAÚDE COLETIVA	PROFESSOR(A)	UNESP	ASSIS	MESTRADO

A partir de uma análise dos itens Resumo e Formação Acadêmica/Titulação informados no currículo da Plataforma Lattes do/a autor/a ou primeiro/a autor/a dos trabalhos percebemos que o ingresso nos programas de pós-graduação *stricto-sensu* parece ter muitas vezes sido o primeiro contato dos/as jovens pesquisadores/as que se aproximaram das pesquisas no campo das transexualidades (Figura 10).

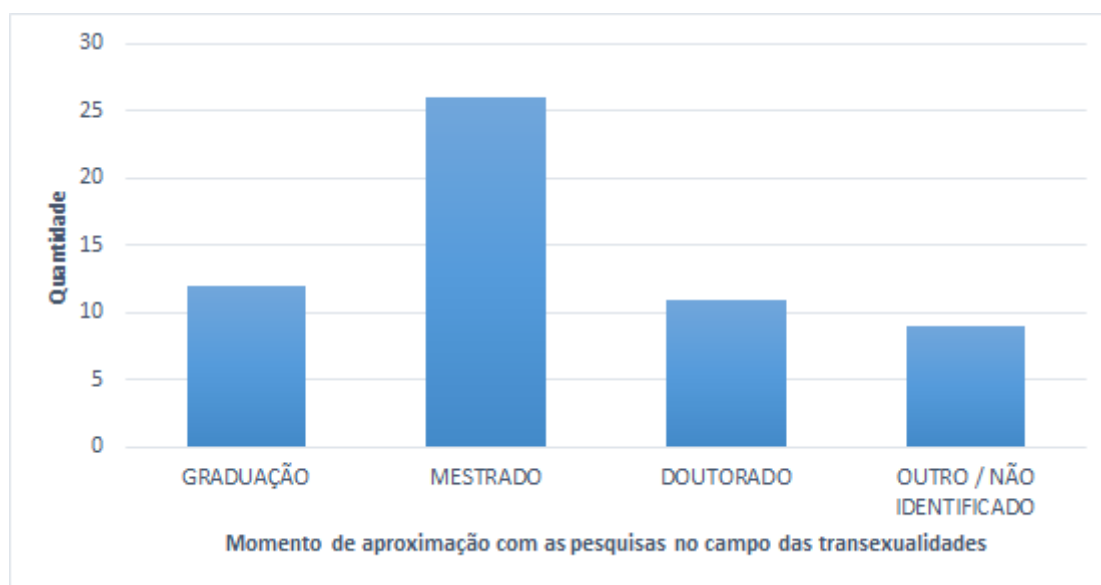


Figura 10 - Autores/as das produções dos programas de pós-graduação e primeiro/a autor/a dos artigos científicos incluídos na revisão, distribuídos pelo momento de aproximação com as pesquisas no campo das transexualidades, conforme informações obtidas no Currículo Lattes dos/as pesquisadores/as.

Entre os 43 trabalhos identificados como dissertação ou tese, as dissertações representam a maioria desse universo (72%). É interessante pensar que, as pesquisas realizadas como requisito para as dissertações geralmente, implicam em menor aprofundamento nas discussões teóricas do campo disciplinar e também em menor tempo para o seu desenvolvimento, quando comparadas às exigências das teses. No entanto, essas pesquisas parecem estar inseridas nas linhas de interesse dos orientadores dos trabalhos, e a temática das transexualidades permaneceu como questão no doutorado (Tabela 13).

Tabela 13 – Autores/as e primeiros/as autores/as de trabalhos incluídos na revisão cujas pesquisas de mestrado e doutorado foram realizadas com a temática das transexualidades, distribuídos pelo título de suas dissertações e teses, ano de defesa, status de inclusão nessa revisão e orientador/a do trabalho.

AUTOR	MESTRADO				DOUTORADO			
	TÍTULO	DE-FE-SA	STA-TUS	ORIEN-TADOR/A	TÍTULO	DE-FE-SA	STA-TUS	ORIEN-TADOR/A
BÁRBARA ALMEIDA	DO TRANSEXUALISMO À TRANSEXUALIDADE	2015	CP 15	SÔNIA ALBERTI	A MULHER TRANSEXUAL: O QUE A PSICANÁLISE TEM A DIZER SOBRE O FENÔMENO TRANSEXUAL NO HO-MEM.		EM ANDA-MENTO	SÔNIA ALBERTI
BENTO JESUS	CAMPANHA PELA DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE NO BRASIL: SEUS DISCURSOS E SUAS DINÂMICAS	2013	CP 6	ELIANE GON-ÇALVES	A REALIDADE DEPOIS DO SONHO: UM ESTUDO SOBRE ASPECTOS DA VIDA COTIDIANA DE PESSOAS TRANSEXUAIS TRANSGENITALIZADAS		EM ANDA-MENTO	ELIANE GON-ÇALVES
BRUNO BARBOSA	NOMES E DIFERENÇAS: UMA ETNO-GRAFIA DOS USOS DAS CATEGORIAS TRAVESTI E TRANSEXUAL	2010	CP 11	JÚLIO ASSIS SIMÕES	IMAGINANDO TRANS: SABERES E ATIVISMOS EM TORNO DAS REGU-LAÇÕES DAS TRANS-FORMAÇÕES CORPO-RAIS DO SEXO	2015	CP5	JÚLIO ASSIS SIMÕES
CARLOS ANDRÉ MACK	A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA DA TRANSEXUALIDADE NA INTERSEÇÃO COM AS TÉCNICAS BIOMÉDICAS	2015	CP 10	RAFAELA ZORZA-NELLI	O PROCESSO TRANSE-XUALIZADOR EM AÇÃO NO SUS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DA EQUIPE MULTIDISCIPLI-NAR NO HOSPITAL UNI-VERSITÁRIO PEDRO ERNESTO (HUPE)		EM ANDA-MENTO	RAFAELA ZORZA-NELLI
DANIELA AMARAL	A PSIQUIATRIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE: ANÁLI-SE DOS EFEITOS DO DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊ-NERO NAS PRÁTI-CAS DE SAÚDE	2007	CP 14	MÁRCIA RAMOS ARÁN	O DESAFIOS DA DESPA-TOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE: REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA A TRAN-SEXUAIS NO BRASIL	2011	CP1	MÁRCIA RAMOS ARÁN
JULIANA VIEIRA SAMPAIO	VIAJANDO ENTRE SEREIAS: SAÚDE DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA CI-DADE DE FORTALE-ZA	2014	CP 22	IDILVA MARIA GERMA-NO	TECNOLOGIAS HORMO-NAIS: ENTRE EFEITOS DE VERDADE E PRODU-ÇÃO DE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.		EM ANDA-MENTO	BENEDI-TO ME-DRADO DANTAS
MARIA JAQUELINE PINTO	O CORPO DESVELA SEU DRAMA: A VI-VÊNCIA DE TRAN-SEXUAIS MASCULI-NOS	2003	NÃO IN-CLUÍDO	MARIA ALVES BRUNS	A VIVÊNCIA AFETIVO-SEXUAL DE MULHERES TRANSGENITALIZADAS	2008	CP 30	MARIA ALVES BRUNS
MARIA RITA LERRI	CARACTERIZAÇÃO-DE PACIENTES POR-TADORES DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO	2015	CP 16	LÚCIA ALVES DA SILVA LARA	CARACTERIZAÇÃO DE PACIENTES PORTADO-RES DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO		EM ANDA-MENTO	LÚCIA ALVES DA SIL-VA LARA
MARINA TEIXEIRA	A MUDANÇA DE SEXO EM CLOSE, UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO COM-TEMPORÂNEO DO TRANSEXUALISMO A PARTIR DA ABOR-DAGEM LACANIANA DAS PSICOSES	2003	NÃO IN-CLUÍDO	JESÚS SANTIA-GO	"A PESSOA QUE SE É": AS RELAÇÕES ENTRE PERSONALIDADE E CORPO NUMA SEXUA-ÇÃO TRANSEXUALISTA	2012	CP 17	JEFER-SON MACHA-DO PIN-TO

MARIO FELIPE CARVALHO	QUE MULHER É ESSA? IDENTIDADE, POLÍTICA E SAÚDE NO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2011	CP 19	SÉRGIO LUIS CARRARA	"MUITO PRAZER, EU EXISTO!": VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO NO ATIVISMO DE PESSOAS TRANS NO BRASIL	2015	NÃO INCLUÍDO	SÉRGIO LUIS CARRARA
MILENE AGRELI	HOMENS PARCEIROS DE TRANSEXUAIS: DIÁLOGO FENOMENOLÓGICO DE VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS	2012	CP2	MARIA ALVES DE TOLEDO BRUNS	A INCLUSÃO DAS DIVERSIDADES SEXUAIS NA UNIVERSIDADE: RELATOS DE TRANSGÊNEROS E DOCENTES	EM ANDAMENTO		MARIA ALVES DE TOLEDO BRUNS
VALÉRIA ELIAS	PARA ALÉM DO QUE SE VE: DAS TRANSEXUALIDADES AS SINGULARIDADES NA BUSCA PELA ALTERAÇÃO CORPORAL	2006	CP 32	FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO	O DISPOSITIVO ANALÍTICO NO HOSPITAL NA CLÍNICA COM TRANSEXUAIS	2015	NÃO INCLUÍDO	ABÍLIO DA COSTA-ROSA

Também parte significativa dos artigos científicos que fizeram parte do escopo desta pesquisa (11), são produtos das pesquisas de mestrado e doutorado de seus autores principais (Figura 11).



Figura 11 - Representação esquemática dos artigos que são produtos de pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação – mestrado e doutorado.

A análise do Currículo Lattes dos/as autores/as e primeiros/as autores/as identificados/as nas 81 produções incluídas (58 pesquisadores) indica que, dos/as 48 pesquisadores/as cuja informação acerca de sua atuação profissional atual estava disponível no Currículo Lattes, 27 (56%) atuam como professores/as universitários/as, 07 são estudantes de graduação ou bolsistas nos programas de pós-graduação, e 01 é pesquisador/a associado/a, o que demonstra a inserção da maioria dos/as pesquisadores/as (73%) no âmbito acadêmico (Figura 12).

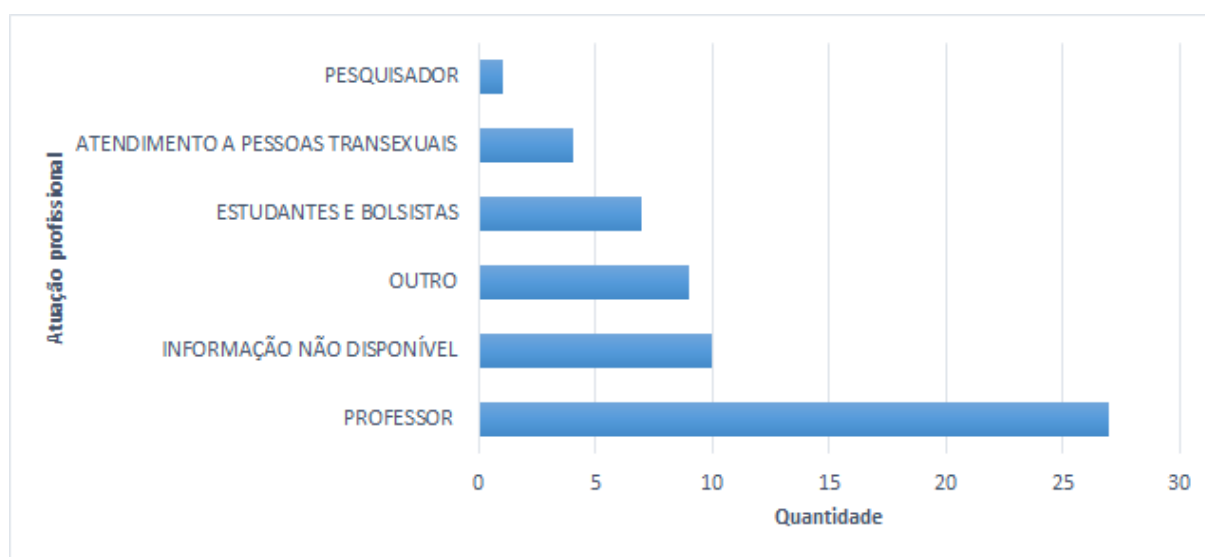


Figura 12 - – Autores/as das dissertações e teses e primeiro/a autor/a dos artigos científicos incluídos na revisão, distribuídos pela atuação profissional principal informada no Currículo Lattes.

A produção sobre transexualidades parece resultado de um esforço de poucos/as pesquisadores/as: 58 pesquisadores foram identificados (Tabela 12). Essa parece ser uma questão importante, pois temos uma política pública que considera o psicólogo como membro essencial numa equipe de trabalho que executa uma parte significativa da oferta de cuidado às pessoas transexuais (Resolução CFM n. 1.482, de 10 de setembro de 1997) e ao mesmo tempo, essa temática ocupa pouco espaço de reflexão no campo.

Os resultados também contribuem para pensar que, como num campo incipiente, são esses/as poucos/as pesquisadores/as que estão envolvidos/as na formação de novos/as pesquisadores/as e também na circulação desses conhecimentos. Dos 38 artigos identificados, 19 o

primeiro/a autor/a é docente no ensino superior, sendo que entre eles, 12 também atuam na pós-graduação (Tabela 12; Tabela 14).

Tabela 14 – Artigos científicos incluídos na revisão cujos/as primeiros/as autores/as são professores/as universitários/as, distribuídos pela base de dados do artigo, código que lhe foi atribuído, título do trabalho, ano de publicação, nome do/a primeiro/a autor/a e se o/a mesmo/a é orientador/a de mestrado ou doutorado.

BASE DE DADOS	CÓDIGO	TÍTULO	ANO	PRIMEIRO AUTOR	
				NOME	ORIENTADOR DE MESTRADO E/OU DOUTORADO?
SCIELO	SC5	TRANSEXUALIDADE: CORPO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE COLETIVA	2008	MÁRCIA ARÁN	SIM
	SC6	DO DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO ÀS REDESCRIÇÕES DA EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE GÊNERO, TECNOLOGIA E SAÚDE	2009	MÁRCIA ARÁN	SIM
	SC7	CONJUGALIDADES MÚLTIPLAS NAS TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES: UMA REVISÃO A PARTIR DA ABORDAGEM SISTÊMICA E DA PSICOLOGIA SOCIAL	2013	EDUARDO LOMANDO	NÃO
	SC8	PROFESSORAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO CONTEXTO ESCOLAR: ENTRE ESTABELECIDOS E OUTSIDERS	2014	MARCO TORRES	SIM
	SC9	UMA ETNOGRAFIA SOBRE O ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO A TRANSEXUAIS	2014	MARCOS OLIVEIRA	NÃO
	SC12	TRANSEXUALIDADE E SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	2009	MÁRCIA ARÁN	SIM
	SC13	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS PROFISSIONAIS DO SEXO: IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA	2012	CARMEM GIONGO	NÃO
PEPSIC	PP1	TRANSEXUALIDADE E SEXUAÇÃO: O QUE PODE A PSICANÁLISE	2015	ELISABETH MIRANDA	NÃO
	PP5	DISSIDÊNCIAS EXISTENCIAIS DE GÊNERO: RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS AO BIOPÓDER	2011	WILLIAN PERES	SIM
	PP6	TRANSEXUALISMO: UMA QUESTÃO DO NOSSO TEMPO E PARA O NOSSO TEMPO	2011	SIMONE PERELSON	SIM
	PP7	MUDAR DE SEXO: UMA PRERROGATIVA TRANSEXUALISTA	2006	MARINA TEIXEIRA	NÃO
	PP8	O CORPO COMO ESTRANGEIRO	2008	PAULO CECCARELLI	SIM
	PP12	REFLEXÕES ACERCA DO TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO FRENTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	2014	FERNANDA MAKSOUD	NÃO
	PP13	O CORPO: ENTRE O SOFRIMENTO E A CRIATIVIDADE	2014	PATRÍCIA PORCHAT	SIM
	PP16	SEXUALIDADE E PERVERSÃO ENTRE O HOMOSSEXUAL E O TRANSGÊNERO: NOTAS SOBRE PSICANÁLISE E TEORIA QUEER	2013	EDUARDO CUNHA	SIM
INDEX PSI	IP1	O QUE VIU TIRÉSIAS. A IDENTIDADE TRANSEXUAL NA OBRA DE VIRGINIA WOOLF.	2012	CARLA GARCIA	SIM
	IP3	OS TRANSEXUAIS E O SEXO PARA CHAMAR DE SEU	2012	MARINA TEIXEIRA	NÃO
GRUPOS DE PESQUISA	GP3	POPULATION-BASED HIV PRE-VALENCE AND ASSOCIATED FACTORS IN MALE-TO-FEMALE TRANSEXUALS FROM SOUTHERN BRAZIL.	2015	ANGELO COSTA	SIM
	GP5	O BANHEIRO DE NAYARA: A ESCOLA E SUAS TECNOLOGIAS HETERONORMATIVAS.	2012	MARIA LUCIA LIMA	SIM

Podemos indicar que os/as principais interlocutores/as do campo da Psicologia com as

transexualidades estão na academia. Esse é um elemento importante para (re)pensar a relação entre ativistas e os/as pesquisadores/as, pois se esse é/foi o espaço da legitimação de práticas normativas, também tem sido o espaço da subversão e produção de outras Psicologias.

3.3 Distribuição geográfica dos locais de produção dos discursos

A distribuição geográfica dos espaços institucionais de produção das pesquisas indica uma concentração das produções científicas dos programas de pós-graduação, na região sudeste do País (27) (Figura 13, Tabela 15).

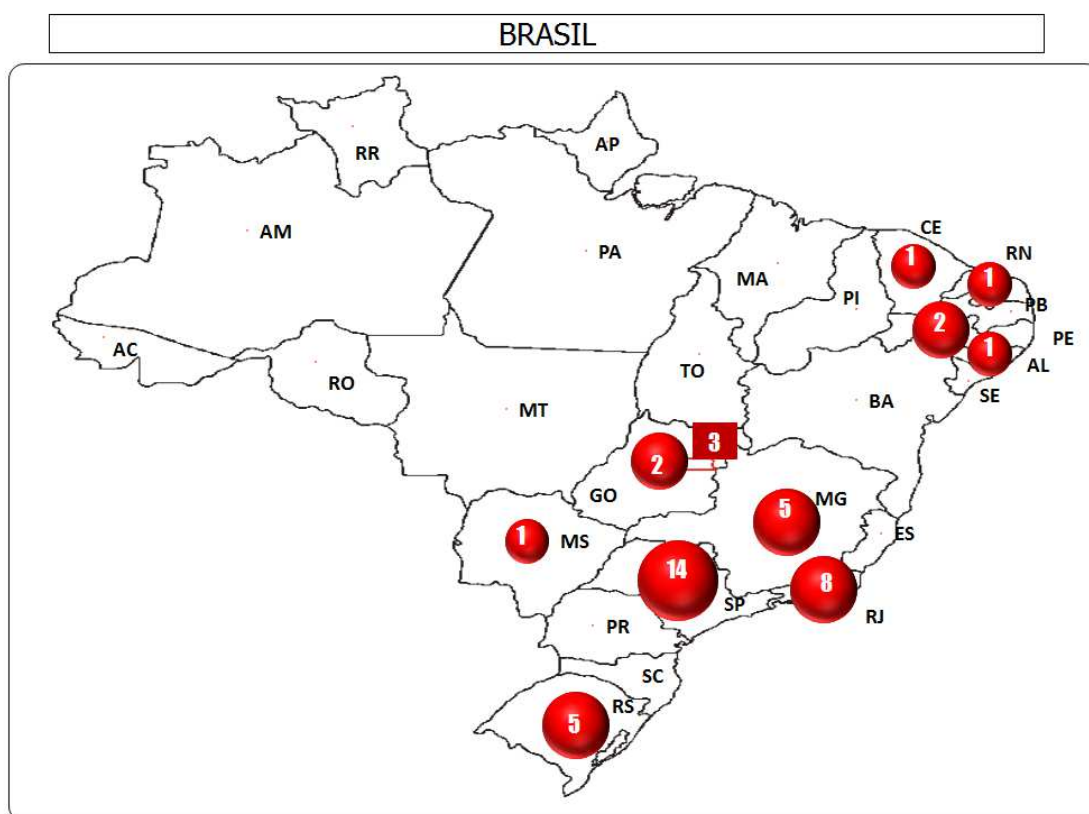


Figura 13 - Representação esquemática das produções dos programas de pós-graduação incluídas nesta revisão distribuídas geograficamente por Estado Brasileiro.

Tabela 15 – Produções dos Programas de Pós-Graduação incluídas na revisão, distribuídas pelo código, instituição de origem e sua localização geográfica e formato do trabalho.

CÓDIGO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM NOME	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	FORMATO DO TRABALHO
CP1	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	TESE
CP2	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	RIBEIRÃO PRETO	TESE
CP3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	MACEIÓ	DISSERT.
CP4	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	NITEROI	DISSERT.
CP5	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	TESE
CP6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GOIÂNIA	DISSERT.
CP7	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	RIBEIRÃO PRETO	DISSERT.
CP8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	TESE
CP9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	DISSERT.
CP10	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	DISSERT.
CP11	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	DISSERT.
CP12	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	DISSERT.
CP13	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	BRASÍLIA	TESE
CP14	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	DISSERT.
CP15	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	DISSERT
CP16	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	RIBEIRÃO PRETO	DISSERT
CP17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	TESE
CP18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	DISSERT
CP19	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	DISSERT.
CP20	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	CAMPINAS	DISSERT.
CP21	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	DISSERT.
CP22	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	FORTALEZA	DISSERT.
CP23	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	TESE
CP24	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	DISSERT.
CP25	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	DISSERT.
CP26	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	DISSERT.
CP27	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	RECIFE	DISSERT.
CP28	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	DISSERT.
CP29	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	DISSERT.
CP30	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	RIBEIRÃO PRETO	TESE
CP31	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	BRASÍLIA	DISSERT.
CP32	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	ASSIS	DISSERT.
CP33	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	BRASÍLIA	DISSERT.
CP34	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	RECIFE	DISSERT.
CP35	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	TESE
CP36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	DISSERT
CP37	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	DISSERT
CP38	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	TESE
CP39	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	DISSERT
CP40	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GOIÂNIA	TESE
CP41	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA	JUIZ DE FORA	DISSERT
BD1	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	DISSERT
GP8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	TESE

A concentração de produções defendidas em programa de pós-graduação na região sudeste do país parece estar em consonância com os achados da pesquisa desenvolvida por Claudia Vianna, Marília de Carvalho, Flávia Schilling e Maria de Fátima Moreira (2011), cujos dados apontaram haver uma maior prevalência da produção acadêmica sobre gênero e sexualidade concentram-se na região sudeste do País, e também se aproximam dos resultados encontrados por Robson Batista Dias (2015) que constatou em sua pesquisa que grande parte das produções dos programas de pós-graduação produzidos no período compreendido entre 2003 e 2013 no campo das transexualidades estavam concentrados nas Universidades de São Paulo.

Além disso, esses achados indicam uma concentração dos trabalhos nas Instituições de Ensino Superior localizadas nas capitais (81%) e nas outras cidades de grande porte (14%)⁴. Não passa despercebido o fato de que a hegemonia dos estudos é produzida nas universidades públicas (84%) (Tabela 15).

A partir das informações disponibilizadas no currículo Lattes dos/as pesquisadores/as, em relação aos seus endereços profissionais informados, identificamos, coerentemente com a distribuição dos programas de pós-graduação, que a grande maioria dos/as pesquisadores/as permanece concentrada nas capitais do País (Figura 14).

⁴ Para efeitos desse estudo, foram consideradas cidades de grande porte aquelas que abriguem mais de 500 mil habitantes, conforme estimativa informada pelo IBGE/2015.

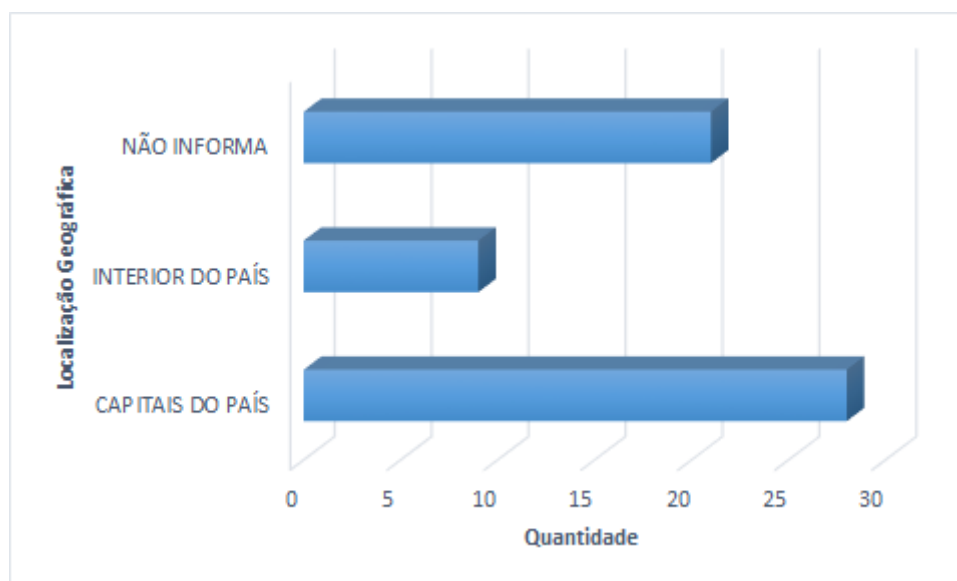


Figura 14 - Autores/as das dissertações e teses e primeiro/a autor/a dos artigos científicos incluídos na revisão a partir do endereço profissional informado no Currículo Lattes, distribuídos por capitais ou interior do País.

O processo de interiorização das Universidades, com a realização dos concursos públicos, bolsas de pós-doutorado ou professor visitante, aponta para a possibilidade de capilarização dessa temática através do deslocamento dos/as pesquisadores/as formados nos grandes centros.

Tabela 16 – Autores/as e primeiros/as autores/as dos trabalhos incluídos na revisão cujo endereço profissional informado esteja localizado em cidades do interior do País, distribuídos por nome, área de atuação profissional, endereço profissional e ano de início na área de atuação, conforme informações disponibilizadas no Currículo Lattes dos/as pesquisadores/as.

AUTOR/PRIMEIRO AUTOR	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO PROFISSIONAL	INICIOU NESSE TRABALHO QUANDO?
BRUNO DE BRITO SILVA	BOLSISTA	UFS	SÃO CRISTÓVÃO	2014
CARMEM REGINA GIONGO	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO	FEEVALE	NOVO HAMBURGO	2014
HELOISA APARECIDA DE SOUZA	BOLSISTA	PUC CAMPINAS	CAMPINAS	2013
MARCO ANTONIO TORRES	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO	UFOP	MARIANA	2009
MARIA JAQUELINE COELHO PINTO	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO	FAMERP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1994
MARIA RITA LERRI	NÃO INFORMA	NÃO INFORMADA	RIBEIRÃO PRETO	-
PATRÍCIA PORCHAT	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO	UNESP	BAURU	2013
VALÉRIA DE ARAÚJO ELIAS	ATENDIMENTO A PESSOAS TRANSEXUAIS	HU/UUEL	LONDRINA	2011
WILLIAN SIQUEIRA PERES	PROFESSOR	UNESP	ASSIS	1989

3.4 Descrição metodológica dos estudos

Embora produzidos a partir de determinadas exigências inseridas no método científico, nem todos os estudos informam de maneira objetiva a metodologia empregada no que se refere ao tipo de estudo realizado, técnica de coleta de dados empregada ou mesmo a descrição dos participantes (Apêndice 04).

3.4.1 Tipo de estudo

Os estudos empíricos representam a maioria das produções encontradas (48 trabalhos, 59%), sendo que os estudos de cunho qualitativos são majoritários (36 trabalhos), seguido dos trabalhos de cunho trabalhos quantitativos (07) e trabalhos que utilizavam a metodologia qualitativa e quantitativa (05) (Apêndice 04, Figura 15).

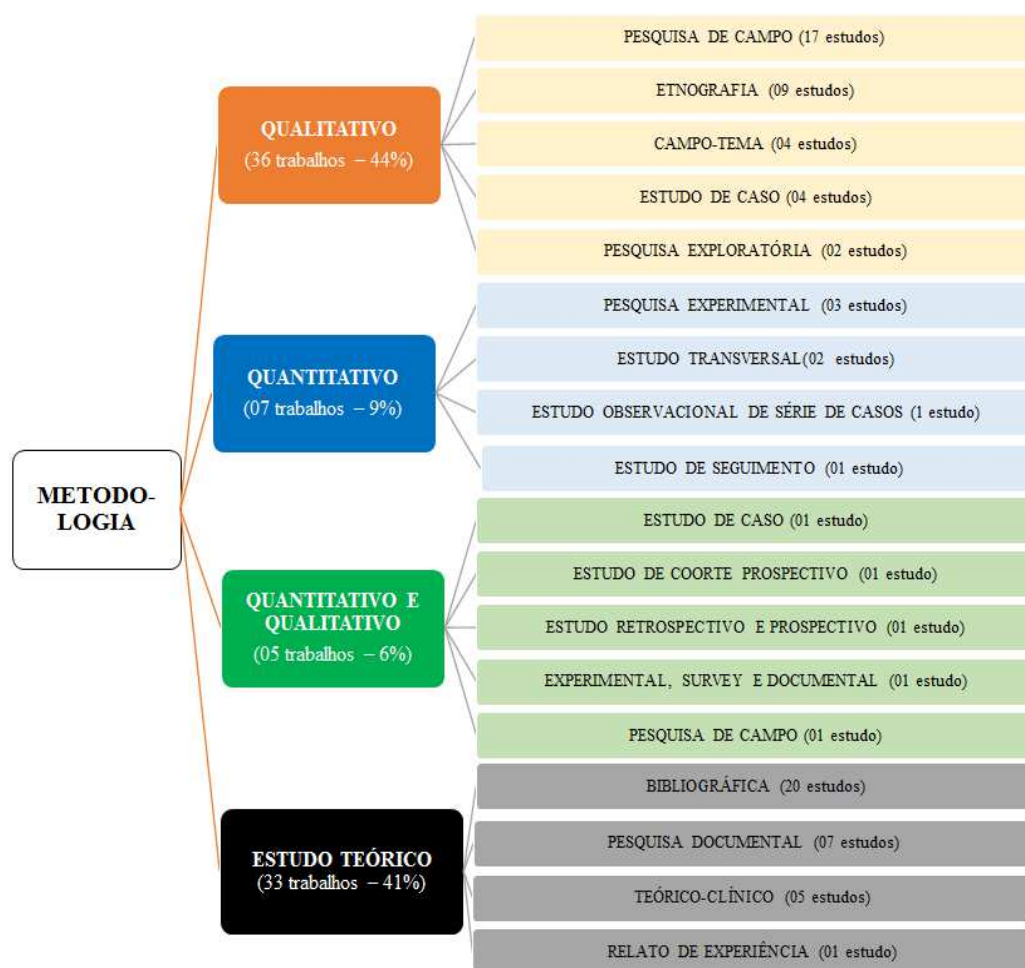


Figura 15 - Representação esquemática da metodologia empregada nos trabalhos incluídos na revisão e o tipo de estudo realizado.

Quanto ao tipo de estudo realizado, as teses e dissertações tratam em grande parte de pesquisas de campo (13) enquanto os artigos científicos são em sua maioria ancorados por pesquisas de cunho teórico (estudos bibliográfico, documental, teórico-clínico e relato de experiência) (25) (Figura 16).

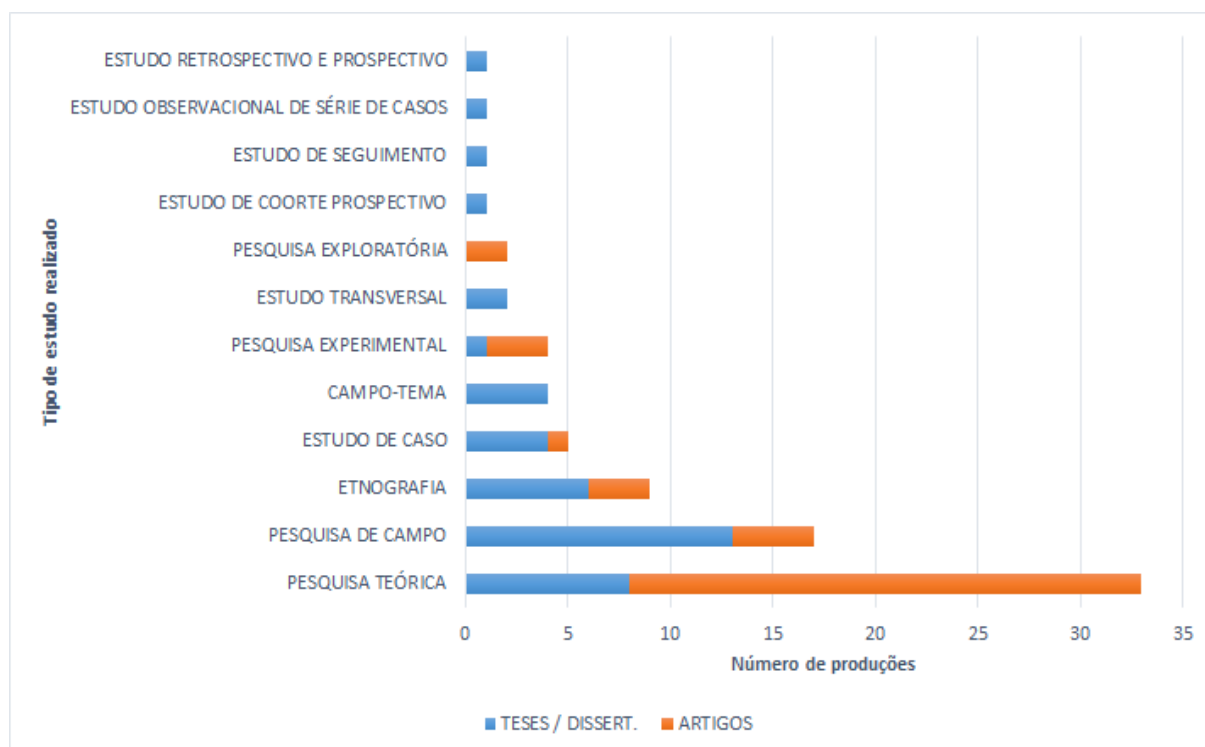


Figura 16 - Distribuição das produções incluídas quanto ao tipo de estudo realizado.

Os instrumentos utilizados nestes trabalhos, quando pesquisas empíricas (48), são variados, em um total de 91 instrumentos, utilizados de forma única ou combinada, sendo que cada estudo empírico utilizou uma média de 1,89 instrumentos. A entrevista correspondeu à principal técnica de coleta de dados, sendo utilizada em 42 estudos identificados, muitas das vezes combinadas a outras técnicas (Tabela 17 e Tabela 18).

Tabela 17 – Distribuição das produções incluídas quanto aos instrumentos utilizados.

INSTRUMENTO	PRODU- ÇÕES	INSTRUMENTO	PRODU- ÇÕES
ENTREVISTA	42	TRÂNSITO ENTRE EVENTOS/ ENCONTROS	2
ESCALA, INVENTÁRIO E TESTE PSICOLÓGICO	9	PSICOTERAPIA	2
INCURSÕES A CAMPO E VISITAS EXPLORATÓRIAS	8	QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO / SURVEY	2
OBSERVAÇÃO/OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	7	GENOGRAMA	1
TESTES CLÍNICOS BIOMÉDICOS	5	GRUPO FOCAL	1
DIÁRIO DE CAMPO	3	GRUPOS DE DISCUSSÃO NA WEB	1
CONVERSAS INFORMAIS	3	MAPA DE REDE	1
PRONTUÁRIOS	3	REGISTRO AUDIO-VISUAL	1

Tabela 18 – Quantidade e média de instrumentos utilizados nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.

QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS	NÚMERO DE PRODUÇÕES
01 INSTRUMENTO	19
02 INSTRUMENTOS	20
03 INSTRUMENTOS	05
04 INSTRUMENTOS	03
05 INSTRUMENTOS	01
TOTAL	48
MÉDIA	1,89 instrumentos por trabalho

Quando especificado o tipo de entrevista realizada (33), a maioria tratava-se de entrevistas semi-estruturadas (13), seguidas por entrevistas de história de vida (05), entrevistas estruturadas (03), entrevista semi-dirigida (03), entrevista em profundidade (03), entrevista narrativa (03), entrevista aberta (02) e entrevista fenomenológica (01).

Dentre às escalas, inventários e testes psicológicos utilizados, a maioria visava avaliar principalmente a depressão e ansiedade (03) e aspectos projetivos (03), seguidos avaliação da inteligência (02), e de funções cognitivas (01).

Os estudos foram conduzidos em sua maioria tendo as pessoas trans, transexuais e travestis (33%) como participantes, seguido por estudos realizados com mulheres transexuais (16%); ativistas do movimento de travestis e transexuais brasileiro ou coletivos que reivindicam a “representação” de homens e mulheres “trans” ou pessoas envolvidas com a despatologização da transexualidade (11%); especialistas, profissionais de saúde ou profissionais de serviços de referência para atenção transespecífica (7%); transexuais submetidas à CRS ou em vias de fazê-lo (7%), usuários de Centros de Referência dos direitos LGBT (5%), agências estatais ou pessoas ligadas à gestão e às políticas LGBT (3%), casais de homens e mulheres transexuais ou homens parceiros de transexuais (3%), professoras travestis e/ou transexuais (3%) e, em menor número, homens transexuais (2%), gêmeo monozigótico discordante para transexualismo (2%), grupo controle de pacientes autodenominados heterossexuais (2%), grupo controle saudável (2%), travestis e mulheres transexuais ligadas ao movimento social (2%) e travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo (2%) (Figura 17).



Figura 17 - Representação esquemática dos/as participantes dos trabalhos incluídos na revisão e seus locais de observação, incursões à campo e visitas exploratórias.

Como apontado por Rafaela Vasconcelos Freitas (2014) acerca da escassez de estudos sobre transexualidade masculina no Brasil, nossos resultados sugerem que as produções da Psicologia no que se refere a esse campo são igualmente escassas, tendo em vista que encontramos apenas um estudo que foi conduzido especificamente com essa população (Freitas, 2014).

Estudos que estabelecem grupo controle foram identificados na pesquisa. Um primeiro cujos participantes foram denominados como pacientes transexuais e o pesquisador estabeleceu como grupo controle pacientes nomeados como heterossexuais (Verduguez, 2009). Outro estudo estabelecia comparação entre participantes nomeados como pacientes com transtorno

de identidade de gênero e um grupo controle nomeado como saudável (Fontanari et. al., 2013).

Quanto aos locais de observação, incursões à campo e visitas exploratórias, podemos observar que a maioria dos estudos elegeu como campo os encontros e eventos gerais do movimento LGBT e de travestis e transexuais (40%), seguido pela observação de reuniões em Centros de Referência dos direitos LGBT ou Organizações não governamentais (ONG's) (15%), observações em equipamentos de saúde referência no atendimento de travestis e transexuais (15%), em espaços diversos e variados (10%), áreas de lazer, pontos de prostituição e salões de beleza (5%), observação em grupos terapêuticos (5%), em projetos desenvolvidos com travestis e transexuais (5%), e reuniões do Comitê Técnico da política de saúde LGBT (5%).

3.4.2 Tamanho amostral

O número amostral utilizado variou bastante, mas foi possível perceber que a maioria dos trabalhos compôs suas pesquisas com até 10 participantes (58%) (Tabela 19).

Tabela 19 – **Tamanho do nº amostral utilizado nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.**

AMOSTRAGEM	NÚMERO DE PRODUÇÕES
01 A 10	26
11 A 20	09
21 A 50	04
51 A 100	01
101 A 200	01
201 A 300	03
ACIMA DE 300	01
TOTAL	45
NÃO INFORMA	03

O tamanho amostral é utilizado como fonte de validação em pesquisas científicas, sendo considerado importante para a constituição de um “subconjunto supostamente represen-

tativo do contexto sob investigação” (Fontanella, Ricas & Turato, 2008, p. 18). A questão da amostra (n) nas pesquisas qualitativas é um ponto de desconfiança os pesquisadores acostumados aos métodos positivistas, para os quais as amostras não probabilísticas não teriam representatividade suficiente da realidade empírica e população estudada (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

Diferentes autores defendem a possibilidade de generalização das pesquisas qualitativas (Fontanella, Ricas & Turato, 2008; Minayo, 2017), como enfatiza Maria Cecília de Souza Minayo (2008) na afirmação abaixo:

[...] quero ficar com os grandes mestres, segundo os quais a generalização é possível, não como significância estatística, mas como compreensão de processos semelhantes que ocorrem com os seres humanos frente aos mesmos desafios. Obviamente, não estou aqui falando de técnica e sim do sentido ético e filosófico das abordagens qualitativas (p. 16).

Em nossos achados, percebemos uma prevalência de estudos qualitativos, desenvolvidos prioritariamente em universidades públicas e revistas científicas com amplo impacto - pensando em seu potencial de circulação (como será descrito mais à frente) -, o que sugere que as produções no campo da Psicologia com a temática das transexualidades, embora recentes e com um tamanho amostral reduzido, tem conseguido alcançar espaços de divulgação em periódicos científicos.

O que não significa que não enfrentem discriminações e barreiras para suas publicações como demonstram Maria Cecília de Souza Minayo (2008), Stella Regina Taquete, Maria Cecília Minayo e Adriana Rodrigues (2017) e Lilia Blima Schraiber (2017) ao discutirem a escassez de publicações de pesquisas de cunho qualitativo, especialmente quando se trata de publicações na área da saúde, cuja ênfase recai sobre as pesquisas desenvolvidas na lógica dos métodos quantitativos.

3.4.3 Onde essas pesquisas foram realizadas

Identificamos que grande parte das pesquisas foi realizada em espaços variados como eventos científicos, áreas de lazer, espaços de trabalho (muitas vezes relacionados à prostituição), salões de beleza, parques e praças, na moradia das participantes, entre outros, todos considerados parte da rede de sociabilidades dos/as participantes dos estudos (45%). Destaque para a quantidade de trabalhos realizados nos lugares de atenção transespecífica (43%) (Tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição do local de execução da pesquisa nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.

LOCAL DE EXECUÇÃO DA PESQUISA	NÚMERO DE PRODUÇÕES
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	20
AMBULATÓRIOS E HOSPITAIS	19
CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS LGBT E ONG'S	4
ESPAÇO CEDIDO NAS UNIVERSIDADES	1
TOTAL	44
NÃO INFORMA	04

Considerando o número reduzido de serviços que oferecem cuidados transespecíficos para as pessoas transexuais no Brasil, sendo que oficialmente seriam até o ano de 2016, 05 serviços credenciados para a oferta da Modalidade Ambulatorial e Hospitalar e 04 para a modalidade Ambulatorial, consideramos pertinente identificar os serviços onde foram realizadas as pesquisas, sendo que todos seriam Hospitais, exceto as realizadas em Brasília cujo serviço ambulatorial não se encontrava credenciado no momento de encerramento dessa análise (Tabela 21).

Tabela 21 – Distribuição dos ambulatórios e hospitais em que foram realizadas as pesquisas nos 48 estudos empíricos que compõe esta revisão.

HOSPITAL	AMBULATÓRIO / PROGRAMA/ SERVIÇO	UNIDADE FEDERATIVA	CÓDIGO DO(S) TRABALHO(S)
NÃO IDENTIFICA	AMBULATÓRIO DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	RIBEIRÃO PRETO/SP	CP16
NÃO IDENTIFICA	AMBULATÓRIO DE UROLOGIA DE UM HOSPITAL DO INTERIOR DE SP	INTERIOR/SP	SC10
HOSPITAIS PÚBLICOS QUE PRESTAM ASSISTÊNCIA A PACIENTES TRANSEXUAIS	NÃO IDENTIFICA	NÃO IDENTIFICA	CP1; CP21
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	NÃO IDENTIFICA	GOIÂNIA/GO	CP40
HOSPITAL DE BASE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	NÃO IDENTIFICA	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	CP30
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (HUCFF/UFRJ)	NÃO IDENTIFICA	RIO DE JANEIRO/RJ	SC5
	PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA A PACIENTES TRANSEXUAIS E CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO		CP14
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	NÃO IDENTIFICA	BRASÍLIA/DF	CP13
	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR		CP33
INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	NÃO IDENTIFICA	SÃO PAULO / SP	BD1
	SERVIÇO DE PSICOLOGIA		CP35
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	PROGRAMA DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO (PROTIG)	PORTO ALEGRE/RS	CP24, CP26, GP2, GP3, GP4, GP7
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	AMBULATÓRIO DE IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL (AMTIGOS)	SÃO PAULO/SP	GP7
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	SERVIÇO DE GINECOLOGIA	RECIFE	CP34

Diferentemente das pesquisas sobre travestis, que são realizadas ou iniciadas a partir dos espaços de prostituição (Amaral, Cruz, Silva & Toneli, 2014), os estudos identificados aqui possuem maior relação com os espaços de saúde e militância, sendo que apenas dois estudos apontam terem desenvolvido suas pesquisas de campo em/à partir de espaços de prostituição (Bonfim, 2009; Giongo, 2012).

3.4.4 Qual a perspectiva teórica informa os trabalhos nesse campo?

Poucos trabalhos informam aos leitores qual a perspectiva teórica fundamentou a pesquisa. Com exceção dos trabalhos desenvolvidos numa ancoragem psicanalítica (25%), da Psicologia social (15%) e da abordagem fenomenológica (1%). Outros estudos, principalmen-

te que envolvem os campos interdisciplinares revelam a utilização de conceitos como por exemplo, baseados na teoria foucaultiana ou teoria *queer* sem revelar com que campo da Psicologia essa abordagem dialoga.

3.5 Modos de circulação dos discursos

Pensando na potencialidade de circulação destes trabalhos privilegiamos a análise dos artigos científicos, pois segundo com Leilah Bufrem (2006), o surgimento das revistas científicas teria sido motivado pela necessidade de divulgação do conhecimento e, estas teriam a potencialidade de propiciar uma aproximação com o processo histórico de construção do saber em diversas áreas científicas.

Os periódicos são classificados pelas áreas de avaliação da Capes por meio de um conjunto de procedimentos para estratificação da qualidade da produção intelectual, com atualização anual. Os periódicos são classificados em estratos indicativos da qualidade, quais sejam: A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero.

Considerando tratar-se de uma avaliação pelos pares, Ana Ludmila Freire Costa e Oswaldo Hajime Yamamoto (2008), reconhecem que as avaliações de periódico científico da Psicologia tem sido uma ferramenta útil na distinção necessária entre “a informação de qualidade e o conhecimento reproduzido” (p. 22), sendo consideradas por eles como “um elemento de contribuição para o progresso científico de um campo do conhecimento” (p. 23).

Assim, a consulta da classificação *Qualis* dos periódicos foi realizada por meio do acesso ao seu site institucional da Plataforma Sucupira. Selecionamos como evento de classificação o ano de 2015, e a área de avaliação a PSICOLOGIA, em razão da problemática estabelecida para nossa pesquisa. Um dos periódicos não possuía classificação para o ano de 2015, assim, neste caso, realizamos uma pesquisa buscando identificar se havia uma

classificação para os anos anteriores e incorporamos a classificação conforme encontrado e mediante a introdução de um indicador na tabela. (Tabela 22).

Tabela 22 – Artigos científicos incluídos na revisão, distribuídos por revista e avaliação Qualis.

BASE DE DADOS	CÓDIGO	PERIÓDICO	AVALIAÇÃO QUALIS PSICOLOGIA (2015)
SCIELO	SC1	SEXUALIDAD, SALUD E SOCIEDAD	B1
	SC2	SEXUALIDAD, SALUD E SOCIEDAD	B1
	SC3	SEXUALIDAD, SALUD E SOCIEDAD	B1
	SC4	PSICOLOGIA, TEORIA E PESQUISA	A1
	SC5	PSICOLOGIA E SOCIED.	A2
	SC6	PHYSIS: REVISTA DE SAÚDE COLETIVA	B1
	SC7	SAÚDE E DEBATE	B1
	SC8	EDUCAÇÃO E REALIDAD.	B1
	SC9	PHYSIS: REVISTA DE SAÚDE COLETIVA	B1
	SC10	PAIDÉIA	A1
	SC11	INTERFACE	B3
	SC12	CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA	A2
	SC13	PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO	A2
PEPSIC	PP1	REVISTA TRIVIUM EST. INTERD.	B2
	PP2	REVISTA DA SBPH	B2
	PP3	REVISTA DA SPAGESP	B1
	PP4	REVISTA PSICOLOGIA E SAÚDE	B3
	PP5	PSICOLOGIA POLÍTICA	B3
	PP6	REVISTA EPOS	B3
	PP7	PSICOLOGIA EM REVISTA	B1
	PP8	IDE - PSICANÁLISE E CULTURA	B2
	PP9	ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOL.	A2
	PP10	ESTUDOS DE PSICANÁLISE	B3
	PP11	ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOL.	A2
	PP12	REVISTA PSICOLOGIA E SAÚDE	B3
	PP13	REVISTA EPOS	B3
	PP14	REVERSO	B2
	PP15	EPISTEMO-SOMÁTICA	B4*
	PP16	REVISTA EPOS	B3
INDEX PSI	IP1	REVISTA DE PSICOLOGIA DA UNESP	B4
	IP2	PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA	A1
	IP3	ASEPHALLUS	B2
GRUPOS DE PESQUISA CNPq	GP1	LIBERABIT (LIMA)	B1
	GP2	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	A1
	GP3	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	A1
	GP4	JOURNAL OF PSYCHIATRIC RESEARCH	A2
	GP5	REVISTA ARTIFÍCIOS	B4
	GP6	ATHENEA DIGITAL	B1

Nota: *Avaliação Qualis 2012

Percebemos que embora possa ser considerada pouco expressiva numericamente a publicação, a circulação desta temática tem ocupado espaços de reconhecimento, uma vez que 71% da produção circula em revistas com estratos que oscilam entre A1 e B2 (Figura 18).

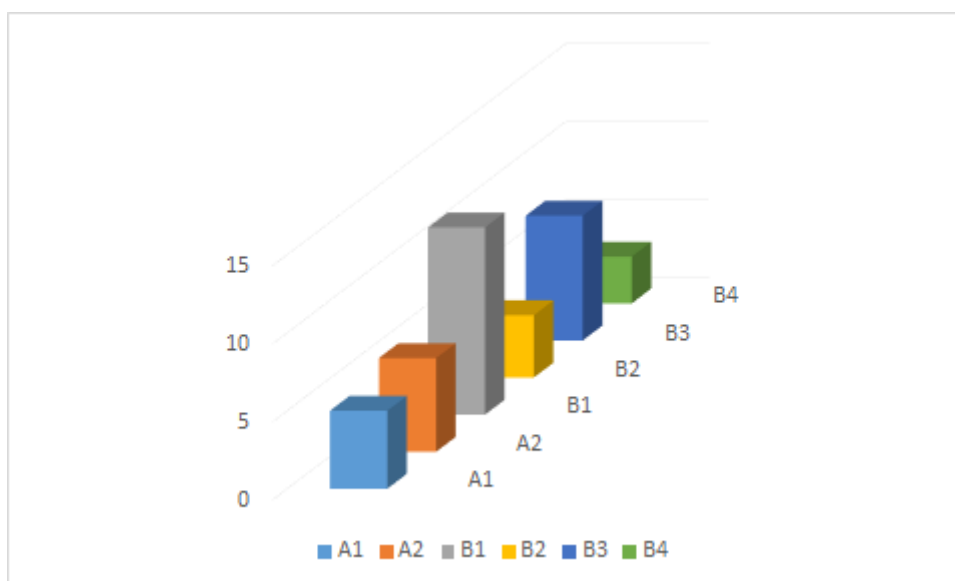


Figura 18 - Distribuição dos artigos científicos incluídos na revisão de acordo com a classificação “Qualis” dos periódicos.

Observando os artigos científicos publicados em periódicos classificados como A1 até B2 pelo Qualis (27) e a área de atuação do primeiro autor do artigo, informada no Currículo Lattes, percebemos que quase metade dos artigos científicos (41%) são de autoria de professores que estão nas universidades (Figura 19). Se somarmos professores, estudantes, bolsistas e pesquisadores temos um percentual de 63%.

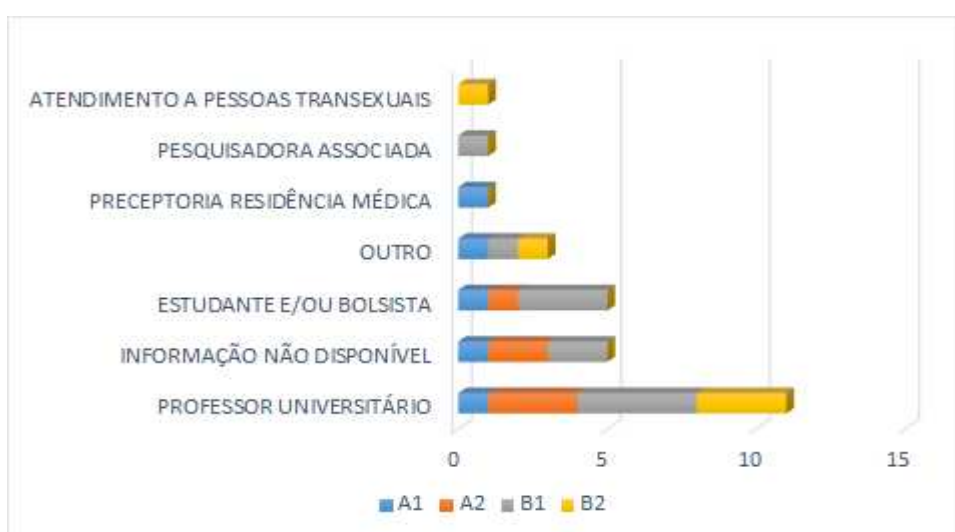


Figura 19 - Cruzamento entre os artigos científicos incluídos na revisão e publicados em periódicos avaliados pelo *Qualis*, classificados de A1 até B2, e a área de atuação do/a primeiro/a autor/a desses artigos – de acordo com as informações coletadas no Currículo Lattes.

Ana Ludmila Freire Costa e Oswaldo Hajime Yamamoto (2008) afirmam que a produção intelectual tem sido marcada por um aumento em grandes proporções da quantidade de produções, muitas vezes não acompanhado de uma preocupação com a inovação, relevância e utilidade desse conhecimento para as comunidades acadêmico-científicas. Para os autores (2008), este seria um reflexo da exigência crescente de produtividade pelas instâncias de financiamento e regulação da ciência. Não se constituiu objeto dessa pesquisa avaliar a qualidade dos trabalhos, no entanto, a conformação dos artigos nos indicadores A1 até B2 sugerem o alinhamento com a necessidade de responder às exigências para credenciamento/reconhecimento e avaliação da produção do corpo docente/discente vinculados aos programas de pós-graduação.

3.6 Distribuição temática das produções

Para essa fase da pesquisa, utilizamos como estratégia metodologia os apetrechos propostos por Bardin (1995) na Análise de Conteúdo.

Num primeiro movimento gráfico dos trabalhos analisados tivemos um conjunto de 08 categorias, que compuseram inclusive o texto da qualificação desta pesquisa, e foram reclassificados a partir das sugestões da banca:

a) **Transexualização e Saúde Mental:** Neste grupo temos a maior quantidade de trabalhos desta revisão, composta por 35 produções, sendo 03 teses, 17 dissertações e 15 artigos científicos. O uso do termo “transexualização” foi inspirado na produção de Alexsander Lima da Silva e Adélia Augusta Souto de Oliveira (2015), que o propuseram como um processo de reconhecer-se enquanto transexual e na produção de uma identidade transexual a partir das experiências pessoais. Também foram reunidos aqui os trabalhos que discutem depressão, ansiedade e outras psicopatologias associadas às vivências “trans”; estudos sobre a constitui-

ção psíquica e a produção de uma identidade transexual; estudos sobre autorreconhecimento do transexual envolvendo processos de subjetivação e identidade; estudos sobre percepção de masculinidades e feminilidades, e processos de reconhecimento do próprio corpo. Foram também agrupados os trabalhos que discutem a transexualidade e a psicopatologia ancorados na psicanálise.

b) **Processo Transexualizador:** Nesse conjunto de textos foram agrupadas 16 produções, sendo 02 teses, 04 dissertações e 19 artigos científicos. Foram reunidos nessa categoria os trabalhos que tratavam as questões envolvendo a cirurgia de redesignação sexual e suas condições de realização no Brasil e também a assistência em saúde para as pessoas transexuais que acabam atravessadas pelo processo transexualizador (incluindo aqui a discussão sobre HIV/aids e fatores relacionados).

c) **Despatologização:** Integraram esse grupo 03 produções, sendo 01 tese e 02 dissertações. Foram reunidos aqui os trabalhos cujos temas centrais trazem uma crítica ao reconhecimento da transexualidade como transtorno mental. Como consequência essa discussão articula-se à anterior no que se refere à defesa da autonomia dos sujeitos em relação ao seu acesso ao processo transexualizador, e ao questionamento do diagnóstico “psi” e seus efeitos sobre as práticas de saúde para essa população.

d) **Vivências Afetivo-Sexuais:** Nesta categoria estão incluídos os trabalhos acerca das relações afetivo-sexuais de pessoas transexuais, sendo identificadas 06 produções, sendo 03 teses, 01 dissertação e 02 artigos científicos. Neste grupo foram agrupados trabalhos que demonstram que as relações afetivo-sexuais de pessoas transexuais ainda são objeto de reflexão da Psicologia. Embora em pequeno número, eles informam que as práticas e desejos sexuais das pessoas transexuais permanecem como objeto de investigação para a Psicologia e que as pessoas transexuais permanecem “condenadas” a um inquérito sobre suas sexualidades.

e) **Movimento Social / Militância:** Integram esse grupo 04 produções, sendo 01 tese,

01 dissertação e 02 artigos científicos. Os trabalhos recuperam parte do movimento social de travestis e transexuais no País, discutindo as categorias identitárias e os conflitos provenientes de sua inserção na luta política por visibilidade e acesso à direitos. Em comum identificamos também o entrecruzamento no trabalho de campo realizado nos eventos organizados pelos movimentos sociais, associações de pesquisa e profissionais e organismos estatais e análise de documentos.

f) **Processo de discriminação e violência / Suporte social:** Este grupo também foi formado por 09 trabalhos, sendo 01 tese, 03 dissertações e 05 artigos científicos. Eles foram agrupados por tratarem de processos de discriminação e/ou violência vivenciados pelas pessoas transexuais, bem como suas redes de sociabilidade, incluindo nessa categoria discussões sobre mercado de trabalho, família, escola e pertencimento a espaços de sociabilidade.

g) **Processos jurídicos e documentais:** Fazem parte deste grupo 04 trabalhos, sendo 01 tese e 03 dissertações. Nesse escopo, foram agrupados trabalhos que tinham como objeto de análise a avaliação sobre o lugar do laudo psicológico para as sentenças judiciais, a relação afetiva de transexuais com os documentos e outras questões que envolvem processos de “judicialização” de aspectos da vida das pessoas transexuais.

h) **Narrativas sobre as transexualidades que circulam em mídias e literatura:** Este grupo foi composto por 04 artigos científicos que analisam narrativas sobre a experiência transexual retratadas em filmes e livros.

Todos os trabalhos, agrupados por categorias, foram distribuídos numa linha temporal da seguinte forma (Tabela 23):

Tabela 23 – Trabalhos incluídos na revisão, distribuídos por ano de publicação/defesa, código atribuído ao trabalho e tema identificado no estudo.

ANO	CÓDIGO	TEMA
2000	IP2	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2004	CP35	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2005	CP33	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2006	CP13	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2006	PP7	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2007	CP14	DESPATOLOGIZAÇÃO
2007	CP32	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2007	PP15	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2008	CP30	VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS
2008	SC5	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2008	PP8	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2009	BD1	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2009	CP31	OUTRAS ESFERAS DE SOCIABILIDADE
2009	BD1	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2009	SC6	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2009	SC9	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2009	SC12	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2009	PP10	NARRATIVAS
2009	GP6	NARRATIVAS
2010	CP11	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2010	CP12	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2010	CP34	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2010	CP40	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2010	PP2	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2011	CP1	DESPATOLOGIZAÇÃO
2011	CP19	MOVIMENTO SOCIAL/MILITÂNCIA
2011	SC3	MOVIMENTO SOCIAL/MILITÂNCIA
2011	SC10	PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA / SUPORTE SOCIAL
2011	PP5	PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA / SUPORTE SOCIAL
2011	PP6	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2012	CP2	VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS
2012	CP17	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2012	CP20	PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA / SUPORTE SOCIAL
2012	CP21	PROCESSOS JURÍDICOS E DOCUMENTAIS
2012	CP38	OUTRAS ESFERAS DE SOCIABILIDADE
2012	SC11	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2012	SC13	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2012	IP1	NARRATIVAS
2012	IP3	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2012	GP1	VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS
2012	GP5	PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA / SUPORTE SOCIAL
2013	CP3	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2013	CP4	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2013	CP6	DESPATOLOGIZAÇÃO
2013	CP7	VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS
2013	CP22	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2013	CP23	PROCESSOS JURÍDICOS E DOCUMENTAIS
2013	CP28	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2013	CP37	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2013	SC1	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2013	SC2	MOVIMENTO SOCIAL/MILITÂNCIA
2013	SC4	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

2013	SC7	VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS
2013	PP11	NARRATIVAS
2013	PP16	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2013	GP4	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2014	CP8	VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS
2014	CP24	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2014	CP25	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2014	CP39	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2014	CP41	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2014	SC8	OUTRAS ESFERAS DE SOCIABILIDADE
2014	PP3	PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA / SUPORTE SOCIAL
2014	PP4	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2014	PP12	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2014	PP13	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2014	GP2	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	CP5	MOVIMENTO SOCIAL/MILITÂNCIA
2015	CP9	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	CP10	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2015	CP15	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	CP16	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	CP18	PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA / SUPORTE SOCIAL
2015	CP26	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	CP27	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	CP29	PROCESSOS JURÍDICOS E DOCUMENTAIS
2015	CP36	PROCESSOS JURÍDICOS E DOCUMENTAIS
2015	PP1	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	PP9	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	PP14	TRANSEXUALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL
2015	GP3	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR
2015	GP7	PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

Observando a distribuição dessas temáticas no recorte temporal estabelecido para a pesquisa, percebemos um deslocamento das discussões sobre as transexualidades que inicialmente tratavam de questões relativas à transexualização e saúde mental das pessoas transexuais e foi incorporando as problematizações sobre a patologização das identidades transexuais e seus dissensos sobre o diagnóstico a partir do ano de 2007. Também as discussões acerca do processo transexualizador incluindo a cirurgia de redesignação sexual, as relações entre corpo, modificações corporais e subjetividade, o acompanhamento psicoterapêutico no processo transexualizador e as políticas públicas de saúde na atenção transespecífica.

Todas essas categorias sugeriam que uma nova categoria deveria ser construída no sentido de garantir a exclusão mútua e homogeneidade. Assim reagrupá-las em uma única categoria denominada “Problemas d(n)a saúde” parecia ter se tornado fértil (Bardin, 1995).

Nesta categoria foram agrupados os trabalhos que discutem a transexualização e saúde mental, o processo transexualizador, a despatologização e as vivências afetivo-sexuais (Figura 20).

Problemas d(n)a saúde	Transexualização e Saúde Mental CP3, CP4, CP9, CP11, CP12, CP13, CP15, CP16, CP17, CP26, CP27, CP28, CP32, CP33, CP34, CP35, CP37, CP39, CP41, BD1, SC1, SC13, PP1, PP4, PP6, PP7, PP8, PP9, PP13, PP14, PP15, PP16, IP3, GP2, GP4	Trabalhos acerca da constituição psíquica e produção de uma identidade transexual; Estudos sobre a percepção de masculinidades e feminilidades e processos de reconhecimento do próprio corpo; Estudos sobre o auto-reconhecimento de transexuais envolvendo processos de subjetivação e identidade. Estudos que procuram traçar um perfil ou uma caracterização de aspectos gerais de pessoas identificadas como transexuais.
	Despatologização CP1, CP6, CP14	Trabalhos cujos temas centrais trazem uma crítica ao reconhecimento da transexualidade como transtorno mental.
	Vivências afetivo-sexuais CP2, CP7, CP8, CP30, SC7, GP1	Trabalhos acerca das relações afetivo-sexuais de pessoas transexuais
	Processo transexualizador CP10, CP22, CP24, CP25, CP40, GP3, GP7, IP2, PP2, PP12, SC4, SC5, SC6, SC9, SC11, SC12	Trabalhos que tratavam das questões envolvendo a cirurgia de redesignação sexual e suas condições de realização no Brasil Trabalhos acerca da assistência em saúde ofertada para pessoas transexuais Trabalhos que discutem prevalência e vulnerabilidade de HIV entre a população de transexuais

Figura 20 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pela categoria de análise “Problemas d(n)a saúde”.

Neste grupo foi identificada a maior quantidade de trabalhos desta revisão, composto por 60 produções, sendo 09 teses, 24 dissertações e 27 artigos científicos.

Seguindo o mesmo princípio, a segunda categoria “Atravessamentos d(n)os Direitos” reuniu trabalhos que discutiram os processos jurídicos e mudança de prenome, processos de discriminação e violência e suporte social, movimento social e militância e outros aspectos da sociabilidade das pessoas transexuais que, apesar de serem considerados direitos, não estão

assegurados para esse grupo, tais como educação, família e religiosidade (Figura 21). Foram 17 trabalhos, distribuídas da seguinte forma: 03 teses, 07 dissertações e 07 artigos científicos.

Atravessamentos d(n)o Direito	Processos jurídicos e documentais CP21, CP23, CP29, CP36	Trabalhos sobre a produção de documentos relacionados à experiência transexual e outras questões que envolvem processos de “judicialização” de aspectos da vida das pessoas transexuais, e a produção de documentos
	Processos de discriminação e violência / suporte social CP18, CP20, SC10, PP3, PP5, GP5	Trabalhos que tratam de processos de discriminação e/ou violência vivenciados pelas pessoas transexuais.
	Movimento social e militância CP5, CP19, SC2, SC3	Trabalhos que recuperam parte do movimento social de travestis e transexuais no País.
	Outras esferas de sociabilidade CP31, CP38, SC8	Trabalhos que contém discussões acerca do mercado de trabalho, família, escola, religião e pertencimento a espaços de sociabilidade.

Figura 21 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pela categoria de análise “Atravessamentos d(n)o direito”.

A terceira categoria nomeada por nós como “Outros fios” reúne um pequeno número de trabalhos (04 artigos científicos) que analisam as narrativas que circularam em obras literárias e cinematográficas e fazem interlocução com as transexualidades (Figura 22).

Outros fios	Narrativas presentes em filmes e livros. PP10, PP11, IP1, GP6
----------------	--

Figura 22 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pela categoria de análise “Outros fios”.

Nosso recorte temporal demarcado pela Resolução do CFM reverbera o lugar de poder do discurso médico no campo da transexualidade. Embora esse saber-poder da medicina, no

caso da transexualidade, tenha sido questionado por Berenice Bento (2008) e também por Flavia Teixeira (2010), justificamos que é esse campo que inscreveu o discurso sobre a transexualidade no mundo (Meyerowitz, 2004) e impactou também no Brasil. A transexualidade é inserida no circuito discursivo a partir de um saber sobre “a doença” e foi nesse contexto que também a Psicologia foi “convidada a atuar”, a partir de um discurso do outro, conforme já apresentamos anteriormente.

Essa correlação é pertinente para contextualizar os resultados de nossa pesquisa em relação às temáticas identificadas. As categorias desenhadas acima perderam a força explicativa, ou no dizer de Bardin, seu caráter fértil para analisar o conteúdo que circula nesses textos. A hegemonia das discussões oriundas da/na saúde parecia auto-explicativa, no entanto, quando confrontadas com a questão inicial sobre quais saberes têm sido produzidos/circulados na produção acadêmica sobre a Psicologia e a transexualidade apontando os discursos que parecem hegemônicos e os saberes/práticas em disputas e afirmar que são questões ancoradas no campo da saúde tornaram-se limitadas.

O ponto nodal das discussões se organizava no diagnóstico da transexualidade. Todas as questões pareciam convergir para elementos que, no seu aspecto central, estavam relacionados ao diagnóstico da transexualidade. Desse modo, reorganizamos as categorias, utilizando as existentes e definimos os modos como estas dialogavam com os debates em torno da transexualidade como uma entidade nosológica.

Entendemos que reorganizar os estudos tendo como referência o documento organizado pela APA (2015) poderia contribuir para pensar não somente o percurso dos trabalhos e das pesquisas como também sinalizaria para os próximos encaminhamentos nesse campo, contribuindo para realocar as temáticas analisadas por nós.

O documento da APA (2015) está organizado em cinco (5) eixos, contendo dezesseis (16) diretrizes de cuidado que orientam a atuação de psicólogos na atenção às pessoas transe-

xuais, a saber: Eixo 01 - conhecimento fundacional e consciência; Eixo 02 - estigma, discriminação e barreiras para o cuidado; Eixo 03 - desenvolvimento de vida; Eixo 04 - avaliação, terapia e intervenção; e Eixo 05 - pesquisa, educação e treinamento.

Para esse trabalho recontamos os três que dialogam com maior propriedade com os trabalhos identificados. Assim, uma nova configuração anunciava que o próximo capítulo reorganizaria os estudos tendo o diagnóstico como elemento disparador (Figura 23).



Figura 23 - Representação Esquemática dos temas dos trabalhos incluídos na revisão pelas categorias de análise estabelecidas.

4. “QUAL PSICOLOGIA SE TEM PRODUZIDO?”: DESCRIÇÃO CRÍTICA DOS TRABALHOS

4.1 Diagnóstico: essa conversa ainda está no ar

4.1.1 Avaliação, terapia e intervenção

O primeiro grupo de trabalhos reunidos aqui tratava da transexualidade como um problema que deveria ser diagnosticado. Essa perspectiva posiciona a Psicologia como capaz de identificar um distúrbio/transtorno e então autorizar ou não a realização da cirurgia de transgenitalização (Vieira, 2000; Saadeh, 2004; Abreu, 2005; Pinto, 2008; Verduguez, 2009; Monteiro, 2009; Teixeira, 2006, 2012a, 2012b; Sampaio & Coelho, 2012; Miranda, 2015).

Os trabalhos identificados aqui acenam para a necessidade de utilização da avaliação psicológica de pessoas transexuais, como instrumento para a compreensão do seu quadro psicopatológico (Saadeh, 2004) ou identificação de aspectos específicos da personalidade desses sujeitos (Abreu, 2005; Verduguez, 2009), através do uso de questionários estruturados para o diagnóstico diferencial – SCID-I/P -, escalas para identificar depressão – inventário de depressão de Beck (BDI), escala de Hamilton para avaliação de depressão (HAM-D 21 itens) (Saadeh, 2004), - testes para transtornos de personalidade – entrevista estruturada para distúrbios de personalidade pelo DSM-III-R - (Saadeh, 2004), testes projetivos – Rorschach (Abreu, 2005), H-T-P e Szondi (Verduguez, 2009) -, e outros instrumentos, visando assim auxiliar na elaboração do diagnóstico do transexualismo e na indicação da cirurgia de redesignação sexual. Destacamos o fato de que a pesquisa de Elisa Verduguez (2009) utilizou um teste que inclui entre fotografias de “afecções psiquiátricas” a imagem de um homossexual, e que consta com uma versão desfavorável no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos

(SATEPSI)⁵ do CFP desde 2005, e outra versão está igualmente desfavorável desde 2008.

Além disso, Liliana Lopes Pedral Sampaio e Maria Thereza Ávila Dantas Coelho (2012) entendem a compulsoriedade do acompanhamento psicológico no processo transexualizador como “um cuidado e uma exigência” (p. 646) que, embora possa inviabilizar a realização da terapia, possibilitaria a exclusão de pessoas que não apresentem demanda para tal intervenção médica.

Nesse sentido, Jaqueline Pinto em sua tese de doutorado (2008) aponta que o diagnóstico incorreto seria uma das principais razões para o arrependimento da cirurgia de transgenitalização e que, portanto, no acompanhamento psicológico nesta clínica seria papel do psicólogo certificar-se da demanda apresentada por este indivíduo: “os dois principais motivos de arrependimento da cirurgia de transgenitalização foram à falta de suporte familiar e o diagnóstico incorreto da transexualidade” (p. 199), e “no decorrer do acompanhamento, o psicólogo deverá certificar-se de que a subjetividade em que o indivíduo vive de fato é diferente em gênero da sua natureza física [...]” (p. 92).

Ainda que Sampaio e Coelho (2012) afirmem que as pessoas transexuais reconhecem (e se beneficiam d) o acompanhamento psicológico no processo transexualizador tanto no pré-operatório – e essa participação ser anunciada como relacionada à lógica autorizativa – como também no pós-operatório, considerado o período mais difícil no processo de transexualização, a tese de doutorado de Jaqueline Pinto (2008) aponta para uma contradição nesse argumento. A pesquisa realizada indica uma baixa adesão importante em relação ao número inicial proposto, situação diferente da identificada por Mariluz Silveira (2010) que manteve a adesão das usuárias após a cirurgia em razão da oferta do atendimento ginecológico. Pensamos na pertinência de discutir, a partir da baixa adesão, se a disponibilidade e autonomia das pessoas transexuais (após a realização do procedimento cirúrgico) para recusar e consentir no

⁵ Disponível no site do CFP: <http://satepsi.cfp.org.br/>.

tratamento psicológico não contribui para repensar os discursos que defendem a compulsoriedade (no período pré-operatório) através de um suposto benefício advindo de um efeito colateral do mesmo.

A utilização da avaliação e instrumentos psicométricos parece cumprir função auxiliar no diagnóstico da transexualidade e se sustentaria pela definição da Resolução do CFM (Resolução CFM n. 1.652, 2002) que estabelece a ausência de OUTRO transtorno mental como condição para realização da cirurgia:

2. A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados: - desconforto com o sexo anatômico natural; - desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; - permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; - **ausência de outros transtornos mentais** (p. 00, grifo nosso).

Embora afirmem a necessidade de se elaborar um diagnóstico de “transexualismo” nenhum trabalho identificado apresenta instrumento capaz de diagnosticar o fenômeno que descreve. Apenas descrevem a presença ou não de “outros” transtornos mentais que pudessem interferir no processo de autoidentificação ou decisão.

Foram também identificados trabalhos que apresentam críticas ao diagnóstico (Lionço, 2006; Amaral, 2007; Arán, Murta, Lionço, 2009; Arán, & Murta, 2009; Araújo, 2010; Barbosa 2010; 2013; Silva, 2013; Jesus, 2013).

Inicialmente a problematização do diagnóstico de “transexualismo” parecia estar associada ao questionamento de sua determinação para o acesso ao dispositivo cirúrgico e outros cuidados em saúde:

Embora a associação do diagnóstico de transexualismo à redesignação sexual tenha viabilizado a institucionalização do debate sobre a assistência dessa clientela na rede pública de saúde, devemos considerar a complexidade que envolve compreender a condição transexual como uma anormalidade, colocando em pauta o paradoxo de que, se por um lado o diagnóstico torna legítima a demanda por redesignação sexual e possibilita o acesso aos serviços de saúde, por outro é raiz de restrições sociais e estigma que afetam diversos níveis da vida desses indivíduos, reforçando sua condição de exclusão social (Arán, Murta, Lionço, 2009, p. 1147).

A organização da I Jornada Nacional sobre Transexualidade e Saúde: a assistência pública no Brasil no Rio de Janeiro, em 2005, marcou a atuação pioneira de Marcia Arán na produção acadêmica sobre os limites e usos do diagnóstico na Psicologia brasileira, e a análise dos serviços disponíveis para a atenção transespecífica. Sua produção é marcada por características tais como priorizar a escrita coletiva, ser interdisciplinar e também a interlocução com os movimentos sociais (Arán, 2005; Arán, 2006; Arán, 2007; Corrêa, & Arán, 2008; Arán, 2009; Arán, Murta, & Lionço, 2009; Arán, Zaidhaft, & Murta, 2008).

Outra perspectiva envolvendo a relação entre diagnóstico e a transexualidade assume maior centralidade no debate acadêmico ao incorporar as críticas em relação ao caráter patológico. O diagnóstico em si aparece como questão e o lugar do profissional da saúde, principalmente o médico, para defini-lo marcará os trabalhos que questionam o caráter patológico atribuído à transexualidade (Arán & Murta, 2009; Araújo, 2010).

Nos resultados de sua pesquisa, Letícia Rezende de Araújo (2010) identificou que a maioria das participantes de seu estudo não se reconheciam como doentes e rejeitavam o rótulo de patologia associado à transexualidade.

O trabalho de Tatiana Lionço (2006) demarca ainda um posicionamento contrário da autora sobre a psicopatologização da transexualidade, sendo o primeiro trabalho identificado com essa perspectiva no campo da Psicologia brasileira.

Anunciando como referencial teórico-metodológico os aportes da Psicologia sócio-histórica, Alexsander Lima da Silva (2013) também argumenta contrário ao uso do diagnóstico psiquiátrico para a transexualidade. Recusa a condição de desvio de identidade por acreditar que este diagnóstico seria um paradoxo ao próprio conceito de identidade interrogando sobre a possibilidade de alguém “desviar uma identidade que é produzida pelo próprio sujeito?” (p. 11).

O trabalho de Daniela Murta Amaral (2007) também apontava que o diagnóstico de

“transexualismo” impactaria a vida desses sujeitos ao serem diagnosticados como portadores de um transtorno psiquiátrico e também o lugar desse diagnóstico como acesso aos serviços específicos para o atendimento de pessoas transexuais. Posteriormente a pesquisadora ampliaria a perspectiva crítica em relação ao diagnóstico para o direito à autodeterminação, especialmente no que tange ao acesso aos serviços de saúde transespecíficos e a alteração do nome no registro civil, sem a necessidade de uma certificação médica para isso (Amaral, 2011).

Alguns estudos parecem se aproximar das orientações da APA (2015) no sentido de compreender o gênero como uma construção não binária que permite uma série de identidades de gênero e, portanto, não conformaria uma categoria diagnóstica a ser tratada pelos/as psicólogos/as. Essa interlocução com as diretrizes estabelecidas pela APA (2015) parece estar mais evidente nos estudos que se ancoram em perspectivas teóricas externas ao campo da Psicologia. Esses trabalhos questionam a possibilidade de aprisionamento das categorias travestis e transexuais (Barbosa 2010; 2013) e desafiam os alicerces que sustentam o diagnóstico da transexualidade. Assumem que as identidades de gênero, não seriam uma essência, mas construções produzidas por meio de repetições insistentes das normas sociais.

Tal perspectiva parece também consensual na Norma Técnica do CFP (2013) que estabelece “2. A transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual” (grifos nossos).

A recusa ao diagnóstico parece ter forjado um consenso, no entanto, ela é atravessada ainda por um conjunto de posições ambíguas em defesa de uma clínica psicológica da transexualidade, mesmo que aparentemente contribuindo e fortalecendo a perspectiva da não patologização da transexualidade. Essa correlação de sentidos pode ser identificada no trabalho de Bento Manoel de Jesus (2013) que empreendeu uma análise dos discursos no debate sobre a despatologização da transexualidade. O autor enfatiza que o campo das transexualidades é um

campo marcado por disputas e interesses políticos/ideológicos, de forma que o movimento de despatologização da transexualidade seria parte de um processo que envolveria relações de poder, estando no epicentro de conflitos, negociações e concessões que podem vir a estabelecer uma nova “ordem social em relação ao gênero” (p. 93).

Um terceiro grupo de trabalhos (Teixeira, 2006, 2012a, 2012b; Elias, 2007a, 2007b, 2010; Pinto, 2008; Monteiro, 2009; Perelson, 2011; Miranda, 2015; Sampaio & Coelho, 2012) defendem uma clínica psicológica/psicanalista da transexualidade como fundamental, não para a indicação/autorização da cirurgia de transgenitalização como os primeiros discutidos acima, mas para uma escuta clínica que permita uma reflexão dos indivíduos sobre esse ato, podendo levá-los inclusive a desistir da cirurgia, apresentando suas experiências em concordância com o lugar atribuído ao psicólogo pelo CFM ou pela Portaria do Processo Transsexualizador, referendado pela Norma Técnica do CFP (2013):

3. A assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social (grifo nosso).

Por exemplo, Valéria de Araújo Elias (2007a; 2007b; 2010) que a partir da sua prática clínica com pessoas transexuais que demandavam a cirurgia de transgenitalização em um hospital universitário parece entender a participação da Psicologia no processo transsexualizador como similar ao que ocorre em outros procedimentos como a cirurgia bariátrica, de laqueadura, certos tipos de transplantes, entre outros, sem, no entanto, discutir o significado político desse ato.

Assim, para Elias (2007b) a solução para esse impasse seria uma escuta clínica que permita a esses sujeitos “autorizar-se a alterar seu corpo” (p. 133), ou seja, realizar “um preparo psicológico” (p. 133) necessário, utilizando não de informação, educação e esclarecimento, mas de uma avaliação de “como o significante transexual e a cirurgia se inscrevem no

psiquismo dessas pacientes” (p. 133) permitindo a elas pensar sobre as “consequências desse ato, sobre o depois e sua capacidade de lidar com o inesperado” (p. 133, grifo nosso).

Dessa forma, mesmo que apontem para certa autonomia dos sujeitos no sentido em que se afirma que não é o psicanalista quem irá autorizar ou desautorizar a realização da cirurgia, mas o próprio sujeito, ao mesmo tempo, reivindica a psicanálise o único discurso autorizado a atuar nessa clínica: “a psicanálise é o único discurso clínico que tem os instrumentos precisos para produzir um saber sobre a verdade do transexualismo, um saber à altura de seu tempo”. (Teixeira, 2012b, p. 18).

Marina Caldas Teixeira (2006, 2012a, 2012b), Elisabeth da Rocha Miranda (2015) e Simone Perelson (2011), compreendem o “transexualismo” como efeito do discurso científico - ou seja, uma demanda criada pela oferta (Miranda, 2015; Perelson, 2011), mais um “gadget” a ser consumido (Teixeira, 2006, 2012b), e um “sintoma social”, ou seja, a “expressão de um sintoma social contemporâneo” (p. 16), que vem sendo “legitimado pelos campos do direito e da medicina e alimentado pelo campo da mídia” (p. 16) (Perelson, 2011).

Assim, para Teixeira (2006, 2012a, 2012b) e Miranda (2015) haveria atualmente uma tendência à universalização e generalização das experiências sexuais obturando a possibilidade desses sujeitos inventarem seu próprio sintoma. As autoras ainda tecem críticas ao uso cada vez mais frequente das cirurgias de mudança de sexo como o procedimento mais eficaz e válido para o tratamento das transexualidade, operando como, nas palavras de Teixeira (2006) “uma conformação ortopédica da demanda” (p. 70), que não cumpre o que promete: “de ser redesignado mulher” (p. 70). Através do uso de conceitos como “o gozo transexualista”, também indagam sobre os efeitos da cirurgia na vida desses sujeitos, e reafirmam que procedimentos clínicos irreversíveis como a cirurgia não devam ser contraindicados, mas utilizados com cautela a partir da escuta clínica e da análise das particularidades presentes em cada sujeito; escuta clínica esta que pode inclusive levá-los a uma maior aceitação da sua forma física

para além da posição sexual que ocupam.

Simone Perelson (2011) e Marli Piva Monteiro (2009) também tecem críticas às cirurgias de transgenitalização. Perelson (2011), questiona a “relação entre transexualidade e sociedade/subjetividade moderna” (p. 1), traz apontamentos do campo do direito e da psicanálise acerca da cirurgia de transgenitalização e da possibilidade redesignação civil do sexo.

Marli Piva Monteiro (2009) abordou a questão do diagnóstico diferencial do “transexualismo” com o travestismo e o homossexualismo, e a decisão pela realização da cirurgia de redesignação sexual, também a partir de uma abordagem psicanalítica, utilizando como pano de fundo para análise o filme *Transamérica*, e também compartilha do pensamento das autoras já discutido anteriormente de que a cirurgia seria apenas uma medida paliativa, podendo ter como consequências “uma existência infernal marcada pela insatisfação, as drogas, culminando com o suicídio” (p. 114).

Seu pensamento – assim como de outros autores presentes nessa revisão (Elias, 2007b; Pinto, 2008) - parece estar ancorado no que Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) chamaram de “visão suicidógena”, segundo o qual a compulsoriedade do acompanhamento psicológico a pessoas transexuais no processo transexualizador seria justificado pelo mito de que estas, diante das transformações e modificações corporais, por seu caráter irreversível, estariam mais propensas ao arrependimento e, conseqüentemente, ao suicídio.

Monteiro (2009) também reafirma, como em outros trabalhos (Miranda, 2015; Elias, 2007a; 2007b) que a intervenção cirúrgica (e aqui a intervenção cirúrgica é colocada de forma geral e não apenas a cirurgia de transgenitalização) pode desencadear uma despersonalização psicótica, desestabilizando o sujeito.

Conceitos como “Nome-do-Pai” e/ou “Forclusão” e/ou “Empuxo-à-mulher” e/ou “Gozo Transexualista” e/ou “Psicose” e/ou “Castração” são recuperados nos textos para discutir a constituição do sujeito transexual e o seu diagnóstico (Abreu, 2005; Monteiro, 2009; Teixeira,

2006, 2012a, 2012b; Perelson, 2011; Moreira Júnior, 2013; Miranda, 2015).

O trabalho de Simone Perelson (2011) também associa “transexualismo” e manifestação psicótica, assinalando as mudanças ocorridas nos critérios diagnósticos do DSM em sua última edição (DSM-IV), que substituiu a distinção entre transexuais e psicóticos, pela necessidade de se fazer uma distinção entre o “mero desejo de quaisquer vantagens culturais percebidas por ser do outro sexo” (p. 6), ou, em suas palavras:

Se antes parecia fundamental distinguir-se transexualismo de psicose, de modo a indicar que o desejo ou a convicção do sujeito transexual de pertencer ao outro sexo não é da ordem do delírio – o tratamento hormonal e cirúrgico podendo, inclusive, realizar o desejo ou legitimar a convicção –, agora, o que vem para a frente da cena é a necessidade de distinguir o desejo/a convicção transexual de um “mero desejo de obter vantagens culturais”. (p. 6).

Amaral (2011) também salienta que, mesmo que esse atendimento psicológico seja compulsório à partir da realização de uma avaliação psicológica, ainda seria possível que muita(o)s transexuais obtivessem benefícios à partir desses atendimentos, pela “potência terapêutica deste espaço” (p. 74). No entanto, falta argumentar sobre os sofrimentos e violências produzidas para os/as outros/as usuários/as que não demandam e não desejam realizar acompanhamento psicológico em razão de sua demanda por mudanças corporais ou, como afirmam Bento e Pelúcio (2012):

Parece uma contradição que qualquer psicólogo ou psicanalista, minimamente consciente dos significados da aliança terapêutica, defenda a obrigatoriedade da terapia; daí o crescente número desses/as profissionais que se somam à luta pela despatologização do gênero em todo o mundo e que passam a estabelecer uma importante discussão e disputa interna ao seu campo de saber (p. 576).

A compulsoriedade do tratamento psicológico não parece ser questão para esse grupo de pesquisadores/as. Assim como também não o é para o CFP, a partir da análise da Nota Técnica e da ausência de posicionamento público contrário ao mesmo. Tanto a compulsoriedade quanto o tempo de permanência nos serviços foram definidos pelo CFM (Resolução CFM n. 1.482, 1997; Resolução CFM n. 1.652, 2002; Resolução CFM n. 1.955, 2010) e aca-

tados pelo Ministério da Saúde (Portaria MS n. 2803, 2013) e a Nota Técnica do CFP (2013, grifos nossos) sugere para uma tentativa de conciliação:

2. O trabalho da(o) psicóloga(o) deve se pautar na integralidade do atendimento psicológico e na humanização da atenção, não estando condicionado, restrito ou centralizado no procedimento cirúrgico de transgenitalização e demais intervenções somáticas, aparentes ou não, conforme determinação da Portaria MS nº 1.707/2008. (...)

6. O acompanhamento psicológico, requerido pelo Ministério da Saúde, deve basear-se no acolhimento, e/ou na escuta e/ou na avaliação psicológica, quando necessário, ao longo de todo o processo transexualizador.

As posições compartilhadas por pesquisadoras (muitas das citadas acima produziram suas reflexões a partir de suas participações como psicólogas em serviços especializados) e pelo CFP sugerem que existiria uma demanda universal de atendimento psicológico para as pessoas transexuais que, na nossa perspectiva, estaria ancorada na ideia da transexualidade como desvio da normalidade, ou seja, um retorno ao diagnóstico psicopatológico.

A compulsoriedade do acompanhamento psicológico é um elemento que aparece enfrentado em dois trabalhos específicos que embora não constem do escopo da revisão bibliográfica questionam os lugares/saberes/fazeres da Psicologia a partir das ciências humanas.

O primeiro oriundo do campo da sociologia foi realizado por Marcos Jesus de Oliveira (2013; 2014) que a partir de sua inserção nos atendimentos psicoterápicos ofertados às pessoas transexuais requerentes da cirurgia de transgenitalização analisou a (re)produção do “transexual verdadeiro” através de uma prática que permanece periciando os indivíduos. Assim, para este autor a “clínica da transexualidade” - que é como ele denomina a atenção psicológica dispensada às (aos) transexuais no processo transexualizador – não apenas pretende descobrir o “transexual verdadeiro”, mas também o produz, através de mecanismos de regulatórios de “saber/poder” que conformariam a experiência transexual ou, “a clínica como uma agência produtora de subjetividades” (p. 94).

Dessa forma, segundo Oliveira (2013), em contrapartida a essa busca do “transexual

verdadeiro” as transexuais participantes do processo transexualizador desempenhavam o melhor possível o papel de “transexual verdadeiro” para conseguir o laudo para mudança de sexo, de modo que, seus comportamentos na instituição não seriam a expressão de suas personalidades, mas, seria um reflexo da forma como são tratados por esta.

Os resultados do trabalho de Marco de Oliveira (2013; 2014) se aproximam das proposições feitas por Rodrigo Borba (2014). O autor, do campo da linguística, empreendeu uma análise de um serviço ofertado às pessoas transexuais credenciado no Ministério da Saúde, e demonstrou “como sistemas de conhecimento biomédico patologizam a transexualidade e disponibilizam certos recursos semióticos para a identificação de ‘transexuais verdadeiros’” de forma que, “os/as usuários/as iniciantes no PAIST vão paulatinamente aprendendo a entextualizar o modelo de ‘transexual verdadeiro’ em suas performances narrativas” (p. 07).

Para Borba (2014) esse aprendizado de como atuar como um “transexual verdadeiro” se daria

pela organização de sequências de turnos-de-fala nas consultas e, sobretudo, pelo par adjacente pergunta-resposta nos quais profissionais de saúde repetidamente oferecem os itens semióticos para que usuários/as possam produzir narrativas que satisfaçam as imposições do Conselho Federal de Medicina para Processo Transexualizador (p. 07).

Os trabalhos realizados por Marcos Oliveira e Rodrigo Borba ampliam os resultados já apresentados por Berenice Bento (2006), que identificou no processo de avaliação aos candidatos da cirurgia de transgenitalização os mecanismos que uniformizariam a experiência transexual com base no discurso do “transexual verdadeiro”, normatizando suas condutas. Esse processo foi também discutido por Tatiana Lionço (2006), Flavia Teixeira (2009) e Maria de Fatima Lima Santos (2011) no entanto, os trabalhos de Marcos Oliveira e Rodrigo Borba tratam especificamente do fazer do psicólogo, da análise dos espaços da consulta e oferecem ao/as leitores/as a possibilidade de perceber como se (re)atualizam o discurso biomédico a partir de uma promessa de cuidado.

Analisando dois fragmentos da Nota Técnica do CFP (2013, grifos nossos) que se referem à autonomia e ao uso do termo de consentimento informado eles sugerem um paradoxo intransponível: como ter a autonomia sem ter o poder de decisão para consentir sobre seu tratamento (inclusive psicológico) e sua autoidentificação?

4. É objetivo da assistência psicológica a promoção da autonomia da pessoa, a partir de informações sobre a diversidade de gênero e esclarecimentos sobre os benefícios e riscos dos procedimentos de modificação corporal e social. O sujeito deve ter clareza de que a atenção é singular e flexível e que o projeto terapêutico pode ser modificado de acordo com as necessidades de cada um.

8. O termo de consentimento informado deve ser um instrumento de esclarecimento ao usuário, no serviço público ou privado. A assinatura do termo pelo usuário não exime o profissional ou o serviço de responsabilidade em relação a sua prática.

No documento produzido pela APA (2015) à questão da compulsoriedade do atendimento psicológico para transexuais é discutida em um único momento - e ainda assim, forma indireta – em um trecho em que se afirma que as experiências anteriores de discriminação e preconceito com prestadores da saúde (como ser classificado como portador de transtorno mental e/ou diferenciais de poder dentro da relação terapêutica) podem levar pessoas transexuais à desconfiar de prestadores de cuidados.

Também enfatiza que pessoas transexuais tem sido levadas a obter uma carta de endosso de um psicólogo atestando um diagnóstico de transtorno mental para acessar endocrinologistas, cirurgiões, ou a instituição jurídica, esse poder autorizativo atribuído ao psicólogo pode afetar a relação terapêutica devido ao temor de terem retidos esse documento. Quando, em uma prática psicológica, as pessoas se sentem validadas e empoderadas elas ficam mais dispostas a dividir suas incertezas e ambiguidades.

4.1.2 Conhecimento Fundacional e Consciência

Ainda que não atrelados diretamente à necessidade de um diagnóstico, foi identificado um grupo de estudos que visavam apontar aspectos diferenciados das pessoas transexuais.

Assim, um primeiro grupo de trabalhos parecem alinhados com as diretrizes da APA (2015) que estabelecem que o psicólogo deve desenvolver competências para atuar com as pessoas transexuais, buscando informações sobre identidade de gênero e sexualidade.

Temos assim, trabalhos que buscaram uma nova forma de compreensão das transexualidades a partir da teoria psicanalítica (Araújo, 2010; Cossi, 2010, 2014; Cunha, 2013; Porchat, 2014).

O corpo é objeto de estudo de Patricia Porchat que, em seu artigo (2014) parte de uma interrogação sobre a sacralidade do corpo para a nossa sociedade e se haveria um tabu em relação ao corpo que impediria uma escuta psicanalítica das “experiências subjetivas e de gênero” (p. 112). Essa relação entre corpo e psicanálise, para Porchat, exige uma investigação que passa por uma aproximação entre a psicanálise e a teoria *Queer*, caminho que - segundo a autora - tem em Butler sua principal protagonista ao procurar aproximar a teoria *Queer* da noção psicanalítica de pulsão. Assim, faz uma leitura das intervenções e modificações corporais usando como lente os discursos da psiquiatria, da arte e do feminismo biotecnológico, através da discussão acerca da solução hormonal, da arte carnal e do ciborgue, buscando ampliar os modos de encarar “os limites do corpo e do próprio humano” (p. 124).

Eduardo Leal Cunha (2013) também traz concepções teóricas dos campos da psicanálise e teoria *Queer*, buscando indicar proximidades e distanciamentos apontados por diversos autores dos distintos campos em relação às “transgressões das normas sexuais e de gênero” (p. 00). Os distanciamentos entre as duas teorias se tornam mais emblemáticos quando nas transexualidades em comparação à homossexualidade, de modo que a psicanálise se mostra

mais aberta aos autores *queer* em relação à homossexualidade do nas performances de gênero.

Ainda nesse grupo temos ainda os trabalhos de Rafael Kalaf Cossi (2010, 2014) e Letícia Rezende de Araújo (2010) que propõe uma superação do diagnóstico psicanalítico de psicose para as transexualidades, deslocando-o do campo das psicopatologias.

Também foram identificados trabalhos que objetivam identificar ou narrar os processos de transição das pessoas transexuais, tendo suas decisões de modificações corporais e produções de corporalidades como elementos de partida, sinalizam sobre a importância de não uniformizar as experiências das pessoas transexuais, considerando que estas comportam “várias formas singulares de subjetivação”, não cabendo assim em traduções apressadas de estruturas de personalidade ou modos de funcionamento característicos, refletindo também sobre a diversidade do desejo e os riscos de se tentar encaixar a transexualidade numa matriz heteronormativa (Arán, Zaidhaft, & Murta, 2008; Arán, Murta, & Lionço, 2009; Lionço, 2009; Monteiro & Nardi, 2009; Garcia, 2012; Silva & Oliveira, 2013; Canella Filho, 2013; Silva, 2013; Oliveira, 2014; Freitas, 2014; Silva & Oliveira, 2015; Dias, 2015, Vasconcelos, 2015).

A partir de recursos literários, alguns/mas pesquisadores/as (Garcia, 2012; Silva & Oliveira, 2013; Monteiro e Nardi, 2009) demonstram como a questão das transexualidades circula em outros espaços que não apenas no campo da saúde. Destacam também que os/as autores/as das obras partilham e são impactados pelas narrativas que circulam no imaginário social, ou seja, o cinema e a literatura também conformam saberes sobre as transexualidades.

Outros estudos parecem apontar diferentes sentidos na busca de uma essência transexual capaz de sinalizar uma origem comum ou mesmo uma experiência única para a transexualidade. Os estudos aqui organizados parecem apostar numa constituição singular de identidade para as pessoas transexuais.

As pesquisas com aporte psicanalista são as que trazem uma reflexão sobre aspectos constitutivos da identidade transexual (Abreu, 2005; Monteiro, 2009; Teixeira, 2006, 2012a,

2012b; Ceccarelli, 2008; Perelson, 2011; Moreira-Júnior, 2013; Miranda, 2015; Barreto & Ceccarelli, 2015; Almeida, 2015). Esses trabalhos estariam preocupados com a construção identitária das pessoas transexuais, e mesmo reconhecendo que questionamentos identitários são comuns à todas as pessoas, esses se dariam de forma diferenciada para as pessoas transexuais (Barreto & Ceccarelli, 2015).

Interrogamos aqui a permanência de uma crença de que o processo de subjetivação das pessoas transexuais se dá a partir de elementos diferenciados das outras pessoas e da centralidade da transexualidade nesses processos. Convidamos para se pensar no risco de reificação da experiência da transexualidade como elemento único na subjetividade das pessoas e, portanto, capaz de produzir uma essência para a condição.

Importa pensar que o estabelecimento de uma essência que caracterizaria as pessoas transexuais estaria também presente nos estudos que buscam medidas e avaliações para identificar características específicas para a população (Fontanari et. al., 2013; Andreazza et. al., 2014; Fontanari, 2015; Lerri, 2015).

Temos por exemplo o estudo de Maria Rita Lerri (2015) que busca traçar uma caracterização de “pacientes portadores de TIG” (p. 15) quanto aos aspectos sociais, afetivos e emocionais, buscando nortear o planejamento de políticas públicas para essa população, e o estudo de Tahiana Andreazza, Ângelo Costa, Raffael Massuda, Jaqueline Salvador, Esalba Silveira, Felipe Piccon, Renata Carvalho, Anna Martha Fontanari, Walter Koff, Paulo Belmonte-de-Abreu, e Maria Ines Lobato (2014) que avaliou aspectos da inteligência e cognição, além de um exame de ressonância magnética em um par de gêmeo monozigótico discordante para “transexualismo”.

Anna Martha Fontanari, Tahiana Andreazza, Ângelo Costa, Jaqueline Salvador, Walter Koff, Bianca Aguiar, Pamela Ferrari, Raffael Massuda, Mariana Pedrini, Esalba Silveira, Paulo Belmonte-de-Abreu, Clarissa Gama, Márcia Kauer-Sant’Anna, Flavio Kapczinski, e

Maria Ines Lobato (2013) partem de um estudo em que investiga os níveis séricos do fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF), tendo em vista que os baixos níveis de BDNF estariam associados à eventos traumáticos e doenças psiquiátricas. Nas conclusões do estudo identificaram que os pacientes com TIG teriam baixos níveis de BDNF em relação à um grupo controle denominado de saudável, o que poderia estar relacionado aos abusos psicológicos a que são expostos ao longo da vida. Posteriormente, em sua dissertação de mestrado Fontanari (2015) investigou os maus-tratos na infância e suas repercussões na vida de mulheres transexuais. Ancorado na perspectiva de que a transexualidade decorre de uma disforia de gênero, os resultados de seu estudo demonstraram a importância da prevenção ao “*bullying* homofóbico” (p. 04) e de demais ações visando evitar maus-tratos na infância, tendo em vista que estes estariam associados a um maior envolvimento com trabalho sexual e psicopatologias na vida adulta.

Dessa forma, o trabalho de Fontanari (2015) atribui causalidade entre maus tratos na infância e prostituição, comorbidades psiquiátricas e risco suicida, conforme pode ser observado na ilustração elaborada pela autora (Figura 24).

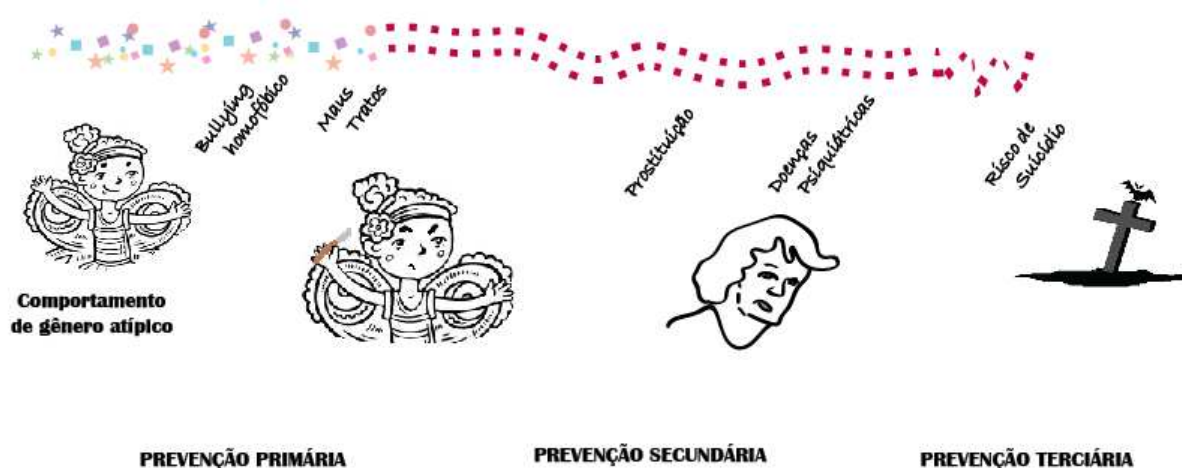


Figura 24 - “Níveis de prevenção de desfechos negativos dos maus-tratos na infância”.

Fonte: De “Impacto dos eventos traumáticos em aspectos clínicos da transexualidade” de Anna Martha Vaites Fontanari, 2015, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 39.

Para além da construção de um modelo de transexualidade que realimenta a perspectiva do transtorno mental, o alinhamento do trabalho a uma especificidade da pessoa transexual sem considerar, por exemplo, os estudos sobre violência contra crianças e adolescentes que apontariam as consequências do bullying para todas as pessoas e não somente para as pessoas transexuais (Neme & Justi, 2008; Grossi & Santos, 2009; Tavares, 2011; Oliveira et. al., 2015).

O pensamento de Fontanari (2015) também parece estar atrelado à visão suicidógena proposta por Bento e Pelúcio (2012), conforme enfatizado mais acima.

Sobre a patologização de problemas sociais alguns dos trabalhos encontrados nesse grupo consideram esse risco na clínica com pessoas transexuais. Consideram que a transexualidade pode ser marcada por um intenso sofrimento psíquico, que se manifestam inclusive com sintomas e transtornos diversos, que não seriam decorrentes da condição da transexualidade em si, mas seriam reflexo de questões da ordem do social, embora o discurso psiquiátrico muitas vezes descreva essa vivência como comorbidade, é importante considerar o contexto no qual esses sintomas emergem (Arán, Zaidhaft, & Murta, 2008; Arán & Murta, 2009).

Nessa esteira e em consonância com as diretrizes da APA (2015), Carmem Regina Giongo, Lisiane Machado de Oliveira Menegotto e Simone Petters (2012), demonstraram a fragilidade de vínculos associado a um sentimento de solidão presente na vida das travestis e transexuais e reafirmam o compromisso social de o psicólogo atuar com essa população no desenvolvimento de intervenções visando “fomentar o fortalecimento das redes de apoio social e afetiva dos participantes, tanto no âmbito individual quanto no coletivo” (p. 1011).

O estudo de Giongo, et. al. (2012) não atribui causalidade entre prostituição e comorbidades psiquiátricas, mas à psicopatologias presentes nesta população são atribuídas às condições de vida destas pessoas, como vítimas do preconceito e marginalização social, tais como dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, medo do preconceito, ausência de

projetos de vida e dificuldade de planejamento financeiro.

No documento da APA (2015) as discussões sobre as relações afetivas-sexuais de transexuais estão incluídas na categoria *avaliação, terapia e intervenção*. No entanto, optamos por discutir essa temática nesta categoria porque identificamos um grupo de trabalhos que buscava compreender as relações afetivas-sexuais das pessoas transexuais (Pinto, 2008; Galli, 2013) e a satisfação erótica com suas neovaginas (Silveira, 2010) também como uma perspectiva de construir uma excepcionalidade para a transexualidade. Este grupo de trabalhos informa que as relações afetivas-sexuais das pessoas transexuais permanecem importante para a Psicologia. Em alguns deles, as práticas e desejos sexuais das pessoas transexuais ocupam espaço de investigação para a Psicologia como indicativas de singularidade. Sugerem que as pessoas transexuais permanecem “condenadas” a um inquérito constante sobre suas sexualidades.

O mesmo documento (APA, 2015) também aponta que embora as discussões sobre identidade de gênero e sexualidade possam ser interseccionadas, elas não significam a mesma coisa. No entanto, a confusão conceitual entre sexualidade e gênero também marcou as pesquisas, sendo que a situação mais flagrante foi o estudo que referiu ter utilizado um grupo controle composto por indivíduos que se autodenominavam como heterossexuais (Verduguez, 2009).

Num imbricamento mais sutil, as pesquisas mostravam como a heterossexualidade opera como o princípio ordenador da sexualidade e, nessa perspectiva, a identidade sexual existiria apenas atrelada ao gênero e à fisiologia no paradigma ocidental de gênero. Flavia Teixeira (2009) apontou como o imperativo da heterossexualidade era acionado para testemunhar a inteligibilidade das pessoas transexuais. Discutindo o cenário que Alexandre Saadeh (2004) descreveu no início de sua tese, uma igreja católica onde é celebrada a cerimônia de casamento, desconfiou que a escolha da cena não seria inocente. Assim também como Esalba

Silveira (2006) que relata um casamento de uma mulher transexual no Rio Grande do Sul.

Compartilhando com Butler (2006) de que

—el matrimonio fuerza, al menos lógicamente, el reconocimiento universal: todos deben dejarte entrar por la puerta del hospital, todos deben respetar tu derecho al luto, todos deben asumir tu derecho natural a un hijo, todos considerarán tu relación como si estuviera elevada a la eternidad‖ (p. 162).

Em alguns desses trabalhos, a heterossexualidade (expressa no estabelecimento de uma relação) parece funcionar como elemento de reconhecimento de uma identidade transexual. O casamento poderia ser considerado um elemento oculto na identificação do “verdadeiro transexual”, (re)atualizando elementos da “prova de vida real”.

Identificamos trabalhos que apontam no sentido de entender essas conjugualidades como outras possibilidades de arranjos afetivos e desvinculados de uma preocupação com a constituição de um modelo de transexualidade (Soares, 2012; Agreli & Bruns, 2012; Lomando & Nardi, 2013; Lomando, 2014).

4.1.3 Estigma, Discriminação e Barreiras para o cuidado

Os estudos que criticam as normas do processo transexualizador como condição de acesso aos cuidados em saúde seriam os primeiros identificados, na pesquisa, a relacionar saúde como direito humano e princípio doutrinário do SUS (Arán, Zaidhaft, & Murta, 2008; Arán, Murta, & Lionço, 2009; Arán, & Murta, 2009; Lionço, 2006, 2009; Amaral, 2007; Amaral, 2011; Mack, 2015).

Alguns empreendem uma crítica ao critério expresso no segundo artigo da Resolução n. 1.955 do CFM (2010) que define o desejo de realizar a cirurgia como condicionante para o diagnóstico da transexualidade:

Art. 3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de outros transtornos mentais (grifo nosso).

Esses estudos problematizam a utilização do desejo manifesto pela cirurgia de redesignação sexual como um critério diagnóstico e os efeitos disso no acesso aos serviços de saúde (Amaral, 2007; Arán, Zaidhaft, & Murta, 2008; Arán, & Murta, 2009; Arán, Murta & Lionço, 2009; Amaral, 2011; Galli, Vieira, Giami & Santos, 2013).

Por desdobramento, a crítica ao Processo Transexualizador e sua ancoragem na Resolução do CFM parece circunscrita a esse critério. Parece que existe consenso nesses estudos de que o acompanhamento dispensando no processo transexualizador bem como as intervenções propostas pelos profissionais deveriam ser particularizadas caso a caso, para que o processo de transexualização e a realização ou não da cirurgia ocorra respeitando o tempo e o desejo das pessoas transexuais (Amaral, 2007; Arán, Zaidhaft, & Murta, 2008; Sampaio & Coelho, 2012; Arán, & Murta, 2009; Arán, Murta, & Lionço 2009). Esse consenso também está expresso na Nota Técnica do CFP (2013) discutida anteriormente.

Diferentemente do estudo de Mably Tenenblat (2014) que pensado a partir do Serviço Social, analisou o processo transexualizador, como integrante de uma política pública e identificou o universo de precariedade que enreda profissionais e usuários/as no que nomeou como “gambiarra” estabelecendo um paralelo com o trabalho de Berenice Bento (2014), não identificamos trabalhos que apontassem nessa direção.

Em contraponto aos estudos que questionam a cirurgia de redesignação sexual como o único procedimento eficaz e válido para as transexualidades, e o seu lugar na adequação dos corpos às normas heteronormativas de gênero ou como a correção de um desvio do sexo ana-

tômico em relação à identidade do indivíduo (Lionço, 2006; Teixeira, 2006; Monteiro, 2009; Teixeira, 2012a, 2012b; Galli, Vieira, Giami & Santos, 2013), também encontramos trabalhos que apostam na cirurgia como a melhor solução para “o transexualismo” (Vieira, 2000), e apontam para as consequências positivas da cirurgia de transgenitalização para as transexuais que se submeteram ao procedimento (Pinto, 2008; Silveira, 2010; Salvador, 2014). Estes estariam alinhados com o pensamento corrente – conforme a crítica apresentada por Rafael Alves Galli, Elisabeth Meloni Vieira, Alain Giami e Manoel Antônio dos Santos (2013) - de que “é somente quando se consuma a remissão da inadequação sexo-gênero pela via da intervenção cirúrgica que a identidade de gênero se completaria” (p. 455).

Ampliando a discussão para além dos limites do Processo Transexualizador temos os trabalhos de Juliana Vieira Sampaio (2013), Camila Guaranha (2014), Fernanda Resende Maksound, Xisto Sena Passos e Renata Fabiana Pegoraro (2014), Angelo Brandelli Costa (2015) e Angelo Brandelli Costa, Anna Martha Fontanari, Michelle Jacinto, Dhiordan da Silva, Emilaine Lorencetti, Heitor Tomé da Rosa Filho, Andressa Mueller, Claudia de Garcia, Henrique Caetano Nardi, Silvia Helena Koller, Maria Inês Lobato (2015).

Os trabalhos de Sampaio (2013) e Guaranha (2014) refletem uma preocupação com as práticas de saúde destinadas à travestis e transexuais, na busca da integralidade da assistência em saúde. Esses trabalhos não apenas ampliam o cenário das preocupações, mas inserem também as travestis como sujeitos de direitos na reivindicação por saúde, descolando do diagnóstico de transexualidade. Embora não tenham integrado o escopo desta pesquisa, os trabalhos de Murilo Moscheta (2011), Anne Rafaela Telmira Santos (2015) e Grazielle Tagliamento (2012) são referências para pensar as possibilidades e desafios da assistência em saúde transespecífica desatrelado do diagnóstico de transexualidade.

O artigo de Fernanda Resende Maksound, Xisto Sena Passos e Renata Fabiana Pegoraro, (2014) também aponta nesse sentido, ao propor que “o transexualismo” exige uma dis-

cussão ampliada acerca do conceito de saúde, tendo em vista que o modelo assistencial atual ofertado para as transexualidades tem se pautado reprodução de um modelo centralizado na doença/patologia.

Já os trabalhos de Costa (2015) e Costa et. al. (2015) tecem discussões acerca da vulnerabilidade de mulheres trans para infecção/adoecimento por HIV/Aids, e assim como a literatura aponta uma prevalência nas discussões que envolvem HIV/Aids em relação às travestilidades enquanto que o mesmo não se sustenta em relação às transexualidades (Raimondi, 2015), estes foram os únicos trabalhos nessa perspectiva encontrados em nossa revisão.

É nesse contexto, de pensar o acesso aos serviços de saúde que a questão da despatologização da transexualidade parece estabelecer consenso entre os estudos identificados. Quando se refere ao ponto específico da manifestação do desejo da cirurgia como critério diagnóstico e do diagnóstico como porta de acesso ao serviço um conjunto de trabalhos se alinham na defesa da despatologização da transexualidade.

O mesmo alinhamento ou crítica não é observado em relação à compulsoriedade do tratamento e o tempo mínimo de atendimento, também previsto a partir da Resolução do CFM e incorporado à Portaria do Processo Transsexualizador, conforme já discutido.

A demanda da cirurgia como um recurso para o reconhecimento social aparece nos trabalhos (Amaral, 2007; Arán & Murta, 2009; Amaral, 2011; Canella Filho, 2013; Galli, Vieira, Giami & Santos, 2013; Mack, 2015). O argumento mais recorrente seria o da necessidade de desvincular a alteração do nome no registro civil da exigência da realização da cirurgia (Amaral, 2007; Arán, Zaidhaft, & Murta, 2008; Arán & Murta, 2009; Arán, Murta & Lionço, 2009; Perelson, 2011).

Simone Perelson (2011) considera a redesignação civil do sexo um complemento essencial à cirurgia de transgenitalização, de forma que o tratamento adequado para o/a transexual não poderia ser suprido pela medicina, mas sim pelo direito:

o transexual não busca o tratamento médico e o conclui pelo jurídico; o que ele deseja essencialmente, e do que ele precisa de fato, é o tratamento jurídico: o tratamento médico é apenas um desvio necessário para que ele alcance o objetivo visado! (p. 10).

Embora aparentemente a autora pareça estar em acordo com as discussões sobre autonomia do sujeito e o reconhecimento da alteração de registro civil independente da realização da cirurgia como Flavia Teixeira (2009), as posições são muito diferenciadas, considerando que a Simone Perelson deslegitima a demanda da cirurgia realizada por algumas pessoas transexuais. Questionar a centralidade da cirurgia não equivaleria a desqualificar ou negar a necessidade do Estado de ofertar esse cuidado em saúde e nem mesmo a legitimidade de que as pessoas transexuais possam demandá-la como essencial para uma vida digna.

A situação jurídica de transexuais também foi mencionada por Marli Piva Monteiro (2009) e Tereza Rodrigues Vieira (2000) em seus trabalhos que, em concordância, afirmaram que, só seria concedido o reconhecimento jurídico da adequação sexual para as/os transexuais solteiros, divorciados ou viúvos:

Difícilmente as tendências transexuais são supervenientes ao matrimônio. Apesar dessa crença, entendemos que o celibato não deve ser imposto como condição para a realização da cirurgia. Visando, portanto, evitar desarranjos constrangedores ao cônjuge e à prole, o reconhecimento jurídico da adequação de sexo deve ser concedido apenas ao transexual solteiro, divorciado ou viúvo (Vieira, 2000, p. 100).

E que, ainda assim não ficariam isentos do pagamento da pensão alimentar:

“Por envolver problemática sociofamiliar, no Brasil, pelo menos até agora, só se tem permitido cirurgia de solteiros e viúvos. Também não fica o transexual isento de prover pensão alimentar (Monteiro, 2009, p. 115).

Ao analisar as sentenças judiciais para mudança de nome, problematizando a eficácia do laudo psicológico como facilitador desse processo, Cordeiro (2012) afirmou que a hegemonia e exclusividade conferida à cirurgia na decisão judicial favorável à alteração do nome no registro civil. Também Vanessa Marinho Pereira (2014) analisou as leis e normas brasileiras problematizando questões como a “judicialização da vida” e seu hiato na mudança de

perspectiva das pessoas em relação às identidades trans para que sejam legitimadas e respeitadas. Ainda que não trate diretamente da questão da modificação do registro civil, seus resultados demonstraram que as normativas e legislações que fazem referência à travestis e transexuais reverberam em dois elementos centrais: “uso do nome social e normas técnicas de patologização”. Também Maria Lúcia Chaves Lima (2013) analisou o uso do nome social e seus efeitos na inclusão de travestis e transexuais no ensino público.

Acerca do nome social para transexuais Berenice Bento (2014) destaca que no Brasil inexistia uma legislação específica para alteração do nome no registro civil para pessoas transexuais, de forma que, na lacuna desta, tem se sobressaído ações judiciais e arranjos provisórios que garantem os direitos negados pela legislação por meio do uso de um nome social, que a autora denomina de “cidadania precária e gambiarra legal” (p. 165). Dessa forma, direitos de cidadania que deveriam ser garantidos à priori são “transmutados em dádiva” (p. 177).

Diaulas Costa Ribeiro e Flavia do Bonsucesso Teixeira (2015) também discutem esse processo de reconhecimento de sua identidade por pessoas transexuais, que tem suas vidas precarizadas tendo que encontrar soluções adaptativas para se reinventarem “no cotidiano das margens” (p. 507). Para estas autoras, é “nesse espaço de cidadania precária que as pessoas trans buscam também no Judiciário o reconhecimento de sua existência” (p. 512).

No trabalho de Pereira (2014) também é apontada a deslegitimação da identidade de transexuais e a precarização de suas vidas:

Ademais de podermos pensar o dispositivo da transexualidade que aparece como uma tentativa de docilizar corpos não-binários, domesticar sexualidades através da sua nomeação e reconhecimento social, reconhecimento este construído por um diagnóstico de transtorno de identidade de gênero. Que além de patologizar e psiquiatrizar vivências não normativas, destitui o sujeito trans* da autonomia sobre seu corpo, deslegitima sua identidade e o violenta de várias formas, até fixá-lo em padrões merecedores de políticas e direitos (p. 8).

Dessa forma, entendemos como as autoras acima o uso do nome social como uma gambiarra sim, no entanto, conforme demonstrado por Juliana Ribeiro Alexandre (2015), uma

gambiarra que produz efeitos concretos na vida das pessoas trans, por abarcarem aspectos afetivos-emocionais e marcarem a forma como essas pessoas se projetam no mundo e em suas relações sociais.

Embora no campo do direito, a questão da alteração do sexo civil tenha produzido uma discussão mais aprofundada, a relação entre o direito e a Psicologia, particularmente em relação aos laudos e pareceres para o procedimento ainda não mobilizou esforço de reflexão identificado na pesquisa.

Conforme Ribeiro e Teixeira (2015) salientaram em suas reflexões, a luta das identidades travestis – e aqui acrescentamos às identidades transexuais – passou da esfera da luta pela sobrevivência para a de conquista de direitos de cidadania.

Assim, assim nessa ótica dos direitos de cidadania, identificamos em nossa revisão apenas um trabalho que abordam a questão do uso dos banheiros por pessoas trans (Lima, 2012).

Nas diretrizes da APA (2015) é enfatizado o papel dos psicólogos na superação das barreiras institucionais sobre a vida das pessoas transexuais e reforça que em sua prática institucional os psicólogos podem defender os banheiros inclusivos e acessíveis às identidades ou expressões de gênero:

Diretriz 6. Os psicólogos esforcem-se por reconhecer a influência das barreiras institucionais sobre a vida das pessoas da TGNC e para ajudar desenvolvendo ambientes afirmativos TGNC [...] os psicólogos também podem trabalhar em suas instituições para defender que os banheiros sejam inclusivos e acessíveis a pessoas de todas as identidades de gênero e / ou expressões de gênero (p. 840, tradução livre da autora).⁶

Um outro grupo de trabalhos identificados trata dos processos de discriminação e violência vivenciados por transexuais ao longo de suas vidas, bem como suas redes sociais que

⁶ “Guideline 6. Psychologists strive to recognize the influence of institutional barriers on the lives of TGNC people and to assist in developing TGNC-affirmative environments [...] psychologists may also work within their institutions to advocate for restrooms that are inclusive and accessible for people of all gender identities and/or gender expressions”.

também podem ser parte de mecanismos opressores e estigmatizantes.

Desde a pesquisa de Daniela Amaral (2007) esteve presente a ideia de que a transexualidade produziria uma condição de “intenso sofrimento psíquico” não somente pelo sentimento de não pertencimento ao gênero designado ao nascimento, mas pelos “prejuízos sociais, éticos e jurídicos” advindos dessa condição. Essa perspectiva parece ser compartilhada por outros/as pesquisadores/as que apontam os processos de discriminação e estigmatização (Pereira e Toledo, 2011; Torres, 2012; Torres & Prado, 2014; Monteiro, 2015) que marcam a trajetória das pessoas transexuais e interferem na constituição de redes de sociabilidade (Bonfim, 2009; Soares, Feijó, Valério, Siquieri & Pinto, 2011; Silva e Cerqueira-Santos, 2014).

A APA (2015) em sua 5ª diretriz afirma que o estigma, o preconceito, a discriminação e a violência afetam a saúde e o bem-estar das pessoas transexuais, podendo se manifestar por meio de barreiras no acesso aos cuidados de saúde e assistência pública (conforme apontado acima), habitação, emprego, educação e outros serviços sociais.

Assim, identificamos trabalhos que discutem a inserção de mulheres transexuais no mercado de trabalho (Souza, 2012) e no contexto educacional (Torres, 2012; Torres & Prado, 2014; Monteiro, 2015), estando estes marcados por processos de discriminação e desafios de inúmeras ordens, mas também figuram como indicadores de “alterações na balança do poder entre elas e os outros sujeitos [...]” (Torres & Prado, 2014, p. 206).

A luta por visibilidade e acesso a direitos, mesmo que ainda de modo tímido, atravessou o campo da Psicologia (Carvalho, 2011a, 2011b; Carvalho & Carrara, 2013; Athaide, 2013; Barbosa, 2015). Esses estudos inauguram, na Psicologia brasileira, a perspectiva de compreender a transexualidade considerando os espaços de disputas nos movimentos sociais.

Outro conjunto de trabalhos parece apontar para outras esferas de sociabilidade das pessoas transexuais, como a constituição de uma rede de apoio (Soares, Feijó, Valério, Siquieri & Pinto, 2011; Silva e Cerqueira-Santos, 2014) podendo ser fontes de suporte social ou

reforçarem mecanismos de preconceito e discriminação, e aspectos presentes na religiosidade de travestis e transexuais (Bonfim, 2009).

Estas discussões desamarram as transexualidades do campo da saúde e dos limites do diagnóstico. E denunciam a transfobia como elemento central no cerceamento dos direitos das pessoas transexuais (Torres & Prado, 2014, Bonfim, 2009).

Nomear parece ser um desafio apresentado no conjunto analisado, embora a grande maioria utilize o gênero e os pronomes a ele ligados como forma de designar os/as interlocutores/as identificamos trabalhos que nomeiam mulheres e homens transexuais a partir de um lugar que nega a posição reivindicada de homens e mulheres. Alguns autores se referem às pessoas transexuais a partir do gênero de nascimento, inclusive com o uso do pronome de acordo com este, e não no gênero no qual estes sujeitos reivindicam pertencerem (Saadeh, 2004; Abreu, 2005; Teixeira, 2006; Moreira Júnior, 2013; Miranda, 2015). O uso dos termos “transexuais femininas” e “transexuais masculinos” (Silva e Oliveira, 2015) embora não tenha a mesma correspondência de transexualismo feminino (MtF) e transexualismo masculino (FtM) utilizados nos protocolos médicos, persistem no apagamento da posição de sujeito reivindicada pelas pessoas transexuais e na reiteração da lógica binária feminino-mulher, masculino-homem, que são simplesmente apagadas. Nas frestas desses discursos, o que escapa é que essa questão das transexualidades não estabeleceu consensos no campo.

Embora a análise quantitativa dos trabalhos identificados pudesse sugerir que a perspectiva biomédica permanece como hegemônica nesse campo, a fratura produzida pelos discursos de pesquisadores/as comprometidas com a ruptura dessa lógica impactou o cenário. Para tanto, tomamos como referência as discussões que o CFP vem produzindo, bem como os espaços de produção/circulação de conhecimento na psicologia: seminários, simpósios, conferências, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as decisões e normativas do Conselho Federal de Medicina impactaram a assistência às pessoas transexuais, a construção das Políticas Públicas e também marcaram as narrativas de outras áreas do conhecimento e o imaginário social.

No entanto, tais decisões e normativas sempre tiveram atreladas aos discursos produzidos internacionalmente sobre a transexualidade, particularmente ao discurso biomédico ancorado na perspectiva anunciada a partir da CID. É o lugar da doença que inaugura um discurso sobre a transexualidade, entendida como uma experiência universalizada e capaz de responder a critérios nosológicos comuns independente do tempo e espaço, e ainda ancorada na perspectiva de desvio/transtorno.

No campo da Psicologia, a Resolução MS nº 1.482 de 1997 inseriu oficialmente a prática da Psicologia como um componente obrigatório na identificação desse suposto desvio/transtorno definindo inclusive suas atribuições. Passaram duas décadas desde esse marco inaugural para a assistência às pessoas transexuais. Identificamos, através da Revisão Sistemática da Literatura, que persistências, rupturas e dissonâncias produzem dissensos em relação ao lugar da Psicologia nesse cenário conformando um caleidoscópio de discursos e práticas que sugerem a existência de muitas Psicologias e inúmeras possibilidades de compreender e apreender as transexualidades. Reunimos aqui os aspectos que consideramos mais significativos desse percurso.

A inclusão dessa temática é recente (como também da intervenção oficial). Nossos achados apontam que os estudos marcaram discretamente a primeira década do século XXI. No entanto, a primeira metade da segunda década sugere um crescimento significativo de trabalhos com a temática. A maior parte da produção identificada resulta de pesquisas de mestrado e estão vinculadas às áreas de interesse de poucos/as pesquisadores/as nesse campo.

Essa parece ser uma questão importante, pois temos uma política pública que considera o psicólogo como membro essencial numa equipe de trabalho que executa uma parte significativa da oferta de cuidado às pessoas transexuais e ao mesmo tempo, essa temática ocupa pouco espaço de reflexão mesmo nos espaços de formação do psicólogo.

Ao analisarmos as temáticas que circularam através das produções identificadas, a questão da saúde torna-se evidente e parece auto-explicativa. A transexualidade é inserida no circuito discursivo a partir de um saber sobre “a doença” e foi nesse contexto que também a Psicologia foi “convidada a atuar”, a partir de um discurso do outro, conforme já apresentamos anteriormente. As categorias apontavam para a hegemonia das discussões oriundas da/na saúde, reverberando questões que sugeriam ser este o norte a seguir. No entanto, quando confrontadas com a questão inicial sobre quais saberes têm sido produzidos/circulados na produção acadêmica sobre as Psicologias e as transexualidades apontando os discursos que parecem hegemônicos e os saberes/práticas em disputas outra questão pareceu mais pertinente.

O ponto nodal das discussões se organizava no diagnóstico da transexualidade. Todas as questões pareciam convergir para elementos que, no seu aspecto central, estavam relacionados ao diagnóstico da transexualidade. Nesse sentido, o documento organizado pela APA (2015) contribuiu para pensar não somente o percurso dos trabalhos e das pesquisas como também sinalizou para os próximos encaminhamentos nesse campo.

Ainda que trabalhos recentes defendam o diagnóstico a ser realizado na perspectiva de identificação de “um transexual verdadeiro”, eles são minoria nesse campo. A recusa ao diagnóstico parece ter forjado um consenso, no entanto, ela é atravessada ainda por um conjunto de posições ambíguas em defesa de uma clínica psicológica da transexualidade, mesmo que aparentemente contribuindo e fortalecendo a perspectiva da não patologização da transexualidade.

Por desdobramento, identificamos trabalhos que criticavam o Processo Transexualizador e sua ancoragem na Resolução do CFM sugerindo um consenso de que o acompanhamento dispensando no processo transexualizador bem como as intervenções propostas pelos profissionais deveriam ser particularizadas caso a caso, para que o processo de transexualização e a realização ou não da cirurgia ocorra respeitando o tempo e o desejo das pessoas transexuais. É nesse contexto, de pensar o acesso aos serviços de saúde que a questão da despatologização da transexualidade parece estabelecer consenso entre os estudos identificados. Quando se refere ao ponto específico da manifestação do desejo da cirurgia como critério diagnóstico e do diagnóstico como porta de acesso ao serviço um conjunto de trabalhos se alinham na defesa da despatologização da transexualidade.

O mesmo alinhamento ou crítica não é observado em relação à compulsoriedade do tratamento e o tempo mínimo de atendimento, também previsto a partir da Resolução do CFM e incorporado à Portaria do Processo Transexualizador, conforme já discutido.

Poucos trabalhos desamarram as transexualidades do campo da saúde e dos limites do diagnóstico. São estes os que parecem ter maior comprometimento com a perspectiva da despatologização das transexualidades quando aportam seus olhares nas lutas por visibilidade e outras esferas de sociabilidade das pessoas transexuais. Denunciam a transfobia como elemento central no cerceamento dos direitos das pessoas transexuais. Esse é um elemento importante para (re)pensar a relação entre ativistas LGBT e os/as pesquisadores/as, pois se esse é/foi o espaço da legitimação de práticas normativas, também tem sido o espaço da subversão e produção de outras Psicologias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Frederico Guilherme Ocampo. (2005). *Transexualismo: um estudo sobre a representação de si no método de Rorschach*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil (Código CP33).
- Agreli, Milene Soares, & Bruns, Maria Alves de Toledo. (2012). Dialogando con estudios acerca de las vivencias afectivo-sexuales de las parejas de transexuales. *Liberabit (Lima/Peru)*, 18(2), 25-129. Recuperado de http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1729-48272012000200003&script=sci_arttext (Código GP1).
- Alexandre, Juliana Ribeiro. (2015). *Emoções, documentos e subjetivação na construção de transexualidades em João Pessoa/PB*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil (Código CP36).
- Almeida, Bárbara Zenicola de. (2015). *Do transexualismo à transexualidade*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (Código CP15).
- Amaral, Daniela Murta. (2011). *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (Código CP1).
- Amaral, Daniela Murta. (2007). *A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (Código CP14).
- Amaral, Marília dos Santos, Silva, Talita Caetano, Cruz, Karla de Oliveira, & Toneli, Maria Juracy Filgueiras. (2014). “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26 (2), 301-311. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a07v26n2.pdf>.
- Andreazza, Tahiana Signorini, Costa, Angelo Brandelli, Massuda, Raffael, Salvador, Jaqueline, Silveira, Esalba Maria, Piccon, Felipe, Carvalho, Renata, Fontanari, Anna Martha Vaites, Koff, Walter, Belmonte-de-Abreu, Paulo, & Lobato, Maria Inês Rodrigues. (2014). Discordant Transsexualism in Male Monozygotic Twins: Neuroanatomical and Psychological Differences. *Archives of Sexual Behavior*, 43, 399-405. Recuperado de <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10508-013-0151-8> (Código GP2).
- Arán, Márcia. (2005). *Transexualismo e cirurgia de transgenitalização: biopoder/biopotência*. Brasília: Série Anis.
- Arán, Márcia. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 49-63. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>.

- Arán, Márcia. (2007). Algumas considerações sobre transexualidade e saúde pública no Brasil. *Revista Polêmica*, 1, 22-2.
- Arán, Márcia, & Lionço, Tatiana. (2008). *Mudança de sexo: uma questão de justiça para a saúde*. Brasília: Série Anis.
- Arán, Márcia, Zaidhaft, Sérgio, & Amaral, Daniela Murta. (2008). Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 70-79. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100008> (Código SC5).
- Arán, Márcia. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 653-673. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>.
- Arán, Márcia, & Amaral, Daniela Murta. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 15-41. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003> (Código SC6).
- Arán, Márcia, Amaral, Daniela Murta, & Lionço, Tatiana. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141-1149. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020> (Código SC12).
- Araújo, Letícia Rezende. (2010). *Transexualidade: dos transtornos às experiências singulares*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil (Código CP34).
- American Psychological Association. (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychological Association*, 70(9), 832-864. Recuperado de <https://www.apa.org/practice/guidelines/transgender.pdf>.
- Athaide, João Paulo de. (2013). *Fronteiras de gênero pra quê? Uma abordagem nada convencional sobre a produção de referências identitárias na contemporaneidade*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código CP37).
- Barbosa, Bruno Cesar. (2015). *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código CP5).
- Barbosa, Bruno Cesar. (2013). "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 14, 352-379. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016> (Código SC1).
- Barbosa, Bruno Cesar. (2010). *Nomes e diferenças: Uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código CP11).
- Bardin, Laurence. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Barreto, Ocilene Fernandes, & Ceccarelli, Paulo Roberto. (2015). Entre o Eu e o corpo... um estranho: reflexões sobre as transexualidades. *Reverso*, 37(69), 113-119. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000100012&lng=pt&tlng=pt (Código PP14).
- Bento, Berenice. (2014). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, 4(1), 165-182. Recuperado de <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>.
- Bento, Berenice, & Pelúcio, Larissa. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, 20(2), 569-581. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>.
- Bento, Berenice. (2012). A campanha internacional de ação pela despatologização das identidades trans: entrevista com o ativista Amets Suess. *Estudos feministas*, 20(2), 481-484. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a08.pdf>.
- Bento, Berenice. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bento, Berenice. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Bomfim, Patrick Thiago dos Santos. (2009). *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil (Código CP31).
- Borba, Rodrigo. (2014). *(Des)aprendendo a "ser": trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Bufrem, Leilah Santiago. (2006). Revistas científicas: saberes no campo de ciência da informação. In D. A. Poblacion; G. P. Witter & J. F. M. Silva (Orgs.), *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação* (pp. 191-214). São Paulo: Angellara.
- Butler, Judith. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.
- Butler, Judith. (2003). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Canela Filho, Talmo Rangel. (2013). *"Agora eu sou mulher!" transexualidade e construção do corpo*. Dissertação de mestrado, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, Brasil (Código CP4).
- Carvalho, Diego Sousa de. (2014). *O gênero e a ciência da saúde: produção em torno da transexualidade no portal de pesquisa da biblioteca virtual de saúde*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Carvalho, Mario Felipe de Lima, & Carrara, Sérgio. (2013). Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 14, 319-351. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015> (Código SC2).

- Carvalho, Mario Felipe de Lima. (2011a). A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (8), 36-62. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872011000300003> (Código SC3).
- Carvalho, Mario Felipe de Lima. (2011b). *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (Código CP19).
- Ceccarelli, Paulo Roberto. (2008). O corpo como estrangeiro. *Ide*, 31(47), 54-60. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200009&lng=pt&tlng=pt (Código PP8).
- Conselho Federal de Psicologia. (2016). *A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia - Parte II* [Vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RL4M_Msl-eA.
- Conselho Federal de Psicologia. (2015). *A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia - Parte I* [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xLugxnORfd0>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>.
- Cordeiro, Desiree Monteiro. (2012). *Transtorno de identidade sexual em adultos e justiça: laudo psicológico para mudança de prenome*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código CP21).
- Corrêa, Marilena C. D. V., & Arán, Márcia. (2008). Tecnologia e normas de gênero: contribuições para o debate da Bioética Feminista. *Revista Bioética (Impresso)*, 16, 191-206.
- Cossi, Rafael Kalaf. (2014). Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(1), 9-17. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100003&lng=pt&tlng=pt (Código PP4).
- Cossi, Rafael Kalaf. (2010). *Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código CP12).
- Costa, Ana Ludmila Freire, & Yamamoto, Osvaldo Hajime. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação *Qualis* de Psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 13-24. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100003.
- Costa, Angelo Brandelli, Zoltowski, Ana Paula Couto, Koller, Silvia Helena, & Teixeira, Marco Antônio Pereira. (2015). Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(08), 2441-2452. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015208.10762014>.

- Costa, Angelo Brandelli. (2015). *Vulnerabilidade para o HIV em mulheres trans: o papel da Psicologia e o acesso à saúde*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. (Código GP8).
- Costa, Angelo Brandelli, Fontanari, Anna Martha Vaites, Jacinto, Michelle Moraes, Silva, Dhiorlan Cardoso da, Lorencetti, Emilaine Karine, Rosa Filho, Heitor Tomé da, Mueller, Andressa, Garcia, Claudia Garcia de, Nardi, Henrique Caetano, Koller, Silvia Helena, & Lobato, Maria Inês Rodrigues. (2015). Population-Based HIV Prevalence and Associated Factors in Male-to-Female Transsexuals from Southern Brazil. *Archives of Sexual Behavior*, 44, 521-524. Recuperado de <http://link.springer.com/article/10.1007/s10508-014-0386-z> (Código GP4).
- Costa, Angelo Brandelli, Fontanari, Anna Martha Vaites, Andreazza, Tahiana Signorini, Salvador, Jaqueline, Koff, Walter, Aguiar, Bianca, Ferrari, Pamela, Massuda, Raffael, Pedrini, Mariana, Silveira, Esalva Maria, Belmonte-de-Abreu, Paulo, Gama, Clarissa, Kauer-Sant'Anna, Marcia, Kapczinski, Flavio, & Lobato, Maria Inês Rodrigues. (2014). BDNF: A biomarker for social vulnerability in individuals diagnosed with gender dysphoria. *Journal of Psychiatric Research*, 50, 16-17. Recuperado de [http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956\(13\)00359-2/abstract](http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956(13)00359-2/abstract) (Código GP3).
- Cunha, Eduardo Leal. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer. *Revista EPOS*, 4(2), 00-00. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000200004&lng=pt&tlng=pt (Código PP16).
- Detoni, Priscila Pavan, Marques, Daiane Maus, Soares, Lissandra Vieira, & Nardi, Henrique Caetano. (2011). As formas do “fazer psi” e a constituição das políticas públicas associadas à diversidade sexual. *Psicologia política*, 11(22), 279-294. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200007.
- Dias, Robson Batista. (2015). *Identidade de Gênero Trans e Contemporaneidade: representações sociais nos processos de formação e educação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil (Código CP9).
- Elias, Valéria de Araújo. (2010). A demanda transexual na cena hospitalar: o lugar do psicanalista. *Revista da SBPH*, 13(1), 157-174. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582010000100011&lng=pt&tlng=pt (Código PP2).
- Elias, Valéria de Araújo. (2007a). *Para além do que se vê: das transexualidades às singularidades na busca pela alteração corporal*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil (Código CP32).
- Elias, Valéria de Araújo. (2007b). O corpo além do corpo: os reflexos da (im)possibilidade. *Epistemo-somática*, 4(1), 119-136. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-20052007000100012&lng=pt&tlng=pt (Código PP15).

- Fontanari, Anna Martha Vaites. (2015). *Impacto dos eventos traumáticos em aspectos clínicos da transexualidade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil (Código CP26).
- Fontanari, Anna Martha Vaites, Andreazza, Tahiana Signorini, Costa, Angelo Brandelli, Salvador, Jaqueline, Koff, Walter, Aguiar, Bianca, Ferrari, Pamela, Massuda, Raffael, Pedrini, Mariana, Esalva Maria, Belmonte-de-Abreu, Paulo, Gama, Clarissa, Kauer-Sant'Anna, Marcia, Kapczinski, Flavio, & Lobato, Maria Inês Rodrigues. (2013). Serum concentrations of brain-derived neurotrophic factor in patients with gender identity disorder. *Journal of Psychiatric Research*, 47, 1546-1548. Recuperado de [http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956\(13\)00138-6/abstract](http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956(13)00138-6/abstract) (Código GP5).
- Fontanella, Bruno José Barcellos, Ricas, Janete, & Turato, Egberto Ribeiro. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17-27. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000100003.
- Freitas, Rafaela Vasconcelos. (2014). *Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (Código CP39).
- Galli, Rafael Alves, Vieira, Elisabeth Meloni, Giami, Alain, & Santos, Manoel Antônio dos. (2013). Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(4), 447-457. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000400011> (Código SC4).
- Galli, Rafael Alves. (2013). *Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil (Código CP7).
- Garcia, Carla Cristina. (2012). O que viu Tirésias. A identidade transexual na obra de Virginia Woolf. *Revista de Psicologia da UNESP*, 11(1). Recuperado de <http://186.217.160.122/revpsico/index.php/revista/article/view/244/282> (Código IP1).
- Gil, Antônio Carlos. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Editora Atlas.
- Giongo, Carmem Regina, Menegotto, Lisiane Machado de Oliveira & Petters, Simone. (2012). Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 32(4), 1000-1013. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000400017> (Código SC13).
- Grossi, Patrícia Krieger, & Santos, Andréia Mendes dos. (2009). Desvendando o fenômeno bullying nas escolas públicas de Porto Alegre, RS, Brasil. *Revista Portuguesa de Educação*, 22(2), 249-267. Recuperado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v22n2/v22n2a11.pdf>.

- Guaranha, Camila. (2014). *O desafio da equidade e da integralidade: travestilidades e transexualidades no sistema único de saúde*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil (Código CP25).
- Jesus, Bento Manoel de. (2013). *Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil (Código CP6).
- Leite Júnior, Jorge. (2011). *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo, SP: Annablume.
- Leiri, Maria Rita. (2015). Caracterização de pacientes portadores de Transtorno de Identidade de Gênero. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil (Código CP16).
- Lima, Maria Lúcia Chaves. (2013). *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código CP23).
- Lima, Maria Lúcia Chaves, & Alvarenga, Eric Campos. (2012). O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas. *Revista Artíficos*, 2(4), 1-13. Recuperado de <http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/D%20Silva%20e%20Alvarenga.pdf> (Código GP6).
- Lionço, Tatiana. (2010). *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensio-nalidade somato-psíquica*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil (Código CP13).
- Lionço, Tatiana. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 43-63. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004> (Código SC9).
- Lomando, Eduardo Marodin. (2014). *Processos, desafios, tensões e criatividade nas conjugualidades de homens e mulheres transexuais*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil (Código CP08).
- Lomando, Eduardo, & Nardi, Henrique Caetano. (2013). Conjugualidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da Psicologia social. *Saúde em Debate*, 37(98), 493-503. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300013> (Código SC7).
- Mack, Carlos André Chaves. (2015). *A emergência da transexualidade na interseção com as técnicas biomédicas*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (Código CP10).

- Maksoud, Fernanda Resende, Passos, Xisto Sena, & Pegoraro, Renata Fabiana. (2014). Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(2), 47-55. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000200007&lng=pt&tlng=pt (Código PP12).
- Meyerowitz, Joanne (2004). *How sex changed*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Melo, Rogério Amador de Melo, & Barreto, Danielle Jardim. (2014). Formação em Psicologia: Discursos e saberes sobre experimentações de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 676-689. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000300676.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. (2017). Cientificidade, generalização e divulgação de estudos qualitativos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(1), 16-17. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n1/1413-8123-csc-22-01-0016.pdf>.
- Miranda, Elisabeth da Rocha. (2015). Transexualidade e sexuação: o que pode a psicanálise. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 7(1), 52-60. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p52> (Código PP1).
- Monteiro, Igor Ramon Lopes. (2015). *A exclusão democrática de travestis e transexuais na gestão educacional: um estudo das relações entre gênero, sexualidade e hierarquia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (Código CP18).
- Monteiro, Luciana Fogaça, & Nardi, Henrique Caetano. (2009). Operações de gênero: o filme XXY (2007) e a produção do corpo e do sexo como 'naturais'. *Athenea Digital*, (16), 35-46. Recuperado de <http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/142295> (Código GP7).
- Monteiro, Marli Piva. (2009). Transamérica: na encruzilhada da sexuação. *Estudos de Psicanálise*, (32), 111-116. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372009000100013&lng=pt&tlng=pt (Código PP10).
- Moreira Júnior, Wellington Carlos. (2013). *“Como seria belo ser uma mulher...”: transexualismo masculino e empuxo-à-mulher*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (Código CP28).
- Moscheta, Murilo dos Santos (2011). *Responsabilidade como recurso relacional para a qualificação da assistência a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Neme, Carmen Maria Bueno, Mello, Lucinéia Crepaldi de, Gazzola, Rangel Antônio, & Justi, Mirella Martins. (2008). Fenômeno bullying: análise de pesquisas em Psicologia publicadas no período de 2000 a 2006. *Pediatria moderna*, 44(5), 200-204. Recuperado de http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=3914.

- Nicaretta, Marcelo N. (2010). O projeto de lei do “ato médico” e a perspectiva dos psicólogos e de outros profissionais no campo da saúde. *Bol. Acad. Paulista de Psicologia*, 78(01), 27-67. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2010000100004.
- Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília. (2016, agosto 22). A pesquisa. *Portal do Núcleo de Estudos em Saúde Pública*. Recuperado de <http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/index.php/apesquisa>.
- Oliveira, Jane Gabryelle Badaro de. (2014). *Trânsitos de gênero*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil (Código CP41).
- Oliveira, Marcos de Jesus. (2014). Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 839-862. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300007>.
- Oliveira, Marcos de Jesus. (2013). *Confissões da carne: uma experiência clínica de atendimento psicoterapêutico a transexuais*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Oliveira, Wanderlei Abadio de, Silva, Marta Angélica Iossi, Mello, Flávia Carvalho Malta de, Porto, Denise Lopes, Yoshinaga, Andréia Cristina Mariano, & Malta, Deborah Carvalho. (2015). Causas do bullying: resultados de pesquisa nacional de saúde do estudante. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23(2), 275-282. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/rlae/2015nahead/pt_0104-1169-rlae-0022-2552.pdf.
- Pelúcio, Larissa. (2014). Breve história afetiva de uma teoria deslocada. *Revista Florestan*, (2), 26-45. Recuperado de http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63/pdf_24.
- Pereira, Guilherme Bessa Ferreira. (2014). *Sentidos de psicoterapia em homens gays*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Pereira, Vanessa Marinho. (2015). *Entre corpos abjetos e zonas de monstruosidade: traçados e passeios pela legislação*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (Código CP29).
- Perelson, Simone. (2011). Transexualismo: uma questão do nosso tempo e para o nosso tempo. *Revista EPOS*, 2(2), 0-0. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200004&lng=pt&tlng=pt (Código PP6).
- Peres, William Siqueira, & Toledo, Livia Gonsalves. (2011). Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 261-277. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&tlng=pt (Código PP5).

- Pinto, Maria Jaqueline Coelho. (2008). *A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil (Código CP30).
- Porchat, Patricia. (2014). O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. *Revista EPOS*, 5(1), 112-130. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&tlng=pt (Código PP13).
- Portaria MS n. 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador. Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html.
- Portaria MS n. 859, de 30 de julho de 2013. Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS. Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2013/prt0859_30_07_2013.html.
- Portaria MS n. 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS. Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2013/prt0859_30_07_2013.html.
- Raimondi, Gustavo Antonio. (2015). *Saúde da população “trans”: uma revisão sistemática da produção teórica brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Ribeiro, Diaulas Costa, & Teixeira, Flavia do Bonsucesso. (2015). Não é apenas um nome: a luta por reconhecimento no universo Trans. In Carlos José Cordeiro & Josiane Araújo Gomes (Coord.), *Temas contemporâneos de direito das famílias* (pp. 499-524). São Paulo, SP: Editora Pillares.
- Resolução CFM n. 1.482, de 10 de setembro de 1997. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Recuperado de: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm.
- Resolução CFM n. 1.652, de 06 de novembro de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.482/97. Recuperado de: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm.
- Resolução CFM n. 1.955, de 03 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.652/02. Recuperado de: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm.
- Romanowski, Joana Paulin, & Ens, Romilda Teodora. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, 6 (19), 37-50. Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?ddl=237&dd99=view&dd98=pb>.

- Rother, Edna Terezinha. (2007). Editorial: Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20 (2). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>
- Saadeh, Alexandre. (2004). *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código CP35).
- Salvador, Jaqueline. (2014). *Estudo de seguimento de cirurgia de redesignação sexual em transexuais masculino para feminino*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil (Código CP24).
- Sampaio, Rosana Ferreira, & Mancini, Marisa Cotta. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11 (1): 83-89. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013
- Sampaio, Liliana Lopes Pedral, & Coelho, Maria Thereza Ávila Dantas. (2012). Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface*, 16 (4): 637-649. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012000300005> (Código SC11).
- Sampaio, Juliana Vieira. (2013). *Viajando entre sereias: saúde de transexuais e travestis na cidade de fortaleza*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil (Código CP22).
- Santos, Anne Rafaela Telmira (2015). *A atenção básica à saúde no truque: o encontro das travestis e as agentes comunitárias de saúde no bairro Rio Branco em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Santos, Maria de Fátima Lima. (2011). A invenção do dispositivo da transexualidade: produções de verdade e experiências trans. *Em Pauta*, 9(28): 117-130.
- Seffner, Fernando. (2011). Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In Leandro Collin (Org.), *Stonewall 40 + o que no Brasil?* (pp. 57-78). Salvador, BA: EDUFBA.
- Schraiber, Lilia Blima. (2017). A ciência ou as ciências? Encruzilhada para diálogos interdisciplinares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(1), 18-19. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000100018&lng=pt&nrm=iso.
- Silva, Alexsander Lima da, & Oliveira, Adélia Augusta Souto de. (2015). Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 484-508. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200004&lng=pt&lng=pt (Código PP9).

- Silva, Alexsander Lima da, & Oliveira, Adélia Augusta Souto de. (2013). Transexualidade/travestilidade na literatura brasileira: sentidos e significados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(2), 274-287. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000200009&lng=pt&tlng=pt (Código PP11).
- Silva, Alexsander Lima da. (2013). *Processo de transexualização: uma análise inter e intra-generacional de histórias de vida*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil (Código CP3).
- Silva, Bruno de Brito, & Cerqueira-Santos, Elder. (2014). Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP*, 15(2), 27-44. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&tlng=pt (Código PP3).
- Silveira, Esalba Maria Carvalho. (2006). *De tudo fica um pouco: a construção social da identidade do transexual*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Silveira, Mariluzia Terra. (2010). *Avaliação cito-histo-morfo-funcional e descrição da microbiota bacteriana aeróbica de neovaginas de mulheres transexuais*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil (Código CP40).
- Souza, Heloisa Aparecida de. (2012). *Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil (Código CP20).
- Spivak, Gayatri Chakravorty. (2010). *Pode o subalterno falar?* (SRG Almeida, MP Feitosa e AP Feitosa, Trad.). Belo Horizonte: UFMG (Trabalho original publicado em 1985).
- Tagliamento, Grazielle. (2012). *(In)Visibilidades caleidoscópicas: a perspectiva das mulheres trans sobre o seu acesso à saúde integral*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
- Taquette, Stella Regina, Minayo, Maria Cecília de Souza, & Rodrigues, Adriana de Oliveira (2017). Percepção de pesquisadores médicos sobre metodologias qualitativas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(1), 1-11. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2015000400722&script=sci_arttext&tlng=pt.
- Tavares, Francesca Sthephan. (2011). *Estudo compreensivo da associação entre bullying e ansiedade social*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
- Teixeira, Flávia do Bonsucesso. (2016). (Des)Engano: revisando as Portarias do Processo Transexualizador no SUS. In Anna Paula Uziel, & Flávio Lopes Guilhon. (Orgs), *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos* (pp. 313-352). Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.

- Teixeira, Flávia do Bonsucesso. (2013). *Dispositivos de dor: saberes/poderes que (com)formam as transexualidades*. São Paulo, SP: Annablume.
- Teixeira, Flávia do Bonsucesso. (2009). *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Teixeira, Natália Beatriz Viana. (2014). *"Cura gay é o meu caralho!": a normalização da homossexualidade e a resolução CPF 1/99*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Teixeira, Marina Caldas. (2012a). Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. *Revista aSEPHallus*, VII (14). Recuperado de www.isepol.com/asephallus (Código IP2).
- Teixeira, Marina Caldas. (2012b). *"A pessoa que se é": sobre as relações entre personalidade e corpo numa sexuação transexualista*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (Código CP17).
- Teixeira, Marina Caldas. (2006). Mudar de sexo: uma prerrogativa transexualista. *Psicologia em Revista*, 12(19), 66-79. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100007&lng=pt&tlng=pt (Código PP7).
- Tenenblat, Mably Jane Trindade. (2014). *A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Torres, Marco Antônio. (2012). *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direito nas figurações sociais contemporâneas*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (CP 38).
- Torres, Marco Antônio, & Prado, Marco Aurélio. (2014). Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. *Educação & Realidade*, 39(1), 201-220. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000100012> (Código SC8).
- Vasconcelos, Thaíssa Machado. (2015). *Corpos em trânsitos, transes e tranças: produções de corporalidades por/com mulheres trans*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil (Código CP27).
- Verduguez, Elisa Del Rosario Ugarte. (2009). *Aspectos da psicosssexualidade e da personalidade de pacientes autodenominados transexuais masculinos e femininos avaliados pelo teste projetivo de Szondi*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil (Código BD1).
- Vianna, Cláudia Pereira, Carvalho, Marília Pinto de, Schilling, Flávia Inês, & Moreira, Maria de Fátima Salum. (2011). Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. *Educ. Soc.*, 32(115), 525-545. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a16.pdf>.

Whittemore, Robin, & Knafl, Kathleen. (2005). The integrative review: updated methodology. *J. Adv. Nurs.*, 52(5), 546-53. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16268861>.

ANEXOS

ANEXO 1 - Programação da II Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: Enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo

08 de março	09 de março	10 de março	11 de março
9:00 - 12:00h		9:00 - 12:30h	
Credenciamento (continua à tarde e nos dias seguintes)	Sessão Especial Despatologização da transexualidade - Coordenação: Marco Aurélio Prado	Simpósios Temáticos	Simpósios Temáticos
14:00 - 17:00h			
Fórum Latino-Americano sobre práticas psicológicas, gênero e sexualidade. Coordenação: Wiliam Siqueira Peres e Marcos Nascimento	Mesas redondas Sexualidades encarceradas - Débora Diniz, Mariana Barcinski, Gabriela Salomão e Pedro Paulo Bicalho	Mesas redondas Direitos Humanos, política e diversidade sexual - Guilherme Almeida, Claudia Mayorga, Veriano Terto Junior e Mario Pecheny	Mesas redondas Questões geracionais, Psicologia e sexualidade - Jane Felipe, Luis Felipe Rios, Antonio Cristian Saraiva Paiva e Monica Soares Siqueira
16:00 - 17:00	Psicologia e Transexualidade - Juracy Toneli, Tatiana Lionço, Jaqueline Gomes, Alain Giami e Berenice Bento	Dispositivos clínicos e diversidade - Luciana Vieira, Patricia Porchat, Francisco Aguayo e Marco Antonio Coutinho Jorge	Políticas públicas e diversidade sexual e de gênero - Henrique Nardi, Marco Aurélio Máximo Prado, Simone Monteiro e Luiz Mello
Taller Vivencial: liberando el deseo afrodita y dionisio, arquetipos sexuales – Albert González Guzmán (Inscrições Limitadas)	Escola e diversidade - Marco Antonio Torres, Maria Rita Cesar, Amana Mattos e Rogerio Junqueira	Psicologia, formação e questões de gênero e sexualidade - William Peres, Gloria Careaga, Sandra Azevedo, Mara Lago e Conceição Nogueira	Famílias e diversidade sexual e de gênero - Claudia Fonseca, Miguel Vale de Almeida, Alessandra Rinaldi, Ana Lodi e Jorge Gato
17:00 - 18:30	17:00 - 18:30	17:00 - 19:00	17:00 - 18:00
- Mostra de práticas: Comunicação de práticas em Psicologia e diversidade sexual e de gênero - Livro-debate - “Política e cidadania trans” - Adriana Geisler, William Peres e Jaqueline de Jesus.	- Pôsteres - Livro-debate - “Escola, gênero e sexualidade” - André Machado, Mara Coelho de Souza Lago, Gilmaro Nogueira e Luciana Kornatzki.	- Mesa redonda: Comissões de direitos humanos e ações LGBT do Sistema Conselhos de Psicologia. - Livro-debate - “Vidas e sexualidades subversivas” - Degmar Anjos, Edgard Felberg, Gilmaro Nogueira e Alessandra Rinaldi. - Cine debate: “Meu nome é Jacque”. - Reunião itinerante do GT gênero, sexualidade e educação da Anped.	- Mostra de práticas: Comunicação de práticas em Psicologia e diversidade sexual e de gênero - Livro-debate: “Conjugali-dades homossexuais e homoparentalidades” - Jorge Gato, Miguel Vale de Almeida e Rafael Reis da Luz.
18:30 - 19:00			
Mesa de abertura: Anna Uziel, Fernando Pocahy, Marcos Nascimento, Rogério Oliveira, Marco Aurélio Máximo Prado, José Novaes, Pedro Costa, Márcia Mota, Rosana Oliveira e Ligia Aquino.			
19:00 - 20:00			
Conferência de abertura - O impacto da discriminação contra pessoas LGBT no mundo Carlen Lubbe - De Beer Coordenação: Marco Aurélio Máximo Prado.	Conferência: Vitimização de pessoas LGBT na América Latina - Jaime Barrientos Delgado Coordenação: Marcos Nascimento.	Conferência: Devir gay? As identidades sexuais dos imigrantes - Eric Fassin Coordenação: Anna Uziel	Conferência de Encerramento: Vanguardas e párias: os direitos LGBT como novo símbolo das disputas globais – Miguel Vale de Almeida Coordenação: Fernando Pocahy

Fonte: Programação do evento entregue aos participantes no ato do credenciamento.

APENDICES

APENDICE 1 - Solicitação encaminhada para os/as líderes dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, que apresentavam dentre suas linhas de pesquisa, a produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade

Prezada/o coordenador/a,

Bom dia. Sou Bárbara Pacheco, mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação da Profª. Dra. Flavia Teixeira e co-orientação do Prof. Dr. Emerson Raser. Estou realizando uma revisão sistemática da literatura sobre quais questões tem atravessado o campo da Psicologia em relação a temática das transexualidades no período de 1997 a 2015. Ainda que tenha realizado busca nas bases de dados, entendo que alguns trabalhos importantes podem não ter sido alcançados por meio dos indexadores ou outros motivos. Por essa razão, gostaria de solicitar que me encaminhe a informação caso algum/a participante do seu grupo de pesquisa tenha publicado artigos ou defendido dissertação ou tese sobre essa temática no período acima descrito.

Em razão da necessidade de delimitar um período para essa ação na metodologia do trabalho, informo que aguardarei o retorno do grupo até 01/12/2016.

Agradeço a disponibilidade em colaborar e me comprometo a encaminhar uma cópia da dissertação tão logo deposite a versão final.

Atenciosamente,

Barbara Guimarães Costa Pacheco

APENDICE 2 - Solicitação encaminhada para os/as autores/as de trabalhos que não se encontravam disponíveis para acesso online.

Prezada/o,

Bom dia. Sou Bárbara Pacheco, mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação da Profa. Dra. Flavia Teixeira e co-orientação do Prof. Dr. Emerson Raser. Estou realizando uma revisão sistemática da literatura sobre quais questões tem atravessado o campo da Psicologia em relação a temática das transexualidades no período de 1997 a 2015.

Realizamos uma busca nas bases de dados, e identificamos o trabalho **(NOME DO TRABALHO)** de sua autoria, no entanto, o mesmo não está disponível para acesso online.

Por essa razão, gostaria de solicitar que, se possível, me encaminhe uma cópia do mesmo para que possa incluí-lo em nossa revisão.

Em razão da necessidade de delimitar um período para essa ação na metodologia do trabalho, informo que aguardarei o retorno do grupo até 15/12/2016.

Agradeço a gentileza e disponibilidade em colaborar e me comprometo a encaminhar uma cópia da dissertação tão logo deposite a versão final.

Atenciosamente

Barbara Guimarães Costa Pacheco

APENDICE 3 - Trabalhos incluídos na revisão, distribuídos pela base de dados utilizada na identificação da produção, código, formação do/a autor/a ou primeiro/a autor/a, título do trabalho, ano em que ocorreu a defesa/publicação, formato do trabalho e área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação ou nome do periódico de publicação.

BASE DE DADOS	CÓDIGO	FORMAÇÃO AUTOR/A OU PRIMEIRO/A AUTOR/A	TÍTULO	ANO	FORMATO	ÁREA PROGRAMA / NOME PERIÓDICO
BANCO DE TESES & DISSERTAÇÕES DA CAPES	CP1	PSICOL.	"OS DESAFIOS DA DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE: REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA A TRANSEXUAIS NO BRASIL"	2011	TESE	SAÚDE COLETIVA
	CP2	PSICOL.	HOMENS PARCEIROS DE TRANSEXUAIS: DIÁLOGO FENOMENOLÓGICO DE VIVÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS	2012	TESE	PSICOL.
	CP3	MEDICINA	PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE INTER E INTRAGERACIONAL DE HISTÓRIAS DE VIDA	2013	DISSERT.	PSICOL.
	CP4	DIREITO/PSICOL.	"AGORA EU SOU MULHER!" TRANSEXUALIDADE E CONSTRUÇÃO DO CORPO	2013	DISSERT.	PSICOL.
	CP5	PSICOL.	IMAGINANDO TRANS: SABERES E ATIVISMOS EM TORNO DAS REGULAÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES CORPORAIS DO SEXO	2015	TESE	CIÊNCIA SOCIAL
	CP6	PSICOL.	CAMPANHA PELA DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE NO BRASIL: SEUS DISCURSOS E SUAS DINÂMICAS	2013	DISSERT.	SOCIOLOGIA
	CP7	PSICOL.	ROTEIROS SEXUAIS DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E SEUS MODOS DE ENVOLVIMENTO SEXUAL-AFETIVO	2013	DISSERT.	PSICOL.
	CP8	PSICOL.	PROCESSOS, DESAFIOS, TENSÕES E CRIATIVIDADE NAS CONJUGALIDADES DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS	2014	TESE	PSICOL.
	CP9	PSICOL.	IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO	2015	DISSERT.	PSICOL.
	CP10	PSICOL.	A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA DA TRANSEXUALIDADE NA INTERSEÇÃO COM AS TÉCNICAS BIOMÉDICAS.	2015	DISSERT.	SAÚDE COLETIVA
	CP11	PSICOL.	NOMES E DIFERENÇAS: UMA ETNOGRAFIA DOS USOS DAS CATEGORIAS TRAVESTI E TRANSEXUAL	2010	DISSERT.	ANTROPOLOGIA
	CP12	PSICOL.	TRANSEXUALISMO, PSICANÁLISE E GÊNERO: DO PATOLÓGICO AO SINGULAR	2010	DISSERT.	PSICOL.
	CP13	PSICOL.	UM OLHAR SOBRE A TRANSEXUALIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA TENSIONALIDADE SOMATO-PSÍQUICA	2006	TESE	PSICOL.
	CP14	PSICOL.	A PSIQUIATRIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE: ANÁLISE DOS EFEITOS DO DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO NAS PRÁTICAS DE SAÚDE	2007	DISSERT.	SAÚDE COLETIVA
	CP15	PSICOL.	DO TRANSEXUALISMO À TRANSEXUALIDADE	2015	DISSERT.	PSICANÁLISE
	CP16	PSICOL.	CARACTERIZAÇÃO DE PACIENTES PORTADORES DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO	2015	DISSERT.	GINECOLOGIA
	CP17	PSICOL.	"A PESSOA QUE SE É": SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE PERSONALIDADE E CORPO NUMA SEXUALIZAÇÃO TRANSEXUALISTA.	2012	TESE	PSICOL.

CP18	FILOSOFIA	A EXCLUSÃO DEMOCRÁTICA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA GESTÃO EDUCACIONAL: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E HIERARQUIA	2015	DISSERT	PSICOL.
CP19	PSICOL.	QUE MULHER É ESSA? IDENTIDADE, POLÍTICA E SAÚDE NO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2011	DISSERT.	SAÚDE COLETIVA
CP20	PSICOL.	OS DESAFIOS DO TRABALHO NA VIDA COTIDIANA DE MULHERES TRANSEXUAIS	2012	DISSERT.	PSICOL.
CP21	PSICOL.	TRANSTORNO DE IDENTIDADE SEXUAL EM ADULTOS E JUSTIÇA: LAUDO PSICOLÓGICO PARA MUDANÇA DE PRENOME	2012	DISSERT.	PSIQUIATRIA
CP22	PSICOL.	VIAJANDO ENTRE SEREIAS: SAÚDE DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA CIDADE DE FORTALEZA	2013	DISSERT.	PSICOL.
CP23	PSICOL.	O USO DO NOME SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	2013	TESE	PSICOL.
CP24	PSICOL.	ESTUDO DE SEGUIMENTO DE CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL EM TRANSEXUAIS MASCULINO PARA FEMININO	2014	DISSERT.	PSIQUIATRIA
CP25	PSICOL.	O DESAFIO DA EQUIDADE E DA INTE-GRALIDADE: TRAVESTILIDADES E TRANSE-XUALIDADES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	2014	DISSERT.	PSICOL.
CP26	BIOMEDICINA	IMPACTO DE EVENTOS TRAUMÁTICOS EM ASPECTOS CLÍNICOS DA TRANSEXUALIDADE	2015	DISSERT.	PSIQUIATRIA
CP27	PSICOL.	CORPOS EM TRÂNSITOS, TRANSES E TRANÇAS: PRODUÇÕES DE CORPORALIDADES POR/COM MULHERES TRANS	2015	DISSERT.	PSICOL.
CP28	PSICOL.	COMO SERIA BELO SER UMA MULHER”: TRANSEXUALISMO MASCULINO E EMPUXO-À-MULHER.	2013	DISSERT.	TEORIA PSICANALÍTICA
CP29	PSICOL.	"ENTRE CORPOS ABJETOS E ZONAS DE MONSTRUOSIDADE: TRAÇADOS E PASSEIOS PELA LEGISLAÇÃO ”	2015	DISSERT.	PSICOL.
CP30	PSICOL.	A VIVÊNCIA AFETIVO-SEXUAL DE MULHERES TRANSGENITALIZADAS	2008	TESE	PSICOL.
CP31	PSICOL.	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO: IDENTIDADE, COTIDIANO E RELIGIOSIDADE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2009	DISSERT.	PSICOL.
CP32	PSICOL.	PARA ALÉM DO QUE SE VÊ: DAS TRANSEXUALIDADES ÀS SINGULARIDADES NA BUSCA PELA ALTERAÇÃO CORPORAL	2007	DISSERT.	PSICOL.
CP33	PSICOL.	TRANSEXUALISMO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE SI NO MÉTODO DE RORSCHACH	2005	DISSERT.	PSICOL.
CP34	PSICOL.	TRANSEXUALIDADE: DOS TRANSTORNOS ÀS EXPERIÊNCIAS SINGULARES	2010	DISSERT.	PSICOL.
CP35	MEDICINA	TRANSTORNO DE IDENTIDADE SEXUAL: UM ESTUDO PSICOPATOLÓGICO DE TRANSEXUALISMO MASCULINO E FEMININO	2004	TESE	PSIQUIATRIA
CP36	PSICOL.	EMOÇÕES, DOCUMENTOS E SUBJETIVAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE TRANSEXUALIDADES EM JOÃO PESSOA/PB	2015	DISSERT	ANTROPOLOGIA
CP37	SOCIOLOGIA	FRONTEIRAS DE GÊNERO PRA QUÊ? UMA ABORDAGEM NADA CONVENCIONAL SOBRE A PRODUÇÃO DE REFERÊNCIAS IDENTITÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE	2013	DISSERT	PSICOL.
CP38	PSICOL.	A EMERGÊNCIA DE PROFESSORAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA ESCOLA: HETERONORMATIVIDADE E DIREITO NAS FIGURAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS	2012	TESE	PSICOL.
CP39	PSICOL.	HOMENS COM T MAIÚSCULO. PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CORPO NAS TRANSMASCULINIDADES E A TRANSVERSALIDADE DA INTERNET	2014	DISSERT	PSICOL.
CP40	PSICOL.	AVALIAÇÃO CITO-HISTO-MORFO-FUNCIONAL E DESCRIÇÃO DA MICROBIOTA BACTERIANA AERÓBICA DE NEOVAGINAS DE MULHERES TRANSEXUAIS	2010	TESE	CIÊNCIAS DA SAÚDE
CP41	PSICOL.	TRANSITOS DE GENERO	2014	DISSERT	PSICOL.

BDTD	BD1	PSICOL.	ASPECTOS DA PSICOSSEXUALIDADE E DA PERSONALIDADE DE PACIENTES AUTODENOMINADOS TRANSEXUAIS MASCULINOS E FEMININOS AVALIADOS PELO TESTE PROJETIVO DE SZONDI	2009	DISSERT	ENDOCRINOLOGIA
	SC1	PSICOL.	"DOIDAS E PUTAS": USOS DAS CATEGORIAS TRAVESTI E TRANSEXUAL	2013	ARTIGO	SEXUALIDAD, SALUD E SOCIEDAD
SCIELO	SC2	PSICOL.	EM DIREITO A UM FUTURO TRANS? CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL	2013	ARTIGO	SEXUALIDAD, SALUD E SOCIEDAD
	SC3	PSICOL.	A (IM)POSSÍVEL PUREZA: MEDICALIZAÇÃO E MILITÂNCIA NA EXPERIÊNCIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2011	ARTIGO	SEXUALIDAD, SALUD E SOCIEDAD
	SC4	PSICOL.	CORPOS MUTANTES, MULHERES INTRIGANTES: TRANSSEXUALIDADE E CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL	2013	ARTIGO	PSICOLOGIA, TEORIA E PESQUISA
	SC5	PSICOL.	TRANSEXUALIDADE: CORPO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE COLETIVA	2008	ARTIGO	PSICOLOGIA E SOCIED.
	SC6	PSICOL.	DO DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO ÀS REDESCRIÇÕES DA EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE GÊNERO, TECNOLOGIA E SAÚDE	2009	ARTIGO	REVISTA PHYSIS
	SC7	PSICOL.	CONJUGALIDADES MÚLTIPLAS NAS TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES: UMA REVISÃO A PARTIR DA ABORDAGEM SISTÊMICA E DA PSICOLOGIA SOCIAL	2013	ARTIGO	SAÚDE E DEBATE
	SC8	PSICOL.	PROFESSORAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO CONTEXTO ESCOLAR: ENTRE ESTABELECIDOS E OUTSIDERS	2014	ARTIGO	EDUCAÇÃO E REALIDAD.
	SC9	PSICOL.	ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E DIVERSIDADE SEXUAL NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SUS: AVANÇOS, IMPASSES, DESAFIOS	2009	ARTIGO	REVISTA PHYSIS
	SC10	PSICOL.	O APOIO DA REDE SOCIAL A TRANSEXUAIS FEMININAS	2011	ARTIGO	PAIDÉIA
	SC11	PSICOL.	TRANSEXUALIDADE: ASPECTOS PSICOLÓGICOS E NOVAS DEMANDAS AO SETOR SAÚDE	2012	ARTIGO	INTERFACE
	SC12	PSICOL.	TRANSEXUALIDADE E SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	2009	ARTIGO	CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA
	SC13	PSICOL.	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS PROFISSIONAIS DO SEXO: IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA	2012	ARTIGO	PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO
PEPSIC	PP1	FONOAUDIOLOGIA	TRANSEXUALIDADE E SEXUAÇÃO: O QUE PODE A PSICANÁLISE	2015	ARTIGO	TRIVIMUM EST. INTERD.
	PP2	PSICOL.	A DEMANDA TRANSEXUAL NA CENA HOSPITALAR: O LUGAR DO PSICANALISTA	2010	ARTIGO	REVISTA DA SBPH
	PP3	PSICOL.	APOIO E SUPORTE SOCIAL NA IDENTIDADE SOCIAL DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS	2014	ARTIGO	REVISTA DA SPAGESP
	PP4	PSICOL.	DESVINCULAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TRANSEXUAL DO DIAGNÓSTICO PSICANALÍTICO DE PSICOSE	2014	ARTIGO	REVISTA PSICOLOGIA E SAÚDE
	PP5	PSICOL.	DISSIDÊNCIAS EXISTENCIAIS DE GÊNERO: RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS AO BIPODER	2011	ARTIGO	PSICOLOGIA POLÍTICA
	PP6	PSICOL.	TRANSEXUALISMO: UMA QUESTÃO DO NOSSO TEMPO E PARA O NOSSO TEMPO	2011	ARTIGO	REVISTA EPOS
	PP7	PSICOL.	MUDAR DE SEXO: UMA PRERROGATIVA TRANSEXUALISTA	2006	ARTIGO	PSICOLOGIA EM REVISTA
	PP8	PSICOL.	O CORPO COMO ESTRANGEIRO	2008	ARTIGO	REVISTA IDE
	PP9	PSICOL.	TRANSEXUALIZAÇÃO EM NARRATIVAS DE HISTÓRIAS DE VIDA SOBRE A INFÂNCIA	2015	ARTIGO	ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOL.
	PP10	MÉDICA	TRANSAMÉRICA: NA ENCRUZILHADA DA SEXUAÇÃO	2009	ARTIGO	ESTUDOS DE PSICANÁLISE

	PP11	PSICOL.	TRANSEXUALIDADE/TRAVESTITIDADE NA LITERATURA BRASILEIRA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS	2013	ARTIGO	ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOL.
	PP12	NÃO INFORMADA	REFLEXÕES ACERCA DO TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO FRENTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	2014	ARTIGO	REVISTA PSICOLOGIA E SAÚDE
	PP13	PSICOL.	O CORPO: ENTRE O SO-FRIMENTO E A CRIATIVIDADE	2014	ARTIGO	REVISTA EPOS
	PP14	PSICOL.	ENTRE O EU E O CORPO... UM ESTRANHO: REFLEXÕES SOBRE AS TRANSEXUALIDADES	2015	ARTIGO	REVERSO
	PP15	PSICOL.	O CORPO ALÉM DO CORPO: OS REFLEXOS DA (IM) POSSIBILIDADE	2007	ARTIGO	EPISTEMO-SOMÁTICA
	PP16	PSICOL.	SEXUALIDADE E PERVERSÃO ENTRE O HOMOSSEXUAL E O TRANSGÊNERO: NOTAS SOBRE PSICANÁLISE E TEORIA QUEER	2013	ARTIGO	REVISTA EPOS
INDEX PSI	IP1	CIÊNCIAS SOCIAIS	O QUE VIU TIRÉSIAS. A IDENTIDADE TRANSEXUAL NA OBRA DE VIRGINIA WOOLF.	2012	ARTIGO	REVISTA DE PSICOL. DA UNESP
	IP2	DIREITO	ADEQUAÇÃO DE SEXO DO TRANSEXUAL: ASPECTOS PSICOLÓGICOS, MÉDICOS E JURÍDICOS.	2000	ARTIGO	PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA
	IP3	PSICOL.	OS TRANSEXUAIS E O SEXO PARA CHAMAR DE SEU	2012	ARTIGO	ASEPHALLUS
GRUPOS DE PESQUISA CNPq	GP1	PSICOL.	DIALOGANDO CON ESTUDIOS ACERCA DE LAS VIVENCIAS AFECTIVO-SEXUALES DE LAS PAREJAS DE TRANSEXUALES.	2012	ARTIGO	LIBERABIT (LIMA)
	GP2	PSIQUIATRIA	DISCORDANT TRANSSEXUALISM IN MALE MONOZYGOTIC TWINS: NEUROANATOMICAL AND PSYCHOLOGICAL DIFFERENCES.	2014	ARTIGO	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR
	GP3	PSICOL.	POPULATION-BASED HIV PREVALENCE AND ASSOCIATED FACTORS IN MALE-TO-FEMALE TRANSSEXUALS FROM SOUTHERN BRAZIL.	2015	ARTIGO	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR
	GP4	BIOMEDICINA	SERUM CONCENTRATIONS OF BRAIN-DERIVED NEUROTROPHIC FACTOR IN PATIENTS WITH GENDER IDENTITY DISORDER.	2013	ARTIGO	JOURNAL OF PSYCHIATRIC RESEARCH
	GP5	PSICOL.	O BANHEIRO DE NAYARA: A ESCOLA E SUAS TECNOLOGIAS HETERONORMATIVAS.	2012	ARTIGO	REVISTA ARTIFÍCIOS
	GP6	PSICOL.	OPERAÇÕES DE GÊNERO: O FILME XXY (2007) E A PRODUÇÃO DO CORPO E DO SEXO COMO 'NATURAIS'.	2009	ARTIGO	ATHENEA DIGITAL
	GP7	PSICOL.	VULNERABILIDADE PARA O HIV EM MULHERES TRANS: O PAPEL DA PSICOLOGIA E O ACESSO À SAÚDE	2015	TESE	PSICOL.

APENDICE 4 - Trabalhos incluídos na revisão, distribuídos pelo código, tipo de estudo realizado, instrumentos utilizados na pesquisa, participantes, tamanho amostral e local de execução.

CÓDI- GO	METODO- LOGIA	TIPO DE ESTU- DO	TÉCNICAS	PARTICIPANTES	TAMANHO AMOSTRAL	LOCAL DE EXECUÇÃO
CP1	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	12	HOSPITAIS PÚBLICOS QUE PRESTAM ASSISTÊNCIA A PACIENTES TRANSEXUAIS
				TRANSEXUAIS	26	
			OBSERVAÇÃO LIVRE	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	07	
		PESQUISA DOCUMENTAL	DADOS COLETADOS NA PEQUISA “TRANSEXUALIDADE E SAÚDE: CONDIÇÕES DE ACESSO E CUIDADO INTEGRAL”			
CP2	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA FENOMENOLÓGICA E HISTÓRIA DE VIDA	HOMENS PARCEIROS DE TRANSEXUAIS	05	NÃO INFORMA
CP3	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA NARRATIVA	TRANSEXUAIS MASCULINOS E FEMININOS	06	NÃO INFORMA
CP4	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	MULHERES TRANSEXUAIS	05	ESPAÇOS VARIADOS
CP5	QUALITATIVO	ETNOGRAFIA	ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	ATIVISTAS E ESPECIALISTAS	25	ESPAÇOS VARIADOS
			INCURSÕES A CAMPO	EVENTOS DA ANTRA; EVENTOS ORGANIZADOS POR OUTRAS ASSOCIAÇÕES DO MOVIMENTO LGBT, AGÊNCIAS ESTATAIS E ASSOCIAÇÕES DE PESQUISA; TERÇAS-TRANS E RODAS DE CONVERSA DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE INTEGRAL PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.	-	
		PESQUISA DOCUMENTAL	DIRETRIZES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, LEIS, PROJETOS DE LEIS, PORTARIAS FEDERAIS E ESTADUAIS			
CP6	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA ABERTA	PESSOAS ENVOLVIDAS COM A QUESTÃO DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE	03	ESPAÇOS VARIADOS
		PESQUISA DOCUMENTAL	RELATÓRIO DO SEMINÁRIO “TRANSEXUALIDADE, TRAVESTILIDADE E DIREITO À SAÚDE”; REPORTAGENS, ENTREVISTAS, FILMES E INFORMAÇÕES SOBRE EVENTOS COLHIDOS NA INTERNET.			
CP7	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E DIÁRIO DE CAMPO	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	15	ESPAÇOS VARIADOS
CP8	QUALITATIVO	ESTUDO DE CASO	ENTREVISTA	CASAIAS DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS E SEUS CÔNJUGES	06	SALA UFRGS

CP9	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA	PESSOAS TRANS	06	NÃO INFORMA
CP10	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
CP11	QUALITATIVO		ETNOGRAFIA	ENTREVISTA DE HISTÓRIA DE VIDA	PARTICIPANTES DAS REUNIÕES DENOMINADAS TERÇAS-TRANS	03	CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIVERSIDADE
				INCURSÕES Á CAMPO	REUNIÕES TERÇAS-TRANS	-	
CP12	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
CP13	QUALITATIVO		ESTUDO DE CASO	SESSÕES TERAPÊUTICAS	TRANSEXUAIS	NÃO INFORMA	HUB
CP14	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTAS SEMI-DIRIGIDAS	TRANSEXUAIS EM SEGUIMENTO	NÃO INFORMA	PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA A PACIENTES TRANSEXUAIS E CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO DO HUCFF-UFRJ
				OBSERVAÇÃO LIVRE	FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO	-	
				OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	GRUPOS TERAPÊUTICOS MENSAIS	-	
			PESQUISA DOCUMENTAL	PARECERES E RESOLUÇÕES DO CFM, LEIS, PROJETOS DE LEI, PORTARIAS E TODA DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL NO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE ABORDASSE O TEMA DA TRANSEXUALIDADE; RELATÓRIOS E ATAS DE ENCONTROS, JORNADAS E REUNIÕES DE PROFISSIONAIS QUE PARTICIPAM DA ASSISTÊNCIA DIRETA DESTES PACIENTES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.			
CP15	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
CP16	QUANTITATIVO		ESTUDO TRANSVERSAL	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA; ESCALA HOSPITALAR DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO (HAD); PRONTUÁRIOS MÉDICOS	TRANSEXUAIS EM SEGUIMENTO	44	AMBULATÓRIO DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA
CP17	ESTUDO RICO	TEÓ-	TEÓRICO-CLÍNICO	CASOS CLÍNICOS EXTRAÍDOS DA PRÁTICA PESQUISADORA; AUTOBIOGRAFIAS E DEPOIMENTOS PÚBLICOS	-	-	-
CP18	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA DOCUMENTAL	DISPOSIÇÕES EM TORNO DO USO DO NOME SOCIAL NA EDUCAÇÃO, INSTRUMENTOS LEGAIS E SUJEITOS QUE FAZIAM REFERÊNCIA.			
CP19	QUALITATIVO		ETNOGRAFIA	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	ATIVISTAS DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRO	11	ESPAÇOS VARIADOS
				INCURSÕES A CAMPO	ENCONTROS GERAIS DO MOVIMENTO LGBT, E ESPECÍFICOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	-	ESPAÇOS VARIADOS
CP20	QUALITATIVO		CAMPO-TEMA	CONTATO DIRETO COM MULHERES TRANSEXUAIS (CONVERSAS INFORMAIS)	PESSOAS TRANSEXUAIS	13	ESPAÇOS VARIADOS
				OBRAS DE FICÇÃO, DOCUMENTÁRIOS, REPORTAGENS DE JORNAIS, REVISTAS E PROGRAMAS DE TELEVISÃO NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE TRATAVAM DO TEMA TRANSEXUALIDADE.			

CP21	QUALITATIVO E QUANTITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA ABERTA FOCADA	PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS	NÃO INFORMADA	CENTROS DE REFERÊNCIA QUE ELABORAM LAUDOS PARA ALTERAÇÃO DE PRENOME E SEXO
		PESQUISA DOCUMENTAL	ANÁLISE DE LAUDOS PSICOLÓGICOS E SENTENÇAS JUDICIAIS PARA MUDANÇA DE PRENOME.			
CP22	QUALITATIVO	CAMPO-TEMA	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	04	ESPAÇOS VARIADOS
			CONVERSAS INFORMAIS	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, PROFISSIONAIS DA SAÚDE, PESSOAS LIGADAS À GESTÃO E ÀS POLÍTICAS LGBT	-	
			VISITAS EXPLORATÓRIAS E DIÁRIO DE CAMPO.	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	-	
				EVENTOS QUE TINHAM COMO PROPOSTA DISCUTIR SAÚDE DAS PESSOAS TRANS	-	
CP23	QUALITATIVO	CAMPO-TEMA	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	08	ESPAÇOS VARIADOS
				AGÊNCIAS ESTATAIS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA PORTARIA DO NOME SOCIAL E/OU RELACIONADAS À TEMÁTICA.	06	ESPAÇOS VARIADOS
			MATÉRIAS DA IMPRENSA, INFORMAÇÕES VEÍCULADAS PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, MÍDIAS SOCIAIS, FILMES, DOCUMENTÁRIOS, MÚSICAS, PROGRAMAS DE TELEVISÃO, AUTOBIOGRAFIA DE TRANSEXUAIS, BLOGS E SITES DE GRUPOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, CHARGES, LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES, CONVERSAS, CONVERSAS SOBRE ESTAS CONVERSAS, ANOTAÇÕES E SENSações REGISTRADAS EM DIÁRIO DE CAMPO.			
CP24	QUANTITATIVO	ESTUDO DE SEGUIMENTO	QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	TRANSEXUAIS MASCULINO PARA FEMININO (MPF) EM SEGUIMENTO	52	PROTIG
CP25	QUALITATIVO	ETNOGRAFIA	INCURSÕES A CAMPO	GRUPOS DA ONG IGUALDADE; PROJETO COM TRAVESTIS DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE; PROJETO “DIREITO À IDENTIDADE: VIVA SEU NOME!”; EVENTOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, REUNIÕES, ETC. EM QUE A TEMÁTICA DAS TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES ERAM PAUTA; REUNIÕES MENSAS DO COMITÊ TÉCNICO DA POLÍTICA DE SAÚDE LGBT DO RIO GRANDE DO SUL.	-	ESPAÇOS VARIADOS
			ENTREVISTAS	TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS LIGADAS DE FORMA MAIS OU MENOS ATIVA AO MOVIMENTO SOCIAL	08	

CP26	QUANTITATIVO	ESTUDO TRANSVERSAL	ENTREVISTAS	TRANSEXUAIS HOMEM-PARA-MULHER (HPM) EM SEGMENTO	289	PROTIG	
			PESQUISA DOCUMENTAL	DADOS TRANSVERSAIS DOS PACIENTES DO AMBULATÓRIO.			
CP27	QUALITATIVO	CAMPO-TEMA	ENTREVISTA NARRATIVA	MULHERES TRANSEXUAIS	07	ESPAÇOS VARIADOS	
			TRÂNSITO ENTRE EVENTOS E ENCONTROS				
CP28	ESTUDO RICO	TEÓRICO	TEÓRICO-CLÍNICO	CASOS DA LITERATURA ESPECIALIZADA; PUBLICAÇÕES COM DEPOIMENTOS.			
CP29	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA DOCUMENTAL	NORMATIZAÇÕES E LEGISLAÇÕES REFERENTES A SUJEITOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS			
CP30	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA	TRANSEXUAIS MTF SUBMETIDAS À CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO	10	HOSPITAL DE BASE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CP31	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	09	ÁREAS DE LAZER, PONTOS DE PROSTITUIÇÃO E SALÃO DE BELEZA
				OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	ÁREAS DE LAZER, PONTOS DE PROSTITUIÇÃO E SALÃO DE BELEZA	-	
CP32	ESTUDO RICO	TEÓRICO	TEÓRICO-CLÍNICO	CASOS CLÍNICOS			
CP33	QUANTITATIVO E QUALITATIVO	ESTUDO DE CASO	ENTREVISTA CLÍNICA SEMI-DIRIGIDA	TRANSEXUAIS MASCULINOS QUE AGUARDAVAM AUTORIZAÇÃO PARA A CRS	04	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR - HUB	
			MÉTODO DE RORSCHACH				
CP34	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA	TRANSEXUAIS DE HOMEM PARA MULHER	09	SERVIÇO DE GINECOLOGIA – HC/UFPE
CP35	QUANTITATIVO E QUALITATIVO	ESTUDO DE COORTE PROSPECTIVO	ENTREVISTA ESTRUTURADA SCID-I/P; INVENTÁRIO DE DEPRESSÃO DE BECK (BDI); ESCALA DE HAMILTON PARA AVALIAÇÃO DA DEPRESSÃO (HAM-D 21 ITENS); ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA DISTÚRBIOS DA PERSONALIDADE PELO DSM-III-R.	TRANSEXUAIS	33	SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO IPQ-HCFMUSP	
			ACOMPANHAMENTO EM PSICOTERAPIA PSICODRAMÁTICA DE GRUPO				

CP36	QUALITATIVO	ETNOGRAFIA	CONVERSAS E ENTREVISTAS	USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS LGBT E COMBATE À HOMOFOBIA (ESPAÇO LGBT) E AMBULATÓRIO DE SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE JOÃO PESSOA	12	ESPAÇOS VARIADOS
			FALAS INFORMAIS E DOCUMENTOS OFICIAIS	COLETIVIDADES QUE REIVINDICAM A “REPRESENTAÇÃO” DE HOMENS E MULHERES “TRANS” EM NÍVEIS LOCAIS, NACIONAIS E GLOBAIS;	-	
			ANÁLISE DE DOCUMENTOS	ATORES JURÍDICOS E DA SAÚDE E SEUS APARATOS (LEIS, DIREITOS, BUROCRACIAS) QUE REPRESENTAM O ESTADO E O DISCURSO PÚBLICO.	-	
			TRÂNSITO ENTRE EVENTOS E ENCONTROS	I ENCONTRO DE HOMENS TRANS DO NORTE E NORDESTE; SEMANA DE VISIBILIDADE TRANS; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL “DIREITOS E CIDADANIA; CICLO DE DEBATES “UNIVERSIDADE E MOVIMENTO TRANS”.		
CP37	QUALITATIVO	ESTUDO DE CASO	ENTREVISTA DE PROFUNDIDADE	PESSOAS TRANS	07	ENTLAIDS
			OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	REUNIÕES TERÇAS-TRANS	-	CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIVERSIDADE
CP38	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTAS	PROFESSORAS TRAVESTIS E/OU TRANSEXUAIS	07	ESPAÇOS VARIADOS
			OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	ESPAÇOS VARIADOS		
		PESQUISA DOCUMENTAL	OS PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA; PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DE LGBT; RELATÓRIO FINAL DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE LGBT; REPORTAGENS DA MASS MÍDIA E ALGUNS TRECHOS DE RELATÓRIOS DE CONFERÊNCIAS NACIONAIS COMO INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES			
CP39	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	FTM	06	ESPAÇOS VARIADOS
			GRUPOS DE DISCUSSÃO NA WEB	TRANSHOMENS	02	INTERNET
CP40	QUANTITATIVO	ESTUDO OBSERVACIONAL DE SÉRIE DE CASOS	ENTREVISTA ESTRUTURADA E TESTES CLÍNICOS BIOMÉDICOS	PACIENTES SUBMETIDAS À CRS, UTILIZANDO-SE A TÉCNICA DE RETALHO DE PELE DE PÊNIS INVERTIDA	13	HC – UFGO
CP41	QUALITATIVO	ETNOGRAFIA	REGISTRO AUDIOVISUAL E DIÁRIO DE CAMPO	PESSOAS QUE TENHAM ALGUM TIPO DE TRÂNSITO ENTRE OS GÊNEROS MASCULINOS E FEMININOS	05	ESPAÇOS VARIADOS

BD1	QUANTITATIVO E QUALITATIVO	ESTUDO RE-TROSPECTIVO E PROSPECTIVO	ENTREVISTA CLÍNICA SEMI-DIRIGIDA; QUESTIONÁRIO CONTENDO OS CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS DO DSM-IV-TR 2000 PARA TRANSTORNO ESPECÍFICO DE IDENTIDADE DE GÊNERO; TESTES PROJETIVOS SZONDI E HTP; TESTE DE INTELIGÊNCIA NÃO VERBAL FORMA C (INV-FORMA C); EXAMES CLÍNICOS BIOMÉDICOS.		PACIENTES AUTO-DENOMINADOS TRANSEXUAIS	104	IPQ-HCFMUSP
			ENTREVISTAS E TESTE PROJETIVO SZONDI	PACIENTES AUTO-DENOMINADOS HETEROSSEXUAIS	109		
SC1	QUALITATIVO	ETNOGRAFIA	ENTREVISTA DE HISTÓRIA DE VIDA		PARTICIPANTES DAS “TERÇAS-TRANS”	03	CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIVERSIDADE
			INCURSÕES À CAMPO		REUNIÕES “TERÇAS-TRANS”	-	
SC2	QUALITATIVO	ETNOGRAFIA	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA		ATIVISTAS DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRO	11	ESPAÇOS VARIADOS
			INCURSÕES A CAMPO		ENCONTROS GERAIS DO MOVIMENTO LGBT, E ESPECÍFICOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	-	ESPAÇOS VARIADOS
SC3	QUALITATIVO	ETNOGRAFIA	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA		ATIVISTAS DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRO	11	ESPAÇOS VARIADOS
			INCURSÕES A CAMPO		ENCONTROS GERAIS DO MOVIMENTO LGBT, E ESPECÍFICOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	-	ESPAÇOS VARIADOS
SC4	QUALITATIVO	ESTUDO DE CASO	ENTREVISTA “HISTÓRIA DE VIDA TEMÁTICA”		MULHERES TRANSEXUAIS	04	ESPAÇOS VARIADOS
SC5	QUALITATIVO	PESQUISA EXPLORATÓRIA	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA		PACIENTES TRANSEXUAIS MASCULINOS ATENDIDOS NO AMBULATÓRIO	16	HUCFF
SC6	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
SC7	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
SC8	QUALITATIVO	PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTAS		PROFESSORAS TRAVESTIS E/OU TRANSEXUAIS	07	ESPAÇOS VARIADOS
			OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE		ESPAÇOS VARIADOS		
		PESQUISA DOCUMENTAL	OS PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA; PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DE LGBT; RELATÓRIO FINAL DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE LGBT; REPORTAGENS DA MASS MÍDIA E ALGUNS TRECHOS DE RELATÓRIOS DE CONFERÊNCIAS NACIONAIS COMO INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES				
SC9	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA DOCUMENTAL	NORMA SOBRE O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS			

SC10	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA; GENOGRAMA E MAPA DE REDE.	PACIENTES ADULTAS SUBMETIDAS À CIRURGIA DE TRANSGENTILIZAÇÃO	05	AB UROLOGIA - HOSPITAL DO INTERIOR DE SP
SC11	QUALITATIVO		PESQUISA EXPLORATÓRIA	HISTÓRIA DE VIDA E ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	TRANSEXUAIS QUE JÁ HAVIAM REALIZADO A CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL OU ESTAVAM EM VIAS DE REALIZÁ-LA.	04	ESPAÇOS VARIADOS
SC12	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
SC13	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	GRUPO FOCAL	TRAVESTIS E TRANSEXUAIS PROFISSIONAIS DO SEXO	10	ONG IGUALDADE
PP1	ESTUDO RICO	TEÓRICO	TEÓRICO-CLÍNICO	CASOS CLÍNICOS EXTRAÍDOS DA PRÁTICA DA PESQUISADORA.	-	-	-
PP2	ESTUDO RICO	TEÓRICO	RELATO DE EXPERIÊNCIA	-	-	-	-
PP3	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP4	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP5	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP6	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP7	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP8	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP9	QUALITATIVO		PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA NARRATIVA	TRANSEXUAIS MASCULINOS E FEMININOS	06	NÃO INFORMA
PP10	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA DOCUMENTAL	FILME TRANSAMÉRICA.			
PP11	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA DOCUMENTAL	OBRAS GRANDE SERTÃO: VEREDAS E TRIUNFO DOS PELOS			
PP12	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP13	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP14	ESTUDO RICO	TEÓRICO	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
PP15	ESTUDO RICO	TEÓRICO	TEÓRICO-CLÍNICO	CASOS CLÍNICOS			

PP16	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-		
IP1	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA DOCUMENTAL	ROMANCE DE VIRGÍNIA: ORLANDO.			
IP2	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
IP3	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
GP1	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
GP2	QUANTITATIVO		PESQUISA EXPERIMENTAL	ENTREVISTAS, TESTES DE INTELIGÊNCIA E FUNÇÕES COGNITIVAS E TESTES CLÍNICOS BIOMÉDICOS	GÊMEO MONOZIGÓTICO DISCORDANTE PARA TRANSEXUALISMO	02	PROTIG
GP3	QUANTITATIVO		PESQUISA EXPERIMENTAL	PRONTUÁRIOS E TESTES CLÍNICOS BIOMÉDICOS	TRANSEXUAIS MTF	284	PROTIG
GP4	QUANTITATIVO		PESQUISA EXPERIMENTAL	TESTES CLÍNICOS	PACIENTES COM TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO	45	PROTIG
					GRUPO CONTROLE SAUDÁVEL	66	
GP5	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	-	-	-	-
GP6	ESTUDO RICO	TEÓ-	PESQUISA DOCUMENTAL	FILME XXY			
GP7	QUANTITATIVO E QUALITATIVO		PESQUISA EXPERIMENTAL	PRONTUÁRIOS E TESTES CLÍNICOS BIOMÉDICOS	TRANSEXUAIS MTF	284	PROTIG
			PESQUISA SURVEY	SURVEY	PESSOAS DESIGNADAS COMO HOMEM AO NASCER, MAS IDENTIFICADAS ATUALMENTE COMO MULHER, MULHER TRANSEXUAL OU TRAVESTI	439	TIG E AMTIGOS
			PESQUISA DOCUMENTAL	ESCALA DE MASCULINIDADE E FEMINILIDADE (M) DA VERSÃO BRASILEIRA DA ESCALA DE PERSONALIDADE DE COMREY (CPS)			

Nota 1: Na denominação dos participantes da pesquisa, optamos pelo uso do termo utilizado pelo(s)/a(s) autor(es)/a(as) do trabalho.

Nota 2: A tese de doutorado identificada pelo código GP7, é composta por quatro (04) artigos, com utilização de metodologias diferentes. Destes, foram incluídos nessa análise os três primeiros por se referirem às transexualidades de forma específica, e excluído o último por não se relacionar com as transexualidades de forma específica.

Nota 3: Foram agrupados como pesquisa de campo todos os estudos que anunciaram de alguma forma ter realizado parte da coleta de dados a partir dos espaços de sociabilidade das/os participantes, tendo a metodologia qualitativa como referência (GIL, 2002).

Nota 4: HUB – Hospital Universitário de Brasília.

Nota 5: PROTIG - Programa de Transtorno de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Nota 6: IPQ-HCFMUSP – Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.

Nota 7: AB – Ambulatório.

Nota 8: AMTIGOS - Ambulatório de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do HCFMUSP.

APENDICE 5 - Trabalhos identificados no Banco de Teses & Dissertações da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e não incluídos na revisão, distribuídos por autor/a, formação do/a autor/a, título do trabalho, ano, área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação onde ocorreu a defesa e motivo da exclusão

PLA-TA-FOR-MA	OR-DEM	AUTOR	FORMAÇÃO DO AUTOR	TÍTULO	ANO	ÁREA PROGRAMA	MOTIVOS DA EX-CLUSÃO ⁷
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	1.	ANGONESE, MONICA.	PSICOLOGIA	UM PAI TRANS, UMA MÃE TRANS": DIREITOS, SAÚDE RE-PRODUTIVA E PARENTALIDADES PARA A POPULAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2016	PSICOLOGIA	RECORTE TEMPORAL
	2.	FREITAS, BRUNO DE.	LATTES NÃO ENCONTRA-DO	CIDADE, GÊNERO E TERRITORIALIDADES LGBT EM UBER-LÂNDIA	2016	GEOGRAFIA	RECORTE TEMPORAL
	3.	MUELLER, ANDRESSA.	PSICOLOGIA	AVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE RUMINAÇÃO EM PACI-ENTES COM DISFORIA DE GÊNERO	2016	PSIQUIATRIA	RECORTE TEMPORAL
	4.	SOLL, BIANCA MACHA-DO BORBA.	PSICOLOGIA	INCONGRUÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS CID-10, CID-11 E DSM-5	2016	PSIQUIATRIA	RECORTE TEMPORAL
	5.	IGNACIO, MARIANA ALICE DE OLIVEIRA	ENFERMAGEM	PREVALÊNCIA DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍ-VEIS E DE ALTERAÇÕES DA MICROBIOTA VAGINAL E FATO-RES ASSOCIADOS EM MULHERES QUE FAZEM SEXO COM MULHERES	2016	ENFERMAGEM	RECORTE TEMPORAL
	6.	RODRIGUEZ, MARTA VALENTINA TORRES.	GEOGRAFIA	VIVENCIAS DE SUJETOS EN PROCESOS TRANSEXUALIZADO-RES Y SUS RELACIONES CON EL ESPACIO URBANO DE SAN-TIAGO DE CHILE	2012	GEOGRAFIA	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	7.	GAMBETTA, JULIA MARIANA BARBOZA	PSICOLOGIA	VIDAS EM DESALINHO (URUGUAI)	2014	PSICOLOGIA	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	8.	ALBUQUERQUE, GRAYCE ALENCAR	ENFERMAGEM	VIOLÊNCIA E CONSUMO DE DROGAS EM LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS SÃO PAULO - SP	2015	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CAMPO TEÓRICO
	9.	ALMEIDA, NEIL FRANCO PEREIRA DE.	EDUCAÇÃO FÍSI-CA	PROFESSORAS TRANS BRASILEIRAS: RESSIGNIFICAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR	2014	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
	10.	ALVES, ALESSANDRA DA LUZ.	DIREITO	A AÇÃO DE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL E ALTERAÇÃO DE PRENOME E SEXO NO REGISTRO CIVIL DO TRANSEXUAL	2009	DIREITO	CAMPO TEÓRICO

⁷ Os trabalhos listados na tabela foram excluídos por não se enquadrarem nos critérios de inclusão estabelecidos. Assim, **recorte temporal** refere-se aos trabalhos excluídos por não se enquadrarem no período de tempo estabelecido, **produção nacional** diz respeito a trabalhos que não se referem ao Brasil, **formato do trabalho** aborda os trabalhos que não estavam publicados no formato de artigo, tese e dissertação, **campo teórico** abrange os trabalhos excluídos por seus autores não serem reconhecidos/identificados como psicólogos e suas produções não serem do campo de saber da Psicologia, **questões específicas transexualidades** refere-se a trabalhos cuja temática não abordavam as questões que envolvem o universo transexual de forma específica, e **disponíveis** diz respeito às produções que não estavam disponíveis para consulta online e não foram disponibilizadas por seus autores no contato via e-mail.

11.	ALVES, ZEDEQUIAS.	LATTES NÃO ENCONTRA-DO	RELIGIÃO E SEXUALIDADE: REFLEXÕES SOBRE IGREJAS INCLUSIVAS NA CIDADE DE SÃO PAULO	2009	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	CAMPO TEÓRICO
12.	ANDRADE, GABRIELA DE DEUS.	DIREITO	A ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO SEXO DO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL FACE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	2004	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
13.	ARAÚJO, VALDENIA PINTO DE SAMPAIO	EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE(S): QUAL A COR DA HOMOFOBIA NO ARCO-ÍRIS DA ESCOLA?"	2012	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
14.	AUAD, OLGA JULIANA.	DIREITO	TRANSEXUALISMO: A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO DIREITO DE REDESIGNAÇÃO DO ESTADO SEXUAL	2006	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
15.	AVELAR, REZENDE BRUNO DE	FILOSOFIA	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL: PARA PENSAR OS DIREITOS HUMANOS DE LGBT	2014	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
16.	AVILA, SIMONE NUNES.	FISIOTERAPIA	FTM, TRANSHOMEM, HOMEM TRANS, TRANS, HOMEM: A EMERGÊNCIA DE TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	2014	CIÊNCIAS HUMANAS	CAMPO TEÓRICO
17.	BALTHAZAR, ADRIANA MARIA SHADE	LATTES NÃO ENCONTRADO	"O LUGAR DO SILÊNCIO NA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA: O DIZÍVEL E O INDIZÍVEL NAS NARRATIVAS DE SOFRIMENTO"	2012	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
18.	BARBOZA, HELOISA HELENA GOMES.	DIREITO	PROCEDIMENTOS PARA REDESIGNAÇÃO SEXUAL: UM PROCESSO BIOETICAMENTE INADEQUADO	2010	SAÚDE PÚBLICA	CAMPO TEÓRICO
19.	BARROS, DANIEL DUTRA DE	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO SOBRE ATITUDES E PERCEPÇÕES SOBRE SEXO SEGURO ENTRE HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS: A EXPERIÊNCIA DO SAMPACENTRO	2015	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
20.	BARROSO, FERNANDO LUIZ ALVES.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	JORNAL DO NUANCES - A PRÁTICA MIDIÁTICA DE UMA ONG DE PORTO ALEGRE - RS PARA O CONFRONTO POLÍTICO ENTRE O "GAY CLASSE MÉDIA" E A "BICHA BAFONA".	2007	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
21.	BENTO, BERENICE ALVES DE MELO.	CIÊNCIAS SOCIAIS	A REINVENÇÃO DO CORPO: SEXUALIDADE E GÊNERO NA EXPERIÊNCIA TRANSEXUAL	2003	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
22.	BENVENUTO, FERNANDA MOREIRA.	DIREITO	DA TRANSEXUALIDADE E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: DA PERSPECTIVA DE UMA INCLUSÃO LEGAL	2014	CIÊNCIAS JURÍDICAS	CAMPO TEÓRICO
23.	BERGEMANN, INGO FRIEBOLIN.	DIREITO	MUDANÇA DE NOME E SEXO NO REGISTRO CIVIL: TRANSEXUALISMO E TRAVESTISMO.	2013	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
24.	BORBA, RODRIGO.	LINGUÍSTICA	(DES)APRENDENDO A "SER": TRAJETÓRIAS DE SOCIALIZAÇÃO E PERFORMANCES NARRATIVAS NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR	2014	LINGUÍSTICA	CAMPO TEÓRICO
25.	BORGES, ROSÂNGELA MARA SARTORI.	DIREITO	TUTELA CONSTITUCIONAL DO TRANSEXUALISMO E SEUS EFEITOS NO DIREITO DA FAMÍLIA	2003	CIÊNCIA JURÍDICA	CAMPO TEÓRICO
26.	BRUM, INDIRA SAAD.	PEDAGOGIA	DA NOMEAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE PROSTITUIÇÃO: UM OLHAR SOBRE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS A PARTIR DE ARTIGOS CIENTÍFICOS ENCONTRADOS NA SCIELO	2014	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
27.	BRUNO, ROSIMERI EL-RADO RIBEIRO.	MEDICINA	TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO. ESTUDO DE SEIS CASOS CLÍNICOS COM AVALIAÇÃO DO HISTÓRICO DE VIDA, PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO E FUNCIONALIDADE DA NEOVAGIVA APÓS TRANSGENITALIZAÇÃO	2004	SEXOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
28.	BUENO, GISSELI GIOVANA PEREIRA DE MORAES.	DIREITO	A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO INTEGRAL DO TRANSEXUAL COMO COROLÁRIO DA DIGNIDADE HUMANA	2010	SISTEMA CONSTITUCIONAL DE GARANTIA DE DIREITOS	CAMPO TEÓRICO

29.	CABRAL, VINICIUS.	GEOGRAFIA	ESPAÇO E MORTE NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS FEMININAS	2015	GEOGRAFIA	CAMPO TEÓRICO
30.	CANABARRO, RONALDO PIRES	HISTÓRIA	FAZENDO TRAVESTIS - IDENTIDADES TRANSVIADAS NO JORNAL LAMPÃO DA ESQUINA (1978-1981)	2015	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO
31.	CÂNDIDO, NATHALIE CARVALHO	DIREITO	O PAPEL DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVOS GENÉTICOS	2012	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
32.	CANFIELD, FERNANDA FERREIRA	SERVIÇO SOCIAL	DIVERSIDADE AFETIVA. UMA LEITURA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT DE PORTO ALEGRE	2011	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
33.	CARNEIRO, MARCIA TOBIAS.	GEOGRAFIA	VIVÊNCIAS ESPACIAIS DA SAÚDE NO GRUPO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PARANÁ	2014	GEOGRAFIA	CAMPO TEÓRICO
34.	CARVALHO, AUGUSTO JOSE PAZ DE.	ADMINISTRAÇÃO	CULTURA ORGANIZACIONAL E DIVERSIDADE SEXUAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE GRANDE PORTE EM RECIFE-PE	2014	GESTÃO EMPRESARIAL	CAMPO TEÓRICO
35.	CARVALHO, DIEGO SOUZA DE.	FILOSOFIA	O GÊNERO E A "CIÊNCIA" DA SAÚDE: PRODUÇÃO EM TORNO DA TRANSEXUALIDADE NO PORTAL DE PESQUISA DA BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE.	2014	SAÚDE PÚBLICA	CAMPO TEÓRICO
36.	CARVALHO, MARCELLE REZENDE SARAIVA DE.	DIREITO	EM BUSCA DO VERDADEIRO EU: IGUALDADE E DIFERENÇA. O DIREITO À LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E À IDENTIDADE DE GÊNERO	2012	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
37.	CARVALHO, NATÁLIA SILVEIRA DE.	DIREITO	ELES NÃO SÃO ELAS: A DEMANDA DE DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE COMO PRÁTICA FEMINISTA?	2012	ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISM	CAMPO TEÓRICO
38.	CASSEMIRO, LUIZA CARLA.	SERVIÇO SOCIAL	TENHO DIREITO DE SER “AMAPÓ”: AS TRAJETÓRIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS FACE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE	2010	SERVIÇO SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
39.	CASTANHO, WILLIAM GLAUBER TEODORO	DIREITO	NEM SEMPRE FOI ASSIM: UMA CONTRIBUIÇÃO MARXISTA AO RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA NO STF E À AUTORIZAÇÃO DO CASAMENTO LÉSBICO NO STJ	2013	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
40.	CASTRO, CRISTINA VELOSO DE.	DIREITO	AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS TRANSEXUAIS	2015	SISTEMA CONSTITUCIONAL DE GARANTIA DE DIREITOS	CAMPO TEÓRICO
41.	CAVALCANTE, LAIS MEDEIROS.	HISTÓRIA	“QUERO DEIXAR DE SER UM MENINO DEPENDENTE PARA SER UMA MULHER AUTÔNOMA”: OS CASOS TRANSGÊNEROS NAS TIRINHAS DE LAERTE COUTINHO	2014	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO
42.	CORRÊA, RAÍSSA TONILATO DALLE PRANE.	DIREITO	TRANSEXUALISMO: O CASAMENTO E OUTROS DIREITOS REFLEXOS À ALTERAÇÃO DO NOME E SEXO NO REGISTRO CIVIL DO TRANSEXUAL	2007	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
43.	COSTA, ANA CLÁUDIA OLIVEIRA PEDALINO.	NÃO ENCONTRADO LATTES	TRANSEXUALIDADE: ANÁLISE DE ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	2007	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
44.	COSTA, CRISTIANE MARIA AMORIM.	ENFERMAGEM	ANÁLISE BIOÉTICA DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO BRASIL À LUZ DA PERSPECTIVA DOS FUNCIONAMENTOS	2015	BIOÉTICA, ÉTICA APLICADA E SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
45.	COSTA, IRACY RUBIA VAZ DA.	FILOSOFIA	HOLOFOTES SOBRE CARNES: TRANSHOMENS NAS ARTES	2013	ARTES	CAMPO TEÓRICO

46.	COSTA, VICENTE DE PAULO DA CONCEICAO.	FILOSOFIA	AVANÇO DOS DIREITOS SOCIAIS DE UMA POPULAÇÃO AINDA INVISÍVEL: CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL PARA TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS	2015	SEGURANÇA PÚBLICA	CAMPO TEÓRICO
47.	CRETAZ, LIVIA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	VILANIA E HOMOSSEXUALIDADE: O PERSONAGEM FÉLIX KHOURY DA TELENVELA AMOR À VIDA NAS LEITURAS DA COMUNIDADE LGBT NA CIDADE DE SÃO PAULO	2015	COMUNICAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
48.	CRUZ, CAROLE FERREIRA DA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ATIVISMO ANTI-HOMOFOBIA: EMBATES POLÍTICO-MIDIÁTICOS DA REDE LGBT NA INTERNET	2014	COMUNICAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
49.	CRUZ, RODRIGO CHANDOA DA.	DIREITO	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRANSEXUAL: ASPECTOS DESTACADOS NO DIREITO BRASILEIRO	2015	CIÊNCIA JURÍDICA	CAMPO TEÓRICO
50.	CUNHA, BRUNO RAPHAEL MAGALHAES DA	SERVIÇO SOCIAL	DO “PAPAI E MAMAE” A FAMÍLIA HOMOAFETIVA: EXPERIÊNCIAS DE MAES E PAIS LESBICAS, GAYS E TRANSSEXUAIS	2015	DIREITOS HUMANOS	CAMPO TEÓRICO
51.	CUNHA, LEANDRO REINALDO DA.	DIREITO	IDENTIDADE E REDESIGNAÇÃO DE GÊNERO: ASPECTOS DA PERSONALIDADE, DA FAMÍLIA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL	2014	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
52.	DANILIAUSKAS, MARCELO	CIÊNCIAS SOCIAIS	RELAÇÕES DE GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA.	2011	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
53.	DARDE, VICENTE WILLIAM DA SILVA	COMUNICAÇÃO	AS REPRESENTAÇÕES SOBRE CIDADANIA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS NO DISCURSO JORNALÍSTICO DA FOLHA E DO ESTADÃO	2012	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
54.	DEON, MARILISE ANA.	DIREITO	CIRURGIAS DE MUDANÇA DE SEXO: ASPECTOS JURÍDICOPENAIS	2004	CIÊNCIAS CRIMINAIS	CAMPO TEÓRICO
55.	DEPINE, DAVID HERMES.	DIREITO	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE INTERVENÇÃO CIRÚRGICA PARA MUDANÇA DE SEXO E SEUS REFLEXOS NO DIREITO BRASILEIRO, COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO A DIGNIDADE HUMANA	2011	CIÊNCIAS JURÍDICAS	CAMPO TEÓRICO
56.	DORNELLES, RODRIGO CICONET.	CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIA, COLETAS E EXTRAÇÕES: UMA ETNOGRAFIA A PARTIR DE UM LABORATÓRIO DE GENÉTICA DE POPULAÇÕES	2013	ANTROPOLOGIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
57.	DUARTE, FRANCISCO EDNARDO BARROSO.	LETRAS	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS DE SEXUALIDADE LGBT SOBRE SEUS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES EM SEUS PROJETOS DE VIDA	2015	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
58.	DUQUE, TIAGO.	CIÊNCIAS SOCIAIS	GÊNEROS INCRÍVEIS: IDENTIFICAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO E RECONHECIMENTO NO ATO DE PASSAR POR	2013	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
59.	ELIAN, ISABELLA TYMBURIBA.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MEMÓRIAS ESCOLARES DOS SUJEITOS LGBTT: A ESCOLA COMO MEDIADORA DAS IDENTIDADES SEXUAL E DE GÊNERO	2014	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
60.	FERNANDES, FÁTIMA CATARINA.	LETRAS	A ARGUMENTAÇÃO E A MUDANÇA DE PRENOME DE TRANSEXUAL NA JURISPRUDÊNCIA	2008	LINGÜÍSTICA	CAMPO TEÓRICO
61.	FERRAREZE, RAFAEL BOZZO.	SERVIÇO SOCIAL	BONECAS NA NOITE: HISTÓRIAS COTIDIANAS DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS	2015	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	CAMPO TEÓRICO
62.	FERREIRA, GLAUCO BATISTA	ARTES PLÁSTICAS	ARCO-ÍRIS EM DISPUTA: A PARADA DA DIVERSIDADE DE FLORIANÓPOLIS ENTRE POLÍTICAS, SUJEITOS E CIDADANIAS	2012	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
63.	FERREIRA, RODRIGO DIAS	FISIOTERAPIA	ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG FRENTE A USUÁRIAS TRAVESTIS	2012	SAÚDE DA FAMÍLIA	CAMPO TEÓRICO

64.	FILHO, JOSE CHRISTOVAM DE MENDONCA	NÃO INFORMA	DIVERSIDADE SEXUAL NO CURRÍCULO DO ENSINO RELIGIOSO: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES COM DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS	2012	CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	CAMPO TEÓRICO
65.	FONTENLA, JANINE DE OLIVEIRA.	LETRAS	TRANSGENDERS OU TRANSEXUAIS? IDENTIDADES, SEXUALIDADES E GÊNEROS EM "THE WELL OF LONELINESS" E "STONE BUTCH BLUES"	2009	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
66.	FONTES, GUSTAVO ROSA.	DIREITO	BIOÉTICA E TRANSEXUALIDADE: O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E FUNDAMENTOS PARA UMA BIOÉTICA QUEER MANAUS	2014	DIREITO AMBIENTAL	CAMPO TEÓRICO
67.	FREIRE, ANDRE LUIZ ROSA	SECRETARIADO	REPRESENTAÇÕES HOMOERÓTICAS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA: REFLEXOS PROFISSIONAIS E INSTITUCIONAIS	2014	POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE	CAMPO TEÓRICO
68.	FREIRE, LUCAS DE MAGALHAES.	CIÊNCIAS SOCIAIS	A MÁQUINA DA CIDADANIA: UMA ETNOGRAFIA SOBRE A REQUALIFICAÇÃO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS	2015	ANTROPOLOGIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
69.	GADELHA, JOSÉ JULIANO BARBOSA	CIÊNCIAS SOCIAIS	MASCULINOS EM MUTAÇÃO: A PERFORMANCE DRAG QUEEN EM FORTALEZA	2009	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
70.	GALLASSI, ALMIR.	DIREITO	DIREITO FUNDAMENTAL A AUTODETERMINAR-SE SEXUALMENTE COMO COROLÁRIO DA CONSTRUÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DA PERSONALIDADE	2011	SISTEMA CONSTITUCIONAL DE GARANTIA DE DIREITOS	CAMPO TEÓRICO
71.	GARCIA, CINTIA DE LIMA	ENFERMAGEM	SAÚDE, ESPECIFICIDADES E ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MINORIAS SEXUAIS	2014	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CAMPO TEÓRICO
72.	GOMES, LUIZ GERALDO DO CARMO	DIREITO	DA SEXUALIDADE HUMANA COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE: ENTRE LUTAS E RECONHECIMENTO	2014	CIÊNCIAS JURÍDICAS	CAMPO TEÓRICO
73.	GOMES, MAURICIO PEREIRA	DIREITO/HISTÓRIA	A FORÇA DE UMA PALAVRA; HOMOFOBIA NAS PÁGINAS DA FOLHA DE SÃO PAULO (1986-2011)	2014	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO
74.	GOMES, RENAN ARAUJO.	SECRETARIADO EXECUTIVO	AI, COMO EU SOU BANDIDA” A ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA SOBRE A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA PERSONAGEM TRANSEXUAL VALÉRIA VASQUES, NO PROGRAMA DE TELEVISÃO ZORRA TOTAL, DA REDE GLOBO	2013	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
75.	GONCALVES, CASSIA RODRIGUES.	LETRAS	TRANSEXUALIDADE, CINEMA E LINGUAGEM: DIALOGANDO COM KÁTIA	2014	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
76.	GORISCH, PATRICIA CRISTINA VASQUES DE SOUZA.	DIREITO/LETRAS	O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS LGBT COMO DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE GLOBAL A NACIONAL	2013	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
77.	GUERRA, AGATHA RITA DOROTEIA TAVARES.	LETRAS	O TURISMO LGBT EM BRASÍLIA: DESAFIOS DO LAZER E DA HOSPITALIDADE	2015	TURISMO	CAMPO TEÓRICO
78.	GUERRA, INDIRA CORBAN BRITO.	PEDAGOGIA	CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E MEDICALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE USOS DOS PSICOFÁRMOS	2015	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
79.	IRINEU, BRUNA ANDRADE	SERVIÇO SOCIAL	A POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E OS DIREITOS LGBT NO BRASIL	2009	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
80.	JAYME, JULIANA GONZAGA	CIÊNCIAS SOCIAIS	TRAVESTIS, TRANSFORMISTAS, DRAG-QUEENS, TRANSEXUAIS: PERSONAGENS E MÁSCARAS NO COTIDIANO DE BELO HORIZONTE E LISBOA	2001	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
81.	JESUS, FÁTIMA WEISS DE.	CIÊNCIAS SOCIAIS	UNINDO A CRUZ E O ARCO-IRIS: VIVÊNCIA RELIGIOSA, HOMOSSEXUALIDADE E TRÂNSITOS DE GÊNERO NA IGREJA DA COMUNIDADE METROPOLITANA DE SÃO PAULO	2012	ANTROPOLOGIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO

82.	JESUS, ORAÍDES MORELLO MARCON DE.	DIREITO	TRANSEXUALISMO: A GRADUAL CONQUISTA DO RECONHECIMENTO JURÍDICO	2000	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
83.	JOCA, ALEXANDRE MARTINS.	LETRAS	DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: UM "PROBLEMA" POSTO À MESA.	2008	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
84.	JUNIOR, ANIBAL RIBEIRO GUIMARÃES.	DIREITO	A BIOÉTICA DA PROTEÇÃO E A POPULAÇÃO TRANSEXUAL FEMININA	2009	SAÚDE PÚBLICA	CAMPO TEÓRICO
85.	JUNIOR, ISAIAS BATISTA DE OLIVEIRA.	PEDAGOGIA	O/A DIRETOR/A NÃO VIU, A PEDAGOGA NÃO OUVIU E A PROFESSORA NÃO QUER FALAR: DISCURSOS DOCENTES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL, HOMOFOBIA E KIT GAY	2013	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
86.	JÚNIOR, JORGE LEITE.	CIÊNCIAS SOCIAIS	"NOSSOS CORPOS TAMBÉM MUDAM": SEXO, GÊNERO E A INVENÇÃO DAS CATEGORIAS "TRAVESTI" E "TRANSEXUAL" NO DISCURSO CIENTÍFICO	2008	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
87.	JÚNIOR, LUIS IRAJÁ NOGUEIRA DE SÁ.	DIREITO	A PROVA NAS AÇÕES DE ADEQUAÇÃO DE PRENOME E SEXO DO TRANSEXUAL	2006	DIREITO PROCESSUAL E CIDADANIA	CAMPO TEÓRICO
88.	JUNIOR, SAMUEL LUIZ DE SOUZA.	DIREITO	DIREITOS SEXUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT) NO ESTADO DO PARÁ.	2011	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
89.	KOMPATSCHER, SABRINA.	DIREITO	TRANSEXUALIDADE E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
90.	KRIEGER, MARIANA GUSO.	DIREITO	A PROTEÇÃO JURÍDICA DA DIVERSIDADE SEXUAL EM FACE DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO	2013	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
91.	LACERDA, THIAGO WILLIAM FELICIO.	CIÊNCIAS SOCIAIS	A PARADA LGBT E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: A AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM CAMPINAS	2012	URBANISMO	CAMPO TEÓRICO
92.	LANZ, LETÍCIA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS. SOCIOLOGIA. PSICANÁLISE	O CORPO DA ROUPA: A PESSOA TRANSGÊNERA ENTRE A TRANSGRESSÃO E A CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE GÊNERO	2014	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
93.	LAURENTINO, ARNALDO CEZAR NOGUEIRA.	SAÚDE COLETIVA	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT: DA CRIAÇÃO DO SUS A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT	2015	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
94.	LEITE, FERNANDA CAPIBARIBE.	COMUNICAÇÃO JORNALISMO	NARRATIVAS DE GÊNERO, CENÁRIOS EM TRÂNSITO: PELO DEVIR FEMINISTA EM AUDIOVISUAIS CONTEMPORÂNEOS	2015	COMUNICAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
95.	LEMONS, MAITÊ DAMÉ TEIXEIRA.	DIREITO	OS CONFLITOS ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE TRANSEXUAIS E TERCEIROS: A VISÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA EM FACE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	2008	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
96.	LICÍNIO, JOSE VAUGHAN JENNINGS HOLANDA.	DIREITO	UMA CRÍTICA QUEER AO TRATAMENTO JURÍDICO DO CASAMENTO IGUALITÁRIO E DA MUDANÇA DE SEXO NO BRASIL	2014	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
97.	LIMA, ANTONIO HENRIQUE MAIA.	CIÊNCIAS JURÍDICAS	O DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DAS MINORIAS DE GÊNERO	2015	DESENVOLVIMENTO LOCAL	CAMPO TEÓRICO
98.	LIMA, LUIZA FERREIRA.	DIREITO	A "VERDADE" PRODUZIDA NOS AUTOS: UMA ANÁLISE DE DECISÕES JUDICIAIS SOBRE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS EM TRIBUNAIS BRASILEIROS	2015	CIÊNCIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO

99.	LOIOLA, LUIS PALHANO.	PEDAGOGIA	DIVERSIDADE SEXUAL: PARA ALÉM DE UMA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLARIZADA.	2005	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
100.	LONGARAY, DEISE AZEVEDO.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	A (RE) INVENÇÃO DE SI: INVESTIGANDO A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2014	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
101.	LOURENÇO, AMANDA NOGUEIRA.	EDUCAÇÃO FÍSICA	TRAVESTI: A CONSTRUÇÃO DO CORPO FEMININO "PERFEITO" E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE	2009	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
102.	MACDOWELL, PEDRO DE LEMOS.	CIÊNCIAS SOCIAIS	O ESPAÇO DEGENERADO: ENSAIO SOBRE O LUGAR TRAVESTI NA CIDADE MODERNISTA	2010	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
103.	MANFRIN, SILVIA HELENA.	SERVIÇO SOCIAL	DIVERSIDADE SEXUAL NO SISTEMA PRISIONAL: UM OLHAR SOBRE O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL A PARTIR DA ENTENÇÃO "WEL-LINGTON RODRIGO SEGURA" DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP	2013	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
104.	MARANGONI, THALITA GONCALVES.	DIREITO	TRANSEXUALISMO E A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
105.	MASIERO, CLARA MOURA.	DIREITO	A TUTELA PENAL DIANTE DA HOMOFOBIA E O PLC 122/2006: SOBRE A LEGITIMIDADE DA DEMANDA POLÍTICO-CRIMINAL DO MOVIMENTO LGBT	2013	CIÊNCIAS CRIMINAIS	CAMPO TEÓRICO
106.	MEIRELES, ARIANE CELESTINO.	EDUCAÇÃO FÍSICA	POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO E VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS LÉSBICAS NA ESCOLA: NOTAS SOBRE A CIDADE DE VITÓRIA	2012	POLÍTICA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
107.	MELO, IRAN FERREIRA DE.	LETRAS	ATIVISMO LGBT NA IMPRENSA BRASILEIRA: ANÁLISE CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA FOLHA DE S. PAULO	2013	FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA	CAMPO TEÓRICO
108.	MENEGOTTO, CARLA ADRIANA.	HISTÓRIA	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: HISTÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS E SEUS DISCURSOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS	2015	ENSINO, HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	CAMPO TEÓRICO
109.	MOREIRA, CAROLINA LACERDA	FISIOTERAPIA	ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS, SEXUAIS E DE SAÚDE DAS TRAVESTIS QUE ATUAM COMO PROFISSIONAIS DO SEXO NO BAIRRO DA LAPA RIO DE JANEIRO	2013	SAÚDE DA FAMÍLIA	CAMPO TEÓRICO
110.	MOTA, JULIA CLAUDIA RODRIGUES DA CUNHA.	DIREITO	O SISTEMA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS NA CONTEMPORANEIDADE	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
111.	MOURA, OYÁRA CRISTINA COSTA DE.	DIREITO	TRANSEXUALISMO: E RECONSTRUÇÃO JURÍDICA DA IDENTIDADE SEXUAL DO INDIVÍDUO A LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	2004	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
112.	NASCIMENTO, GEISE TEIXEIRA DO.	GEOGRAFIA	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE TRAVESTI/TRANSEXUAL EM TRÊS LAGOAS	2015	GEOGRAFIA	CAMPO TEÓRICO
113.	NASCIMENTO, ROGERIA FERNANDES DO.	PEDAGOGIA	HOMOS/TRANSSEXUALIDADES E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRIMEIRO 'GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS' DO MUNICÍPIO DE SOROCABA	2015	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
114.	NAZARE, MARCELA PEREGRINO BASTOS DE.	CIÊNCIAS SOCIAIS	AÇÃO PELA E "NA INTERNET: IMPACTOS DOS USOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NAS AÇÕES POLÍTICAS DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO.	2013	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
115.	NETO, JOSE BAPTISTA DE MELLO.	DIREITO	POLÍTICAS EDUCACIONAIS, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SEXUAL: HÁ LUGAR LGBT NA EDUCAÇÃO?!	2014	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
116.	NETO, MIGUEL RODRIGUES DE SOUSA.	HISTÓRIA	HOMOEROTISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: REPRESENTAÇÕES, AMBIGUIDADES E PARADOXOS.	2011	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO

117.	NINA, ALAN MICHEL SANTIAGO.	CIÊNCIAS SOCIAIS	A PRODUÇÃO LEGISLATIVA VOLTADA AO PÚBLICO LGBT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL (1989-2013).	2014	CIÊNCIA POLÍTICA	CAMPO TEÓRICO
118.	NUCCI, MARINA FISHER.	CIÊNCIAS SOCIAIS	HORMÔNIOS PRÉ-NATAIS E A IDEIA DE SEXO CEREBRAL: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS BIOMÉDICAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE.	2010	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
119.	NUNES, DANIELE BASILIO.	LETRAS	COMUNICAÇÃO POLÍTICA NAS REDES SOCIAIS	2013	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
120.	OLIVEIRA, ANDRE LUCAS GUERREIRO.	FISIOTERAPIA	“SOMOS QUEM PODEMOS SER”: OS HOMENS (TRANS) BRASILEIROS E O DISCURSO PELA (DES)PATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE	2015	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
121.	OLIVEIRA, MARCOS DE JESUS.	SOCIOLOGIA	CONFISSÕES DA CARNE: UMA EXPERIÊNCIA CLÍNICA DE ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO A TRANSEXUAIS.	2013	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
122.	OLIVEIRA, MARIA ISABEL ZANZOTTI DE	SOCIOLOGIA	NAS MARGENS DO CORPO, DA CIDADE E DO ESTADO: EDUCAÇÃO, SAÚDE E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS	2015	CIÊNCIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
123.	PACIFICO, CAMILA DE JESUS GONÇALVES.	DIREITO	A TRANSEXUALIDADE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO.	2012	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
124.	PAMPLONA, RENATA SILVA.	PEDAGOGIA	O KIT ANTI-HOMOFOBIA E OS DISCURSOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL.	2012	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
125.	PAULA, RENATO PUPO DE.	DIREITO	TRANSEXUALIDADE E OS CRIMES CONTRA O COSTUME	2007	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
126.	PELEGRINI, JOZIMAR.	DESIGN	TRANSVERSALIDADE EM PERFORMANCES DE GÊNERO NA MODA: REVISTA CANDY COMO TERRITÓRIO POTENCIALIZADOR	2015	CIÊNCIAS DA LINGUAGEM	CAMPO TEÓRICO
127.	PENNA, IANA SOARES DE OLIVEIRA.	DIREITO	DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITO À IDENTIDADE NA REDESIGNAÇÃO SEXUAL	2010	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
128.	PEREIRA, CAROLINA GRANT.	DIREITO	DIREITO, BIOÉTICA E TRANSEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DA TUTELA JURÍDICA DAS EXPERIÊNCIAS TRANS	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
129.	PEREIRA, ESDRAS DANIEL DOS SANTOS.	CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE: O CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS DA POPULAÇÃO - LGBT	2011	POLÍTICA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
130.	PEREIRA, ÉZIO LUIZ.	NÃO ENCONTRADO LATTES	ALTERAÇÃO DO PRENOME: EXAME À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	2004	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
131.	PEREIRA, ISABELA SCHEUFLEER.	SERVIÇO SOCIAL	O PROCESSO DE CIDADANIZAÇÃO DE PESSOAS LGBT: UMA ETNOGRAFIA EM CENTROS DE CIDADANIA DO RIO DE JANEIRO.	2015	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
132.	PEREIRA, SILVIA REGINA DOS SANTOS	LATTES NÃO ENCONTRADO	A QUESTÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA	2012	ENFERMAGEM	CAMPO TEÓRICO
133.	PERES, ANA PAULA ARISTON BARION.	DIREITO	TRANSEXUALISMO: O DIREITO À UMA NOVA IDENTIDADE SEXUAL	1999	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
134.	PESSOA, EMERSON ROBERTO DE ARAUJO.	CIÊNCIAS SOCIAIS	A CONSTRUÇÃO DE CORPOS E FEMINILIDADES: TRAVESTIS E TRANSEXUAIS PARA ALÉM DA PROSTITUIÇÃO.	2013	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
135.	PETRY, ANALÍDIA RODOLPHO.	ENFERMAGEM	MIGRAÇÕES SEXUAIS E DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS	2011	ENFERMAGEM	CAMPO TEÓRICO
136.	PIACSEK, EDUARDO GUILHERME.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	EROS EM PAUTA: A SEXUALIDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL NOTÍCIAS POPULARES (1982 - 1984)	2014	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO

137.	PINHEIRO, ANTONIO RAIMUNDO COSTA.	LATTES NÃO ENCONTRADO	ABRIR O GÁS OU SAIR PARA DANÇAR ROCK: O DILEMA DE NÓS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - AS MÚLTIPLAS REDES EDUCATIVAS EM MOVIMENTOS.	2013	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
138.	RAMOS, ROBERTO LEONARDO DA SILVA.	DIREITO	CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO REGISTRAL COMO MECANISMOS INSUFICIENTES DE ALCANCE DA DIGNIDADE HUMANA DO TRANSEXUAL.	2014	CIÊNCIAS JURÍDICAS	CAMPO TEÓRICO
139.	REGO, FRANCISCO CLEITON VIEIRA SILVA DO.	CIÊNCIAS SOCIAIS	VIVER E ESPERAR VIVER: CORPO E IDENTIDADE NA TRANSIÇÃO DE GÊNERO DE HOMENS TRANS.	2015	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
140.	REICHERT, JORGE ALBERTO.	LETRAS	CHALLENGING THE LIMITS OF GENDER: RADCLYFFE HALL'S "THE WELL OF LONELINESS" AND VIRGINIA WOOLF'S "ORLANDO: A BIOGRAPHY"	2005	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
141.	REIDEL, MARIO.	NÃO ENCONTRADO LATTES	A PEDAGOGIA DO SALTO ALTO: HISTÓRIAS DE PROFESSORAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS	2013	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
142.	REIS, IZIS MORAIS LOPES DOS.	SERVIÇO SOCIAL	ENTRE A UNIVERSALIDADE E A PARTICULARIDADE: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DE TRANSEXUAIS	2008	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
143.	REIS, ROBERTO ALVES.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	QUANDO O AFETO GANHA A ESFERA MIDIÁTICA: CASOS DE SUJEITOS HOMOEROTICOS E ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS PARA ENQUADRAR S VOZES DE LEIGOS E ESPECIALISTAS.	2004	COMUNICAÇÃO SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
144.	RIBEIRO, JESSYKA KALINE AUGUSTO.	SERVIÇO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA QUÊ E PARA QUEM? UMA ANÁLISE ACERCA DO ATENDIMENTO AS POPULAÇÕES LGBT NO ÂMBITO DOS CREAS, DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB.	2014	SERVIÇO SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
145.	RIBEIRO, LÚCIA DE FÁTIMA SOUZA.	NÃO ENCONTRADO LATTES	TRANSEXUALIDADE E DIREITO: ASPECTOS MÉDICO-LEGAIS E JURÍDICO-POSITIVOS, PRINCIPALMENTE COM REFERÊNCIA AOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS ALEMÃO E BRASILEIRO.	1997	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
146.	RIBEIRO, RAIMUNDO SIQUEIRA.	NÃO ENCONTRADO LATTES	O DIREITO DOS TRANSEXUAIS AO NOME E AO SEXO PSÍQUICO	2001	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
147.	ROCHA, KAROLINE ALMEIDA.	SERVIÇO SOCIAL	O PAPEL DA ONU NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO MOVIMENTO LGBT	2015	CIÊNCIA POLÍTICA	CAMPO TEÓRICO
148.	ROCHA, LÍVIA CRISTINA.	DIREITO	TRANSEXUALISMO E ASPECTOS JURÍDICOS	2010	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
149.	RODRIGUEZ, ANA MARIA MUJICA.	MEDICINA	EXPERIÊNCIAS DE ATENÇÃO À SAÚDE E PERCEPÇÕES DAS PESSOAS TRANSGÊNERO, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS SOBRE OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EM FLORIANÓPOLIS/SC	2014	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
150.	ROJAS, EVELINE GAMA.	CIÊNCIAS SOCIAIS	DANDO A VIDA A BONECAS DE PAPEL: REFLEXÕES SOBRE AS TRANSEXUALIDADES NA CIDADE DO RECIFE	2010	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
151.	ROJAS, EVELINE GAMA.	CIÊNCIAS SOCIAIS	TRANS NARRATIVAS DO SELF: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DIÁRIOS VIRTUAIS DE TRANSIÇÃO TRANSEXUAL NO YOUTUBE	2015	SOCIOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
152.	ROSA, RODRIGO BRAGA DO COUTO.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	"ENUNCIACÕES AFETADAS: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HOMOFOBIA E ESPORTE".	2010	EDUCAÇÃO FÍSICA	CAMPO TEÓRICO
153.	SALES, DIMITRI NASCIMENTO.	DIREITO	DIVERSIDADE SEXUAL, PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	2014	DIREITO	CAMPO TEÓRICO

154.	SANCHES, ROZENICE EVANGELISTA.	LETRAS	PARA ALÉM DO GÊNERO: ESPAÇOS E IDENTIDADES NO ROMANCE DO FUNDO DO POÇO SE VÊ A LUA, DE JOCA REINERS TERRON	2014	ESTUDOS LITERÁRIOS	CAMPO TEÓRICO
155.	SANTOS, ADELYANY BATISTA DOS.	SERVIÇO SOCIAL	"REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE TRANSEXUALIDADE."	2012	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CAMPO TEÓRICO
156.	SANTOS, AILTON DA SILVA.	SERVIÇO SOCIAL	O GÊNERO ENCARNADO: MODIFICAÇÕES CORPORAIS E RISCOS À SAÚDE DE MULHERES TRANS	2014	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
157.	SANTOS, BRUNO BALTAZAR DOS	DIREITO	DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS MINORIAS SEXUAIS QUANDO DA UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA	2015	CIÊNCIAS JURÍDICAS	CAMPO TEÓRICO
158.	SANTOS, DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS.	BIOLOGIA	CARTOGRAFIAS DA TRANSEXUALIDADE: A EXPERIÊNCIA ESCOLAR E OUTRAS TRAMAS	2010	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
159.	SANTOS, ELAINE TEIXEIRA ALVES DOS.	SERVIÇO SOCIAL	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, RISCO E VULNERABILIDADE EM AIDS: DISCURSOS E AÇÕES VOLTADAS ÀS TRAVESTIS NO MUNICÍPIO DE FRANCA - SP	2014	ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	CAMPO TEÓRICO
160.	SANTOS, JOSEYLSON FAGNER DOS.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	FEMININOS DE MONTAR: UMA ETNOGRAFIA SOBRE EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO ENTRE DRAG QUEENS.	2012	ANTROPOLOGIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
161.	SANTOS, MARIA DE FÁTIMA LIMA.	CIÊNCIAS SOCIAIS	A CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE: SABERES, TESSITURAS E SINGULARIDADES NAS EXPERIÊNCIAS TRANS.	2010	SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
162.	SANTOS, MARIA DE FÁTIMA LIMA.	CIÊNCIAS SOCIAIS	NO TODAS LAS CHICAS SON CHICAS: ALTERIDADE E GÊNERO NO CINEMA DE PEDRO ALMODÓVAR	2002	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
163.	SANTOS, PATRÍCIA LESSA DOS.	EDUCAÇÃO FÍSICA	LESBIANAS EM MOVIMENTO: A CRIAÇÃO DE SUBJETIVIDADES (BRASIL, 1979-2006)	2007	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO
164.	SANTOS, TIAGO ZEFERINO DOS.	HISTÓRIA	QUANDO O "ESTRANHO" RESOLVE SE APROXIMAR: A PRESENÇA DA PROFESSORA TRANSEXUAL E AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	2014	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
165.	SCHEIBE, ELISA.	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS	DIREITOS DE PERSONALIDADE E TRANSEXUALIDADE: A PROMOÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM UMA PERSPECTIVA PLURAL	2008	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
166.	SERTÓRIO, LENITER VENÂNCIA DOS ANJOS.	SERVIÇO SOCIAL	UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: CONTRIBUIÇÃO À EFETIVIDADE DO SUAS: CAMPINAS/SP - 2002/2010	2010	SERVIÇO SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
167.	SEVERO, DENISE OSORIO.	FISIOTERAPIA	ANÁLISE DAS FORMAS DE EXPRESSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DO BRASIL	2014	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CAMPO TEÓRICO
168.	SILVA, ALINE FERRAZ DA.	HISTÓRIA	CURRÍCULO E DIFERENÇA: CARTOGRAFIA DE UM CORPO TRAVESTI	2014	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
169.	SILVA, ANDREA STEFANI PEIXOTO DA.	DIREITO	AS MULHERES DE FATO E A OBRIGATORIEDADE DE SUBMISSÃO AO QUE SE NOMEIA DE TRANSEXUALIDADE: DILEMAS DA IDENTIDADE.	2015	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
170.	SILVA, FÁBIO RONALDO DA.	HISTÓRIA	SER OU NÃO SER: A REPRESENTAÇÃO DA VIRILIDADE NAS CAPAS DA G MAGAZINE (1997-2007)	2010	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO
171.	SILVA, JESUALDO DA.	LETRAS	GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: CONCEPÇÕES DAS DIRETORAS FRENTE A PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES COM ESTUDANTES LGBTQTT	2015	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO

172.	SILVA, LUCIANO MARQUES DA.	NÃO ENCONTRA-DO LATTES	TRAJETÓRIAS DE ALUNOS E ALUNAS TRANSGÊNEROS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ	2015	EDUCAÇÃO, CON-TEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMAN-DAS POPULARES	CAMPO TEÓRICO
173.	SILVA, MARCIA BARBO-SA.	HISTÓRIA	REPRESENTAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUN-DAMENTAL, DISTRIBUÍDOS PELO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD (2005-2011)	2013	EDUCAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
174.	SILVA, MARCOS VAL-DIR.	SERVIÇO SOCIAL	TRANSCENDENDO O IDEÁRIO DO ARCO-ÍRIS: DA INVISIBILIDADE À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS	2009	SERVIÇO SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
175.	SILVA, MIRIAM VENTU-RA DA.	DIREITO	TRANSEXUALISMO E RESPEITO À AUTONOMIA: UM ESTUDO BIOÉTICO DOS ASPECTOS JURÍDICOS E DE SAÚDE DA "TERA-PIA PARA MUDANÇA DE SEXO"	2007	SAÚDE PÚBLICA	CAMPO TEÓRICO
176.	SILVA, SILVIA MOREIRA DA.	SERVIÇO SOCIAL	A UNIDADE DE REDUÇÃO DE DANOS DO MUNICÍPIO DE SAN-TO ANDRÉ: UMA AVALIAÇÃO	2008	ENFERMAGEM	CAMPO TEÓRICO
177.	SILVEIRA, ESALBA MARIA CARVALHO.	SERVIÇO SOCIAL	DE TUDO FICA UM POUCO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO TRANSEXUAL	2006	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
178.	SIVORI, HORACIO FE-DERICO.	ANTROPOLOGIA	ATIVISTAS E PERITOS NO MOVIMENTO GLTTB-AIDS ARGEN-TINO: CIÊNCIA E POLÍTICA DA IDENTIDADE SEXUAL	2007	ANTROPOLOGIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
179.	SOARES, BRUNO MAR-TINS.	DIREITO	SUJEITOS DE RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DOS LIMI-TES DO RECONHECIMENTO A PARTIR DO JULGAMENTO SOBRE A "UNIÃO HOMOAFETIVA" NO BRASIL	2014	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
180.	SOUSA, TUANNY SOEI-RO.	DIREITO	O NOME QUE EU (NAO) SOU: RETIFICACAO DE NOME E SEXO DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO REGISTRO CIVIL.	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
181.	SOUZA, GERSON MAR-TINS DE.	RELAÇÕES IN-TERNACIONAIS	O PRECONCEITO INTER GRUPAL NOS GRUPOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGTT: IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA ESPE-CIAL DOS DIREITOS HUMANOS-ESDH	2010	DIREITOS HUMANOS	CAMPO TEÓRICO
182.	SOUZA, LUCIANA DA MOTA GOMES DE.	DIREITO	O DIREITO À IDENTIDADE À LUZ DA CATEGORIA BINÁRIA DE GÊNEROS	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
183.	SOUZA, LUIZ GUSTAVO OLIVEIRA DE.	DIREITO	AS CONCEPÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE NA ADPF Nº 132: REPERCUSSÕES PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
184.	SOUZA, ROSA DE ALEN-CAR.	NÃO INFORMA	A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO E DO TRABALHO EM SAÚDE NO CENTRO DE REFERÊNCIA E TREINAMENTO EM DST/AIDS-SP: UMA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA CLINICA AMPLI-ADA	2015	GESTÃO DE TECNO-LOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	CAMPO TEÓRICO
185.	SPONCHIADO, TOBIAS.	DIREITO	TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
186.	SZANIAWSKI, ELIMAR.	DIREITO	LIMITES E POSSIBILIDADES DO DIREITO DE REDESIGNAÇÃO DO ESTADO SEXUAL	1997	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
187.	TCHALIAN, VIVIANE.	GASTRONOMIA	TERRITÓRIOS POLÍTICOS, TENSIONAMENTOS CONTEMPO-RÂNEOS: CORPO, GÊNERO E PERFORMANCE.	2015	ESTUDOS DE CULTU-RA CONTEMPORÂ-NEA	CAMPO TEÓRICO
188.	TEIXEIRA, FLAVIA DO BONSUCESSO.	TERAPIA OCUPA-CIONAL	VIDAS QUE DESAFIAM CORPOS E SONHOS: UMA ETNOGRA-FIA DO CONSTRUIR-SE OUTRO NO GÊNERO E NA SEXUALI-	2009	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO

			DADE			
189.	TENENBLAT, MABLY JANE TRINDADE.	SERVIÇO SOCIAL	A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PESSOAS TRANSEXUAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2014	SERVIÇO SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
190.	THEOPHILO, RODRIGO ARAUJO.	NÃO ENCONTRA-DO LATTES	DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS DA PERSONALIDADE NA TEMÁTICA DA TRANSEXUALIDADE'	2008	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
191.	TORRES, WALTER FERNANDO.	NÃO ENCONTRA-DO LATTES	GÊNERO: DO MITO À REALIDADE	2002	SEXOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
192.	TOSTA, ANDRE LUIZ ZANAO.	CIÊNCIAS SOCIAIS	O JEITINHO DAS CAPIXABAS: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E OS DILEMAS DA CIDADANIA E VISIBILIDADE ENTRE MILITANTES TRANS DO ESPÍRITO SANTO.	2015	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
193.	TRINDADE, WELTON DANNER.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	OS EFEITOS DE PERSONAGENS LGTBs DE TELENOVELAS NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO DOS TELESPECTADORES SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE.	2010	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	CAMPO TEÓRICO
194.	VASCO, MARCELA ROBERTA GUIMARÕES.	CIÊNCIAS SOCIAIS	IMAGENS TRANS: AS RELAÇÕES DE TRANSEXUAIS COM SUAS FOTOGRAFIAS DE INFÂNCIA.	2015	CIÊNCIAS SOCIAIS	CAMPO TEÓRICO
195.	VECCHIATTI, PAULO ROBERTO IOTTI.	DIREITO	A LUTA JUDICIAL DAS MINORIAS SEXUAIS PELA CIDADANIA MATERIAL	2010	SISTEMA CONSTITUCIONAL DE GARANTIA DE DIREITOS	CAMPO TEÓRICO
196.	VERGARA, DANIEL LUIS MOURA.	LATTES NÃO ENCONTRADO	EU, UMA DRAG, NO PAÍS DAS MARAVILHAS. UMA ETNOGRAFIA DO DEVIR TRANS EM PELOTAS-RS.	2014	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
197.	VIEIRA, ANDREA VIEIRA DE.	TERAPIA OCUPACIONAL	TRANSEXUALISMO: ANÁLISE DE UM CASO DE SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO	2012	REABILITAÇÃO E INCLUSÃO	CAMPO TEÓRICO
198.	VIEIRA, TEREZA RODRIGUES.	DIREITO	PELO RECONHECIMENTO DA LEGALIDADE DO DIREITO A ADEQUAÇÃO DO SEXO DO TRANSEXUAL.	1995	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
199.	VIEIRA, VANROCHRIS HELBERT.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	VIVENDO NO FRONT: DISCURSOS ACIONADOS POR SUJEITOS NA FRONTEIRA ENTRE PERSPECTIVAS LGTBs E EVANGÉLICAS	2015	COMUNICAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
200.	VILARDO, MARIA AGLAE TEDESCO.	DIREITO	DECISÕES JUDICIAIS NO CAMPO DA BIOTECNOCiência: A BIOÉTICA COMO FONTE DE LEGITIMAÇÃO	2014	BIOÉTICA, ÉTICA APLICADA E SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
201.	WISNIEWSKI, ANA PATRICIA RACKI.	DIREITO	A LEGITIMIDADE DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NÃO BINÁRIAS E O RECONHECIMENTO DE SUAS DEMANDAS COMO REIVINDICAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	2015	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
202.	XAVIER, DENIS DA ROCHA.	INGLÊS	THE CONSTRUCTION OF QUEER IDENTITY: A CASE STUDY IN GORE VIDAL'S MYRA BRECKINRIDGE.	2005	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
203.	ZAHRA, VIVIAN MANFRIM MUHAMED.	DIREITO	A S REPRESENTAÇÕES DA(O)S TRANSEXUAIS NAS ALDEIAS ARQUIVOS DO TJRS. O PODER DA NOMEAÇÃO, EIS A GRANDE QUESTÃO.	2014	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
204.	ZAMBRANO, ELIZABETH FETTER	MEDICINA	"NÓS TAMBÉM SOMOS FAMÍLIA:" ESTUDO SOBRE A PARENTALIDADE HOMOSSEXUAL, TRAVESTI E TRANSEXUAL.	2008	ANTROPOLOGIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
205.	ZAMBRANO, ELIZABETH FETTER.	MEDICINA	TROCANDO OS DOCUMENTOS: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A CIRURGIA DE TROCA DE SEXO	2003	ANTROPOLOGIA	CAMPO TEÓRICO
206.	ZANOLI, VINICIUS PEDRO CORREIA.	CIÊNCIAS SOCIAIS	FRONTEIRAS DA POLÍTICA: RELAÇÕES E DISPUTAS NO CAMPO DO MOVIMENTO LGBT EM CAMPINAS (1995-2013)	2015	ANTROPOLOGIA SOCIAL	CAMPO TEÓRICO
207.	ALMEIDA, HELEN RI-	PSICOLOGIA	HOMOFOBIA NA ESCOLA: CONSIDERAÇÕES DA PSICOLOGIA	2015	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI-

	MET ALVES DE					CAS TRANSEXUALI- DADE
208.	BUSIN, VALERIA MELKI	PSICOLOGIA	MORRA PARA SE LIBERTAR: ESTIGMATIZAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS	2015	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
209.	CORBETT, ELISA.	PSICOLOGIA	ATÉ QUE A MORTE NOS SEPRE E OUTROS CAMPOS DO IMAGINÁRIO COLETIVO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE SEXUALIDADE.	2009	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
210.	FILHO, MARDEN MAR- QUES SOARES	PSICÓLOGO	A SOCIEDADE CIVIL FORA DO ARMÁRIO: CONFLITOS E CON- QUISTAS NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS LGBT NO BRASIL	2010	DIREITOS HUMANOS	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
211.	GARCIA, ALINE MON- TEIRO.	PSICOLOGIA	O QUE SOU? DO QUE GOSTO? IDENTIDADES EM ANÁLISE NAS LUTAS EM DEFESA DS DIVERSIDADE SEXUAL.	2011	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
212.	JESUS, JAQUELINE GO- MES DE.	PSICOLOGIA	O PROTESTO NA FESTA: POLÍTICAS E CARNAVALIZAÇÃO NAS PARADAS DO ORGULHO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXU- AIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT)	2010	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
213.	JÚNIOR, AURELIANO LOPES DA SILVA.	PSICOLOGIA	SEIS PASSEIOS PELAS PRAIAS DE UMA FICÇÃO: NOTAS SO- BRE ALGUMAS MOVIMENTAÇÕES DE DRAG QUEENS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO"	2011	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
214.	LIMA, MARLI MACHADO DE.	PSICOLOGIA	ENTRE ELAS: CARTOGRAFIAS DOS DEVIRES AMOROSOS	2009	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
215.	LOPES, THIAGO RODRI- GUES	PSICOLOGIA	DIÁLOGOS, CLOSES, ATRAQUES E BABADOS": IDENTIDADES DELINEADAS NA E PELA LINGUAGEM SOB UMA PERSPECTI- VA BAKHTINIANA	2013	ESTUDOS DE LIN- GUAGEM	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
216.	MARREGA, MARIA FERNANDA.	PSICOLOGIA	SER HOMEM DE 45 A 55 ANOS NA RELAÇÃO HETEROSSEXU- AL: DA RUPTURA DO SILÊNCIO A REFLEXÕES DE PARADIG- MAS.	2005	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
217.	MORAES, ANTONIA NATHALIA DUARTE DE	PSICOLOGIA	TRAVESTIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: O CUIDADO EM SAÚDE NA CIDADE DE NATAL	2014	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
218.	MOSCHETA, MURILO DOS SANTOS.	PSICOLOGIA	RESPONSIVIDADE COMO RECURSO RELACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2011	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
219.	PINAFI, TANIA.	PSICOLOGIA	MILITANTE... JÁ VIU, NÉ? A HOMOFOBIA NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS MILITANTES DO MOVIMENTO LGBT.	2011	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
220.	POCAHY, FERNANDO ALTAIR.	PSICOLOGIA	A PESQUISA FORA DO ARMÁRIO: ENSAIO DE UMA HETERO- TOPIA QUEER	2006	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
221.	RIBEIRO, RENATA LU- CIA CAMAROTTI CA- MARA ESCOREL.	PSICOLOGIA	A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT: A LUTA POR RECO- NHECIMENTO E CIDADANIA NO CONTEXTO BRASILEIRO E BAIANO	2009	CIÊNCIAS SOCIAIS	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE
222.	ROCHA, LEONARDO TOLENTINO LIMA.	PSICOLOGIA	NORMA DE GÊNERO E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À HOMOFO- BIA NAS ESCOLAS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO DA	2012	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFI- CAS TRANSEXUALI- DADE

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES				REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE			
	223.	RODRIGUES, HENRIQUE JOSÉ ALVES.	HISTÓRIA	PENSANDO MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA DE SUBJETIVAÇÃO	2010	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	224.	ROSATO, TATINE PENARIOL DE.	PSICOLOGIA	REFORMA DE CURRÍCULO E IDENTIDADE SEXUAIS: PERFORMANCE DE GÊNERO EM ADOLESCENTES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM CUIABÁ.	2011	EDUCAÇÃO	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	225.	ROSITO, ELIANA SANDRA.	PSICOLOGIA	CASAL HOMOAFETIVO E A CONJUGALIDADE: UM ESTUDO SOBRE PESQUISAS REALIZADAS	2013	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	226.	SALGADO, FERNANDA MARIA MUNHOZ.	PSICOLOGIA	OS SENTIDOS DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA EM UM CENTRO DE ACOLHIDA DA CIDADE DE SÃO PAULO	2011	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	227.	SCHIRMER, ANDERSON.	PSICOLOGIA	SAINDO DOS ARMÁRIOS? A ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE IDENTIDADE NA FORMAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO GLBT DE SÃO PAULO: UM CONTRAPONTO PELA PSICANÁLISE	2010	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	228.	SILVA, MARIA CAROLINA BUIATTI AMARAL E	PSICOLOGIA	SENTIDOS DA DIVERSIDADE SEXUAL ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA	2014	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	229.	FERREIRA, IGOR TORRES OLIVEIRA.	PSICOLOGIA	UNIVERSO TRANS EM TEMPOS DE INCLUSÃO SOCIAL: QUAL O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO?	2007	SAÚDE COLETIVA	DISPONÍVEIS
	230.	KICH, FRANCIS DEON.	PSICOLOGIA	SINGULARIDADES EM NARRATIVAS DE TRANSEXUAIS: ENTRE A PERFORMANCE E A NORMA	2011	PSICOLOGIA	DISPONÍVEIS
	231.	MARIA JAQUELINE COELHO PINTO.	PSICOLOGIA	O CORPO DESVELA SEU DRAMA: A VIVÊNCIA DE TRANSEXUAIS MASCULINOS	2003	PSICOLOGIA	DISPONÍVEIS
	232.	MIYAMOTO, MARCIA YOKO.	PSICOLOGIA	DETECÇÃO DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ENTRE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS FEMININOS	2013	PSICOBIOLOGIA	DISPONÍVEIS
	233.	PEREDO, ANDRE PEREIRA.	PSICOLOGIA	NOME SOCIAL: UMA CRÍTICA PÓS-IDENTITÁRIA DA ORIGEM	2011	PSICOLOGIA	DISPONÍVEIS
	234.	SIQUEIRA, VIRGÍNIA BUSTAMANTE BITTENCOURT.	LATTES NÃO ENCONTRADO	O SEXO DOS ANJOS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO TRANSEXUALISMO MASCULINO	2003	PSICANÁLISE	DISPONÍVEIS
	235.	TEIXEIRA, MARINA CALDAS.	PSICOLOGIA	A MUDANÇA DE SEXO EM CLOSE: UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO CONTEMPORÂNEO DO TRANSEXUALISMO, A PARTIR DA ABORDAGEM LACANIANA DAS PSICOSES	2003	PSICOLOGIA	DISPONÍVEIS
	236.	CASSANA, MÔNICA FERREIRA.	LETRAS	CORPOS IMPOSSÍVEIS: A (DES)ORDEM DO CORPO E A AMBIVALENCIA DA LÍNGUA NO DISCURSO TRANSEXUAL	2016	LETRAS	RECORTE TEMPORAL
	237.	VEIGA JÚNIOR, HÉLIO.	DIREITO	O DIREITO DE PERTENCER A SI MESMO: A DESPATOLOGIZAÇÃO DO TRANSEXUALISMO E SUA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA COMO DIREITO FUNDAMENTAL AO GÊNERO	2016	DIREITO	RECORTE TEMPORAL
	238.	LOBATO, MAYARA GONZALEZ DE SÁ.	CIÊNCIAS SOCIAIS	APROXIMAÇÃO, INTERCÂMBIO E ENTENDIMENTO ENTRE OS SERES HUMANOS? REFLEXÕES SOBRE O MISS BRASIL GAY COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE DE JUIZ DE FORA	2009	CIÊNCIAS SOCIAIS	FORMATO DO TRABALHO
	239.	ANTONELI, FERNANDA	CIÊNCIAS BIOLÓ-	PERFIL MORFO-FUNCIONAL DA INVERSÃO DE SEXO EM	2006	BIOLOGIA CELULAR	CAMPO TEÓRICO

	NATALIA.	GICAS	SYNBRANCHIDAE (TELEOSTEI: SYNBRANCHIFORMES)		E ESTRUTURAL	
240.	BESSO, SANDRA.	DIREITO	TRANSEXUALISMO: AS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO NO TOCANTE À ALTERAÇÃO DO PRENOME A PARTIR DA CARTA CIDADÃ DE 1988	2011	DIREITO	CAMPO TEÓRICO
241.	FREITAS, MARCELO POLITANO DE.	DIREITO	AS AÇÕES COLETIVAS E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO NO BRASIL: O PARADIGMA DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA	2010	POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA	CAMPO TEÓRICO
242.	MAJEROWICZ, FÁBIO GROTZ.	JORNALISMO	O SEGREDINHO QUE NÃO É MISTÉRIO: CORPO E TRANSEXUALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO POPULAR	2014	COMUNICAÇÃO	CAMPO TEÓRICO
243.	OLIVEIRA, NATALINO DA SILVA DE.	LETRAS	O CALEIDOSCÓPIO E O PALIMPSESTO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA EM RAMONA, ADIÓS DE MONTSERRAT ROIG	2010	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
244.	SOUZA, CARLA DAME-ANE PEREIRA DE.	LETRAS	ESPAÑA, APARTA DE MÍ ESTE CÁLIZ DE CÉSAR VALLEJO: PERFORMANCE E GUERRA CIVIL ESPANHOLA	2009	LETRAS	CAMPO TEÓRICO
245.	SOUZA, ROBSON DA COSTA DE.	CIÊNCIAS SOCIAIS / TEOLOGIA	DISCURSOS E PRÁTICAS FUNDAMENTALISTAS NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL (2002-2008) UMA ANÁLISE DA PRETENSA POSIÇÃO DE EQUIDISTÂNCIA DOS EXTREMOS FUNDAMENTALISTAS E LIBERAIS.	2009	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	CAMPO TEÓRICO
246.	COELHO, JULIANA FROTA DA JUSTA.	PSICOLOGIA	BASTIDORES E ESTREIAS: PERFORMERS TRANS E BOATES GAYS ABALANDO A CIDADE	2009	SOCIOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE

APENDICE 6 - Trabalhos identificados no Scielo, Pepsic e IndexPsi e não incluídos na revisão, distribuídos por primeiro/a autor/a, formação do/a autor/a, título do trabalho, ano, periódico de publicação e motivo da exclusão.

PLA-TA-FOR-MA	OR-DEM	PRIMEIRO AUTOR	FORMAÇÃO DO AUTOR	TÍTULO	ANO	PERIÓDICO	MOTIVOS DA EX-CLUSÃO
SCIELO	1.	BARRIENTOS, JAIME.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	SITUACIÓN SOCIAL Y LEGAL DE GAYS, LESBIANAS Y PERSONAS TRANSGÉNERO Y LA DISCRIMINACIÓN CONTRA ESTAS POBLACIONES EN AMÉRICA LATINA.	2016	SEX., SALUD SOC	RECORTE TEMPORAL
	2.	MIGUEL, LUIS FELIPE.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	UMA CRÍTICA LÉSBICO-FEMINISTA AO DISCURSO TRANS-GÊNERO.	2016	REV. ESTUD. FEM	RECORTE TEMPORAL
	3.	SALDANHA, PEDRO HENRIQUE.	PSICOLOGIA	VALOR DO ESTUDO CITOGENETICO NO TRANSEXUALISMO.	1976	ARQ. NEURO-PSIQUIATR	RECORTE TEMPORAL
	4.	SILVA, GLAUBER WEDER DOS SANTOS.	ENFERMAGEM	SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE BRASILEIRO.	2016	REV. GAÚCHA EN-FERM	RECORTE TEMPORAL
	5.	BALZA, ISABEL.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	ÉTICA CORPORAL Y SEXUACIÓN: PLASTICIDAD Y FLUIDEZ EN EL SUJETO DEL POSTFEMINISMO.	2011	REV. ESTUD. FEM	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	6.	BOIVIN, RENAUD RENÉ.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	"SE PODRIAN EVITAR MUCHAS MUERTAS": DISCRIMINACIÓN, ESTIGMA Y VIOLENCIA CONTRA MINORIAS SEXUALES EN MÉXICO.	2014	SEX., SALUD SOC	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	7.	CASTEL, PIERRE-HENRI.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	ALGUMAS REFLEXÕES PARA ESTABELECEER A CRONOLOGIA DO "FENÔMENO TRANSEXUAL" (1910-1995).	2001	REV. BRAS. HIST	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	8.	COLLING, LEANDRO.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PANTERAS E LOCAS DISSIDENTES: O ATIVISMO QUEER EM PORTUGAL E CHILE E SUAS TENSÕES COM O MOVIMENTO LGBT.	2014	LUA NOVA	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	9.	LEMAITRE RIPOLL, JULIETA.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	O AMOR EM TEMPOS DE CÓLERA: DIREITOS LGTB NA COLÔMBIA.	2009	REV. INT. DIREITOS HUMAN	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	10.	MORTIMER-SANDILANDS, CATRIONA.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	PAIXÕES DESNATURADAS? NOTAS PARA UMA ECOLOGIA QUEER.	2011	REV. ESTUD. FEM	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	11.	NEER, ANAHÍ FARJI.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	LAS TECNOLOGÍAS DEL CUERPO EN EL DEBATE PÚBLICO: ANÁLISIS DEL DEBATE PARLAMENTARIO DE LA LEY DE IDENTIDAD DE GÉNERO ARGENTINA.	2014	SEX., SALUD SOC	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	12.	OTERO, LUIS MANUEL RODRÍGUEZ.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	VIOLENCIA EN PAREJAS TRANSEXUALES, TRANSGÉNERO E INTERSEXUALES: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA.	2015	SAUDE SOC	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	13.	RUSSEL, CONSTANCE.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	TORNANDO QUEER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	2011	REV. ESTUD. FEM	PRODUÇÃO NACIO-NAL
	14.	SANTOS, ANA CRISTINA.	LATTES NÃO EN-CONTRADO	SEXUALIDADES POLITIZADAS: ATIVISMO NAS ÁREAS DA AIDS E DA ORIENTAÇÃO SEXUAL EM PORTUGAL.	2002	CAD. SAÚDE PÚBLICA	PRODUÇÃO NACIO-NAL

15.	CARVALHO, MARIO FELIPE DE LIMA.	PSICOLOGIA	NOSSOS CORPOS TAMBÉM MUDAM: A INVENÇÃO DAS CATEGORIAS "TRAVESTI" E "TRANSEXUAL" NO DISCURSO CIENTÍFICO.	2012	SEX., SALUD SOC.	FORMATO DO TRABALHO
16.	OLIVEIRA, MELISSA BARBIERI DE.	DIREITO	A INVENÇÃO DAS CATEGORIAS TRAVESTI E TRANSEXUAL NO DISCURSO CIENTÍFICO.	2014	REV. ESTUD. FEM	FORMATO DO TRABALHO
17.	MINISTÉRIO DA SAÚDE.	-	SAÚDE DA POPULAÇÃO DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.	2008	REV. SAÚDE PÚBLICA	FORMATO DO TRABALHO
18.	ALMEIDA, GUILHERME SILVA DE.	SERVIÇO SOCIAL	REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DA DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE E A NECESSIDADE DA ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DE TRANSEXUAIS NO BRASIL	2013	SEX., SALUD SOC.	CAMPO TEÓRICO
19.	ALMEIDA, GUILHERME.	SERVIÇO SOCIAL	'HOMENS TRANS': NOVOS MATIZES NA AQUARELA DAS MASCULINIDADES?	2012	REV. ESTUD. FEM	CAMPO TEÓRICO
20.	BARATA, RITA BARRADAS.	MEDICINA	DESGUALDADE SOCIAL EM SAÚDE NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.	2015	SAUDE SOC	CAMPO TEÓRICO
21.	BARBOZA, HELOISA HELENA.	DIREITO	PROTEÇÃO DA AUTONOMIA REPRODUTIVA DOS TRANSEXUAIS.	2012	REV. ESTUD. FEM	CAMPO TEÓRICO
22.	BENTO, BERENICE.	CIÊNCIAS SOCIAIS	SEXUALIDADE E EXPERIÊNCIAS TRANS: DO HOSPITAL À ALCOVA.	2012	CIÊNC. SAÚDE COLETIVA	CAMPO TEÓRICO
23.	BORBA, RODRIGO.	LINGÜÍSTICA	RECEITA PARA SE TORNAR UM "TRANSEXUAL VERDADEIRO": DISCURSO, INTERAÇÃO E (DES)IDENTIFICAÇÃO NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR.	2014	TRAB. LINGUIST. APL.	CAMPO TEÓRICO
24.	BORBA, RODRIGO.	LINGÜÍSTICA	SOBRE OS OBSTÁCULOS DISCURSIVOS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL E HUMANIZADA À SAÚDE DE PESSOAS TRANSEXUAIS.	2014	SEX., SALUD SOC	CAMPO TEÓRICO
25.	BORBA, RODRIGO.	LINGÜÍSTICA	GÊNERO ILIMITADO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE TRAVESTI ATRAVÉS DA MANIPULAÇÃO DO SISTEMA DE GÊNERO GRAMATICAL.	2008	REV. ESTUD. FEM	CAMPO TEÓRICO
26.	BORBA, RODRIGO.	LINGÜÍSTICA	DISCURSO E (TRANS)IDENTIDADES: INTERAÇÃO, INTERSUBJETIVIDADE E ACESSO À PREVENÇÃO DE DST/AIDS ENTRE TRAVESTIS.	2009	REV. BRAS. LINGUIST. APL	CAMPO TEÓRICO
27.	BUNCHFT, MARIA EUGENIA.	DIREITO	A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA DA TRANSEXUALIDADE: UMA REFLEXÃO À LUZ DE DWORKIN.	2013	SEQUÊNCIA	CAMPO TEÓRICO
28.	CARRIERI, ALEXANDRE DE PÁDUA.	ZOOTECNIA	TRABALHO, VIOLÊNCIA E SEXUALIDADE: ESTUDO DE LÉSBICAS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.	2014	REV. ADM. CONTEMP.	CAMPO TEÓRICO
29.	COSTA, ELAINE MARIA FRADE.	MEDICINA	CLINICAL MANAGEMENT OF TRANSSEXUAL SUBJECTS.	2014	ARQ BRAS ENDOCRINOL METAB	CAMPO TEÓRICO
30.	DOURADO, INÊS.	MEDICINA	REVISITING THE USE OF CONDOMS IN BRAZIL.	2015	REV. BRAS. EPIDEMIOL	CAMPO TEÓRICO
31.	FRANÇA, ISADORA LINS.	HISTÓRIA	IDENTIDADES COLETIVAS, CONSUMO E POLÍTICA: A APROXIMAÇÃO ENTRE MERCADO GLS E MOVIMENTO GLBT EM SÃO PAULO.	2007	HORIZ. ANTROPOL	CAMPO TEÓRICO
32.	FRANCO, NEIL.	EDUCAÇÃO FÍSICA	PESSOAS (TRANSEXUAIS): DIMENSÕES SOCIAIS DE VIDAS (IN)DETERMINADAS PELA CIÊNCIA.	2013	REV. ESTUD. FEM	CAMPO TEÓRICO
33.	FRANCO, TALITA.	MEDICINA	TRANSGENITALIZAÇÃO MASCULINO / FEMININO: EXPERIÊNCIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ.	2010	REV. COL. BRAS. CIR.	CAMPO TEÓRICO

34.	FREIRE, EDUARDO CORSINO.	FARMÁCIA	A CLÍNICA EM MOVIMENTO NA SAÚDE DE TTTS: CAMINHO PARA MATERIALIZAÇÃO DO SUS ENTRE TRAVESTIS, TRANSSEXUAIS E TRANSGÊNEROS.	2013	SAÚDE DEBATE	CAMPO TEÓRICO
35.	GONZALEZ, CLARISSA RODRIGUES.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	POSICIONAMENTOS INTERACIONAIS MOBILIZADOS POR TUDO SOBRE MINHA MÃE NA REDE SOCIAL.	2015	FILMOW. DELTA	CAMPO TEÓRICO
36.	LEITE JR, JORGE.	CIÊNCIAS SOCIAIS	LABIRINTOS CONCEITUAIS CIENTÍFICOS, NATIVOS E MERCADOLÓGICOS: PORNOGRAFIA COM PESSOAS QUE TRANSITAM ENTRE OS GÊNEROS.	2012	CAD. PAGU	CAMPO TEÓRICO
37.	LEITE JR, JORGE.	CIÊNCIAS SOCIAIS	TRANSITAR PARA ONDE?: MONSTRUOSIDADE, (DES)PATOLOGIZAÇÃO, (IN)SEGURANÇA SOCIAL E IDENTIDADES TRANSGÊNERAS.	2012	REV. ESTUD. FEM	CAMPO TEÓRICO
38.	LEITE JR., JORGE.	CIÊNCIAS SOCIAIS	"QUE NUNCA CHEGUE O DIA QUE IRÁ NOS SEPARAR": NOTAS SOBRE EPISTÊMÊ ARCAICA, HERMAFRODITAS, ANDRÓGINOS, MUTILADOS E SUAS (DES)CONTINUIDADES MODERNAS.	2009	CAD. PAGU	CAMPO TEÓRICO
39.	LOBATO, MARIA INÊS.	MEDICINA	USING THE DEFENSIVE STYLE QUESTIONNAIRE TO EVALUATE THE IMPACT OF SEX REASSIGNMENT SURGERY ON DEFENSIVE MECHANISMS IN TRANSSEXUAL PATIENTS.	2009	REV. BRAS. PSIQUI- ATR	CAMPO TEÓRICO
40.	LONGARAY, DEISE AZEVEDO.	CIÊNCIAS BIOLÓ- GICAS	ESPAÇOS EDUCATIVOS E PRODUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.	2015	REV. BRAS. EDUC.	CAMPO TEÓRICO
41.	MALUF, SÔNIA WEID- NER.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	CORPORALIDADE E DESEJO: TUDO SOBRE MINHA MÃE E O GÊNERO NA MARGEM.	2002	REV. ESTUD. FEM.	CAMPO TEÓRICO
42.	MELLO, DANIEL FRAN- CISCO.	MEDICINA	COMPLICAÇÕES LOCAIS APÓS A INJEÇÃO DE SILICONE LÍQUIDO INDUSTRIAL: SÉRIE DE CASOS.	2013	REV. COL. BRAS. CIR.	CAMPO TEÓRICO
43.	MELLO, LUIZ.	CIÊNCIAS SOCIAIS	POLÍTICAS DE SAÚDE PARA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL: EM BUSCA DE UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE.	2011	SEX., SALUD SOC.	CAMPO TEÓRICO
44.	NOLETO, RAFAEL DA SILVA.	LICENCIATURA PLENA EM MÚSI- CA	BRILHAM ESTRELAS DE SÃO JOÃO!": NOTAS SOBRE OS CONCURSOS DE "MISS CAPIRA GAY" E "MISS CAPIRA MIX" EM BELÉM (PA).	2014	SEX., SALUD SOC.	CAMPO TEÓRICO
45.	OLIVEIRA, MARCOS DE JESUS.	SOCIOLOGIA	UMA ETNOGRAFIA SOBRE O ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO A TRANSEXUAIS.	2014	REV. ESTUD. FEM.	CAMPO TEÓRICO
46.	PETRY, ANALÍDIA RODOLPHO.	ENFERMAGEM	TRANSGENDER WOMEN AND THE GENDER REASSIGNMENT PROCESS: SUBJECTION EXPERIENCES, SUFFERING AND PLEASURE IN BODY ADAPTATION.	2015	REV. GAÚCHA ENFERM	CAMPO TEÓRICO
47.	RODRIGUES, RITA DE CÁSSIA COLAÇO.	CIÊNCIAS JURÍDI- CAS E SOCIAIS	HOMOFILIA E HOMOSSEXUALIDADES: RECEPÇÕES CULTURAIS E PERMANÊNCIAS.	2012	HISTÓRIA	CAMPO TEÓRICO
48.	SANTOS, ADILSON RIBEIRO DOS.	ENFERMAGEM	IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS NO ATENDIMENTO DE SAÚDE AO PÚBLICO LGBTQTT.	2015	REV. BIOÉT	CAMPO TEÓRICO
49.	SANTOS, DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS.	CIÊNCIAS BIOLÓ- GICAS	A BIOPOLÍTICA EDUCACIONAL E O GOVERNO DE CORPOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS.	2015	CAD. PESQUIL.,	CAMPO TEÓRICO
50.	SANTOS, HELOISA HELENA DE ALMEIDA NEVES MATTA DOS.	FONOAUDIOLOGIA	TRANSLATION AND PRELIMINARY EVALUATION OF THE BRAZILIAN PORTUGUESE VERSION OF THE TRANSGENDER VOICE QUESTIONNAIRE FOR MALE-TO-FEMALE TRANSSEXUALS.	2015	CODAS	CAMPO TEÓRICO

	51.	SIERRA, JAMIL CABRAL.	LETRAS	GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E O DESAFIO DE UMA ÉTICA/ESTÉTICA PÓS-IDENTITÁRIA LGBT NA EDUCAÇÃO.	2014	EDUC. REV	CAMPO TEÓRICO
	52.	SILVA, SILVIA MOREIRA DA.	SERVIÇO SOCIAL	REDUÇÃO DE DANOS: ESTRATÉGIA DE CUIDADO COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS NA CIDADE DE SANTO ANDRÉ - SP.	2009	SAUDE SOC	CAMPO TEÓRICO
	53.	SOUZA, MARTHA HELENA TEIXEIRA DE.	ENFERMAGEM	HEALTH CARE: THE TRANVESTITES OF SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL.	2015	TEXTO CONTEXTO - ENFERM	CAMPO TEÓRICO
	54.	SOUZA, MARTHA HELENA TEIXEIRA DE.	ENFERMAGEM	VIOLÊNCIA E SOFRIMENTO SOCIAL NO ITINERÁRIO DE TRAVESTIS DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.	2015	CAD. SAÚDE PÚBLICA	CAMPO TEÓRICO
	55.	TEIXEIRA, FLAVIA DO BONSUCESSO.	TERAPIA OCUPACIONAL	HISTÓRIAS QUE NÃO TÊM ERA UMA VEZ: AS (IN)CERTEZAS DA TRANSEXUALIDADE.	2012	REV. ESTUD. FEM	CAMPO TEÓRICO
	56.	VENTURA, MIRIAM.	DIREITO	LIMITES E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA NAS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS DE MODIFICAÇÃO CORPORAL E ALTERAÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL.	2009	PHYSIS	CAMPO TEÓRICO
	57.	AMARAL, MARÍLIA DOS SANTOS.	PSICOLOGIA	“DO TRAVESTISMO ÀS TRAVESTILIDADES”: UMA REVISÃO DO DISCURSO ACADÊMICO NO BRASIL ENTRE 2001-2010	2014	PSIC. SOC.	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	58.	LIONÇO, TATIANA.	PSICOLOGIA	QUE DIREITO À SAÚDE PARA A POPULAÇÃO GLBT? CONSIDERANDO DIREITOS HUMANOS, SEXUAIS E REPRODUTIVOS EM BUSCA DA INTEGRALIDADE E DA EQUIDADE.	2008	SAUDE SOC	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	59.	NEVES, ANDRÉ LUIZ MACHADO DAS.	PSICOLOGIA	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL EM UMA ESCOLA PARAENSE.	2015	PSICOL. ESC. EDUC.	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	60.	PRADO, MARCO AURÉLIO MÁXIMO.	PSICOLOGIA	ESTRATÉGIA DE ARTICULAÇÃO E ESTRATÉGIA DE ALIANÇA: POSSIBILIDADES PARA A LUTA POLÍTICA.	2011	SOC. ESTADO	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	61.	TOLEDO, LÍVIA GONÇALVES.	PSICOLOGIA	A CLÍNICA PSICOLÓGICA E O PÚBLICO LGBT.	2012	PSICOL. CLIN	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
PEPSIC	62.	ARGENTIERI, SIMONA.	LATTES NÃO ENCONTRADO	TRAVESTISMO, TRANSEXUALISMO, TRANSGÊNEROS: IDENTIFICAÇÃO E IMITAÇÃO.	2009	J. PSICANAL	PRODUÇÃO NACIONAL
	63.	HALPERIN, DAVID M.	LATTES NÃO ENCONTRADO	AMOR LOCA.	2010	REV. PSICOL. UNIV ANTIOQUIA	PRODUÇÃO NACIONAL
	64.	ESPERANÇA, ÂNGELO CABRAL.	PEDAGOGIA	SIGNIFICADOS E SENTIDOS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE ENTRE DOCENTES: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA.	2015	TEMAS PSICOL	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	65.	GARCIA, MARCOS ROBERTO VIEIRA.	PSICOLOGIA	DIVERSIDADE SEXUAL, SITUAÇÃO DE RUA, VIVÊNCIAS NÔMADES E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS.	2013	TEMAS PSICOL	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
	66.	JESUS, JAQUELINE GOMES DE.	PSICOLOGIA	ALEGRIA MOMENTÂNEA: PARADAS DO ORGULHO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.	2013	REV. INTERINST. PSICOL	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE

	67.	VASCONCELOS, MICHELE DE FREITAS FARIA DE.	PSICOLOGIA	OS LIMBOS FELIZES DA NÃO-IDENTIDADE: TENSÕES E IMPLICAÇÕES.	2011	REV. MAL-ESTAR SUBJ	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
INDEXPSI	68.	PERRONE, ELIANA SBARDELINI.	PSICOLOGIA	O ATENDIMENTO CLÍNICO DE TRANSEXUAIS.	1990	REV. DEP. PSICOL.	RECORTE TEMPORAL
	69.	FERNÁNDEZ-ROUCO, NOELIA.	LATTES NÃO ENCONTRADO	TRANSSEXUAL AGING: NEEDS AND DIFFICULTIES / ENVELHECIMENTO TRANSEXUAL: NECESSIDADES E DIFICULDADES.	2013	KAIRÓS / GERONTOLOGIA	PRODUÇÃO NACIONAL
	70.	QUINODOZ, DANIELLE.	LATTES NÃO ENCONTRADO	O PROCESSO PSICANALÍTICO DE UM PACIENTE TRANSEXUAL (MASCULINO-FEMININO)	2001	CAD. PSICANÁL.	PRODUÇÃO NACIONAL
	71.	ZÚNIGA R. ALEJANDRA.	LATTES NÃO ENCONTRADO	ALGUNAS CONSIDERACIONES EN TORNO AL TERMINO "TRANSGENERO".	-	TER. SEX.	PRODUÇÃO NACIONAL
	72.	PINTO, MARIA JAQUELINE COELHO.	PSICOLOGIA	VIVENCIA TRANSEXUAL O CORPO DESVELA SEU DRAMA.	2003	-	FORMATO DO TRABALHO
	73.	PINTO, MARIA JAQUELINE COELHO.	PSICOLOGIA	O ESTRANHO CORPO QUE DESVELA SEU DRAMA: A VIVÊNCIA DOS TRANSEXUAIS MASCULINOS.	2004	PSICOL. HOSP.	DISPONÍVEIS
	74.	WAIDERGORN, LEA.	PSICOLOGIA	AValiação Psicológica do Transsexual	2002	PSIKHE	DISPONÍVEIS

APENDICE 7 - Trabalhos indicados através do contato com os Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq e não incluídos na revisão, distribuídos por autor/a ou primeiro/a autor/a, formação do autor, título do trabalho, ano, periódico de publicação ou área do conhecimento do Programa de Pós-Graduação onde ocorreu a defesa e motivo da exclusão.

OR-DEM	AUTOR / PRIMEIRO AUTOR	FORMAÇÃO DO AUTOR	TÍTULO	ANO	PERIÓDICO / PROGRAMA	MOTIVOS DA EXCLUSÃO
1.	BRASIL.	-	PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016: AS EXPERIÊNCIAS DE ADOLESCENTES E JOVENS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM NOSSOS AMBIENTES EDUCACIONAIS.	2016	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA ABGLT	RECORTE TEMPORAL
2.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	EFFECTIVENESS OF A MULTIDIMENSIONAL WEB-BASED INTERVENTION PROGRAM TO CHANGE BRAZILIAN HEALTH PRACTITIONERS ATTITUDES TOWARD THE LESBIAN, GAY, BISEXUAL AND TRANSGENDER POPULATION.	2016	JOURNAL OF HEALTH PSYCHOLOGY	RECORTE TEMPORAL
3.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	VALIDATION STUDY OF THE REVISED VERSION OF THE SCALE OF PREJUDICE AGAINST SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN BRAZIL.	2016	JOURNAL OF HOMOSEXUALITY	RECORTE TEMPORAL
4.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	HEALTHCARE NEEDS OF AND ACCESS BARRIERS FOR BRAZILIAN TRANSGENDER AND GENDER DIVERSE PEOPLE.	2016	JOURNAL OF IMMIGRANT AND MINORITY HEALTH	RECORTE TEMPORAL
5.	DETONI, PRISCILA.	PSICOLOGIA	A PRODUÇÃO PERFORMATIVA DO GÊNERO NAS PRÁTICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.	2016	PSICOLOGIA	RECORTE TEMPORAL
6.	FONTANARI, ANNA- MARTHA V.	BIOMEDICINA	REDUCED SERUM CONCENTRATIONS OF BRAIN-DERIVED NEUROTROPHIC FACTOR (BDNF) IN TRANSEXUAL BRAZILIAN MEN.	2016	NEUROSCIENCE LETTERS (PRINT)	RECORTE TEMPORAL
7.	LOBATO, MARIA INÊS RODRIGUES.	MEDICINA	GENDER INCONGRUENCE OF CHILDHOOD DIAGNOSIS AND ITS IMPACT ON BRAZILIAN HEALTHCARE ACCESS.	2016	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	RECORTE TEMPORAL
8.	MORETTI-PIRES, RO- DRIGO OTÁVIO.	ODONTOLOGIA / CIÊNCIAS SOCIAIS	PASTORES, OVELHAS DESGARRADAS E AS DISPUTAS PELO REBANHO: SOBRE A TRANSCRUCIFICAÇÃO NA PARADA DO ORGULHO LGBT DE SÃO PAULO EM 2015.	2016	REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS [ONLINE]	RECORTE TEMPORAL
9.	MOSCHETA, MURILO.	PSICOLOGIA	DA (IM)POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO: CONVERSÇÕES PÚBLICAS E OS DIREITOS LGTB.	2016	PSICOLOGIA & SOCIEDADE	RECORTE TEMPORAL
10.	MOSCHETA, MURILO.	PSICOLOGIA	HEALTH CARE PROVISION IN BRAZIL: A DIALOGUE BETWEEN HEALTH PROFESSIONALS AND LESBIAN, GAY, BISEXUAL AND TRANSGENDER SERVICE USERS.	2016	J HEALTH PSYCHOL	RECORTE TEMPORAL
11.	PINTO, JEFERSON MA- CHADO.	PSICOLOGIA	ABORDAGEM HISTÓRICA E CRÍTICA A PROPÓSITO DO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO DO TRANSEXUALISMO E SEUS PERSONAGENS MAIS ILUSTRES.	NO PRELO	-	RECORTE TEMPORAL
12.	SCHWARZ, KARINE.	FONOAUDIOLOGIA	TRANSEXUAL VOICE QUESTIONNAIRE FOR MALE-TO-FEMALE BRAZILIAN TRANSEXUAL PEOPLE.	2016	JOURNAL OF VOICE	RECORTE TEMPORAL
13.	SILVA, DHIORDAN CARDOSO.	PSICOLOGIA	WHOQOL-100 BEFORE AND AFTER SEX REASSIGNMENT SURGERY IN BRAZILIAN MALE-TO-FEMALE TRANSEXUAL INDIVIDUALS.	2016	THE JOURNAL OF SEXUAL MEDICINE (PRINT)	RECORTE TEMPORAL

14.	TEIXEIRA, MARINA CALDAS.	PSICOLOGIA	SHIFT HAPPENS OR SHIT HAPPENS: TRANSSEXUAL FEAT	NO PRELO	REVISTA LATINO-AMERICANA DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL	RECORTE TEMPORAL
15.	BAO, AN.	LATTES NÃO ENCONTRADO	CORRELATES OF HIV TESTING AMONG TRANSGENDER WOMEN IN HO CHI MINH, VIETNAM.	2016	AIDS BEHAV.	RECORTE TEMPORAL
16.	BRASIL.	-	TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE NA SAÚDE	2015	MINISTÉRIO DA SAÚDE	FORMATO DO TRABALHO
17.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	BDNF: A BIOMARKER FOR SOCIAL VULNERABILITY IN INDIVIDUALS DIAGNOSED WITH GENDER DYSPHORIA.	2014	JOURNAL OF PSYCHIATRIC RESEARCH	FORMATO DO TRABALHO
18.	MARTINS, HILDEBERTO VIEIRA (ORGS).	PSICOLOGIA	INTERSECÇÕES EM PSICOLOGIA SOCIAL: RAÇA/ETNIA, GÊNERO, SEXUALIDADES.	2015	ABRAPSO	FORMATO DO TRABALHO
19.	BRUNS, MARIA ALVES TOLEDO.	PEDAGOGIA	SEXUALIDADE TRANS NA INTERFACE COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO.	2013	REVISTA DE ENFERMAGEM UFPE ON LINE	CAMPO TEÓRICO
20.	NARDI, HENRIQUE CAETANO.	MEDICINA	YOUTH SUBJECTIVITY AND SEXUALITY IN THE BRAZILIAN CULTURAL AND SOCIAL EDUCATIONAL CONTEXT.	2006	JOURNAL OF GAY & LESBIAN ISSUES IN EDUCATION	CAMPO TEÓRICO
21.	NARDI, HENRIQUE CAETANO.	MEDICINA	EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE: DESAFIANDO A MORAL SEXUAL E CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR.	2012	SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO)	CAMPO TEÓRICO
22.	NARDI, HENRIQUE CAETANO.	MEDICINA	THEORETICAL APPROACHES AND POLICIES IN SEXUAL DIVERSITY AND EDUCATIONAL IN BRAZIL: A CRITICAL REVIEW.	2011	JOURNAL OF LGBT YOUTH	CAMPO TEÓRICO
23.	NARDI, HENRIQUE CAETANO.	MEDICINA	O 'ARMÁRIO' DA UNIVERSIDADE: O SILÊNCIO INSTITUCIONAL E A VIOLÊNCIA, ENTRE A ESPETACULARIZAÇÃO E A VIVÊNCIA COTIDIANA DOS PRECONCEITOS SEXUAIS E DE GÊNERO.	2013	TEORIA & SOCIEDADE (UFMG)	CAMPO TEÓRICO
24.	NARDI, HENRIQUE CAETANO.	MEDICINA	DIVERSIDADE SEXUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E IGUALDADE DE DIREITOS.	2012	ATHENEA DIGITAL	CAMPO TEÓRICO
25.	ANTUNES, MARIA CRISTINA.	PSICOLOGIA	TERRITÓRIOS DO DESEJO E VULNERABILIDADE AO HIV ENTRE HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS: DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO.	2013	TEMAS EM PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
26.	BRUNS, MARIA ALVES TOLEDO.	PEDAGOGIA	PSICOTERAPEUTAS INICIANTE: OS DESAFIOS DAS DIVERSIDADES AFETIVO-SEXUAIS.	2011	ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA (ONLINE)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
27.	BRUNS, MARIA ALVES TOLEDO.	PEDAGOGIA	DIVERSIDADES SEXUAIS, CORPOS E DESEJOS EM TRANSFORMAÇÃO.	2006	REVISTA DA SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
28.	BRUNS, MARIA ALVES TOLEDO.	PEDAGOGIA	A ORIENTAÇÃO SEXUAL PEDE ESPAÇO: COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA.	1999	REVISTA PSICOLOGIA & COMUNIDADE	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
29.	BUSSINGER, REBECA VALADÃO.	PSICOLOGIA	"SOMOS ENSINADOS A PENSAR EM SEXO": REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MASCULINIDADES E DE AMOR EM TRAVESTIS, HOMENS GAYS E HOMENS HETEROSSEXUAIS.	2013	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE

30.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	PRECONCEITO CONTRA ORIENTAÇÕES NÃO-HETEROSSEXUAIS NO BRASIL: CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO.	2012	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
31.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	AVALIAÇÃO DO PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO.	2015	ESTUDOS DE PSICOLOGIA (PUCCAMP. IMPRESSO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
32.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	HOMOFOBIA E PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE SEXUAL: DEBATE CONCEITUAL.	2015	TEMAS EM PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
33.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	PREJUDICE TOWARD GENDER AND SEXUAL DIVERSITY IN A BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY: PREVALENCE, AWARENESS, AND THE EFFECTS OF EDUCATION.	2015	SEXUALITY RESEARCH AND SOCIAL POLICY	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
34.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	DIVERSIDADE SEXUAL E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: OS DIREITOS HUMANOS EM QUESTÃO.	2013	PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO (IMPRESSO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
35.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	ATTITUDES AMONG BRAZILIAN UNIVERSITY UNDERGRADUATES REGARDING CINEMA WITH CONTENTS ON SEXUAL DIVERSITY.	2009	JOURNAL OF LGBT YOUTH	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
36.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	O CASAMENTO HOMOAFETIVO NÃO É O CASAMENTO HOMOSSEXUAL: IMPLICAÇÕES DO AFETO COMO JUSTIFICATIVA PARA AS UNIÕES DE PESSOAS DO MESMO SEXO.	2015	REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS (UFSC. IMPRESSO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
37.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	HOMOPHOBIA OR SEXISM? A SYSTEMATIC REVIEW OF PREJUDICE AGAINST NONHETEROSEXUAL ORIENTATION IN BRAZIL.	2012	INTERNATIONAL JOURNAL OF PSYCHOLOGY	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
38.	COSTA, ANGELO BRANDELLI.	PSICOLOGIA	SYSTEMATIC REVIEW OF INSTRUMENTS MEASURING HOMOPHOBIA AND RELATED CONSTRUCTS.	2013	JOURNAL OF APPLIED SOCIAL PSYCHOLOGY	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
39.	DAVI, EDMAR HENRIQUE DAIRELL.	PSICOLOGIA	"BELLÍSSIMA: UM ESTUDO MERLEAU-PONTYANO DA CORPORALIDADE TRAVESTI".	2013	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
40.	DETONI, PRISCILA PAVAN.	PSICOLOGIA	"SEGUIR BARRAGEM": (RE-DES)CONSTRUÇÕES DAS MASCULINIDADES NUM CANTEIRO DE OBRAS DE UMA USINA HIDRELÉTRICA..	2010	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
41.	DETONI, PRISCILA.	PSICOLOGIA	FORMAS DO 'FAZER PSI' E DIVERSIDADE SEXUAL: ENLACES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO.	2011	REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA (IMPRESSO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
42.	DETONI, PRISCILA.	PSICOLOGIA	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E RELAÇÕES DE GÊNERO.	2012	REVISTA GÊNERO	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
43.	DUNN, TREVOR L.	LATTES NÃO ENCONTRADO	DOES THE MINORITY STRESS MODEL GENERALIZE TO A NON-U.S. SAMPLE? AN EXAMINATION OF MINORITY STRESS AND RESILIENCE ON DEPRESSIVE SYMPTOMATOLOGY AMONG SEXUAL MINORITY MEN IN TWO URBAN AREAS OF BRAZIL.	2014	PSYCHOLOGY OF SEXUAL ORIENTATION AND GENDER DIVERSITY	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
44.	GOULART, LUCAS AGUIAR.	PSICOLOGIA	"WE'RE GAY, WE PLAY, WE'RE HERE TO STAY": NOTAS SOBRE UMA PARADA DE ORGULHO LGBTQ NO JOGO WORLD OF WARCRAFT.	2015	CONTEMPORANEA (UFBA. ONLINE)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE

45.	MACHADO, SANDRINE.	PAULA	PSICOLOGIA	FOLLOW-UP OF PSYCHOLOGICAL OUTCOMES OF INTERVENTIONS IN PATIENTS DIAGNOSED WITH DISORDERS OF SEXUAL DEVELOPMENT: A SYSTEMATIC REVIEW.	2015	JOURNAL OF HEALTH PSYCHOLOGY	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
46.	MARQUES, MAUS.	DAIANE	LATTES NÃO ENCONTRADO	A(S) CLÍNICA(S) PSICOLÓGICA(S) E A DIVERSIDADE SEXUAL: PERCORRENDO TRAJETÓRIAS DE VIDA.	2010	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
47.	MARQUES, MAUS.	DAIANE	LATTES NÃO ENCONTRADO	É POSSÍVEL UMA PSICANÁLISE NÃO HETERONORMATIVA: COMPLEXO DE ÉDIPÓ E HOMOSSEXUALIDADE NOS ARTIGOS DA REVISTA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE.	2015	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
48.	MARQUES, MAUS.	DAIANE	LATTES NÃO ENCONTRADO	ANORMAIS, BÁRBAROS E BÁRBARAS: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE HOMOSSEXUAIS E CLÍNICA PSICOLÓGICA.	2011	ALETHEIA (ULBRA)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
49.	MONTEIRO, FOGAÇA.	LUCIANA	PSICOLOGIA	ROMPENDO O SILÊNCIO: HOMOFOBIA E HETEROSSEXISMO NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUE FIZERAM DENÚNCIA A UM CENTRO DE REFERÊNCIA NO COMBATE E PREVENÇÃO À HOMOFOBIA EM PORTO ALEGRE/RS.	2009	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
50.	MONTEIRO, FOGAÇA.	LUCIANA	PSICOLOGIA	DO ARMÁRIO À ARMADURA: ESTRATÉGIAS DE MULHERES NO ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA E DO HETEROSSEXISMO.	2011	POLISEPSIQUE	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
51.	POCAHY, ALTAIR.	FERNANDO	PSICOLOGIA	SAINDO DO ARMÁRIO E ENTRANDO EM CENA: JUVENTUDES, SEXUALIDADES E VULNERABILIDADE SOCIAL.	2007	REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
52.	QUARTIERO, TERESINHA.	ELIANA	PSICOLOGIA	A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.	2009	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
53.	QUARTIERO, TERESINHA.	ELIANA	PSICOLOGIA	LONGE DEMAIS DA CAPITAL: DISTÂNCIAS E DESIGUALDADES.	2014	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
54.	QUARTIERO, TERESINHA.	ELIANA	PSICOLOGIA	A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS.	2011	REVISTA MAL-ESTAR E SUBJETIVIDADE (IMPRESSO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
55.	QUINCOSES, ALINE DA SILVA.		PSICOLOGIA	MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PROSTITUIÇÃO MASCULINA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS.	2005	EDUCAÇÃO	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
56.	RIBEIRO, IZAQUE MACHADO.		PSICOLOGIA	TRABALHO E GÊNERO NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO: TRAJETÓRIAS DE CATADORAS NA RMPA.	2009	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
57.	RODRIGUES, MANOELA CARPENEDO.		PSICOLOGIA	QUANDO A RESISTÊNCIA SE TORNA POLÍTICA PÚBLICA: ANALISANDO A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NAS POLÍTICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO NO CAMPO DO TRABALHO.	2011	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
58.	SANTOS, BACKES DOS.	CAMILA	PSICOLOGIA	A DIVERSIDADE SEXUAL NO ENSINO DE PSICOLOGIA. O CINEMA COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO E PESQUISA.	2011	SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
59.	SANTOS, HELEN BARBOSA.		PSICOLOGIA	MASCULINIDADES ENTRE MATAR E MORRER: O QUE A SAÚDE TEM A VER COM ISSO?	2014	PHYSIS (UERJ. IMPRESSO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE

60.	SANTOS, RENATO CAIO SILVA.	PSICOLOGIA	NA ESCURIDÃO DO ARCO-ÍRIS: A VIVÊNCIA DAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS DE JOVENS GAYS APÓS O DIAGNÓSTICO DE HIV.	2015	SAÚDE PÚBLICA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
61.	SILVA, FERNANDO RODRIGUES.	PSICOLOGIA	TRABALHO E SEXUALIDADE: DISPOSITIVOS EM AÇÃO NOS CASOS DE DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL.	2008	PSICOLOGIA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
62.	SILVA, FERNANDO RODRIGUES.	PSICOLOGIA	A CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA PELA NÃO-DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL.	2011	PHYSIS (UERJ. IMPRESSO)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
63.	SILVEIRA, RAQUEL DA SILVA.	PSICOLOGIA	INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E ETNIA E A LEI MARIA DA PENHA.	2014	PSICOLOGIA & SOCIEDADE (ONLINE)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
64.	SILVEIRA, RAQUEL DA SILVA.	PSICOLOGIA	ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA/COR EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.	2014	PSICOLOGIA & SOCIEDADE (ONLINE)	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
65.	SOUZA-LEITE, C.R.V.	PSICOLOGIA	ADOLESCÊNCIA: DA PERCEPÇÃO DA SEXUALIDADE DO MUNDO ADULTO À FORMAÇÃO DA SEXUALIDADE.	2003	REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
66.	ZAKABI, DENISE.	PSICOLOGIA	CLÍNICA LGBT: CONTRIBUIÇÕES DO PSICODRAMA PARA SUPERAÇÃO DO ESTIGMA E DA DISCRIMINAÇÃO.	2014	REVISTA BRASILEIRA DE PSICODRAMA	QUESTÕES ESPECÍFICAS TRANSEXUALIDADE
67.	BRUNS, MARIA ALVES TOLEDO.	PEDAGOGIA	TRANSTORNO DE IDENTIDADE DE GÊNERO: DISFORIA OU TRANSEXUALISMO.	2003	PSICOLOGIA HOSPITALAR	DISPONÍVEIS
68.	PINTO, MARIA JAQUELINE COELHO.	PSICOLOGIA	VIVÊNCIA TRANSEXUAL: O CORPO DESVELA SEU DRAMA.	2004	REVISTA CRONOS	DISPONÍVEIS
69.	TEIXEIRA, MARINA CALDAS.	PSICOLOGIA	TRANSSEXUALISME ET SES AVATARS.	-	-	DISPONÍVEIS